

cim alto tâmega

Associação para o Desenvolvimento do Território da Cim Alto Tâmega



ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL CINEGÉTICO E PISCÍCOLA DO TERRITÓRIO DA CIM-ALTO TÂMEGA

RELATÓRIO FINAL



Novembro, 2014



FICHA TÉCNICA

Coordenação

Carlos Rio Carvalho, Mestre Engenheiro Silvicultor

Equipa técnica

António Barreto, Engenheiro Silvicultor

Luís Gordinho, Biólogo

Mariana Antunes, Bióloga

Rui Morgado, Biólogo

Susana Rosa, Bióloga – Doutora em Biologia

Consultora para a análise geoestatística

Professora Doutora Maria Teresa Durães Albuquerque

Apoio

Fátima Ventura

Fotos da Capa: www.elcotodecaza.com

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO E RESUMO	13
1.1	VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS CINEGÉTICOS	14
1.1.1	O essencial da estratégia de valorização.....	14
1.1.2	Contexto do Programa de Valorização	16
1.2	VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS PISCÍCOLAS	24
1.2.1	O essencial da estratégia de valorização.....	24
1.2.2	Contexto do programa de valorização.....	26
1.3	PARA UM PLANO DE AÇÃO DE VALORIZAÇÃO CINEGÉTICA E PISCÍCOLA DA REGIÃO DA CIM – AT.....	30
2	ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA	32
2.1.1	Âmbito Geográfico.....	32
2.1.2	Clima.....	33
2.1.3	Rede Natura 2000.....	33
2.1.4	Ocupação do solo.....	39
2.2	IDENTIFICAÇÃO DAS ESPÉCIES CINEGÉTICAS E PISCÍCOLAS E SUA BIOLOGIA	39
3	ESTRATÉGIA DE VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL CINEGÉTICO E PISCÍCOLA	40
3.1	ANÁLISE (SWOT)	40
3.1.1	Cinegética - Ambiente Interno (Forças e Fraquezas)	40
3.1.2	Cinegética - Ambiente Externo (Oportunidades e Ameaças)	73
3.1.3	Pesca – Ambiente Interno (Forças e Fraquezas).....	102
3.1.4	Pesca – Ambiente Externo (Oportunidades e Ameaças)	139
3.2	DEFINIÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE GESTÃO E VALORIZAÇÃO CINEGÉTICA E PISCÍCOLA DO TERRITÓRIO NUMA PERSPETIVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	163
3.2.1	Síntese da análise SWOT.....	163
3.2.2	Estratégia de valorização cinegética e piscícola	183
4	PLANO DE AÇÃO PARA VALORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CINEGÉTICAS E PISCÍCOLAS NO TERRITÓRIO DA CIM-AT	189
4.1	OBJETIVOS DO PLANO DE VALORIZAÇÃO	189
4.1.1	Objetivos estratégicos	189
4.1.2	Objetivos operacionais.....	190
4.1.3	Impactos.....	191
4.1.4	Eixos e Ações	192

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo I – Caracterização Biofísica	217
Anexo II – Identificação das espécies cinegéticas e sua biologia	292
Anexo III – Cartografia de produtividade cinegética	292
Anexo IV – Inquérito às unidades de alojamento	297
Anexo V – Inquérito aos gestores cinegéticos e autarquias	310
Anexo VI - Regulamentos e localização geográfica, por concelho, de cada uma das concessões de pesca	339

ÍNDICE FIGURAS

Figura 1 –Âmbito geográfico da CIM - AT	32
Figura 2 – SIC na área de estudo.	34
Figura 3 – ZPE na área de estudo.....	35
Figura 4 – Áreas protegidas no território em estudo.	36
Figura 5 – Fração da superfície ocupada pelas classes de ocupação consideradas.	42
Figura 6 – Ocupação do solo.	43
Figura 7 – Produtividade perdiz-vermelha e incerteza temporal associada.	48
Figura 8 – Produtividade coelho-bravo e incerteza temporal associada.....	49
Figura 9 – Produtividade javali e incerteza temporal associada.	50
Figura 10 – Variação da produtividade média da perdiz-vermelha (abate/ha), referida à superfície cinegética produtiva em cada ano.	53

Figura 11 – Variação da produtividade média do coelho-bravo (abate/ha), referida à superfície cinegética produtiva em cada ano.....	53
Figura 12 – Variação da produtividade média do Javali (abate/ha), referida à superfície cinegética produtiva em cada ano.....	54
Figura 13 – Evolução da declaração de abate de tordos para o total da região (2000/2001) a (2012/2013).....	56
Figura 14 – Evolução da produtividade média (tordos por 100 ha) das explorações que declararam abate de tordos para o total da região (2000/2001) a (2012/2013).....	57
Figura 15 – Evolução da declaração de abate de rolas para o total da região (2000/2001) a (2012/2013).....	57
Figura 16 – Evolução da produtividade média das explorações (rolas por 100 ha) que declararam abate de rolas para o total da região (2000/2001) a (2012/2013).....	58
Figura 17 – Perceção da produtividade das zonas de caça (veado, javali, coelho bravo e perdiz vermelha).	60
Figura 18 – Perceção da produtividade por tipologia de zona de caça.	61
Figura 19 – Fração da superfície e número por tipo de zona de caça para o total da área..	64
Figura 20 – Fração da superfície cinegética total por tipo de entidade gestora	66
Figura 21 – Perceção da fração das dormidas com origem em turistas caçadores.....	68
Figura 22 – Evolução da emissão de licenças de caça de âmbito nacional (2000/2001) – (2013/2014).....	75
Figura 23 – Evolução da emissão de licenças de caça de âmbito regional (2000/2001) – (2013/2014).....	75
Figura 24 – Evolução da emissão de licenças de caça nacionais e regionais (2000/2001) – (2013/2014).....	76
Figura 25 – Evolução da emissão de licenças de caça em Espanha (2000/2010).....	76

Figura 26 – Evolução da emissão de licenças de caça para não residentes em Portugal (2000/2001) – (2013/2014).....	77
Figura 27 – Evolução da emissão de licenças de caça na 1ª, 2ª e 4ª regiões cinegéticas em Portugal (2008/2009) – (2013/2014).	78
Figura 28 – Variação absoluta e relativa da superfície de terras aráveis, por concelho entre 1999 e 2009. Variação da superfície de terras aráveis para a área em estudo entre 1999 e 2009.	81
Figura 29 – Variação absoluta e relativa da superfície de cereais e leguminosas para grão, por concelho entre 1999 e 2009. Variação da superfície de cereais e leguminosas para grão para a área em estudo entre 1999 e 2009.	81
Figura 30 – Variação absoluta e relativa da superfície de prados temporários e culturas forrageiras, por concelho entre 1999 e 2009. Variação da superfície de prados temporários e culturas forrageiras para a área em estudo entre 1999 e 2009.....	82
Figura 31 – Variação absoluta e relativa da superfície de pousios, por concelho entre 1999 e 2009. Variação da superfície de pousios para a área em estudo entre 1999 e 2009.....	83
Figura 32 – Variação absoluta e relativa da superfície de culturas permanentes, por concelho entre 1999 e 2009. Variação da superfície de culturas permanentes para a área em estudo entre 1999 e 2009.....	84
Figura 33 – Variação absoluta e relativa da superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto, por concelho entre 1999 e 2009. Variação da superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto para a área em estudo entre 1999 e 2009.	85
Figura 34 – Distribuição dos baldios pelos concelhos da área em estudo (exceto Ribeira de Pena) . Adaptado de (DGRF, 2004).	92
Figura 35 – Perceção dos inquiridos sobre a importância do rendimento da caça para a gestão dos baldios na região em estudo (n=15).	93

Figura 36 – Perceção da importância atual da gestão cinegética para a conservação de valores naturais 1 – mais importante, 6 – menos importante (n=15).	95
Figura 37 – Localização da área em estudo nas bacias hidrográficas do Douro e do Cávado.	104
Figura 38 – Localização das sub-bacias na área em estudo.	109
Figura 39 – Principais barragens localizadas na área da CIM-AT.	112
Figura 40 – Águas de salmonídeos e de ciprinídeos na região em estudo (DGRF, 2004).	115
Figura 41 – Modelo de placa para sinalização das concessões de pesca desportiva.	127
Figura 42 – Concessões de pesca (Boticas).	129
Figura 43 – Concessões de pesca (Chaves).....	130
Figura 44 – Concessões de pesca (Montalegre).	130
Figura 45 – Concessões de pesca (Ribeira de Pena).	131
Figura 46 – Concessões de pesca (Valpaços).	131
Figura 47 – Concessões de pesca (Vila Pouca de Aguiar).	132
Figura 48 – Evolução do nº de concessões de pesca no período de 2001 a 2012.	132
Figura 49 – Evolução do total de licenças de pesca desportiva (nacional, regional, concelhia e dominical) nos anos de 1980 a 2013.	142
Figura 50 – Evolução do total de licenças de pesca desportiva (nacional, regional, concelhia e dominical) nos anos de 2007 a 2013.	142
Figura 51 – Evolução do total de licenças de pesca profissional entre 1980 e 2013.	143
Figura 52 – Evolução das licenças nacionais, regionais, concelhias e dominicais (eixo auxiliar) (1980-2013).	144
Figura 53 – Total de licenças desportivas requeridas por concelho da área da CIM-AT (2007-2014).	145

Figura 54 – Variação do tipo de licenças por concelho da área da CIM-AT (2007-2014).....146

Figura 55 – Perceção dos inquiridos, relativa ao tipo de organização adequada ao desenvolvimento de um “serviço de apoio técnico”171

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Superfície, fração da superfície no total e nº de freguesias nos concelhos da CIM-AT33

Tabela 2 – Zonas classificadas na Rede Natura 2000 (SIC e ZPE) e áreas protegidas.37

Tabela 3 – Superfície e fração da superfície das áreas classificadas por tipologia de zona de caça.38

Tabela 4 – Anos excluídos da análise geoestatística por espécie.....47

Tabela 5 – Produtividades máximas de perdiz-vermelha, coelho-bravo e javali entre 2000 e 2012.....54

Tabela 6 – Comparação da produtividade cinegética (perdiz - vermelha; coelho – bravo; javali) em Espanha e na região em estudo (abate por 100 ha).59

Tabela 7 – Produtividade cinegética; Forças e Fraquezas.....62

Tabela 8 – Número, superfície e fração da superfície das três tipologias de zona de caça, por concelho e para o total da área em estudo.63

Tabela 9 – Número, superfície e fração do nº e da superfície cinegética total na área em estudo, por tipo de entidade gestora.66

Tabela 10 – Forças e Fraquezas associadas à tipologia e funcionamento das zonas de caça.67

Tabela 11 – Superfície de povoamentos florestais e matos e % da superfície dos concelhos (IFN 5, 2006).87

Tabela 12 – Perceção quanto à caça em áreas protegidas (Parques e Reservas Naturais) e classificadas (áreas incluídas na Rede Natura 2000). (n=15).95

Tabela 13 – Perceção quanto a alguns aspetos gerais da atividade das OSC (federações e confederações de caçadores de âmbito nacional e regional, associações de produtores de caça de âmbito nacional). (n=15).	97
Tabela 14 – Área efetiva e percentual relativa aos concelhos da CIM - AT abrangidos pelas diferentes sub-bacias. do Douro.....	106
Tabela 15 – Área efetiva e percentual relativa aos concelhos da CIM - AT abrangidos pelas diferentes sub-bacias. do Cávado.	108
Tabela 16 – Espécies nativas estritamente dulçaquícolas alvo da pesca desportiva e profissional, presentes na RH3 e respetivo estatuto de conservação. (CR-Criticamente em perigo; ER-Em perigo; VU-Vulnerável; NT-Quase ameaçado; LC-Pouco preocupante; DD- Informação insuficiente; NE-Não avaliado; R-reduzido ou nulo; M-Médio; E-Elevado). (PGRH3).....	122
Tabela 17 – Espécies migradoras diádromas alvo da pesca desportiva e profissional, presentes na RH3 e respetivo estatuto de conservação. (CR-Criticamente em perigo; ER-Em perigo; VU-Vulnerável; NT-Quase ameaçado; LC-Pouco preocupante; DD- Informação insuficiente; NE-Não avaliado; R-reduzido ou nulo; M-Médio; E-Elevado). (PGRH3).	122
Tabela 18 – Espécies exóticas alvo da pesca desportiva e profissional, presentes na RH3. (R-reduzido ou nulo; M-Médio; E-Elevado). (PGRH3).....	123
Tabela 19 – Concessões de pesca na área da CIM-AT (ICNF - 2014).....	128
Tabela 20 – Concessões de pesca na Número de licenças de pesca desportiva, por tipo de licença, para o período de 1980 a 2013. (ICNF).	141
Tabela 21 – Espécies pescadas em 1997 e 1998 (% de pescadores desportivos para Portugal Continental) - adaptado de "Inquérito aos Pescadores Desportivos de Águas Interiores", realizado pela Direção Geral das Florestas em 1998 e 1999.	149

Tabela 22 – Espécies preferidas em 1997 (% pescadores desportivos). Adaptado/transcrito de “Inquérito aos Pescadores Desportivos de Águas Interiores”, realizado pela Direção Geral das Florestas em 1998 e 1999.....	150
Tabela 23 – Região de residência dos pescadores”, adaptado de: “Inquérito aos Pescadores Desportivos de Águas Interiores”, realizado pela Direção Geral das Florestas em 1998 e 1999”.....	151
Tabela 24 – Número de pescadores e clubes filiados na Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, no período de 2009 a 2013. Fonte: Site da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva.....	157
Tabela 25 – Enquadramento jurídico da pesca.	161
Tabela 26 – Síntese da análise SWOT.	166
Tabela 27 – Média da avaliação da importância para a produção de caça de algumas condições (1 - pouco importante; 9 - muito importante) . (n=15).....	167
Tabela 28 – Média da avaliação da importância para a comercialização de caça de algumas condições (1 - pouco importante; 9 - muito importante). (n=15).....	168
Tabela 29 – Coerência das ações com os objetivos.....	208
Tabela 30 – Ações do Plano VENATUR (AT).....	208
Tabela 31 – Cronograma orçamental do Plano VENATUR (AT) (as cores indicam as fases 1,2 e 3).....	209

ABREVIATURAS

AFN	Autoridade Florestal Nacional
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
CIM – AT	Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega
CIM - TTM	Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes
COS	Carta de Ocupação do Solo
CPM	Clube Português de Monteiro – Associação Nacional de Caça Maior
DQA	Diretiva Quadro da Água
FACE	Federação Europeia das Associações para a Caça e a Conservação
FPPD	Federação Portuguesa de Pesca Desportiva
ICNF	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
IFN	Inventário Florestal Nacional
OSC	Organizações do Setor da Caça
PENT	Plano Estratégico Nacional do Turismo
POCTEP	Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha Portugal
PROF	Plano Regional de Ordenamento Florestal
PGRH3	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro – Relatório de Base -
SIC	Sítio de Importância Comunitária
ZCA	Zona de caça associativa
ZCM	Zona de caça municipal
ZCN	Zona de caça nacional
ZCT	Zona de caça turística
ZPE	Zona de Proteção Especial
ZPP	Zonas de Pesca Profissional
ZPR	Zonas de Pesca Reservada

DEFINIÇÕES

Espécies diádromas	Espécies que repartem o seu ciclo de vida entre meios de salinidades diferentes (água doce e água do mar).
Geoestatística	Ramo da estatística que incorpora a correlação espaço-temporal de um atributo, nos modelos de estimação/simulação, para variáveis geo-referenciadas.
Organizações do setor da caça	Organizações de âmbito nacional representativas de organizações de caçadores, de entidades que se dedicam à exploração económica de recursos cinegéticos, ou de caçadores de modalidades específicas a quem seja reconhecida representatividade.
Produtividades de referência	Produtividades médias por espécie que poderão ser atingidas em zonas com habitat e gestão cinegética adequados.
Res Nullius	Categoria jurídica das "coisas de ninguém". No caso da caça e da pesca a apropriação é regulada pela lei. A aplicação do conceito de res nullius à caça e à pesca apresenta alguma complexidade jurídica.
Superfície Cinegética	Superfície ocupada pelas zonas de caça ordenada.
Variograma	Função matemática que expressa a relação entre a variância de pares de observação (pontos de amostragem) e a distância que separa essas observações.

1 INTRODUÇÃO E RESUMO

O presente trabalho propõe uma estratégia de valorização dos recursos cinegéticos e piscícolas assente na gestão profissional, na excelência dos resultados, na promoção e na genuína associação da caça e da pesca à conservação do valor natural e ao espírito da região, reconhecendo que estes recursos podem e devem contribuir de forma mais importante para o produto e o emprego, em particular num contexto estratégico de transição para uma “economia verde”.

A região do Alto Tâmega tem condições para aumentar o seu valor como destino cinegético e piscícola, sempre associado à qualidade ambiental, ao valor natural. Estas são as dimensões que enquadram as atividades e aumentam a sua capacidade para gerar valor. É necessário usar este potencial com mais eficiência.

O estudo incide sobre o território da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIM – TTM) abrangendo os concelhos de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar.

As opções estratégicas de valorização propostas são coerentes com a Visão e Estratégia da CIM – AT para o seu território.

O presente estudo teve a sua génese conjuntamente com um estudo semelhante realizado para a Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes, com o qual partilha a metodologia e organização. A leitura simultânea dos dois estudos permitirá uma visão mais abrangente da problemática cinegética e piscícola na região de Trás-os-Montes. Sem perda

de especificidade muitas das ações recomendadas no presente estudo poderão ser realizadas conjuntamente pelas duas CIM.

1.1 VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS CINEGÉTICOS

1.1.1 O ESSENCIAL DA ESTRATÉGIA DE VALORIZAÇÃO

O programa de valorização, abrangendo toda a região, será iniciado pelo lançamento de um conjunto e iniciativas de gestão profissionalizada de zonas de caça, com resultados cinegéticos de excelência, atração de caçadores jovens e objetivos mistos de produção cinegética e conservação do valor natural previamente definidos, monitorizados e certificados por uma entidade independente. Estas iniciativas terão carácter demonstrativo e serão em número limitado (2 a 3 unidades de gestão). Durante o período do programa este conjunto de zonas terá por missão, demonstrar um novo paradigma de gestão cinegética para a região

A CIM – AT promoverá o financiamento e as capacidades técnicas e de gestão necessárias, privilegiando as parcerias com as organizações do setor da caça, com o estado, com instituições de ensino e investigação e com as empresas.

A primeira e segunda fases do programa destinam-se a criar um referencial de excelência na gestão. As organizações gestoras de zonas de caça poderão candidatar-se a um concurso aberto pela CIM – AT. As zonas de caça selecionadas estabelecerão um acordo de gestão com a CIM-AT, aceitando concretizar na prática o modelo de gestão proposto no concurso,

recebendo em troca os apoios técnicos e de financiamento previstos. As entidades gestoras aceitarão também que os dados de gestão sejam utilizados na divulgação e formação, dada a função demonstrativa do projeto. As informações sobre as zonas de caça abrangidas serão compiladas e disponibilizadas *on – line* facilitando o seu uso por outros promotores.

Para a gestão destas zonas de caça demonstrativas a CIM – AT reunirá capacidades técnicas. Estas capacidades serão também disponibilizadas às entidades gestoras de outras zonas de caça da região, de modo facilitado e preferencialmente gratuito, durante o período do programa. Entre outros aspetos importantes, o apoio técnico incluirá um programa de capacitação de operadores de terreno e a facilitação do acesso aos apoios comunitários por parte das entidades gestoras de zonas de caça.

Espera-se que, a partir do quinto ano de execução do programa, os bons resultados cinegéticos e o seu impacto no alojamento turístico e restauração sejam perfeitamente demonstráveis. Na segunda fase os resultados serão avaliados de forma independente e comunicados de forma intensiva. Entender-se-á por “bons resultados” a verificação simultânea do seguinte: existência de produtividades cinegéticas pelo menos superiores à média verificada em Espanha e próxima das produtividades de referência; eficiência de gestão que demonstre a auto - suficiência potencial dos projetos; impacto sensível no alojamento turístico e restauração na região influenciada pelo projeto; impacto positivo na conservação dos valores naturais.

Na terceira fase a CIM – AT retirar-se-á da gestão das zonas de caça demonstrativas, reforçando o seu dispositivo de apoio técnico e formação.

O programa demonstrará a possibilidade prática de aumentar a eficiência da gestão e colocará à disposição das entidades gestoras da região apoios que facilitam a sua convergência com essa gestão eficiente, sendo esta a base da estratégia proposta.

1.1.2 CONTEXTO DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO

Há quase três décadas, a Lei 30/86 de 30 de agosto, criou uma expectativa de gestão cinegética do território que permitiria, simultaneamente, dinamizar um novo setor económico, promover a caça ordenada gerida pelos caçadores e ter impactos positivos na conservação da natureza. A Lei 30/86 iniciou uma dinâmica de cujas vicissitudes resultou a situação atual do setor. Essa dinâmica não provocou efeitos de forma uniforme no território, uma vez que foi aplicada a realidades territoriais diversas.

Durante este período também a procura interna e externa da caça sofreu variações sendo muito clara uma diminuição dessa procura na última década (ver 3.1.2.1). Mesmo tendo diminuído muito sensivelmente a procura, continua a existir uma perceção de que a produtividade cinegética não é suficiente para suprir de forma adequada a procura existente.

Existe uma perceção generalizada de que a gestão cinegética tem tido um impacto global positivo na conservação da natureza, podendo pelo menos afirmar-se com segurança que não foram demonstrados impactos negativos. Os impactos negativos por vezes referidos são, na sua quase totalidade, associados a atividades ilegais (e.g caça furtiva, armadilhagem ilegal, dispersão de veneno). Existem, por outro lado, exemplos muito importantes de casos

reais em que a boa gestão cinegética tem resultados relevantes para a conservação da natureza (e.g. explorações cinegéticas ativas no Parque Natural do Vale do Guadiana).

O presente estudo analisa a realidade no âmbito territorial da CIM – AT. Conforme já referido, em simultâneo com o presente, foi realizado um estudo semelhante para a Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes (CIM – TTM), cujas informações foram utilizadas como termo de comparação ao longo do presente relatório.

As atividades cinegéticas têm vantagens competitivas no território da CIM - AT, tomando como referencial outras regiões de Portugal e da Europa. Essas vantagens estão essencialmente associadas à diferenciação da região pelo valor natural (áreas classificadas) e à capacitação *potencial* dos recursos humanos necessários à gestão cinegética.

Cerca de 99.9% da superfície cinegética é utilizada por zonas de caça associativas (47.7%) e municipais (52.2%), isto é, predominantemente vocacionada para a procura local e de caçadores afins do local através das associações de caçadores e juntas de freguesia. Apesar desta aparente limitação, a perceção das unidades de alojamento é de que a atividade é *importante* para o negócio do alojamento turístico, embora muito provavelmente seja responsável por não mais de 5% dos alojamentos.

A produtividade cinegética do território da CIM-AT é inferior à média da produtividade espanhola. Contudo, mantém a reputação de ter um elevado potencial para a produção de caça. Quando comparadas com as produtividades de referência, as produtividades registadas são também baixas.

O número de licenças total (nacionais e regionais) foi em 2013/2014, 55% do número de licenças em 2000/2001.

Como é discutido no presente relatório, o *potencial* económico e ambiental das atividades cinegéticas parece permitir uma margem de progressão para a criação de valor económico e natural. Melhorar o desempenho económico e ambiental do setor da caça, sendo um bem em si próprio ao promover o aumento do produto e do emprego, é também um imperativo público:

- O desempenho económico e ambiental do setor da caça insere-se dentro da transição para uma “economia verde”. Trata-se de um recurso natural renovável, de base territorial, cuja adequada gestão promove a conservação da biodiversidade, inserindo-se na estratégia de desenvolvimento Europa 2020.

- O estatuto de “*res nullius*” da caça, cuja administração compete ao estado, torna quase imperativo que este recurso seja gerido com eficiência. Se há quase três décadas, em 1986, o desafio foi terminar com o território onde não era juridicamente possível realizar o ordenamento cinegético e a sua exploração racional, o desafio do presente será promover que o *recurso público* caça (cuja concessão é atribuída maioritariamente a entidades de natureza privada), tenha a utilidade social máxima que dele se pode esperar.

O desempenho do setor da caça em Espanha pode constituir uma referência importante. Seria de esperar que, três décadas depois da Lei 30/86, o setor da caça na região em estudo e em Portugal, tivesse convergido com o desempenho obtido em Espanha, o que não parece ter acontecido.

Na análise realizada neste trabalho para a região em estudo foi identificado um complexo de fatores que limitam a convergência com o desempenho de referência, a saber:

- 1) Tipologia e objetivos das organizações gestoras de explorações cinegéticas.
- 2) Estímulos para a mudança.
- 3) Capacitação dos agentes.
- 4) Tipologia dos apoios públicos e sua utilização eficiente.
- 5) Interação com autoridades públicas, no plano do ordenamento jurídico aplicável e da sua aplicação à prática da gestão.

Tipologia e objetivos e a tipologia das organizações gestoras da caça

No estado atual não existem iniciativas empresariais com expressão suficiente para acrescentar valor à produção cinegética da região em estudo. Na prática, 99% das organizações gestoras de zonas de caça não têm finalidades comerciais, uma vez que visam proporcionar caça aos associados e/ou aos caçadores locais, nas melhores condições. No entanto, a evolução necessária para uma maior valorização do setor da caça na área em estudo *terá de ser construída a partir das organizações pré-existentes*. Esta evolução pressupõe a *vontade* e a *capacidade* das associações e clubes de caçadores, juntas de freguesia e outros gestores de zonas de caça para promover essa transformação.

A *vontade* dessas organizações poderá ser desperta através de estímulos adequados. Uma vez envolvidos em processos de melhoria da eficácia e eficiência, dispor da *capacidade* necessária torna-se um imperativo das organizações.

Estímulos para a mudança

A comparação de cada uma das zonas de caça com um paradigma de excelência, gestão profissional e resultados reconhecidos local, nacional e internacionalmente, poderá ser um dos estímulos mais adequados. Espera-se que a lógica dos projetos demonstrativos que informa a estratégia proposta possa estimular alguma saudável competição intra - regional.

Os efeitos de uma zona de caça bem gerida e de alta produtividade são rapidamente sentidos na restante economia local, principalmente no alojamento e restauração, demonstrando a sua utilidade. Uma zona de caça bem gerida necessita de profissionais qualificados, preferencialmente de origem local.

O reconhecimento público e a comunicação dos resultados das *boas iniciativas*, são um estímulo da maior importância, separando-os com clareza dos casos de resultados medíocres e da gestão ineficaz e ineficiente.

O apoio seletivo ao investimento e exploração aplicado a projetos cinegéticos de excelência, com uma forte componente demonstrativa, independentemente da tipologia da zona de caça (associativa, turística ou municipal) e da origem do apoio (e.g fundo de desenvolvimento rural, programas operacionais regionais ou setoriais, cooperação transfronteiriça) será da maior importância. Apoio seletivo, significa que existirá uma seleção dos projetos a apoiar, com base no seu mérito relativo e com um padrão de qualidade mínimo bastante exigente.

Capacitação

A boa gestão cinegética está associada ao conhecimento e capacidade técnica e à existência de operadores no terreno com capacidades muito específicas e associadas, também especificamente, aos territórios. Para gerir bem uma zona de caça é preciso dispor de conhecimento específico sobre esse território em particular e ter capacidade para nele aplicar as metodologias técnicas adequadas. Esta conjugação de capacidade técnica x capacidade operacional no terreno é muito rara, daqui também a raridade da boa gestão cinegética.

A capacitação dos agentes do terreno é, também ela, um processo especializado que visa operacionalizar conhecimentos e experiências práticas, no quadro de uma orientação técnica de base científica. Estes profissionais de terreno são a chave para a produtividade cinegética e para a qualidade da organização e execução das caçadas. A qualidade das caçadas é a chave do reconhecimento pelo mercado e é este reconhecimento que permite acrescentar valor à produção cinegética.

A formação inicial (de partida) destes profissionais é extremamente variável, existindo múltiplos casos relatados de profissionais com total capacidade para desempenhar as funções com alta eficácia e eficiência, com formação académica básica ou mesmo nula. Assim, os programas de capacitação deste tipo de operadores deverão assumir esta realidade. Propõe-se um programa de capacitação concebido para uma região com a dimensão da CIM – AT poderá adaptar-se com maior facilidade a esta necessidade.

A boa gestão cinegética necessita de enquadramento técnico e científico nos seguintes domínios técnicos especializados: i) monitorização e gestão de populações animais (cinegéticas e não cinegéticas, mas relacionadas com as primeiras); ii) gestão dos habitats em interação com as explorações agrícolas e florestais; iii) organização técnica da

exploração cinegética; iv) enquadramento jurídico; v) marketing e organização comercial. Será sempre muito difícil o acesso das organizações gestoras de caça a estas capacidades, atendendo não só aos custos, mas também à capacidade para utilizar esse enquadramento de forma adequada. A insuficiência destas capacidades é uma das causas de ineficiência na produção cinegética. Propõe-se uma solução de capacidades partilhadas que poderá ter como base uma iniciativa da CIM –AT, em parceria com parceiros relevantes (e.g OSC; instituições de ensino superior, empresas).

Tipologia de apoios públicos

No âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 poderão ser previstas medidas de apoio a investimentos cinegéticos e piscícolas de apoio à produção, de âmbito territorial e dimensão de apoio eventualmente limitados. No âmbito do mesmo programa poderão existir pagamentos às explorações associados a ações específicas de conservação do valor natural, diretamente relacionados com a atividade cinegética e piscícola. A articulação coerente destes apoios para o aumento do valor económico e natural das atividades cinegéticas e piscícolas apresenta-se como um desafio importante.

Ao contrário do “turismo de natureza” o “turismo cinegético” e o “turismo piscícola” não são mencionados no diagnóstico que fundamentou a proposta do Programa Operacional Regional Norte – Norte 2020 -, na sua dimensão turística. A mesma omissão ocorre nos programas operacionais temáticos relevantes para o tema ou no Programa de Cooperação Transfronteiriça Interreg Espanha-Portugal (POCTEP 2014-2020).

O conceito de caça e pesca como ferramenta da conservação e como forma de atividade turística de natureza não parece ser conhecido / reconhecido pelas entidades responsáveis pela programação, sendo esse um desafio do processo de valorização.

O Plano de Ação propõe o enquadramento e articulação dos apoios necessários às atividades a desenvolver, sendo essa articulação ela própria uma das suas atividades.

Interação com autoridades públicas

A interação com as Autoridades (Florestal, Conservação da Natureza, Água, Segurança) assume na gestão cinegética e piscícola uma dimensão bastante diversificada e complexa. O licenciamento da atividade e dos praticantes da mesma (e.g licenciamento de caçadores estrangeiros, muito importante para a estratégia de acrescento de valor); a interação com as zonas classificadas, que se pretende sinérgica; a gestão de áreas públicas e comunitárias; os aspetos essenciais da fiscalização dos territórios cinegéticos nas suas múltiplas dimensões mas essencialmente na proteção de pessoas e do património, são exemplos de áreas onde podem existir ineficiências que prejudicam o aumento do valor económico e o valor natural.

As taxas pagas pelas zonas de caça constituem um tema de âmbito nacional, cuja abordagem não está no âmbito do presente estudo. Contudo, parece oportuno referir no âmbito da apresentação da presente estratégia que: i) as taxas constituem um custo das ZCA e ZCT, frequentemente referido como prejudicial à sua eficiência; ii) quanto maior e mais demonstrável for o contributo das zonas de caça para o desenvolvimento das regiões e do país mais fundamentados poderão ser os argumentos em favor da redução das taxas; iii)

quanto mais produtivas (eficientes) forem as zonas de caça, tanto menor será o peso relativo das taxas nas suas contas.

A operacionalização da presente estratégia pressupõe uma articulação eficaz e estruturada com a administração, em particular com os Ministérios da Agricultura e Ambiente, através do ICNF, organismo que é simultaneamente a autoridade florestal nacional e a autoridade nacional para a conservação da natureza. Essa articulação poderá assumir a forma de uma parceria e ser regulada por um instrumento (e.g contrato, protocolo) onde serão identificadas as questões chave da articulação para que o estado possa contribuir para o sucesso do projeto, os temas identificados como limitantes, e o modo como a administração pode minimizar essa limitação.

Assim a CIM – AT poderá apresentar à Administração Central, através do ICNF e no quadro do instrumento atrás referido, a estratégia de valorização que vier a aprovar incluindo nela as mudanças que considera relevantes na relação com essa mesma administração, não como reivindicações, mas como necessidades da parceria de que ambos farão parte.

1.2 VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS PISCÍCOLAS

1.2.1 O ESSENCIAL DA ESTRATÉGIA DE VALORIZAÇÃO

Tal como para o setor da caça, programa de valorização dos recursos piscícolas será iniciado pela promoção de duas concessões de pesca desportiva, com gestão profissionalizada de VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL CINEGÉTICO E PISCÍCOLA DO TERRITÓRIO DA CIM-ALTO TÂMEGA- RELATÓRIO FINAL

excelência. Estas concessões serão zonas de demonstração destinadas a criar um novo paradigma de gestão e pelo menos uma delas deverá ser especializada na pesca à truta de rio.

A CIM – AT promoverá o financiamento e as capacidades técnicas e de gestão necessárias, privilegiando as parcerias necessárias com organizações do setor da pesca, com o estado, com instituições de ensino e investigação e com as empresas.

A primeira e segunda fases do programa destinam-se a criar um referencial de excelência na gestão. Os concessionários poderão candidatar-se a um concurso aberto pela CIM – AT, sendo que as concessões de pesca desportiva selecionadas estabelecerão um acordo de gestão com a CIM-AT, aceitando concretizar na prática o modelo de gestão proposto no concurso e recebendo em troca os apoios técnicos e de financiamento previstos. As entidades concessionárias aceitarão também que os dados de gestão sejam utilizados na divulgação e formação, assumindo a função demonstrativa do projeto. As informações sobre os projetos demonstrativos serão compiladas e disponibilizadas *on – line* de modo a facilitar o seu uso por outros promotores.

Para a gestão das concessões de pesca demonstrativas a CIM – AT reunirá capacidades técnicas. Estas capacidades serão disponibilizadas às entidades concessionárias, de modo facilitado, preferencialmente gratuito, durante o período do programa. Entre outros aspetos importantes, o apoio técnico incluirá um programa de capacitação de operadores de terreno e a facilitação do acesso aos apoios comunitários por parte das entidades concessionárias.

Espera-se que, a partir do quinto ano de execução do programa, os bons resultados de pesca e o seu impacto no alojamento turístico e restauração sejam perfeitamente demonstráveis,

VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL CINEGÉTICO E PISCÍCOLA DO TERRITÓRIO DA CIM-ALTO TÂMEGA- RELATÓRIO FINAL

podendo ser comunicados de forma intensiva. Entender-se-á por “bons resultados” a verificação simultânea do seguinte: eficiência de gestão que demonstre a auto - suficiência potencial do projeto; impacto sensível no alojamento turístico e restauração na região influenciada pelo projeto.

O programa demonstrará a possibilidade prática de aumentar a eficiência da gestão e colocará à disposição das entidades concessionárias apoios que facilitam a sua convergência com essa gestão eficiente, sendo esta a base da estratégia proposta.

1.2.2 CONTEXTO DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO

O desenvolvimento turístico da pesca desportiva na região da CIM-AT é, à semelhança do que se passa em toda a Península Ibérica, algo limitado pela fauna autóctone com interesse desportivo, à exceção da truta de rio e algumas espécies de ciprinídeos cuja pesca é complementar àquela; por um enquadramento legal da atividade pouco propício à promoção do ordenamento e gestão dos cursos e massas de água; pela baixa dinâmica associativa e envolvimento dos pescadores nas concessões de pesca e, conseqüentemente, na gestão das massas de água e das populações piscícolas. A fiscalização pouco eficiente e a prática de métodos ilegais de pesca ligados à cultura e tradição das populações, são frequentemente apontados como causa da limitação do desenvolvimento do setor.

Apesar de ter sido aprovada em 2008 a, chamada, nova Lei da Pesca nas Águas Interiores, Lei 7/2008, de 15 de fevereiro, esta não foi regulamentada até à data, estando a atividade atualmente enquadrada pela Lei n. 2097, de 6 de junho de 1959 (regulamentada pelo Decreto-lei n.º 44623, de 10 de outubro de 1962, com alteração pelo Decreto n.º 312/70, de 6

de Julho, e pela Lei n.º 30/2006, de 11 de Julho), que permite atribuição de concessões de pesca exclusivamente a associações/clubes de pescadores e autarquias, excluindo do setor organizações privadas com fins lucrativos.

No entanto e apesar destas dificuldades, as massas e cursos de água desta região em particular apresentam, em geral, boas potencialidades piscícolas relacionadas com a qualidade e tipo de massas de água presentes, com baixos níveis de poluição, com a diferenciação da região pelo valor natural (áreas classificadas, com paisagens deslumbrantes) e com a capacitação *potencial* dos recursos humanos necessários à gestão piscícola. É a pesca à truta de rio, em rios de montanha, o produto de excelência do setor da pesca na região da CIM-AT. Existe também potencial de desenvolvimento a pesca de espécies exóticas, como a carpa ou o lúcio, e ainda a pesca de ciprinídeos indígenas, tanto como complemento à truta de rio como para a pesca de competição (o que também se aplica à pesca à truta). A pesca de competição é uma atividade promotora da atração de pescadores à região, podendo porventura afirmar-se que é na competição de pesca que reside, atualmente, a sua principal dimensão comercial.

Por outro lado, na região da CIM-AT em particular, as associações de pescadores, locais e especializadas, e as autarquias, têm tido um papel importante no desenvolvimento da atividade de pesca na região. Existem atualmente na região da CIM-AT, 19 concessões de pesca desportiva, 18 concessionadas a associações e uma à Câmara Municipal de Montalegre.

É, no entanto, ainda baixa a proporção de massas e cursos de água que se encontram reservados ou concessionados. A grande maioria dos rios e albufeiras da região são classificados como águas livres, locais onde a atividade da pesca obedece apenas à lei geral

da pesca nas águas interiores e onde não existem planos de ordenamento piscícola dirigidos para habitats e espécies específicos. Existem portanto zonas grande potencial para a pesca que ainda não se encontram concessionadas ou geridas.

As zonas concessionadas são predominantemente vocacionadas para a procura local ou de pescadores de alguma forma afins do local. As concessões de pesca na região estão atribuídas a autarquias e associações/clubes da região, cujos regulamentos têm definidas quotas para as licenças especiais que beneficiam os pescadores locais. Por outro lado, os pescadores transmontanos são dos que se deslocam menos para pescar e são os que requerem maior número de licenças regionais e concelhias.

São também as organizações de pescadores (federações, associações, clubes.) que, a par das autarquias e da FPPD, organizam concursos das várias modalidades. Os concursos de pesca contribuem para a atração de pescadores à região, não só nos dias em que decorre o evento, mas também em dias de treino. Os prémios atribuídos aos pescadores mais bem classificados e, sobretudo os patrocínios, podem contribuir para este fenómeno, mas é uma forte "paixão" pela atividade que leva à presença dos pescadores nos concursos e competições. A região da CIM-AT tem sido palco de algumas destes eventos. Será porventura esta vertente da pesca desportiva, a pesca de competição, que no futuro mais contribuirá para o incremento dos benefícios provenientes desta atividade.

Por outro lado, nos últimos anos, a procura interna e, sobretudo externa, da pesca lúdica cresceu na região da CIM-AT. A pesca à truta de rio por parte de pescadores espanhóis nos rios de montanha dos concelhos da CIM-AT tem visto a sua procura subir nos últimos anos. Esta realidade deve-se não só à qualidade dos cursos de água, das suas populações piscícolas,

nomeadamente de truta de rio, e enquadramento paisagístico, mas também ao facto da época de pesca à truta em terras portuguesas ter início antes da congénere espanhola.

Há, no entanto, a perceção generalizada dos técnicos do setor, que muito se pode e deve ainda fazer para aumentar essa procura, aumentando a produtividade e qualidade dos troféus, minorando, nomeadamente, os efeitos dos aspetos negativos já referidos (mais e melhor fiscalização, melhor ordenamento das margens dos cursos de água e respetivas galerias ripícolas, regularização de leitos, gestão das passagens para peixes, repovoamentos e largadas de peixes, etc.)

São várias as espécies piscícolas com interesse para a pesca, tanto desportiva como profissional, presentes na região da CIM-AT. Na área em estudo são relevantes do ponto de vista da pesca, as trutas de rio, o barbo, a boga e outros ciprinídeos como o escaló. Dentro das espécies exóticas destacam-se com interesse para a pesca, a truta arco-íris, a carpa, o achigã, o lúcio e a lucioperca.

A presença na área em estudo de espécies exóticas que podem ter por um lado impacto negativo nas espécies indígenas e nos habitats, mas por outro têm elevado valor desportivo e económico, cria uma situação de conflito, que pode ser mitigada estabelecendo planos de ordenamento e exploração de troços de rios e de albufeiras adequados a cada caso. Por exemplo, em albufeiras de menor dimensão, confinar o mais possível as espécies exóticas aquelas onde já estão presentes.

Também a pesca tem o estatuto de "*res nullius*" e a sua administração compete ao estado, o que, tal como no caso da caça, torna quase imperativo que este recurso seja gerido com eficiência. A legislação da pesca nas águas interiores está em vigor há cinquenta e cinco anos. A grande diferença de enquadramento da pesca relativamente à caça, prende-se

VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL CINEGÉTICO E PISCÍCOLA DO TERRITÓRIO DA CIM-ALTO TÂMEGA- RELATÓRIO FINAL

com o facto dos cursos e massas de água serem maioritariamente públicos, em contraste com os territórios cinegéticos que são, na sua grande maioria, privados. No entanto foi possível a partir da entrada em vigor da Lei n. 2097, de 6 de Junho de 1959 (regulamentada pelo Decreto-lei n.º 44623, de 10 de Outubro de 1962, concessionar troços de rios ou albufeiras a autarquias e associações de pescadores, com o objetivo de implementar planos de gestão específicos para essas concessões. Tendo em conta o baixo número de zonas concessionadas atualmente e o estado de abandono em que algumas se encontram, o desafio do presente será a promoção do *recurso público* “pesca” de modo a que este possa ser concessionado também a entidades de natureza privada, que através de uma nova dinâmica o promovam, como aliás está previsto na Lei 7/2008 de 15 de fevereiro, ainda por regulamentar.

Há um conjunto de fatores que podem ser determinantes para o desempenho do setor da pesca, todos eles comuns aos identificados para o setor da caça embora quanto à tipologia e objetivos das organizações gestoras de concessões de pesca, por imperativos legais, atualmente apenas existem iniciativas empresariais no setor da pesca desportiva em águas particulares, raras na região em estudo. Esta situação poderá ser alterada através da regulamentação da Lei 7/2008.

1.3 PARA UM PLANO DE AÇÃO DE VALORIZAÇÃO CINEGÉTICA E PISCÍCOLA DA REGIÃO DA CIM – AT

O Plano de Ação apresentado no Capítulo 4 deste estudo permitirá lançar e viabilizar o processo de valorização da caça e da pesca.

Trata-se de uma nova abordagem à gestão que se estrutura em cinco eixos:

EIXO 1 – Projetos Demonstrativos

EIXO 2 – Apoio Técnico

EIXO 3 - Capacitação

EIXO 4 – Monitorização e certificação

EIXO 5 – Promoção e divulgação

Em todos cinco eixos são propostas ações que representam alterações significativas ao modo de gerir a caça e a pesca nos últimos trinta anos.

O Plano de Ação inclui os mecanismos da sua monitorização e certificação de resultados, que o deverão credibilizar.

O investimento previsto para dez anos é € 2 082 500 e deverá ser obtido principalmente através dos Programas Operacionais integrados no presente Acordo de Parceria no período de programação 2014-2020, sendo importante que a CIM-AT o proponha nas instâncias de programação.

Sugere-se que o programa a propor assuma a designação **VENATUR (ALTO – TÂMEGA) – Valorização de recursos cinegéticos e piscícolas na região do Alto Tâmega.**

2 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA

2.1.1 ÂMBITO GEOGRÁFICO

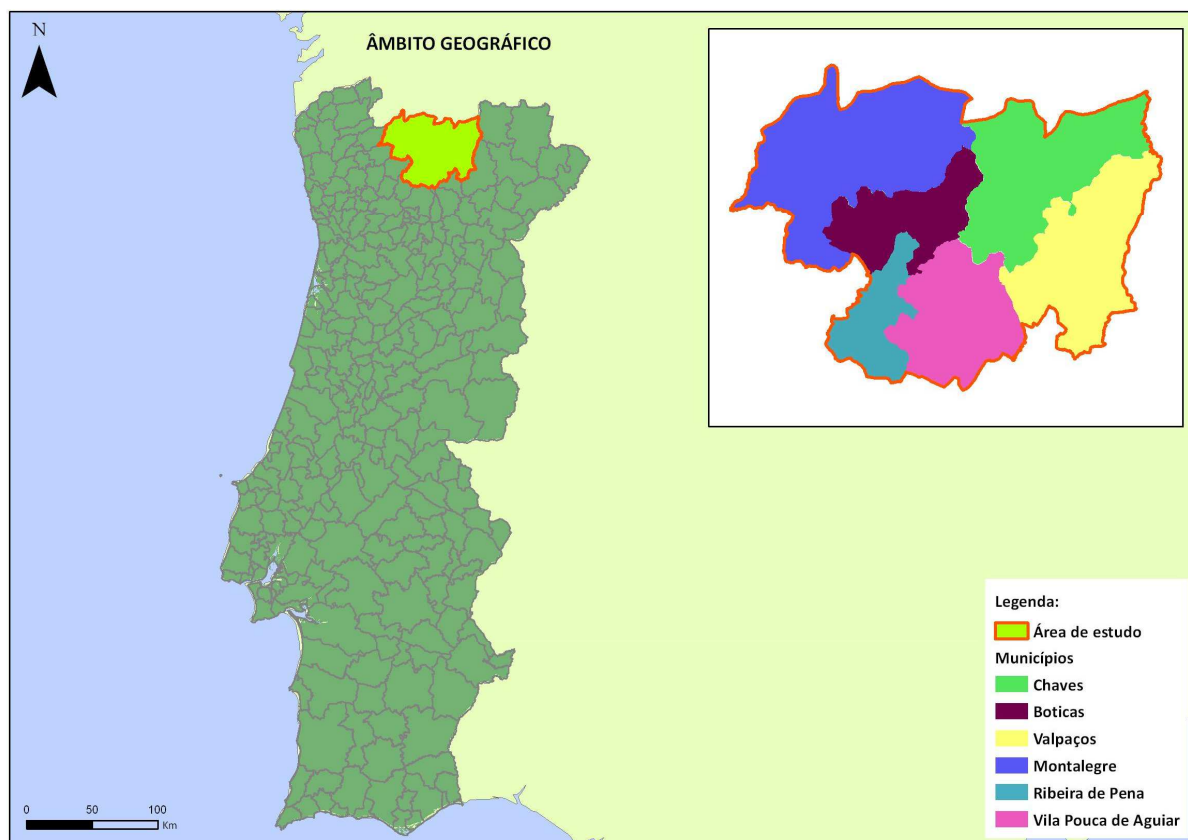


Figura 1 –Âmbito geográfico da CIM - AT

O âmbito geográfico é o dos concelhos da CIM – AT: Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar compreendendo 118 freguesias e uma área geográfica de 292 200 ha.

Município	Nº de Freguesias	Superfície (ha)	% (Superfície)
Boticas	10	32196	11%
Chaves	39	59123	20%
Montalegre	25	80546	28%
Ribeira de Pena	5	21746	7%
Valpaços	25	54874	19%
Vila Pouca de Aguiar	14	43707	15%
Total	118	292192	

Tabela 1 – Superfície, fração da superfície no total e nº de freguesias nos concelhos da CIM-AT

2.1.2 CLIMA

A descrição climática (prevista no Caderno de Encargos) encontra-se no [Anexo I](#).

2.1.3 REDE NATURA 2000

As Figura 2 e Figura 3 mostram os territórios das zonas classificadas pela Rede Natura 2000 na área em estudo.

Na Tabela 3 são apresentadas as superfícies cinegéticas por área classificada e tipologia de zona de caça das áreas de Rede Natura 2000, sendo que 12.1% da superfície cinegética da região em estudo se encontra situado em território da Rede Natura 2000.

VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL CINEGÉTICO E PISCÍCOLA DO TERRITÓRIO DA CIM-ALTO TÂMEGA- RELATÓRIO FINAL

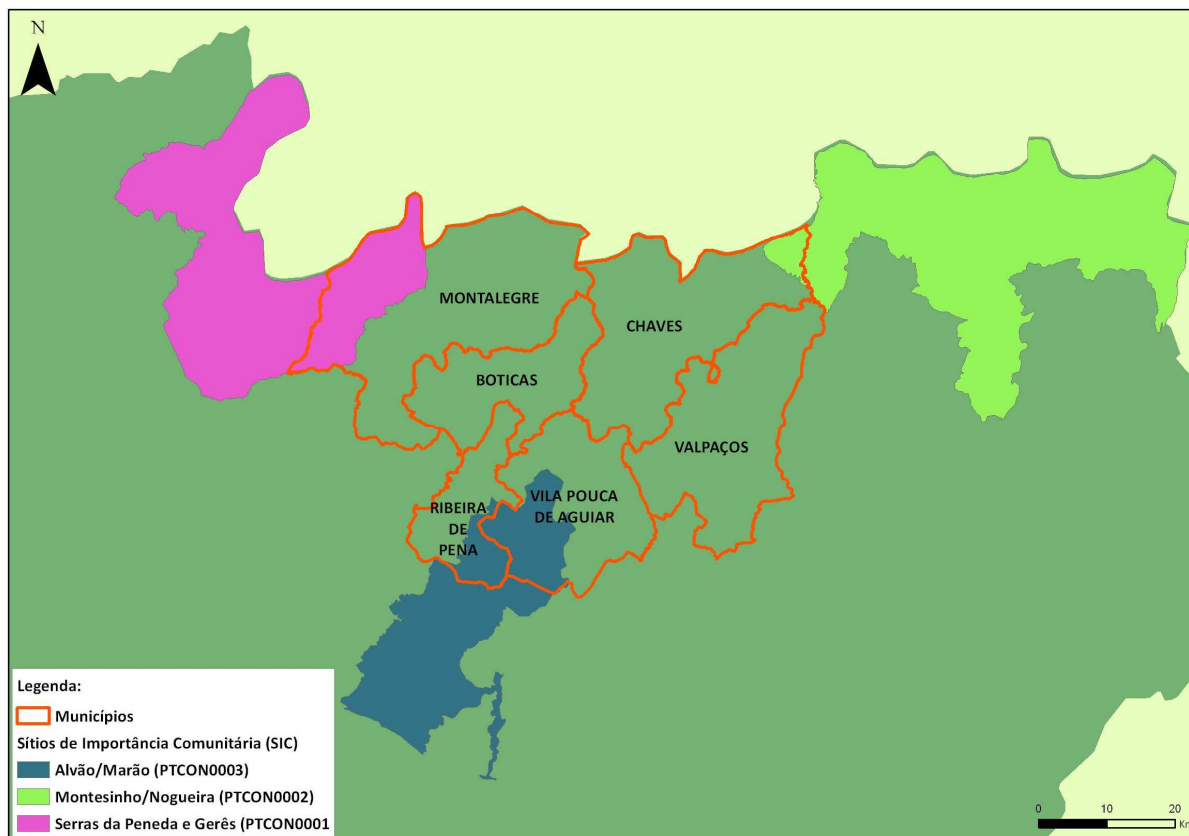


Figura 2 – SIC na área de estudo.

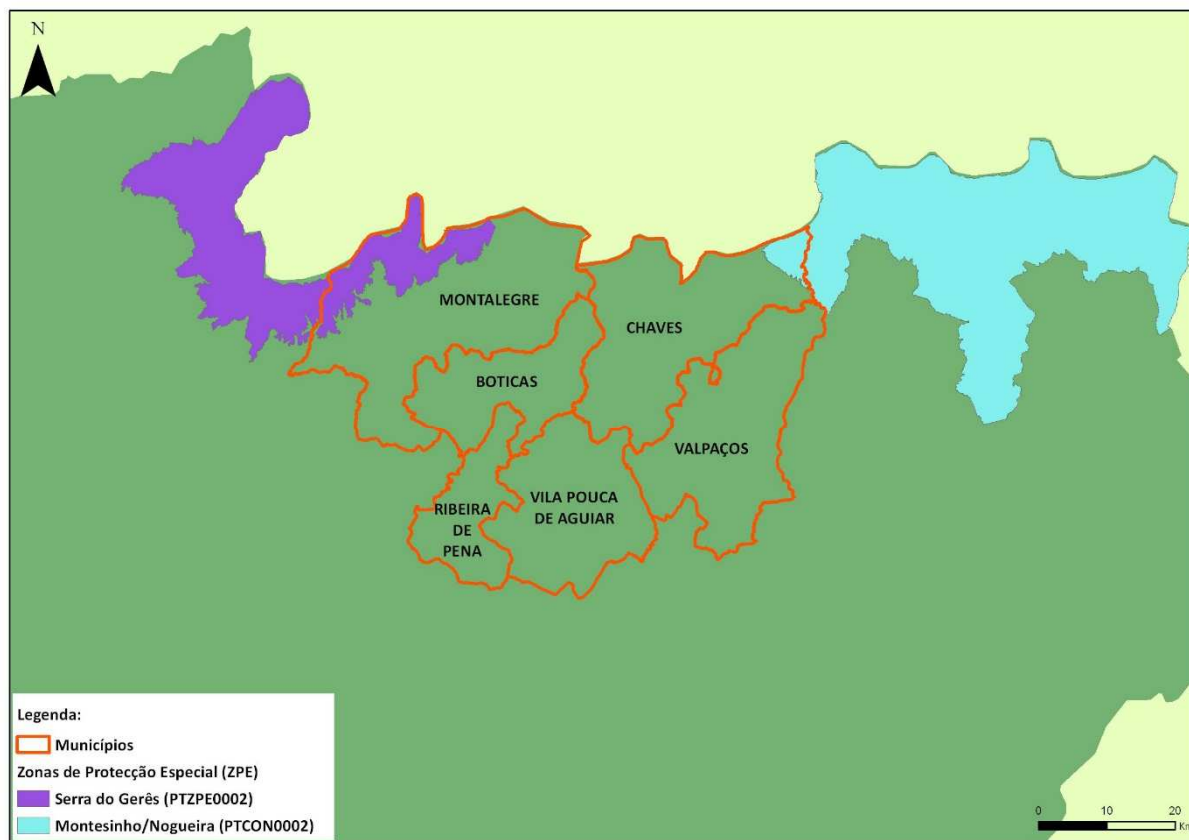


Figura 3 – ZPE na área de estudo.

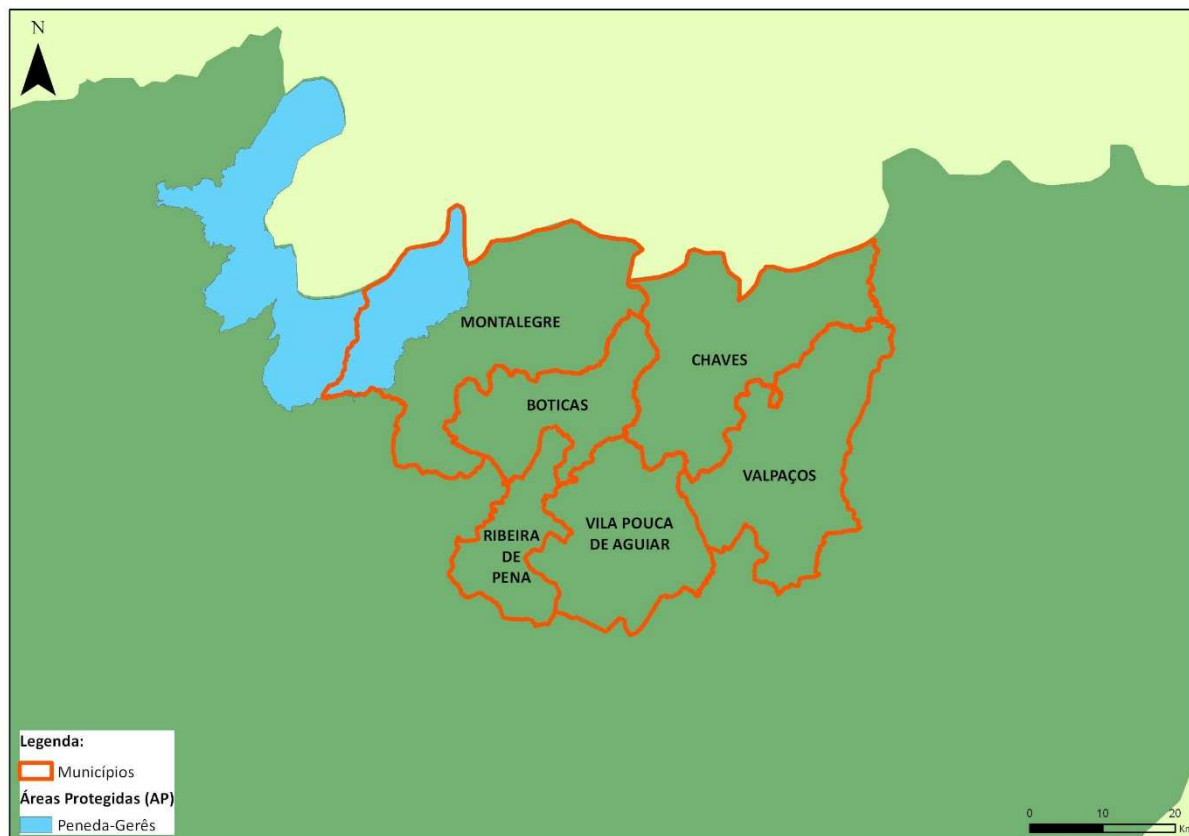


Figura 4 – Áreas protegidas no território em estudo.

SIC	ZPE	Áreas Protegidas
PTCON0001 – Peneda/Gerês PTCON0002 - Montesinde – Nogueira	PTCON0002 - Montesinde / Nogueira PTZPE0002 – Serra do Gerês	Parque Nacional da Peneda - Gerês

Tabela 2 – Zonas classificadas na Rede Natura 2000 (SIC e ZPE) e áreas protegidas.

SIC	Área (ha)	Área Zonas de Caça (ha)							
		ZCA	%	ZCM	%	ZCT	%	TOTAL	%
PTCON0001 - Peneda/Gerês	88845,00	8399,11	9,5	63,50	0,1	-	-	8462,61	9,6
PTCON0002 - Montesinho/Nogueira	108010,55	3028,19	2,8	106,80	0,1	-	-	3134,99	2,9
PTCON0003 - Alvão/Marão	58788,00	11584,97	19,7	5767,30	9,8	759,84	1,3	18112,10	30,8
ÁREA TOTAL	255643,55	23012,27	9,0	5937,59	2,3	759,84	0,3	29709,69	11,6
ZPE									
PTCON0002 - Montesinho/Nogueira	108010,55	3078,87	2,9	127,46	0,1	-	-	3206,33	3,0
PTZPE0002 - Serra do Gerês	63438,11	3818,48	6,0	3663,24	5,8	-	-	7481,72	11,8
ÁREA TOTAL	171448,66	6897,35	4,0	3790,70	2,2	-	-	10688,05	6,2

Tabela 3 – Superfície e fração da superfície das áreas classificadas por tipologia de zona de caça.

2.1.4 OCUPAÇÃO DO SOLO

Ver 3.1.1.1.1.

2.2 IDENTIFICAÇÃO DAS ESPÉCIES CINEGÉTICAS E PISCÍCOLAS E SUA BIOLOGIA

A identificação das espécies cinegéticas e piscícolas e sua biologia encontra-se no [Anexo II](#).

3 ESTRATÉGIA DE VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL CINEGÉTICO E PISCÍCOLA

3.1 ANÁLISE (SWOT)

A análise SWOT incidiu sobre o ambiente interno (Forças e Fraquezas) e sobre o ambiente externo (Oportunidades e Ameaças) de organizações, economias ou outros sistemas. Assim, para realizar uma análise SWOT é necessário fixar os seus termos, estendendo o conceito e a metodologia aos setores de atividade considerados. Da definição dos termos da análise SWOT decorre a tipologia de informação necessária para a análise.

A análise SWOT foi apoiada por dois inquéritos destinados a conhecer a perceção de interlocutores relevantes para o processo de valorização. Um inquérito designado "Perspetivas do setor da Caça em Trás-os-Montes (Alto Tâmega) " foi dirigido a gestores de zonas de caça associativa, municipal e turística, autarcas e dirigentes de organizações do setor da caça de âmbito regional encontra-se descrito no [Anexo V](#). Um outro inquérito dirigido às unidades de alojamento encontra-se descrito no [Anexo IV](#).

3.1.1 CINEGÉTICA - AMBIENTE INTERNO (FORÇAS E FRAQUEZAS)

O "ambiente interno" do sector cinegético no território da CIM-AT foi analisado nas seguintes componentes:

- i) Características biofísicas do território
- ii) Produtividade cinegética.

- iii) Tipologia e funcionamento das unidades de produção cinegética.
- iv) Promoção turística da caça na região
- v) Organizações do setor caça da região e sua atividade
- vi) Valor económico da caça na região.
- vii) Regulamentação do sector e associada (conservação da biodiversidade, turismo)
- viii) Impacto na conservação da biodiversidade
- ix) Regulamentação das áreas protegidas e classificadas.

3.1.1.1 CARACTERÍSTICAS BIOFÍSICAS DO TERRITÓRIO

As características biofísicas mais relevantes para a análise são:

- i. A ocupação do solo e sua evolução
- ii. A hidrografia e as características dos cursos e massas de água
- iii. A fauna, flora e habitats

3.1.1.1.1 OCUPAÇÃO DO SOLO

A metodologia de análise da ocupação do solo é mostrada no [Anexo I](#), discutida também em 3.1.2.2. A ocupação do solo na área em estudo é resumida na Figura 5 e na Figura 6.

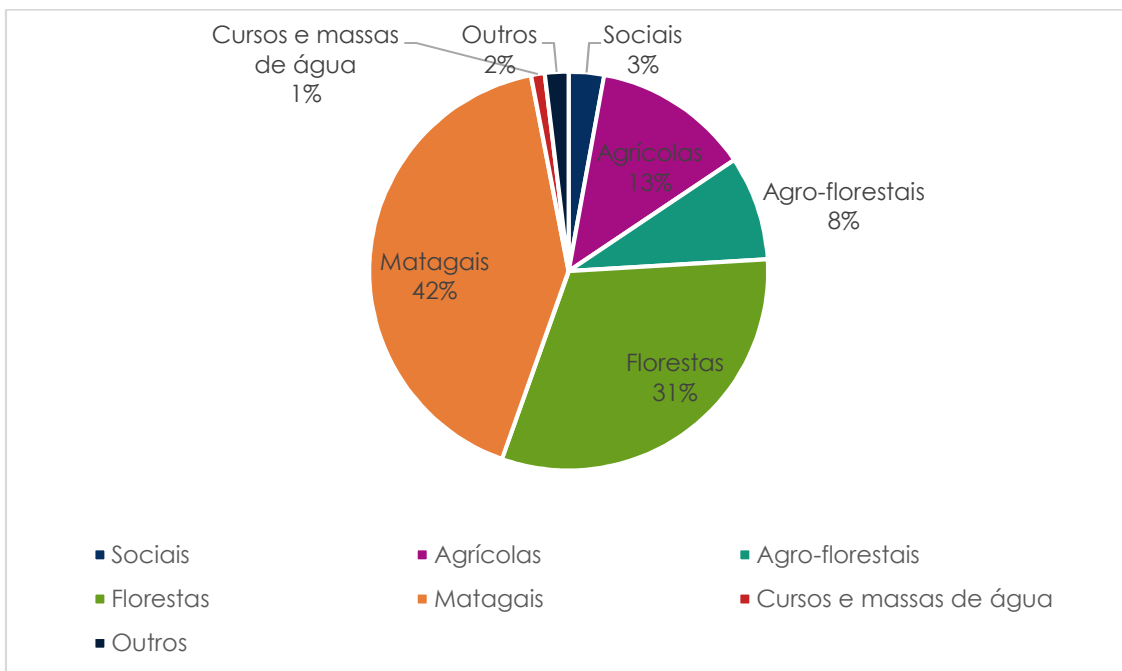


Figura 5 – Fração da superfície ocupada pelas classes de ocupação consideradas.

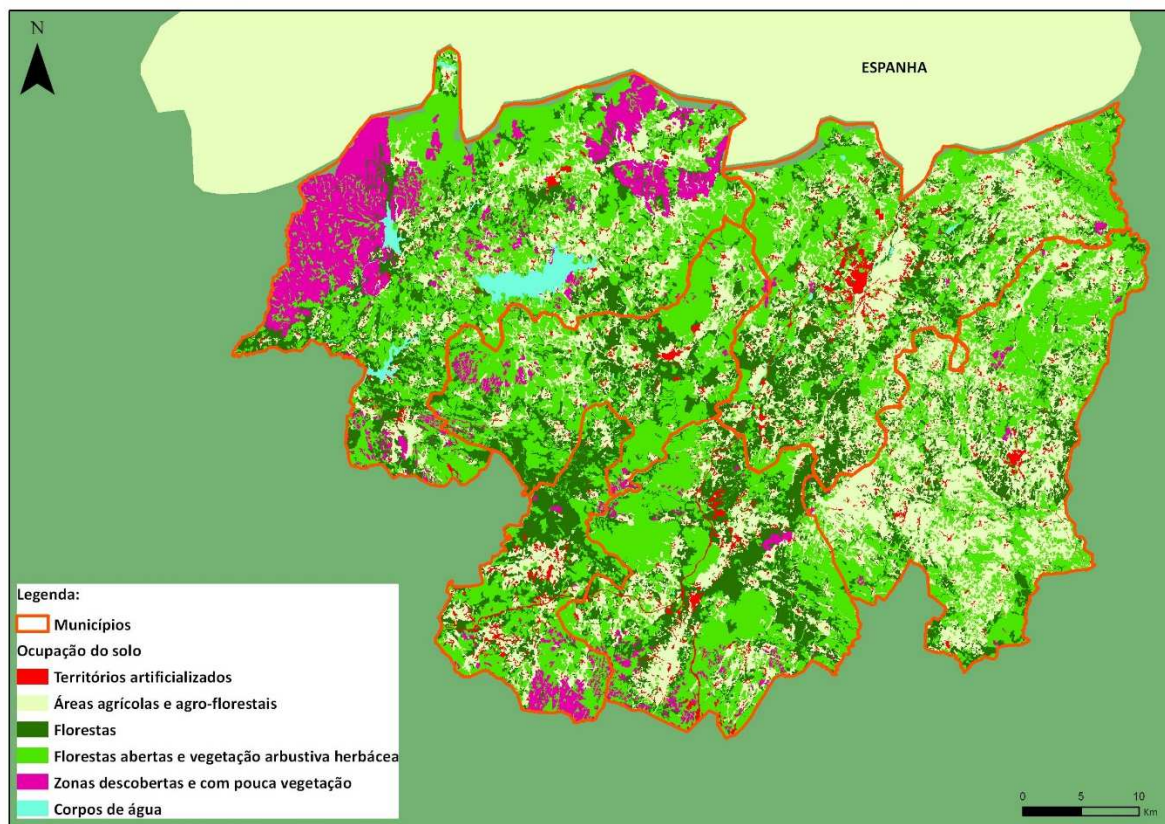


Figura 6 – Ocupação do solo.

As tendências de evolução da ocupação do solo são analisadas 3.1.2.2.

Considerada a ocupação do solo na perspetiva dos habitats das espécies cinegéticas, verifica-se que:

- Os habitats de aves aquáticas, são comparativamente menos importantes, quer representação dos cursos e massas de água no conjunto do território, quer pelas características das massas de água (grandes albufeiras de margens escarpadas).
- As zonas de mosaico agrícola com orla de floresta propícias às rolas estão disseminadas por toda a área com exceção das áreas predominantemente florestais.
- Às zonas mais marcadamente abertas e com maior fração de culturas temporárias nas zonas agrícolas correspondem os habitats mais marcadamente favoráveis ao coelho-bravo
- A região tem uma fração importante de zonas florestais e agro-florestais com habitat favorável ao corço, com áreas de bosque ou matos, intercalados por zonas abertas de prados, pastagens e áreas agrícolas (com mato e zonas de vegetação arbustiva junto a linhas de água).
- As extensas áreas florestais que não perdem, contudo, a intercalação de zonas abertas, geram áreas de habitat potencial para o veado com superfície bastante elevada. Contudo, as especificidades do comportamento reprodutivo da espécie exigem áreas de tranquilidade elevada¹, durante o período da brama, limitando a área efetivamente utilizável pela espécie.

¹ Em particular, com a necessidade controlo efetivo da caça ilegal.

Também neste caso, a tranquilidade limita a expansão mais do que as características decorrentes da ocupação do solo e sua expansão.

- O javali tem habitat adequado em praticamente todo o território, com exceção das áreas sociais. Contudo, é conhecida a sua preferência pelas “manchas” arbóreo – arbustivas fortes, com proximidade a zonas de alimentação, as quais variam com a época do ano, consoante a frutificação de árvores florestais, o ciclo de vida de animais de fungos e fauna do solo, o ciclo das culturas agrícolas. Esta multiplicidade de fatores tornam o entendimento da adequabilidade concreta do habitat uma tarefa complexa, localmente apenas acessível a quem se dedique ao seu estudo, mas, muito facilitada à escala regional dada a grande abundância de superfícies potencialmente adequadas.

3.1.1.2 PRODUTIVIDADE CINEGÉTICA

A avaliação das forças e fraquezas associadas à produtividade cinegética foi feita através da análise dos seguintes temas:

- i) Elaboração de mapas de produtividade cinegética para uma apreciação geral do território quanto a este tema.
- ii) Evolução temporal da produtividade cinegética

- iii) Comparação da produtividade cinegética na região em estudo com a produtividade cinegética em Espanha.

3.1.1.2.1 MAPAS DE PRODUTIVIDADE CINEGÉTICA

Foram elaborados mapas de produtividade cinegética para três espécies que, em conjunto, permitem uma apreciação global dessa mesma produtividade e para as quais foi possível obter dados suficientes. Pretende-se obter uma imagem espacializada, global e média da produtividade destas três espécies como representantes da produtividade cinegética global nos últimos vinte anos.

Os detalhes da metodologia para a elaboração dos mapas de produtividade cinegética, para as três espécies em análise são apresentados no [Anexo III](#).

Os dados de partida, georreferenciados foram disponibilizados pelo ICNF no âmbito de um protocolo com a CIM – AT. A base de dados contém para cada zona de caça existente na área em estudo no período 1991 a 2013 os seguintes atributos (época de caça; coordenadas CMP do centróide do território da zona de caça; espécie; abate na época; abate na época por 100 ha). Os dados são de natureza *declarativa*, isto é, correspondem às informações obrigatória e anualmente transmitidas à autoridade florestal nacional pelos gestores das zonas de caça, não se conhecendo qualquer trabalho sistemático de validação destes dados através da obtenção da observação direta no terreno. Apesar das limitações deste conjunto de dados ele é objetivamente o melhor que se encontra disponível.

Foram inicialmente analisadas as medidas de tendência central e de dispersão da produtividade cinegética (abate por 100 ha), por espécie e por ano, de forma a identificar a

presença de valores extremos e a simetria das distribuições. Numa segunda fase foram construídos variogramas, para todos os anos, para as três espécies, de forma a avaliar a continuidade espacial da variável para cada ano. A ausência de dados suficientes e/ou comportamento espacial aleatório, determinou a exclusão dos anos indicados na Tabela 4.

Espécie	Épocas excluídas
Coelho-bravo	1995-1996;2003-2004; 2007-2008
Perdiz – vermelha	2002-2003; 2003-2004;2007-2008;
Javali	2002-2003; 2003-2004;2007-2008;

Tabela 4 – Anos excluídos da análise geoestatística por espécie

Os mapas da produtividade média e da incerteza temporal que lhe está associada no período em análise encontram-se na Figura 7; Figura 8; Figura 9.

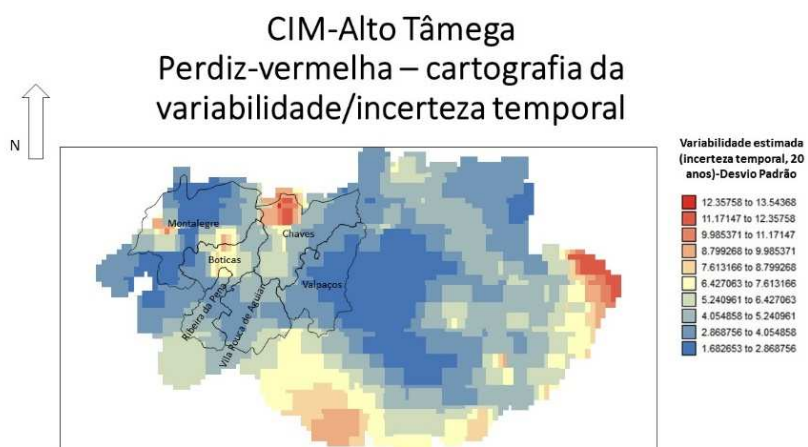
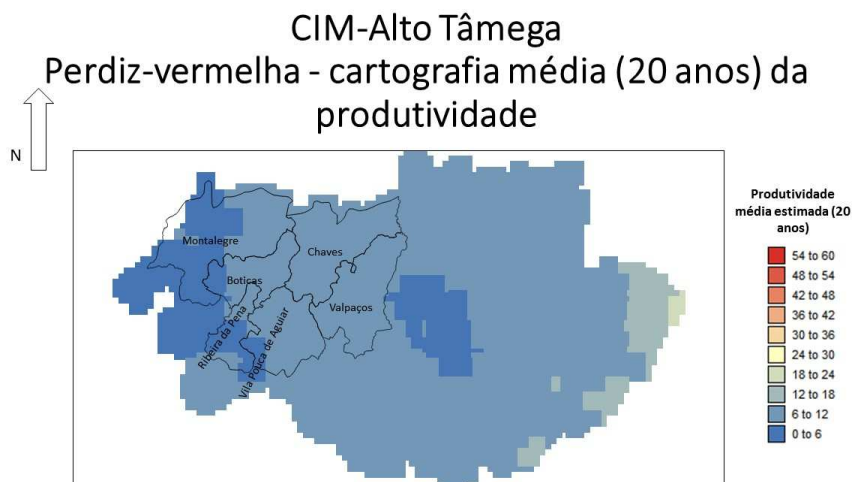


Figura 7 – Produtividade perdiz-vermelha e incerteza temporal associada.

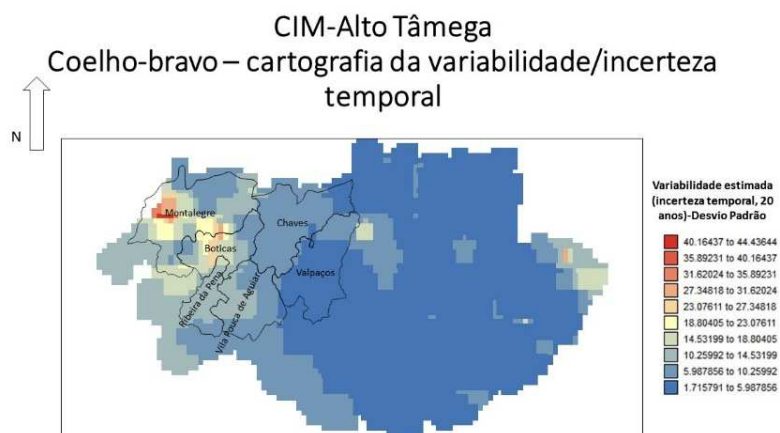
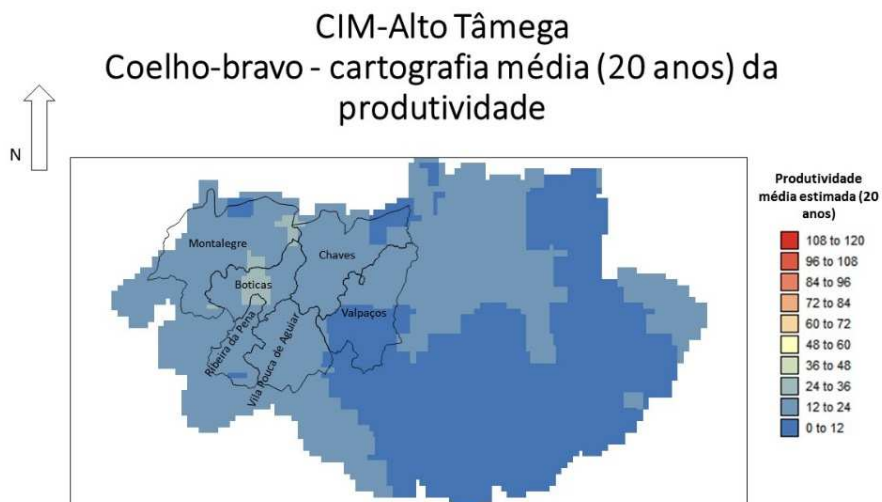


Figura 8 – Produtividade coelho-bravo e incerteza temporal associada.

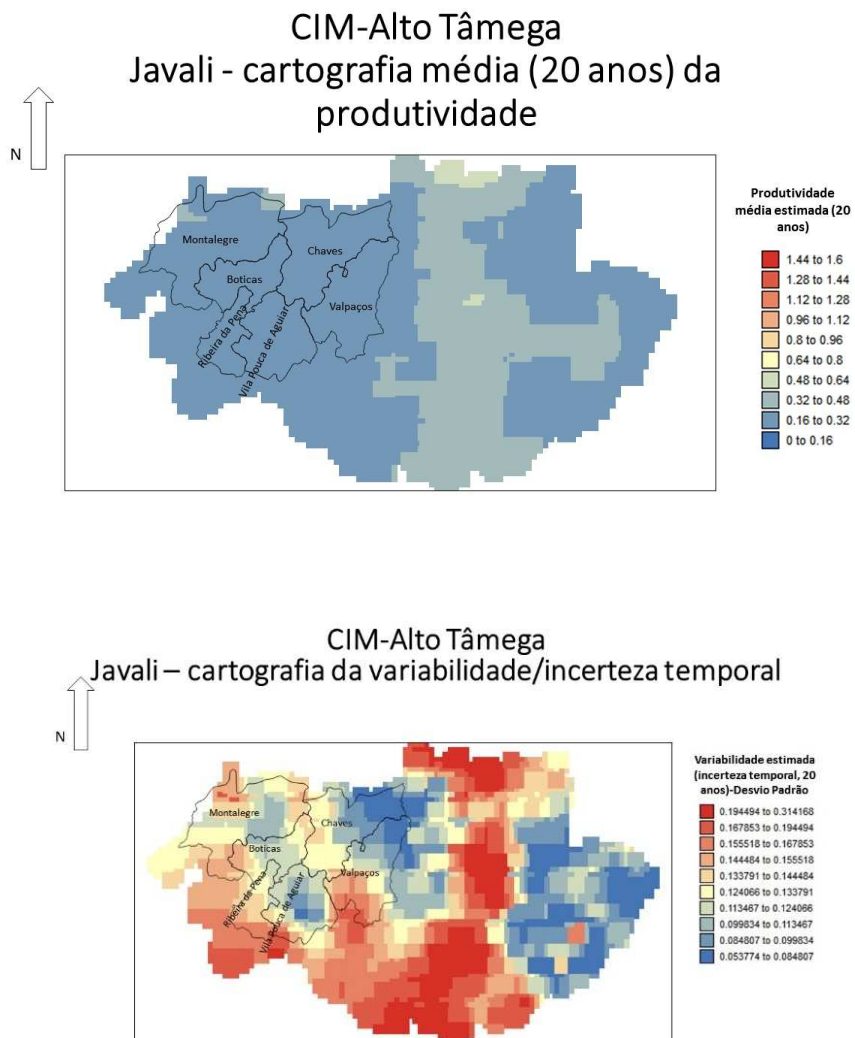


Figura 9 – Produtividade javali e incerteza temporal associada.

A perdiz-vermelha apresenta genericamente muito baixas produtividades no território em análise, apesar de evidentemente maiores nas zonas de manutenção mosaico agro- florestal

A observação do mapa de variabilidade/incerteza temporal indica uma zona de alta

variabilidade da produtividade na zona Norte do concelho de Chaves naquela que é a zona agrícola mais importante do território em estudo.

Num contexto de muito baixa produtividade coelho-bravo apresenta duas zonas de produtividade diferenciadamente mais elevada, ambas parcialmente explicáveis por características do habitat, mas que provavelmente estarão associadas a características mais favoráveis da gestão cinegética, uma em Carreira da Lebre – Vilar – Carvalhelhos no concelho de Boticas e outra em Soutelinho da Raia – Meixide, em Chaves e Montalegre.

A produtividade do javali é generalizadamente baixa em toda a zona em estudo.

3.1.1.2.1.1 MIGRATÓRIAS E AQUÁTICAS

Os dados disponíveis sobre a produtividade cinegética das espécies migradoras devem ser tomados ainda com maior prudência do que os dados sobre espécies sedentárias. De facto, a gestão cinegética para as migradoras apresenta fatores de incerteza cujo controlo é impossível. Pela própria natureza dos números das caçadas os dados declarativos tendem a ser ainda afetados por erros adicionais.

Pode, contudo, dizer-se o seguinte:

- i) A média global de 20 anos abate de rolas das explorações onde esse abate é declarado é de 0.068 rolas/ha.
- ii) Os concelhos onde se registam maiores produtividades no abate de rolas (média de 20 anos nas explorações que declararam abate) são Montalegre (0.092 rolas/ha) e

Chaves (0.062 rolas/ha), que são simultaneamente os concelhos onde se registam as maiores produções.

- iii) Na época de 2012/2013, 52 em 72 zonas de caça declararam o abate de rolas, evidenciando a distribuição alargada da caça a esta espécie na região.
- iv) A média global de 20 anos abate de tordos, das explorações onde esse abate é declarado, é de 0.52 tordos/ha.
- v) O concelho onde se destacadamente se registam maiores produtividades no abate de tordos (média de 20 anos nas explorações que declararam abate) é Valpaços (1.05 tordos/ha), onde também destacadamente se registam as maiores produções.
- vi) O abate declarado de patos é extremamente baixo na região, sendo o concelho de Chaves aquele que regista a maior produção (média próxima de 150 animais por ano), dos cerca de 550 abatidos anualmente na região.

3.1.1.2.2 EVOLUÇÃO TEMPORAL DA PRODUTIVIDADE CINEGÉTICA

A tendência da evolução da produtividade de perdiz-vermelha, coelho-bravo e javali na década de 2000 a 2012 mostra uma clara tendência de estabilização em níveis baixos, em particular a partir de 2004 e uma tendência global de descida. O aumento da área de zonas de caça municipal e a sua baixa produtividade explica a variação global. As Figura 10, Figura 11 e Figura 12 apresentam o número de abates por hectare da superfície cinegética em exploração nesse ano.

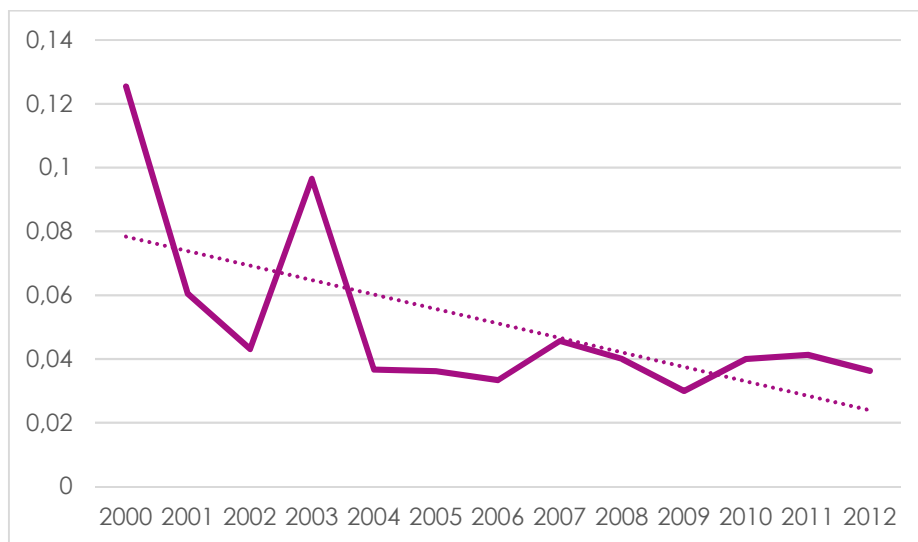


Figura 10 – Variação da produtividade média da perdiz-vermelha (abate/ha), referida à superfície cinegética produtiva em cada ano.



Figura 11 – Variação da produtividade média do coelho-bravo (abate/ha), referida à superfície cinegética produtiva em cada ano.



Figura 12 – Variação da produtividade média do Javali (abate/ha), referida à superfície cinegética produtiva em cada ano.

O máximo de produtividade por espécie registada numa zona de caça individual (abate por superfície da zona de caça) durante o período 2000 – 2012 é indicado na Tabela 5.

Espécie	Abate/ha
Perdiz – vermelha	0,54
Coelho - bravo	0,76
Javali	0,044

Tabela 5 – Produtividades máximas de perdiz-vermelha, coelho-bravo e javali entre 2000 e 2012

A produtividade máxima registada no período 2000-2012 para a perdiz - vermelha e coelho-bravo não pode ser considerada elevada, quando comparada com referências de boa produtividade (>1 perdiz/ha; > 2 coelho/ ha).

A variação da produtividade cinegética das três espécies analisadas e no período 2000-2012 é genericamente coerente com a tendência na variação da abundância dos habitats, decorrente da variação na ocupação do solo que se verificou no mesmo período, representada pela variação entre os Recenseamentos Agrícolas de 1999 e 2009 (ver 3.1.2.2).

3.1.1.2.2.1 MIGRATÓRIAS E AQUÁTICAS

A evolução entre as épocas de 2000/2001 e 2012/2013 da produção declarada de tordos (Figura 13) e rolas (Figura 15) aumentou, tendo a produção declarada de tordos aumentado de forma mais expressiva. Contudo, este aumento da produção declarada explica-se facilmente através do aumento do número de zonas de caça que declararam abates.

A variação da produtividade média das explorações que declararam abates de tordos (Figura 14) e de rolas (Figura 16), indica uma variação negativa da produtividade no caso das rolas coerente com a perceção generalizada relativa a esta espécie e um aumento no caso dos tordos também coerente com a perceção que existe no universo dos gestores e caçadores sobre este assunto.

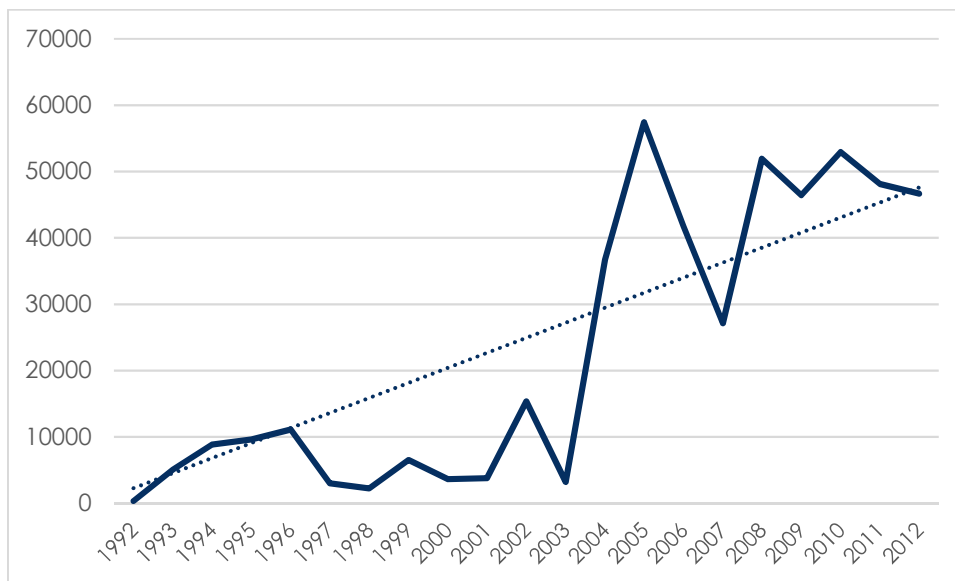


Figura 13 – Evolução da declaração de abate de fardos para o total da região (2000/2001) a (2012/2013).

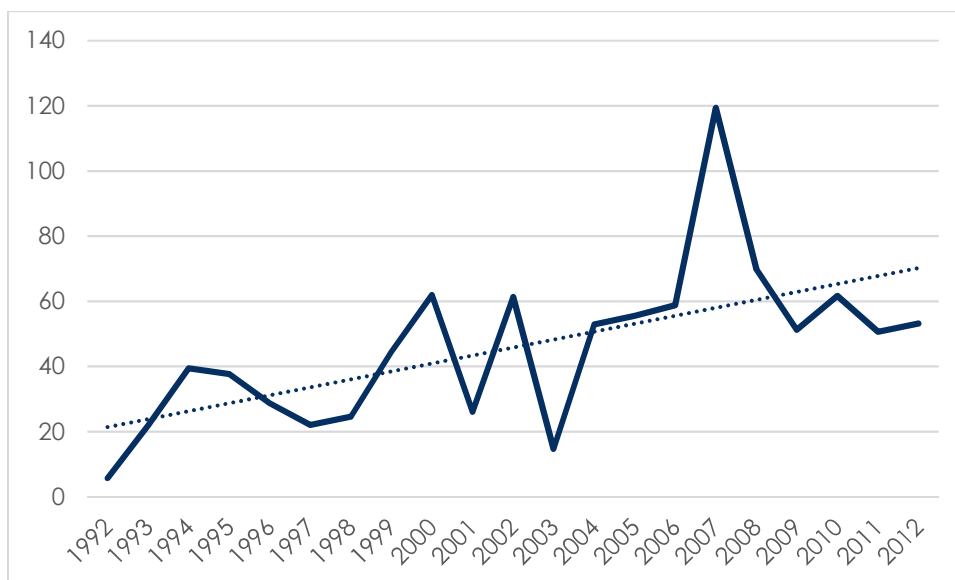


Figura 14 – Evolução da produtividade média (tordos por 100 ha) das explorações que declararam abate de tordos para o total da região (2000/2001) a (2012/2013).

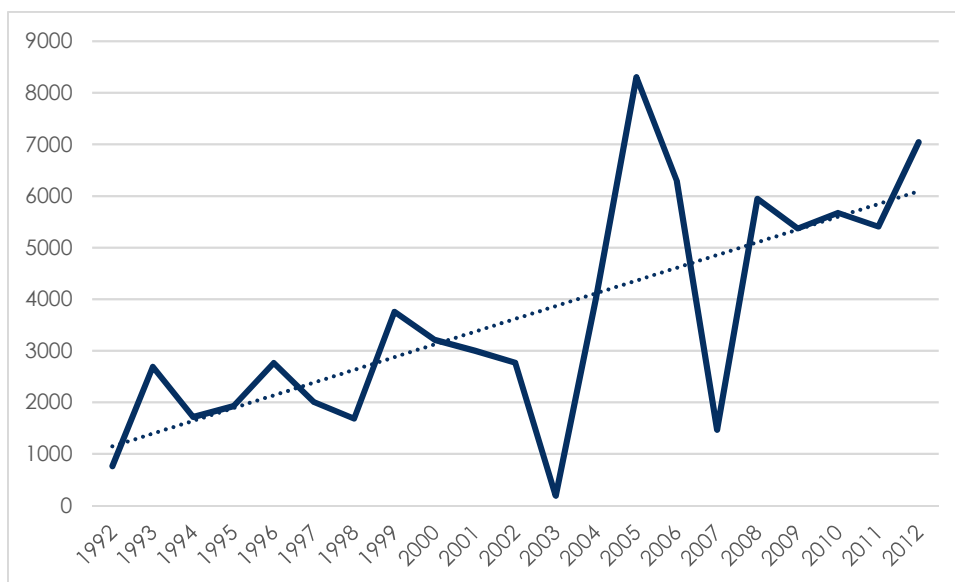


Figura 15 – Evolução da declaração de abate de rolas para o total da região (2000/2001) a (2012/2013).

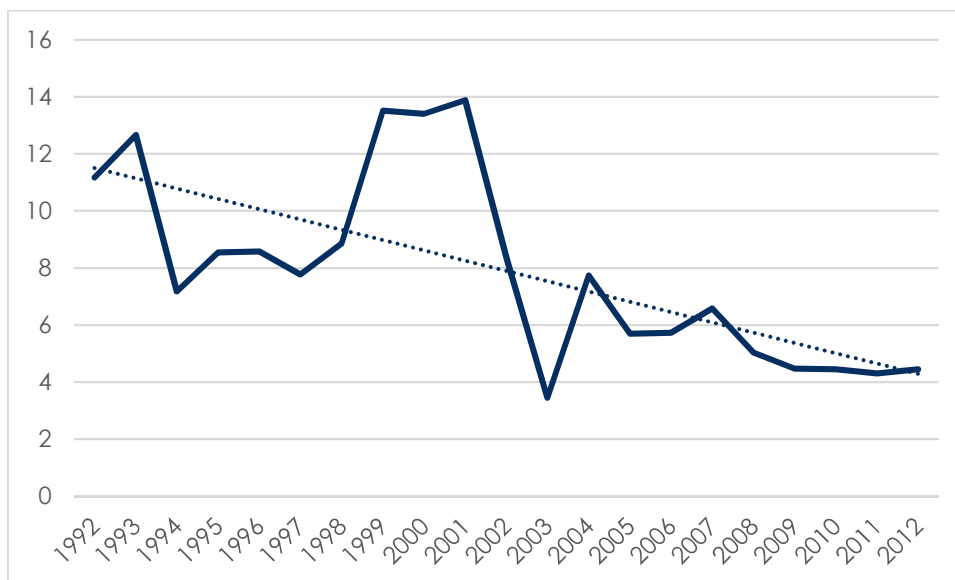


Figura 16 – Evolução da produtividade média das explorações (rolas por 100 ha) que declararam abate de rolas para o total da região (2000/2001) a (2012/2013).

3.1.1.2.3 COMPARAÇÃO DA PRODUTIVIDADE CINEGÉTICA NA REGIÃO EM ESTUDO COM A PRODUTIVIDADE CINEGÉTICA EM ESPANHA

Em (Garrido Martín, 2012) encontra-se informação sobre a produtividade cinegética em volume, em Espanha, para o período 2000 – 2011 a qual têm origem nas estatísticas agrícolas oficiais publicadas pelo *Ministério de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente*. Esta série de dados é de base declarativa e foi comparada com a série de dados obtida pelo ICNF com base na declaração anual obrigatória dos abates pelas zonas de caça.

A comparação é limitada pelas diferenças na composição dos habitats da qual decorre uma diferente aptidão potencial para a produção cinegética entre as duas regiões comparadas (Espanha e o território da CIM-AT). A comparação é também limitada pelas diferenças no modo de recolha e certificação dos dados. Os dados referentes a Espanha estão integrados no sistema de recolha estatísticas agrícolas e de ambiente.

A hipótese de que, numa situação de gestão eficiente, a região em estudo pudesse ter produtividades cinegéticas de perdiz-vermelha, coelho-bravo e javali da mesma ordem, ou superiores, à da produtividade média obtida para a globalidade da produção em Espanha, fundamenta-se no seguinte:

- Trata-se de espécies com distribuição generalizada a toda a península e com algumas zonas de alta produtividade potencial na área em estudo.

- O território está integralmente sujeito ao regime de caça ordenada.

Na Tabela 6 são comparados os valores da produtividade média (abate por 100 ha), para a região em estudo e para Espanha.

	Perdiz	Coelho	Javali
Espanha	10,39	13,97	0,5
Região em estudo	3,92	9,81	0,113
Região em estudo/Espanha	37,7%	70,2%	22,6%

Tabela 6 – Comparação da produtividade cinegética (perdiz - vermelha; coelho – bravo; javali) em Espanha e na região em estudo (abate por 100 ha).

3.1.1.2.4 PERCEÇÃO DOS GESTORES SOBRE A PRODUTIVIDADE CINEGÉTICA

A perceção dos respondentes (n=15) é de que o coelho-bravo é a espécie para a qual se obtém maiores produtividades, embora com valores próximos da perdiz e do javali. Na escala de 1 a 5 usada para avaliar a perceção da produtividade a média da avaliação do coelho bravo é 3.47, da perdiz vermelha 3.40 do javali é 3.33, só os cervídeos têm uma avaliação (2.46) abaixo do ponto médio.

As zonas de caça associativas consideradas as tipologias de maior produtividade geral (para todas as espécies). Esta perceção é coerente com os dados disponíveis uma vez que a produtividade global das zonas de caça associativas é superior à das municipais. É muito provável que os respondentes tenham considerado nesta resposta a sua perceção geral e relação às zonas de caça turística não a aplicando diretamente à região em estudo, uma vez que o seu número é exíguo e irrelevante.

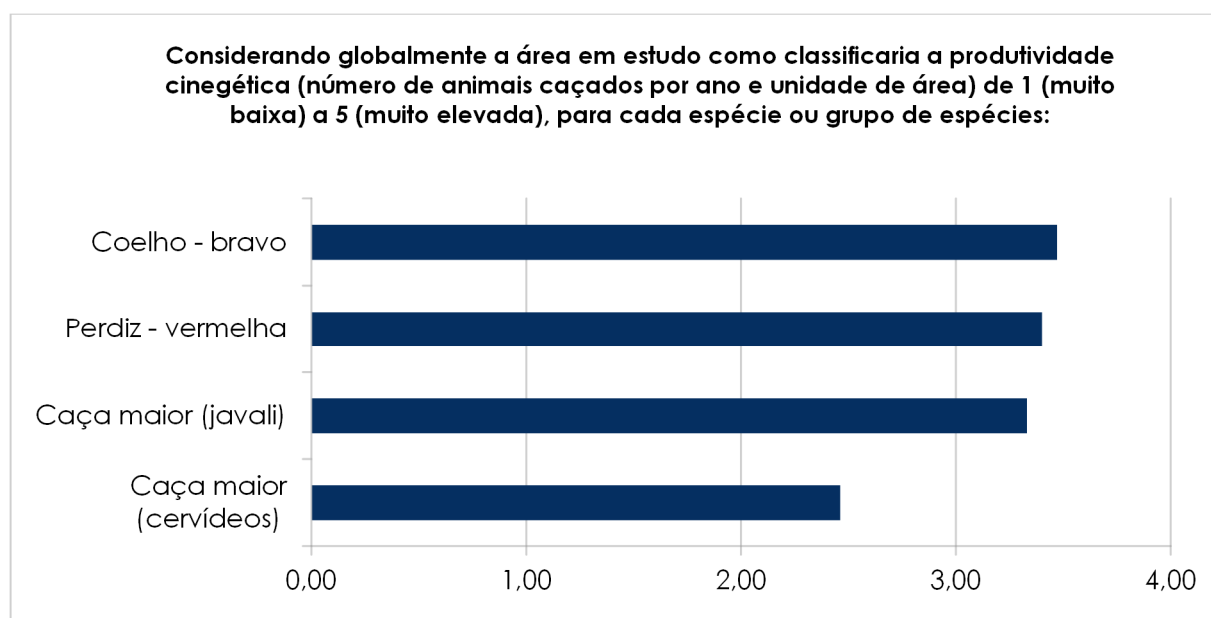


Figura 17 – Perceção da produtividade das zonas de caça (veado, javali, coelho bravo e perdiz vermelha).

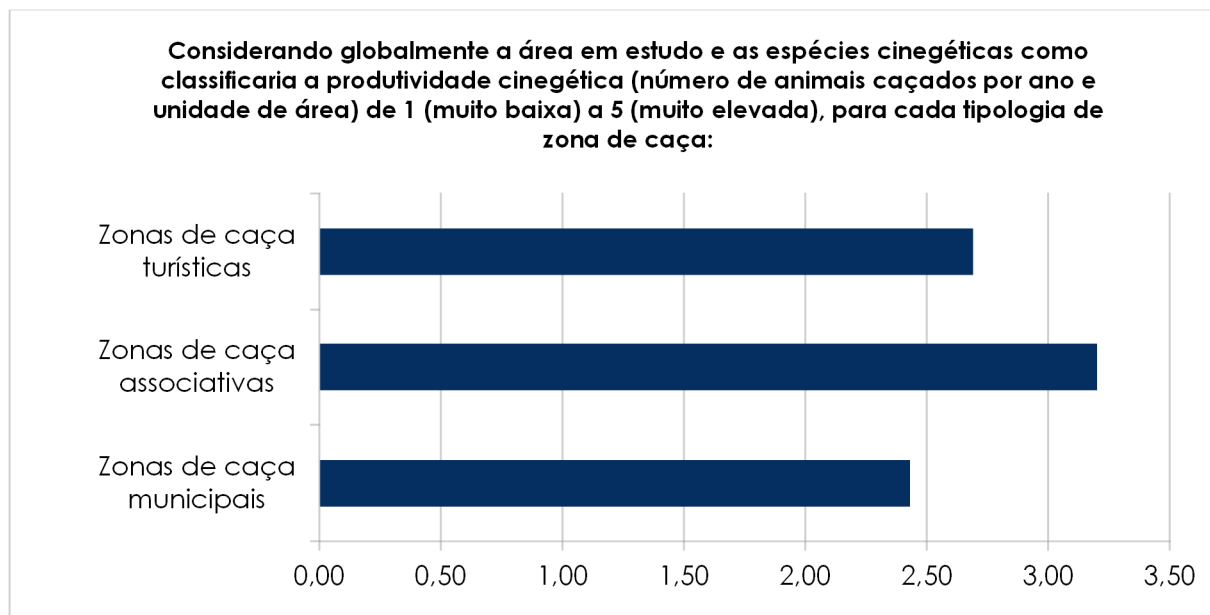


Figura 18 – Perceção da produtividade por tipologia de zona de caça.

3.1.1.2.5 FORÇAS E FRAQUEZAS ASSOCIADAS À PRODUTIVIDADE CINEGÉTICA

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Margem de progressão elevada na caça maior, em particular corço e javali. • Existência de zonas com histórico de potencial para a produção de coelho-bravo (caça menor sedentária). 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa produtividade quando comparada com Espanha. • Alta variabilidade nas zonas que registam maiores produções.

Tabela 7 – Produtividade cinegética; Forças e Fraquezas.

3.1.1.3 TIPOLOGIA E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO CINEGÉTICA

	ZC Associativa			ZC Municipal			ZC Turística			TOTAL	
	Nº	ha	%	Nº	ha	%	Nº	ha	%	Nº	ha
Boticas	6	16353	58,6%	2	11563	41,4%	0	0		8	27916
Chaves	8	20205,75	38,7%	9	32064	61,3%	0	0		17	52269,75
Montalegre	14	34067	58,5%	2	24185	41,5%	0	0		16	58252
Ribeira de Pena	1	1536	7,9%	1	17992	92,1%	0	0		2	19528
Valpaços	5	8665,65	17,6%	13	40225	81,8%	1	258	0,5%	19	49148,65
Vila Pouca de Aguiar	9	36176	94,5%	1	2122	5,5%				10	38298
TOTAL	43	117003,4	47,7%	28	128151	52,2%	1	258	0,1%	72	245412,4

Tabela 8 – Número, superfície e fração da superfície das três tipologias de zona de caça, por concelho e para o total da área em estudo.

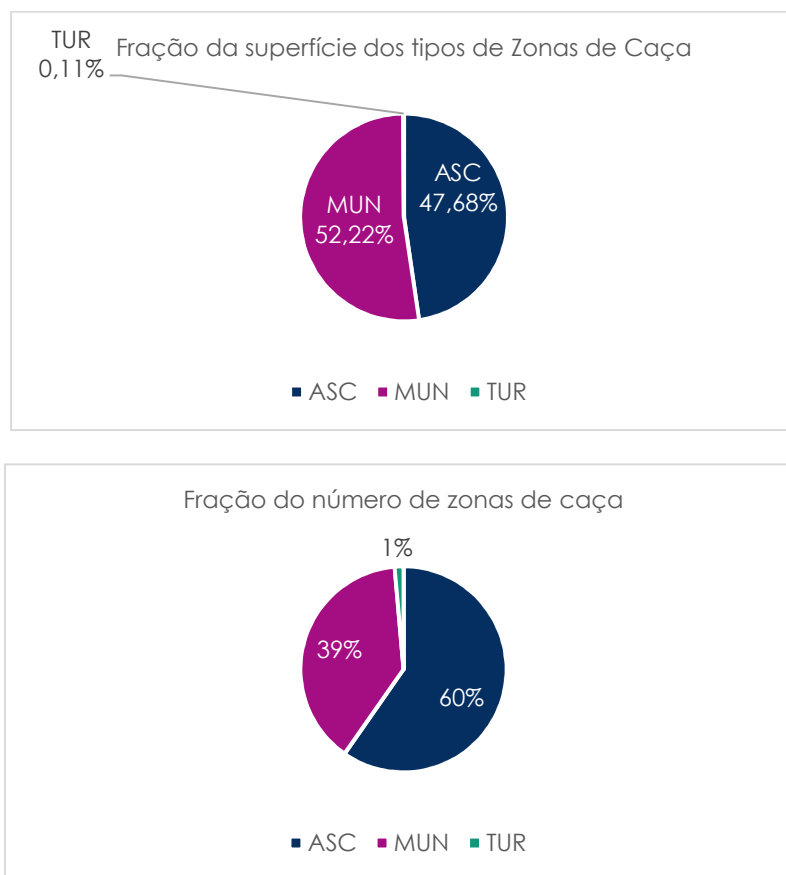


Figura 19 – Fração da superfície e número por tipo de zona de caça para o total da área.

As zonas de caça da região associativas e municipais ocupam uma fração da superfície cinegética de 99,9%, na prática a totalidade. As frações do território ocupadas pelas diversas tipologias de zonas de caça nos nove concelhos da zona em estudo variam entre 94.5% em Vila Pouca de Aguiar e 7.9% em Ribeira de Pena para as ZCA e entre 81.8% em Valpaços e 5.5% em Vila Pouca de Aguiar, para as ZCM. As ZCT são residuais, existindo apenas uma no concelho de Valpaços.

Esta distribuição das tipologias das zonas de caça, típica do Norte e Centro de Portugal, poderá ser explicada por fatores associados às condicionantes da estrutura fundiária

(pequena dimensão da propriedade privada, grande dimensão da propriedade coletiva), fatores sócio - políticos locais (importância das autarquias locais, dinâmica associativa) e da própria dinâmica das políticas públicas da caça durante as últimas três décadas, em particular o processo de constituição de zonas de caça municipais a partir de 1999. Trata-se de uma distribuição de tipologias essencialmente diferente daquela que ocorre em outras regiões tradicionalmente importantes para a produção cinegética, nomeadamente no Alentejo, caso onde globalmente as ZCT ocupam cerca de 40% da superfície cinegética e as zonas de caça municipal cerca de 20%.

As zonas de caça associativa destinam-se a *"privilegiar o incremento e manutenção do associativismo dos caçadores, conferindo-lhes assim a possibilidade de exercerem a gestão cinegética (...)"*. As zonas de caça municipal destinam-se a *"proporcionar o exercício organizado da caça a um número maximizado de caçadores em condições particularmente acessíveis"*

3.1.1.3.1 ENTIDADES GESTORAS DAS ZONAS DE CAÇA

A

Tabela 9 e a Figura 20, mostram que as Associações de Caçadores gerem mais de 90% da superfície cinegética e das zonas de caça.

Tipo de entidade	Nº	Superfície (ha)	% da Sup	% Nº
Associações de Caçadores	67	222101	90,5%	93,1%
Juntas de Freguesia	2	3124	1,3%	2,8%
Empresas	1	258	0,1%	1,4%
Câmaras Municipais	1	17992	7,3%	1,4%
Outras Associações	1	1967	0,8%	1,4%

Tabela 9 – Número, superfície e fração do nº e da superfície cinegética total na área em estudo, por tipo de entidade gestora.

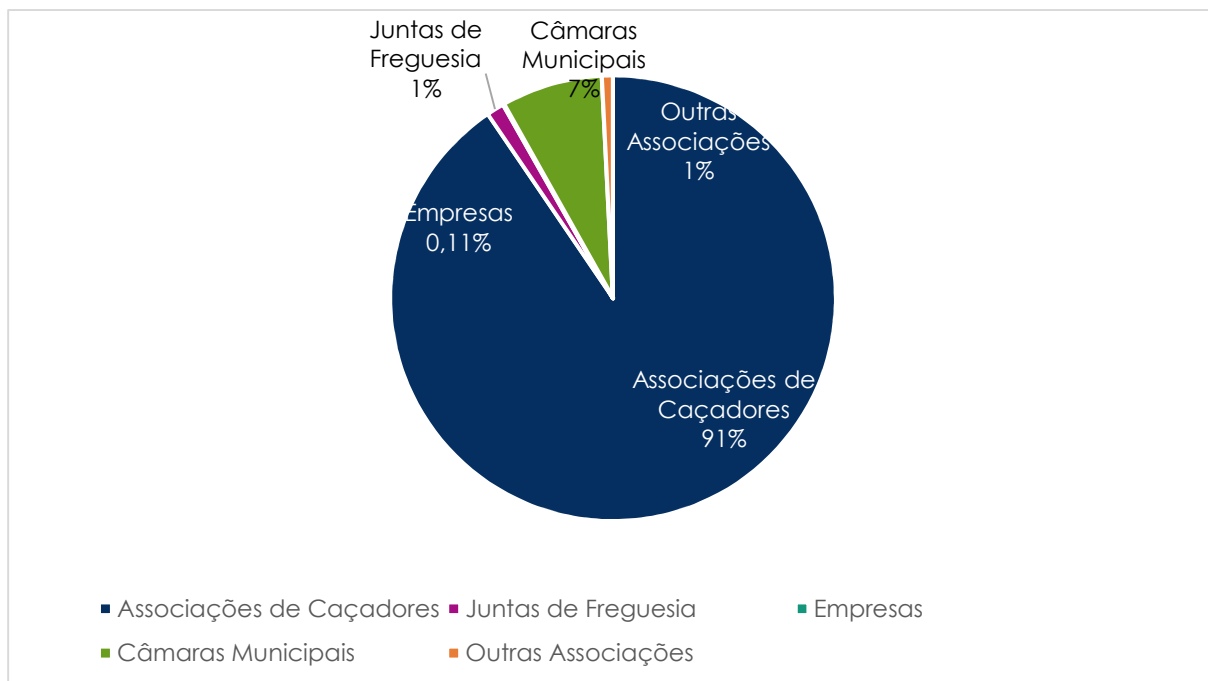


Figura 20 – Fração da superfície cinegética total por tipo de entidade gestora

3.1.1.3.2 PERCEÇÃO DA RENTABILIDADE / CAPACIDADE DE FINANCIAR A ATIVIDADE DAS ZONAS DE CAÇA E PERCEÇÃO DA QUALIDADE DA GESTÃO

Apenas cerca de 20% dos respondentes considera que as Associações de Caçadores têm uma capacidade reduzida ou muito reduzida para financiar a gestão das zonas de caça, sendo que cerca de 2/3 apresentam uma capacidade média. Estes resultados deverão ser lidos à luz da divisão dos respondentes pelas categorias inquiridas. Trata-se mais de uma perceção dos autarcas das freguesias (mesmos os que acumulam com a gestão) sobre as

associações de caçadores do que a perceção dos gestores das zonas de caça sobre si próprios. Este resultado decorre da baixa adesão ao inquérito por parte das associações de caçadores, contrariamente ao que se passou no estudo realizado para a CIM – TTM.

3.1.1.3.3 FORÇAS E FRAQUEZAS ASSOCIADAS À TIPOLOGIA E FUNCIONAMENTO DAS ZONAS DE CAÇA.

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Existência de uma estrutura associativa instalada e ativa na gestão • Existência de um estatuto jurídico de gestão em toda a superfície cinegética 	<ul style="list-style-type: none"> • Apenas 0.1% dos gestores cinegéticos são empresas.

Tabela 10 – Forças e Fraquezas associadas à tipologia e funcionamento das zonas de caça.

3.1.1.4 CAÇA E TURISMO

Para avaliar o impacto da caça no alojamento turístico, tomando este mesmo alojamento como um indicador da importância geral da atividade para o turismo, foi realizado um inquérito às unidades de alojamento da área em estudo. O questionário, apresentado no Anexo IV, foram enviados questionários para 65 unidades de alojamento da área em estudo: i) hotéis (29%); ii) unidades de turismo no espaço rural, turismo de natureza e turismo de habitação (64%); iii) parques de campismo (7%). Os questionários foram enviados por correio eletrónico, tendo posteriormente os inquiridos sido contactados pelo telefone no sentido de obter resposta e esclarecer dúvidas.

Foram recebidas através da plataforma www.surveymonkey.com 25 respostas correspondendo (8;32%) a hotéis, (11; 44%) a unidades de turismo no espaço rural, (2 ; 8%) a alojamentos locais e (2 ; 8%) a unidades de turismo de habitação.

3.1.1.4.1 IMPORTÂNCIA DA CAÇA PARA A PROCURA DE ALOJAMENTO TURÍSTICO NA REGIÃO EM ESTUDO

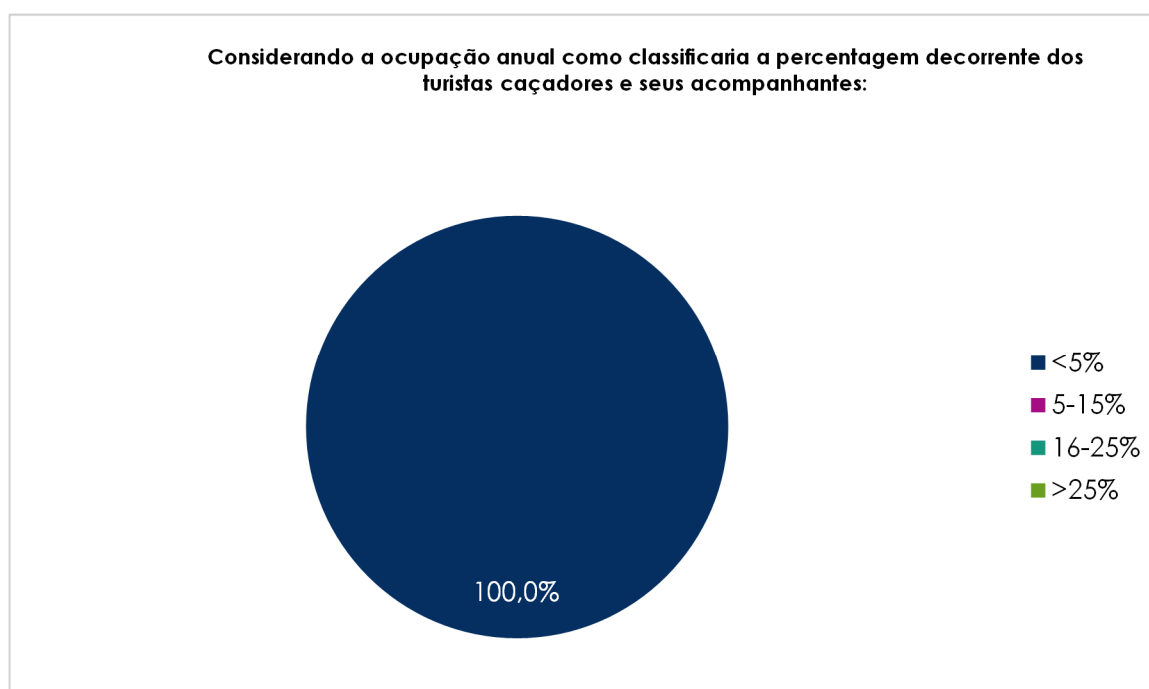


Figura 21 – Percepção da fração das dormidas com origem em turistas caçadores.

De acordo com os dados disponíveis (INE, estatísticas territoriais) sobre alojamento estabelecimentos hoteleiros, adicionados à capacidade de alojamento em modalidades não hoteleiras, o número de dormidas na área em estudo deverá situar-se entre as 150 000 - 170 000/ano. Segundo a percepção dos hoteleiros a caça poderá ser responsável por não mais de cerca de 8 mil dessas dormidas uma vez que 100% das unidades de alojamento reportam que a caça gera menos de 5% das dormidas da região. Esta é uma estimativa que,

provavelmente, erra por excesso. Considera-se assim um número de referência de 30 dormidas na por cada 1000 hectares de superfície cinegética e por ano, na região em estudo, este número poderá apresentar um erro por excesso dada a importância do termalismo na região.

Os caçadores estrangeiros são considerados “sem importância” ou “pouco importantes” para o alojamento turístico, por 90% dos respondentes, informação que é coerente com as estimativas acima apresentadas.

Globalmente e numa escala de importância de 1 (nada importante) a 9 (muito importante) a média de respostas foi 4,65 para os caçadores nacionais e 3,84 para os caçadores estrangeiros. A perceção global sobre a importância dos caçadores nacionais para o alojamento turístico na região é, coerente com as informações acima apresentadas, nomeadamente sobre a fração da ocupação pela qual a caça é responsável. Este resultado pode refletir a *importância* potencial, ou a expectativa que os gestores das unidades hoteleiras têm em relação a esta atividade e, em simultâneo, o facto referido em entrevistas complementares ao inquérito *on – line* de que, apesar de a caça poder ainda aumentar o seu contributo para o alojamento, o número de dormidas que proporciona é já hoje importante para a operação das unidades em causa.

Os comentários em resposta às questões abertas encontram-se no [Anexo IV](#).

3.1.1.4.2 ALTO TÂMEGA COMO DESTINO DE TURISMO CINEGÉTICO

O conceito de "destino turístico" aqui adotado considera oito atributos (Chi & Qu, 2008): alojamento, alimentação, compras, atrações, atividades, eventos, ambiente e acessibilidade.

Reconhece-se que a região em estudo constitui, integrada no conjunto mais alargado de Trás-os-Montes, um verdadeiro destino de turismo cinegético.

As acessibilidades a partir dos principais centros permitem que se possa afirmar que é fácil chegar aos locais de destino, isto apesar da distância que continua a constituir uma fraqueza da região.

O ambiente, quer na apreciação subjetiva dos públicos, quer objetivamente no grau de diferenciação e classificação do território (ver 2.1.3), constitui uma força, porque permite uma clara diferenciação do espaço no âmbito dos interesses do público caçador com maior potencial de acréscimo de valor: a qualidade dos espaços naturais onde se desenrola a caçada.

As atividades, atrações e compras, no caso do turismo cinegético, estão associados à atração dos acompanhantes dos caçadores. Sendo certo que existem atividades, atrações (festivais; espetáculos; parques temáticos) na região e suas proximidades, sendo também certo que existem tipologias de compras (produtos alimentares; artesanato) que contribuem para a atratividade do espaço, pode considerar-se que o papel das atividades, atrações e compras será mais uma fraqueza que uma força na área em estudo.

A alimentação é claramente uma força da região, uma vez que esta é notória pela originalidade, expressão cultural e qualidade da sua gastronomia. A associação da caça e

da gastronomia é bem conhecida na região, é explorada com sucesso pelas unidades hoteleiras e de restauração.

O alojamento turístico não limita o desenvolvimento das atividades cinegéticas. Não sendo uma força, como claramente é a gastronomia, não se pode também considerar que seja uma fraqueza.

Importa referir a importância do termalismo na dinâmica do alojamento turístico na região. O termalismo é o mais importante produto turístico da região que é um destino termal de grande importância. Assim, o alojamento cinegético na hotelaria nunca atingirá uma importância relativa do alojamento associado às termas.

3.1.1.4.2.1 CAÇA E GASTRONOMIA

Comer bem é algo que é procurado pela quase totalidade das pessoas variando, contudo, a noção de qualidade. A alimentação pode, simultaneamente, consolidar e aumentar permanências e atrair visitantes. A gastronomia transmontana é notória a nível nacional e internacional, não só na sua vertente tradicional cultivada pelas famílias e oferecida em formas genuínas pelos estabelecimentos hoteleiros e da restauração, como pelas interpretações, que cada vez mais e cada vez mais criativamente, vêm sendo apresentadas pelos profissionais e por essas mesmas empresas.

A gastronomia é uma expressão sintética e fortemente expressiva da ligação entre o ambiente e a cultura, constituindo, portanto, uma componente da interpretação da região que deverá ser evidenciada. Em particular no caso da caça, existe uma diversidade muito

VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL CINEGÉTICO E PISCÍCOLA DO TERRITÓRIO DA CIM-ALTO TÂMEGA- RELATÓRIO FINAL

interessante de pratos “clássicos”, outros mais recentes, que atingem o seu esplendor gastronómico quando são confeccionados com caça brava. O coelho e perdiz à caçador, o arroz de lebre, a perdiz estufada, o javali no pote com castanha, a feijoada de javali ou os tordos fritos, são exemplos entre centenas de propostas, que todos os dias são ampliadas pela criatividade dos artistas.

A gastronomia da caça tem justificado eventos de promoção específicos, muitas vezes associados a eventos cinegéticos. Do aumento de procura da gastronomia da caça decorre naturalmente o aumento da procura da caça (peças), sendo por isso um fator de valorização da produção cinegética. Por outro lado, a excelência da culinária cinegética, quando adequadamente comunicada, é um poderoso fator de diferenciação e divulgação da própria atividade cinegética.

A promoção da excelência culinária da caça é assim uma ferramenta poderosa para a valorização cinegética da região.

3.1.1.4.3 CAÇA E TURISMO – FORÇAS E FRAQUEZAS

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade ambiental que diferencia a região e acrescenta valor • Gastronomia e a sua ligação à caça (em melhoria contínua). • 	<ul style="list-style-type: none"> • Acessibilidade / distância aos centros • Apenas 0.1% dos gestores cinegéticos são empresas. • Atividades, atrações e compras pouco atrativos para acompanhantes

3.1.2 CINEGÉTICA - AMBIENTE EXTERNO (OPORTUNIDADES E AMEAÇAS)

O "ambiente externo" do sector cinegético será analisado nas seguintes componentes:

- i. Evolução da procura interna e externa de produtos cinegéticos.
- ii. Tendências de evolução da ocupação do solo com incidência nos habitat de espécies cinegéticas
- iii. Sanidade das populações cinegéticas
- iv. Articulação com outros aspetos da política florestal
- v. Evolução das organizações do sector da caça
- vi. Evolução dos apoios ao investimento na área do Desenvolvimento Rural e suas perspectivas para o período 2014-2020 (informação a recolher junto dos organismos responsáveis pela programação)
- vii. Evolução dos apoios ao investimento na área do Turismo e suas perspectivas para o período 2014-2020 (informação a recolher junto dos organismos responsáveis pela programação)
- viii. Evolução da regulamentação.

3.1.2.1 EVOLUÇÃO DA PROCURA INTERNA DE PRODUTOS CINEGÉTICOS

Existe evidência que a procura interna de caça está a baixar de forma importante em Portugal. As licenças nacionais emitidas diminuíram na época 2013 – 2014 para 1/3 do número das mesmas licenças emitidas em 2000/2001 (Figura 22). A variação das licenças regionais (Figura 31) teve uma variação negativa muito mais suave (em 2013/2014, 88% do valor de 2000/2001) absorvendo parte das licenças nacionais. O número de licenças total (Figura 24) foi em 2013/2014 55% do valor em 2000/2001.

Esta tendência de diminuição do número de licenças, tomada como representativa da procura cinegética interna, parece ser estrutural e não conjuntural, não parecendo estar particularmente associada ao contexto sócio – económico posterior a 2008, uma vez que a tendência de descida é anterior a esse momento. Também não será possível dizer que se trata de uma tendência comum a Espanha (ver Figura 25), onde na primeira década deste século se verificou alguma estabilidade na emissão de licenças, embora com uma ligeira tendência de descida.

Em Espanha o número de abates registados no período homólogo para as principais espécies aumentou entre (2000/2001) e (2010/2011), o que indicia que a procura de caçadas não deverá ter diminuído, indício este que é coerente com a variação das licenças emitidas.

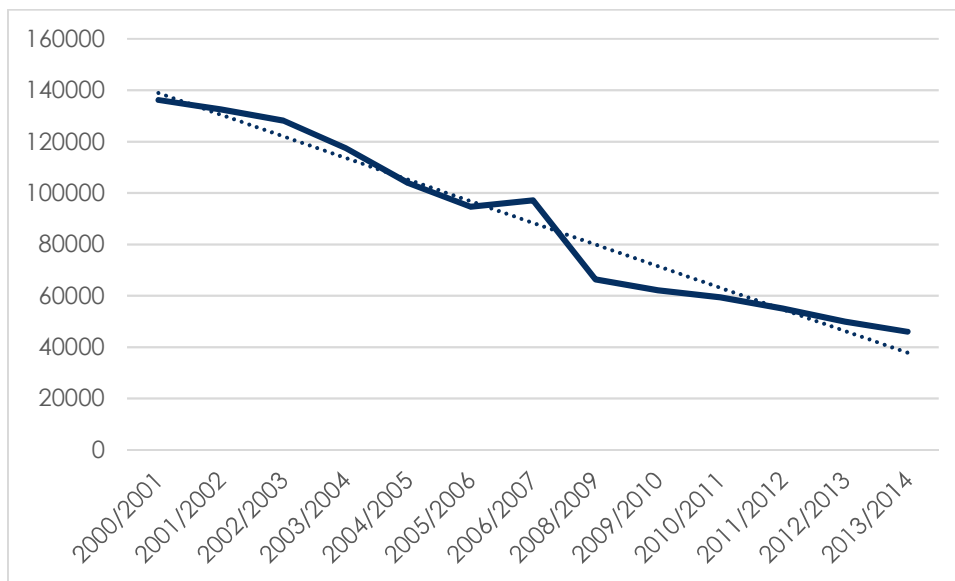


Figura 22 – Evolução da emissão de licenças de caça de âmbito nacional (2000/2001) – (2013/2014).

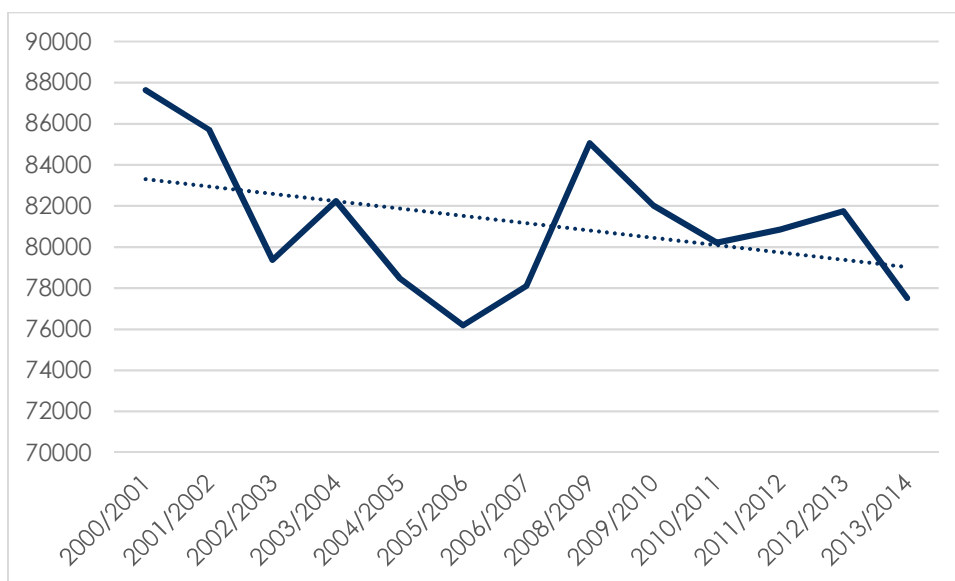


Figura 23 – Evolução da emissão de licenças de caça de âmbito regional (2000/2001) – (2013/2014).

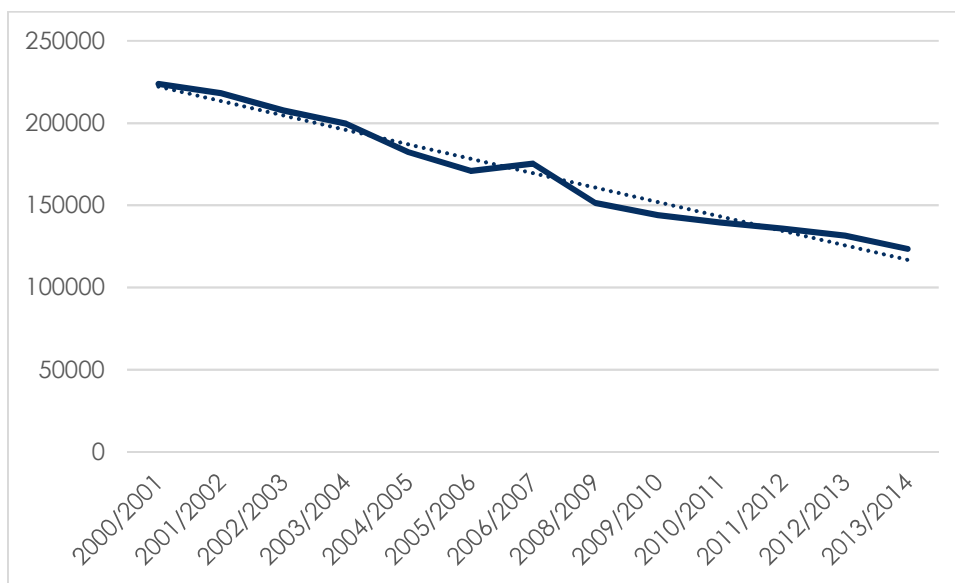


Figura 24 – Evolução da emissão de licenças de caça nacionais e regionais (2000/2001) – (2013/2014).



Figura 25 – Evolução da emissão de licenças de caça em Espanha (2000/2010).

O reduzido (1292) número de licenças emitidas em Portugal para “não residentes” (Figura 26) foram ainda assim, na época 2013/2014, 87.4% das emitidas em 2000/2001, existindo também aqui uma tendência de descida.

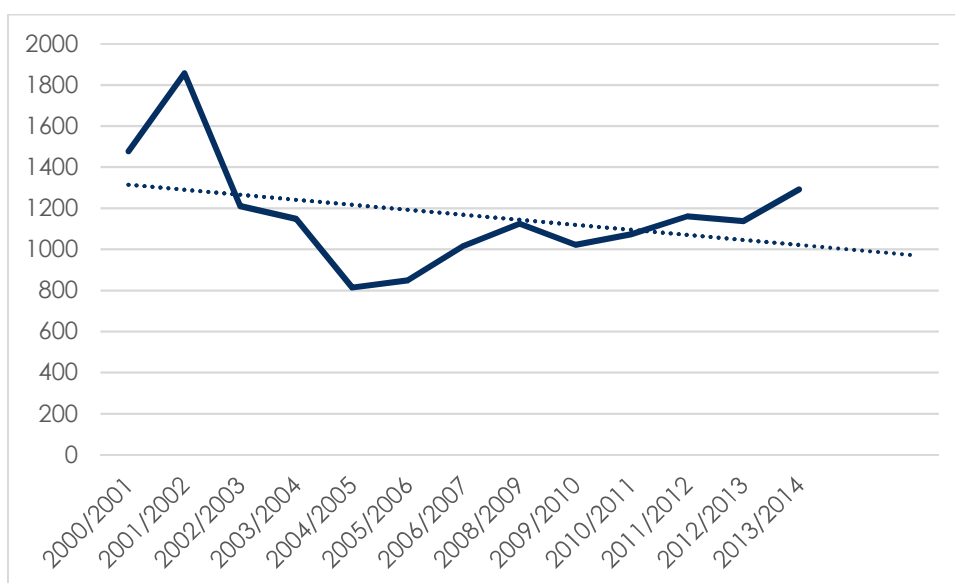


Figura 26 – Evolução da emissão de licenças de caça para não residentes em Portugal (2000/2001) – (2013/2014).

A1ª Região Cinegética teve também uma variação negativa do número de licenças com um padrão semelhante à 2ª e à 4ª regiões.

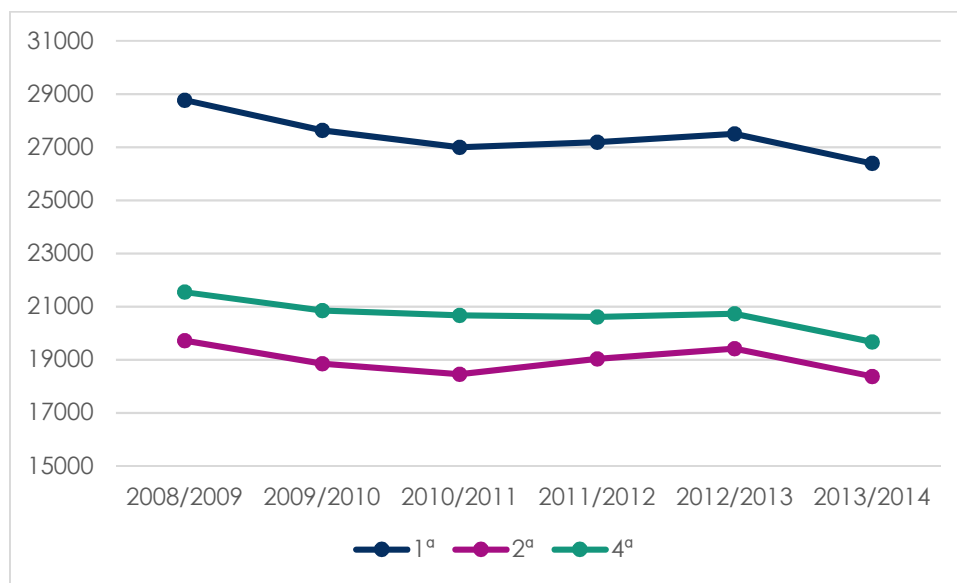


Figura 27 – Evolução da emissão de licenças de caça na 1ª, 2ª e 4ª regiões cinegéticas em Portugal (2008/2009) – (2013/2014).

Analisando a evolução em França, verifica-se que o número de caçadores diminuiu fortemente entre 1980 e 2004 de cerca de 2 milhões para cerca de 1.3 milhões (Bedárida & François, 2008). Entre 2004 e 2013 o número de caçadores estabilizou e apresenta alguma tendência para aumentar (Ballon et.al, 2011) e (Fédération Nationale des Chasseurs).

A evolução da procura de caça em Portugal está associada a uma modificação na estrutura etária da população de caçadores. Verifica-se um muito baixo recrutamento (o número de caçadores com licença válida em 2013/2014, com idade inferior ou igual a trinta anos, era inferior a 8000. Verifica-se também a natural diminuição de atividade dos caçadores mais velhos (o número de caçadores com licença válida em 2013/2014 e com idade superior a sessenta anos era superior a 40000). Estas tendências poderão ser, ao menos parcialmente, explicadas pelas grandes tendências culturais, civilizacionais e sócio – demográficas que têm sido apontadas (concentração da população em ambientes urbanos, maior dificuldade de

transmissão familiar do gosto pela caça, associação um ambientalismo de fácies urbano à cultura dominante). Contudo, importará entender as razões pelas quais essas perdas foram aparentemente sustidas em França e Espanha, para melhor conseguir gerir o problema em Portugal.

No estudo *Les chasseurs qui sont – ils?* (CSA,2006) verificou-se que os principais freios à atividade cinegética em França eram os custos associados (54% dos respondentes), a falta de tempo (49%), a falta de caça (47%), a falta de território de caça (42%) e a segurança (41%).

O número de caçadores estabilizou em França desde há cerca de uma década, tendo essa estabilização sido simultânea a um esforço de captação de praticantes pelas organizações de caçadores, por um esforço de simplificação do acesso à carta de caçador e por uma estabilização do custo das licenças a preços reais.

3.1.2.1.1 EVOLUÇÃO DA PROCURA – OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> Orientação para os caçadores mais jovens com identificação dos fatores que a reforçam (e.g dimensão natureza/conservação; dimensão preparação física; dimensão socialização). 	<ul style="list-style-type: none"> Diminuição estrutural do número de caçadores ativos em Portugal e concomitante diminuição na procura de caça. Muito baixa procura externa. Diminuição da capacidade das OSC decorrentes da baixa do número de caçadores e da procura.

3.1.2.2 EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO DO SOLO COM INCIDÊNCIA NOS HABITAT DE ESPÉCIES CINEGÉTICAS

A análise da evolução da ocupação do solo foi feita comparando os dados do Recenseamento Geral Agrícola 1999 (RGA 1999) com os dados do RGA 2009 em categorias de ocupação do solo relevantes.

A variação da ocupação e modo de exploração agrícola e florestal, determina variações importantes na diversidade e conectividade dos habitats. No caso das espécies cinegéticas de caça menor sedentária mais importantes (perdiz-vermelha, coelho-bravo e lebre), a componente herbácea e aberta de natureza agrícola é muito importante na composição do habitat. No caso concreto da área em estudo a variação global deste tipo de habitats pode ser representada pela variação das terras aráveis (Figura 28), dos cereais e leguminosas para grão, prados temporários e culturas forrageiras e pelos pousios.

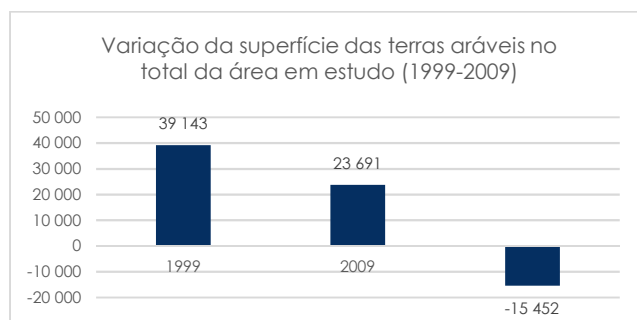
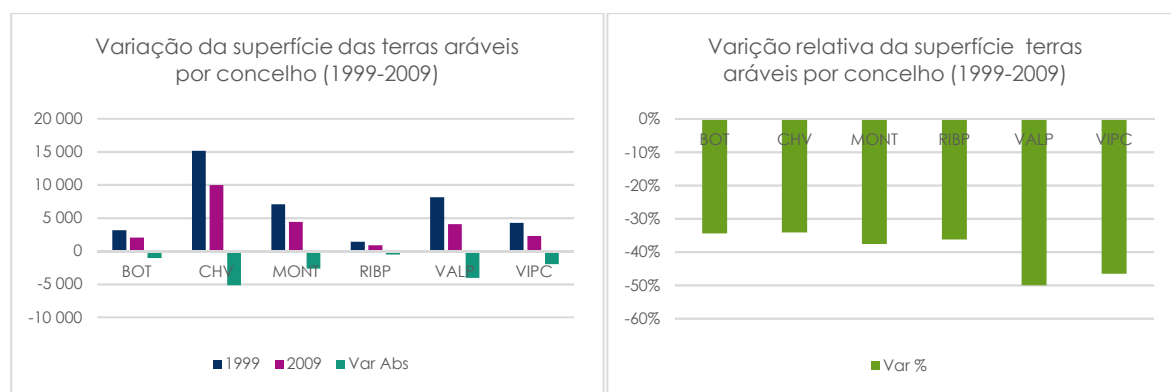


Figura 28 – Variação absoluta e relativa da superfície de terras aráveis, por concelho entre 1999 e 2009. Variação da superfície de terras aráveis para a área em estudo entre 1999 e 2009.

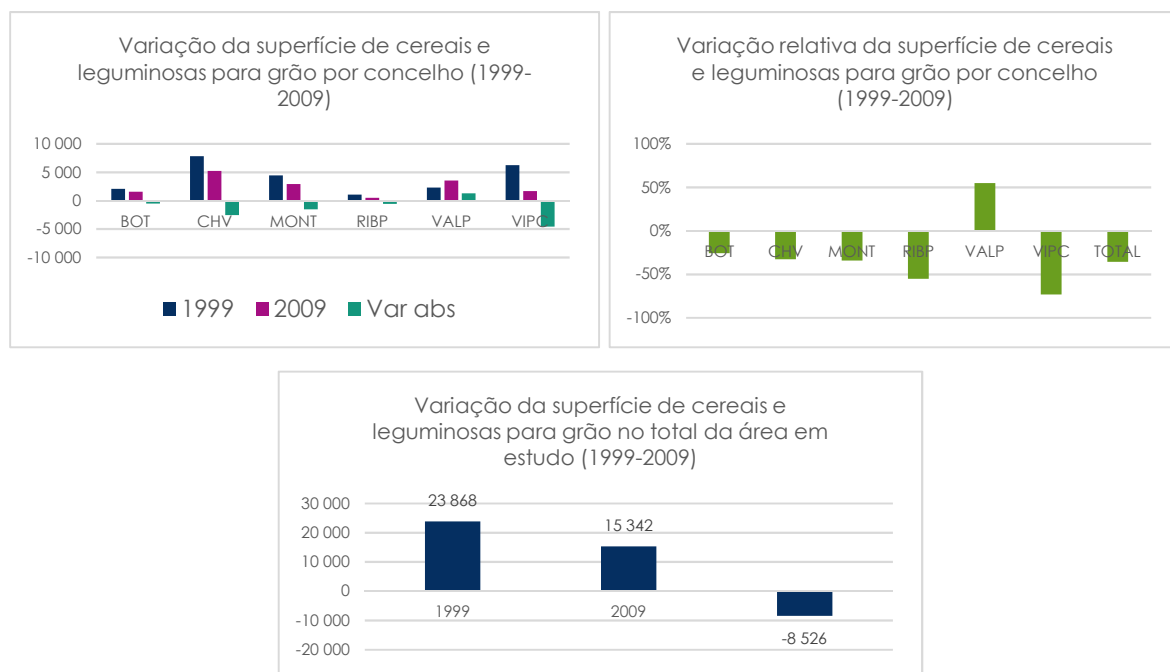
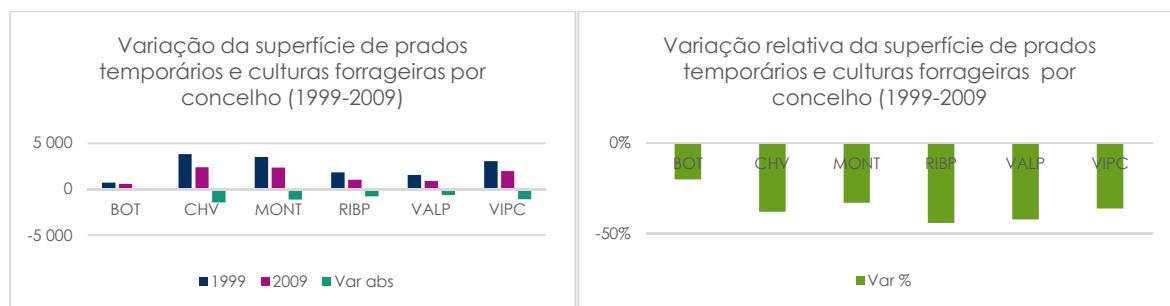


Figura 29 – Variação absoluta e relativa da superfície de cereais e leguminosas para grão, por concelho entre 1999 e 2009. Variação da superfície de cereais e leguminosas para grão para a área em estudo entre 1999 e 2009.



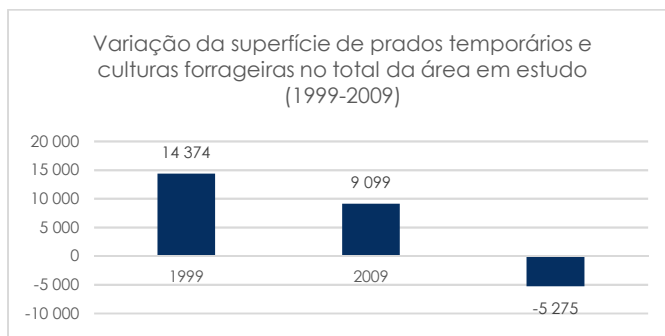
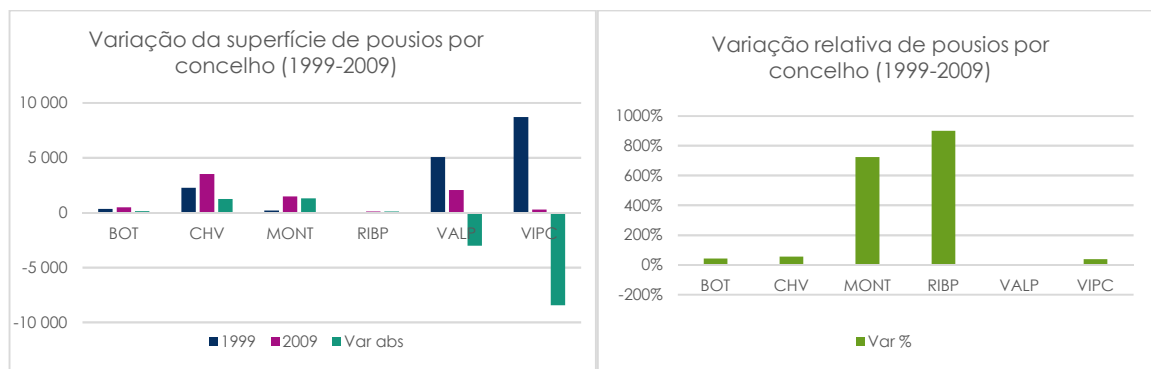


Figura 30 – Variação absoluta e relativa da superfície de prados temporários e culturas forrageiras, por concelho entre 1999 e 2009. Variação da superfície de prados temporários e culturas forrageiras para a área em estudo entre 1999 e 2009.



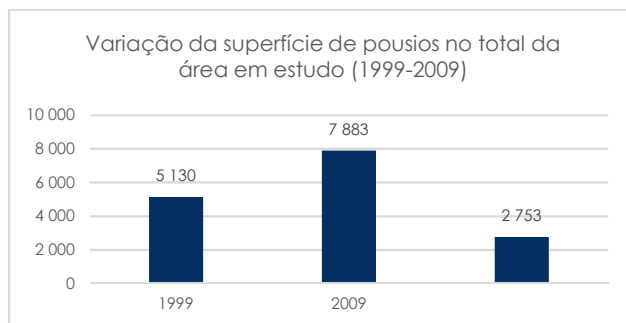
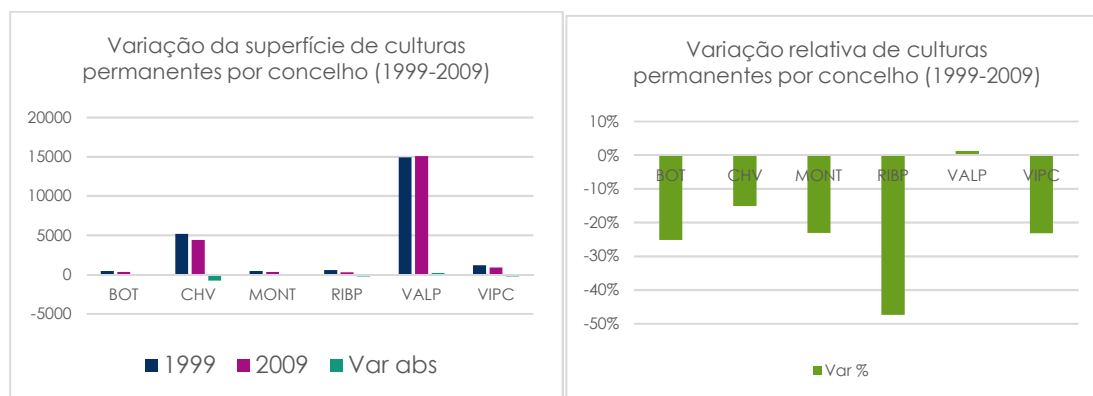


Figura 31 – Varição absoluta e relativa da superfície de pousios, por concelho entre 1999 e 2009. Varição da superfície de pousios para a área em estudo entre 1999 e 2009.



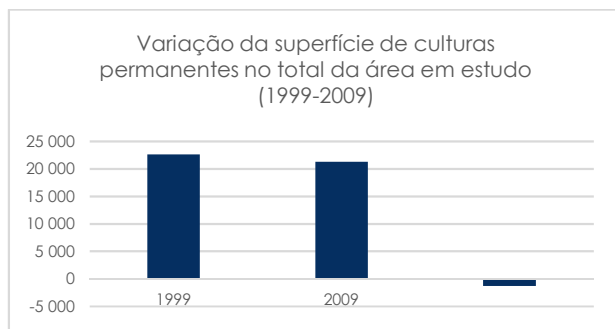


Figura 32 – Variação absoluta e relativa da superfície de culturas permanentes, por concelho entre 1999 e 2009.

Varição da superfície de culturas permanentes para a área em estudo entre 1999 e 2009.

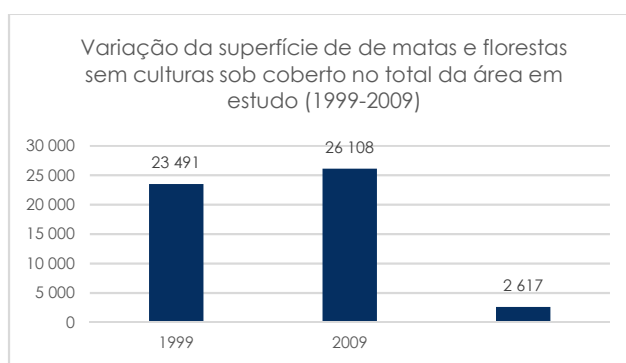
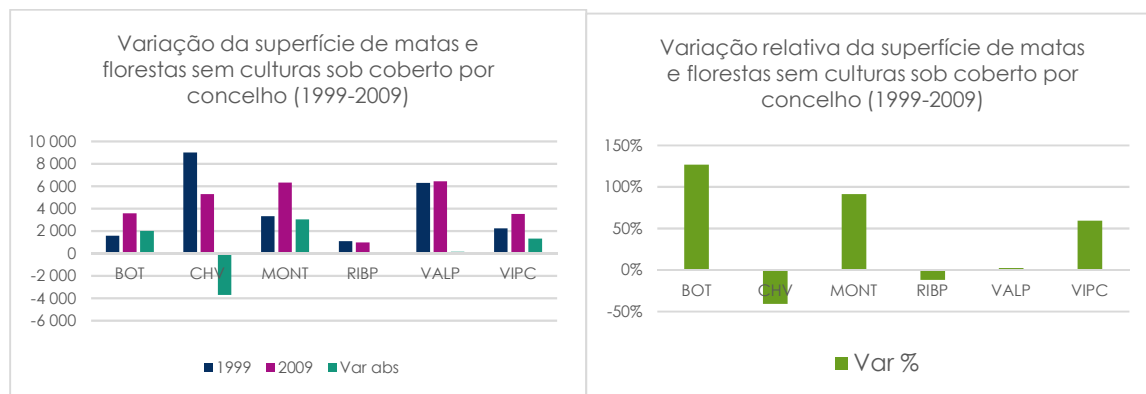


Figura 33 – Variação absoluta e relativa da superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto, por concelho entre 1999 e 2009. Variação da superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto para a área em estudo entre 1999 e 2009.

A variação do uso da terra entre 1999 e 2009 representa a variação dos habitats da fauna cinegética, sendo um dos efeitos externos mais importantes que afetam a produção de caça. Assim, entre 1999 e 2009:

- A fração de terras aráveis diminuiu globalmente 39%. A diminuição ocorreu em todos os concelhos, com o mínimo em Boticas e Chaves (34%) e o máximo em Valpaços (50%).

- A superfície de cereais e leguminosas para grão diminuiu globalmente 36%. A diminuição ocorreu em todos os concelhos com exceção de Valpaços, com um mínimo de 26% em Boticas e o máximo de 73% em Vila Pouca de Aguiar.
- A superfície de prados temporários e culturas forrageiras diminuiu globalmente 37%. A diminuição ocorreu em todos os concelhos, tendo a diminuição relativa sido máxima em Ribeira de Pena (44%).
- A superfície de pousios diminuiu globalmente 52%. Esta diminuição decorre da diminuição forte em Valpaços (59%) e Vila Pouca de Aguiar (97%).
- A superfície de culturas permanentes diminuiu globalmente 6%, embora tenha aumentado 1% no concelho de Valpaços onde esta classe de ocupação é muito importante.
- Os dados relativos à variação das matas e florestas sem culturas sob coberto devem ser analisados em conjunto com a informação de inventário florestal disponível. A superfície de matas e florestas sem culturas sob coberto (floresta nas explorações agrícolas com expressão no RGA) aumentou globalmente 11%. Contudo, verificam-se diminuições de área em Chaves (41%) e Ribeira de Pena (12%). Estes dados não significam necessariamente uma diminuição de área florestal nesses concelhos. As áreas florestais e de matos dos concelhos segundo os dados mais atualizados de inventário florestal encontram-se na Tabela 11. Embora não existam dados estatísticos fiáveis é reconhecido na última década o aumento substancial de algumas espécies florestais como o castanheiro, não existindo qualquer indicação da diminuição da área florestal total.

	Povoamentos Florestais	% Superfície	Matos	% Superfície
Boticas	11952	37%	13777	43%
Chaves	17830	30%	17516	30%
Montalegre	18782	23%	43917	55%
Ribeira de Pena	9690	45%	9257	43%
Valpaços	15886	29%	17982	33%
Vila Pouca de Aguiar	16876	39%	18040	41%
Total	91016	31%	120489	41%

Tabela 11 – Superfície de povoamentos florestais e matos e % da superfície dos concelhos (IFN 5, 2006).

São fundamentadas as seguintes afirmações, relativas à interação da evolução do solo com o seu impacto nos habitats da fauna cinegética, à escala do território em estudo:

- i. A diminuição dos habitats abertos (cereais, pastagens e pousios principalmente) e a sua substituição por floresta e culturas permanentes tenderá a diminuir a quantidade e qualidade do habitat para a perdiz-vermelha, lebre e coelho-bravo. A capacidade para atração de migradoras como a rola-comum é também afetada pela diminuição de zonas de alimentação associadas aos cereais e outras culturas temporárias.
- ii. Genericamente, a diminuição de áreas abertas e aumento das matas e florestas, tenderá a beneficiar espécies de caça maior (javali, veado e corço).
- iii. Contudo, a manutenção de mosaicos de áreas abertas e de prados e pastagens temporários e permanentes (lameiros) são essenciais ao habitat do corço, espécie muito importante na estratégia da região, pelo que a evolução registada na década 1999 a 2009, contém também elementos desfavoráveis à qualidade do habitat para esta espécie.

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento generalizado do habitat favorável espécies de caça maior em particular javali. • Aumento das populações de cervídeos e concomitante tendência para aumento das populações de lobo-ibérico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Perda de habitat de caça menor sedentária em particular nas zonas mais especializadas • Diminuição da atratividade para a rola - comum • Perda de áreas de alimentação de caça maior (especialmente corço).

3.1.2.3 SANIDADE DAS POPULAÇÕES CINEGÉTICAS

À data da elaboração do presente relatório o problema sanitário mais relevante a afetar as populações cinegéticas na área em estudo é a Doença Hemorrágica Viral do coelho – bravo na sua variante DHV – V2.

Existem outras patologias detetadas na região (e.g tularémia na lebre, mixomatose no coelho bravo, múltiplas patologias infecciosas na perdiz) mas sem que a sua expressão seja percecionada como uma ameaça, contudo, a ameaça. A tuberculose bovina, importante ameaça às populações de cervídeos e javali existente noutras regiões de Portugal, não foi detetada nestas populações no território em estudo.

As populações de coelho-bravo são muito procuradas, sendo a sua dimensão e bom estado sanitário um dos pilares do valor cinegético da região.

O papel dos gestores cinegéticos no controlo da DHV incide nos seguintes âmbitos: i) deteção sistemática; ii) monitorização das populações; iii) qualidade dos repovoamentos.

A colaboração e execução do protocolo de recolha de amostras estabelecido pelo ICNF é um modo direto de participar na solução técnica do problema. A monitorização das populações de coelho - bravo, através da metodologia padronizada de contagem de latrinas em transectos, utilizada pelo ICNF e outras instituições permite dispor de avaliações quantitativas e comparáveis no tempo sobre a dimensão das populações, conhecendo assim a real dimensão da ameaça. Os repovoamentos servem para reforçar a população de localizações onde a densidade foi afetada por fatores de mortalidade ou zonas onde a melhoria do habitat aumentou a capacidade de suporte. Em Portugal existe regulamentação que, cumprida com bom senso, sem excessos de zelo ou faltas de exigência, quando servida por apoio técnico adequado permite que as operações de repovoamento não contribuam para a progressão da epizootia, antes a ajudem a controlar.

3.1.2.4 ARTICULAÇÃO COM AS POLÍTICAS FLORESTAL E DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

A evolução do uso da terra na região em estudo, em particular e generalizadamente no interior de Portugal, aumentou a importância relativa da gestão cinegética para a diminuição do risco de incêndio florestal e para a gestão da propriedade comunitária. Muitos terrenos de elevada aptidão cinegética são baldios.

Os prejuízos causados pela caça em culturas agrícolas são também um problema de articulação com a política florestal e de conservação da natureza.

O impacto positivo da gestão cinegética na conservação da natureza é frequentemente enunciado e reconhecido, tendo algumas expressões práticas evidentes.

Estas condições poderão ser consideradas Forças se existirem condições objetivas para que se expressem de forma eficaz. Existe, contudo, uma oportunidade para que tal aconteça.

3.1.2.4.1 GESTÃO CINEGÉTICA E DIMINUIÇÃO DA PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL

A integração das ações de melhoria de habitat (coberto e alimentação) com as ações de gestão de combustível deverá integrado no planeamento florestal através da adaptação dos respetivos modelos de silvicultura.

Em 3.1.2.2 foi analisada a evolução da ocupação do solo na área em estudo, a qual tenderá a aumentar a perigosidade de incêndio florestal para o conjunto da região.

Os habitats cinegéticos são melhorados através de, no quadro geral do aumento do efeito de orla: i) instalação de culturas para a fauna multi - objetivos em manchas predominantemente florestais e de matagal ; ii) instalação de culturas para a fauna específicas (coelho – bravo ; rola - comum; perdiz-vermelha); iii aumento do mosaico de zonas abertas com matagal e floresta ; iv) instalação de luras artificiais para coelho – bravo com zonas de alimentação associadas; v) aumento de área de vegetação arbórea e arbustiva ripícola (corço); vi) reforço da compartimentação com sebes arbustivas.

As ações de melhoria de habitat privilegiam o aumento do efeito de orla, são, portanto, fragmentadas em unidades de pequena dimensão e realizadas tendo em conta características localizadas dos habitat. Pode dizer-se que a lógica a que preside a melhoria do habitat para as espécies cinegéticas não é determinada pelas necessidades de diminuição do risco de incêndio. Contudo, à escala da região, os cerca de 10% da superfície

VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL CINEGÉTICO E PISCÍCOLA DO TERRITÓRIO DA CIM-ALTO TÂMEGA- RELATÓRIO FINAL

cinegética que desejavelmente deverão ser alvo de medidas de ordenamento representam cerca de 25 000 ha de superfície resistente ao fogo.

O aumento da densidade de algumas espécies cinegéticas, em particular o veado e o coelho-bravo em densidades relevantes, podem ter um impacto relevante na diminuição da carga combustível. Em particular o impacto da população de veado, adequadamente calibrado, pode ser utilizado como uma ferramenta de gestão da vegetação.

Assim, existe uma oportunidade de planeamento na revisão do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Nordeste Transmontano para incorporar esta dimensão de sinergia entre a gestão cinegética e a diminuição de perigosidade dos incêndios.

3.1.2.4.2 GESTÃO CINEGÉTICA E BALDIOS

O Planos Regionais de Ordenamento Florestal do Barroso Padrela e do Tâmega informam sobre áreas de baldios no território em estudo, sendo a sua área concentrada nos concelhos de Montalegre, Boticas, Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar. A gestão dos cerca de 72 000 ha de baldios da região é uma questão social e económica importante, independentemente da modalidade de administração em que se encontrem.

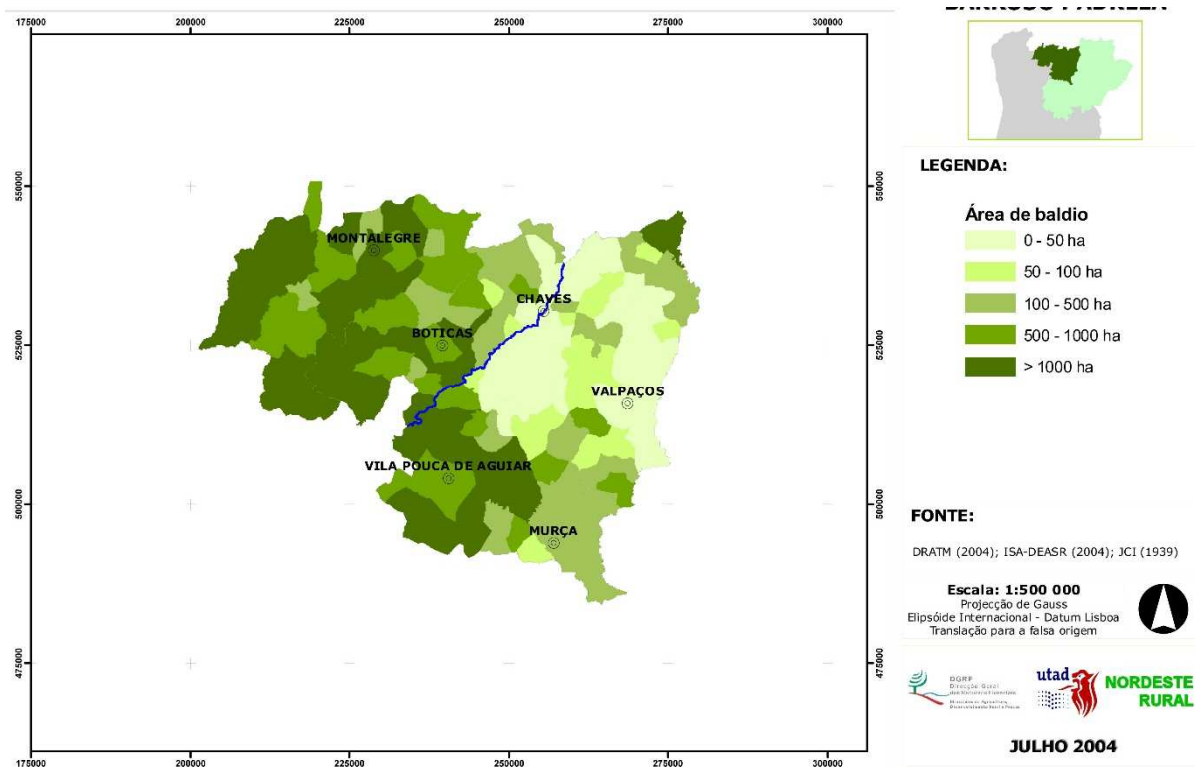


Figura 34 – Distribuição dos baldios pelos concelhos da área em estudo (exceto Ribeira de Pena) . Adaptado de (DGRF, 2004).

Na região existe a percepção de que o rendimento da gestão cinegética é importante no contexto da gestão dos baldios (Ver Figura 35). No quadro da Lei 72/2014 de 2 de setembro, os gestores da propriedade comunitária alargaram o âmbito das soluções possíveis para o aumento do rendimento cinegético do terreno, servindo a comunidade desse modo.

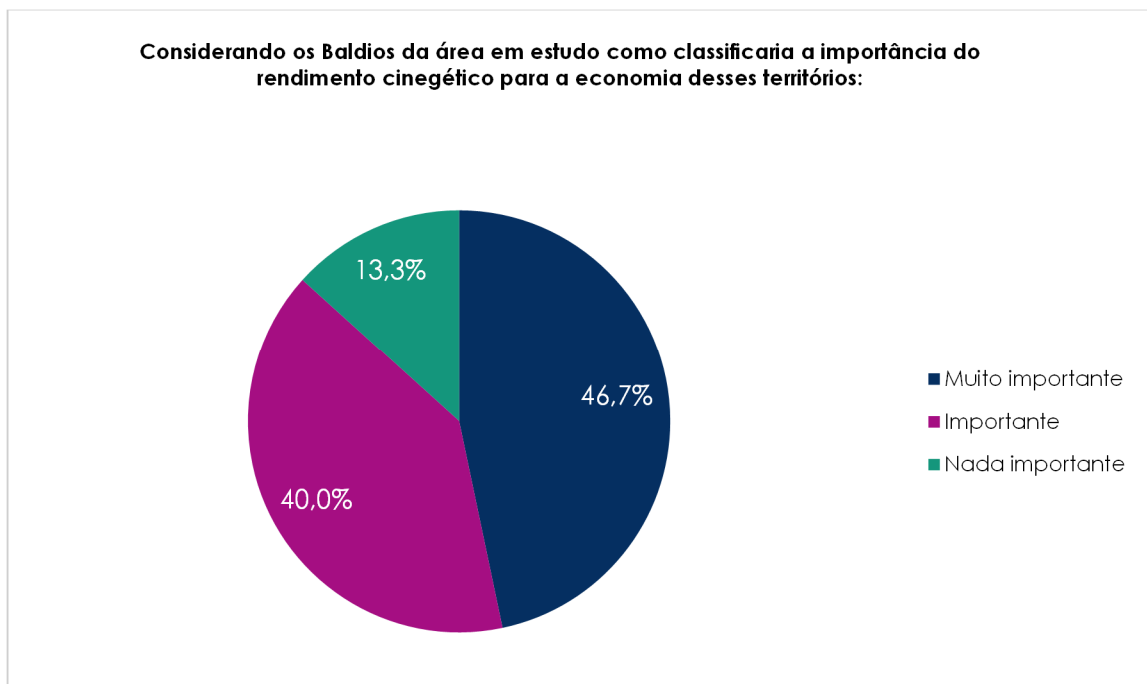


Figura 35 – Perceção dos inquiridos sobre a importância do rendimento da caça para a gestão dos baldios na região em estudo (n=15).

3.1.2.4.3 GESTÃO CINEGÉTICA E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Os caçadores da Europa são hoje reconhecidos como agentes da política de conservação da biodiversidade. As grandes organizações de caçadores da Europa e a sua federação (FACE) estão hoje envolvidas formal e praticamente na conservação da biodiversidade.

Em Portugal a ideia da gestão cinegética como ferramenta da conservação da biodiversidade tem um longo caminho já percorrido, com particular ênfase nas últimas quatro décadas. Na região em estudo, já nos anos 70 do século passado se desenvolvia ativamente um projeto de conservação do lobo ibérico associado à gestão das populações de corço.

Desde então têm sido desenvolvidos muitos e relevantes projetos nesta área e produzido

trabalho científico que evidencia essa ligação nas suas dimensões ecológica, económica e ética. Nem todas as formas de gestão cinegética e caça são coerentes com a conservação da natureza, mas é certo que é possível gerir a caça e caçar de uma forma compatível e sinérgica com a conservação da biodiversidade (Roldán, 2013).

O conceito da gestão cinegética como ferramenta para a conservação da biodiversidade é importante porque, para além do seu valor operacional na gestão de habitats e populações, incide também na imagem do verdadeiro caçador gestor da natureza, imagem esta com maior potencial de penetração junto dos públicos mais jovens.

Na região em estudo foi inquirida perceção sobre a ligação prática da gestão cinegética à conservação da natureza. A maior parte dos respondentes considera que os valores naturais estão melhor conservados nas zonas de caça e que as zonas de caça localizadas em áreas protegidas e classificadas podem tirar partido dessa localização. Contudo, em ambos os casos o número de respondente que não sabe ou não responde é muito elevado (o que acontece aliás com todas as questões colocadas sobre o tema da ligação da gestão cinegética à conservação da natureza). Os resultados obtidos confirmam alguma disfunção na relação com as áreas protegidas e classificadas: 40% dos inquiridos consideram que é mais difícil organizar caçadas em zonas protegidas e classificadas e mais de metade discordam de que as melhores zonas de caça se localizem em zonas protegidas e classificadas. Contudo, os dados de produtividade cinegética que foi possível obter (ver 3.1.1.2) parecem contrariar esta última perceção.

Como seria de esperar, os inquiridos conhecem a importância dos valores naturais da sua região e a sua ligação à gestão cinegética (Figura 34), considerando que a gestão cinegética seria mais importante na conservação do lobo ibérico do que no caso de outros valores naturais. Contudo, os resultados indiciam (atendendo à importância atribuída na escala de 1

mais importante a 6 menos importante) uma tendência para separar as duas questões (caça e conservação).

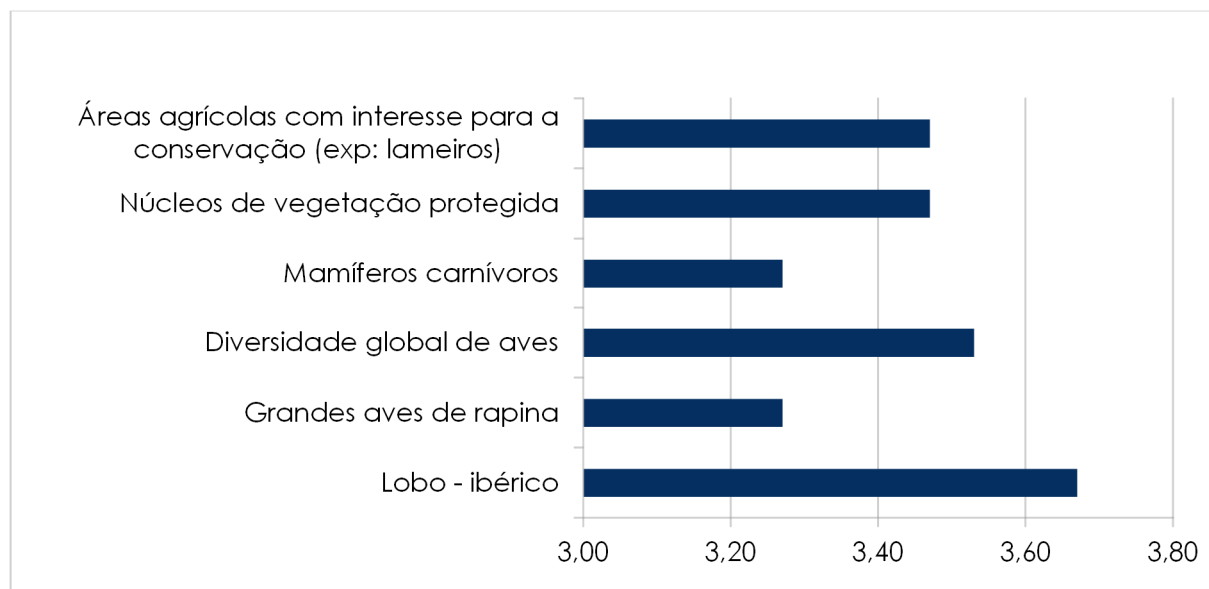


Figura 36 – Percepção da importância atual da gestão cinegética para a conservação de valores naturais 1 – mais importante, 6 – menos importante (n=15).

	Concordância	Discordância	NS/NR
As zonas de caça incluídas em áreas protegidas e classificadas têm uma produtividade cinegética inferior.	13%	53%	33%
As zonas de caça incluídas em áreas protegidas e classificadas têm mais dificuldade em organizar caçadas	40%	13%	47%
No território das zonas de caça os valores naturais estão melhor conservados	53%	13%	33%
As zonas de caça localizadas em áreas protegidas e classificadas são melhor fiscalizadas pelo estado	53%	13%	33%
As zonas de caça localizadas em áreas protegidas e classificadas podem tirar partido dessa localização, uma vez que se encontram num território qualificado	67%	7%	27%
As melhores zonas de caça localizam-se em áreas protegidas e classificadas	47%	20%	33%

Tabela 12 – Percepção quanto à caça em áreas protegidas (Parques e Reservas Naturais) e classificadas (áreas incluídas na Rede Natura 2000). (n=15).

O impacto positivo da gestão cinegética nos valores naturais nos valores naturais classificados na Rede Natura 2000 pode ser potencialmente muito elevado. Em (Santos et al, 2006) foi analisado o impacto da gestão de habitat e populações de cervídeos na conservação dos valores naturais nos SIC da Peneda-Gerês, tendo sido sugerida que essa tipologia de projetos pudesse ser apoiada diretamente no âmbito das medidas agro e silvo ambientais.

De uma forma geral a gestão cinegética da caça maior e da caça menor sedentária comportam esse potencial. Contudo, importa que exista um plano de monitorização idóneo que permita, em primeiro lugar, gerir esses impactos, mas também poder evidenciar que esses mesmos impactos existem.

Existe uma oportunidade para os planos e regulamentos associados ao ordenamento das áreas protegidas e os futuros planos de gestão das áreas incluídas na Rede Natura 2000, possam incluir a gestão cinegética como uma ferramenta da conservação. Existe também uma oportunidade para o lançamento de programas pluri-anuais de caça & conservação incidindo sobre os valores classificados na Rede Natura 2000.

3.1.2.5 ORGANIZAÇÕES DO SECTOR DA CAÇA (OSC)

A atividade das organizações do setor da caça é regulada pela Portaria 11/2009 de 7 de janeiro que enquadra a sua organização e financiamento no quadro de protocolos a estabelecer entre o Estado e as OSC de 1º nível.

No preâmbulo da portaria acima referida é indicado que *“o sector da caça sofreu, nas últimas duas décadas, uma profunda transformação que faz com que caminhe, a passos largos, para a auto - regulação e para a afirmação de um princípio de interprofissionalismo”*.

No enquadramento atual, importa como se pode expressar a dinâmica interprofissional do setor da caça na valorização cinegética do território em estudo, aumentando o papel que tem tido nessa valorização.

	Concordância	Discordância	NS/NR
São parceiros ouvidos na definição da política cinegética	40%	33%	27%
Têm um papel importante de apoio técnico à gestão das zonas de caça	53%	7%	40%
As OSC têm um papel importante no apoio à comercialização da caça	47%	13%	40%
As OSC têm um papel importante no relacionamento dos gestores cinegéticos com o Estado	53%	7%	40%
As OSC representam e apoiam as reivindicações do setor da caça.	47%	7%	47%
As OSC contribuem para a eficiência e rentabilidade das explorações cinegéticas.	33%	20%	47%

Tabela 13 – Perceção quanto a alguns aspetos gerais da atividade das OSC (federações e confederações de caçadores de âmbito nacional e regional, associações de produtores de caça de âmbito nacional). (n=15).

Da perceção identificada nas questões colocadas, ressalta uma eventual falta de informação sobre a atividade das OSC dada a elevada fração de não respostas. A maioria dos respondentes a este inquérito considera que as OSC têm um papel importante no apoio técnico às zonas de caça. Uma fração próxima de 50% relewa o papel de interlocutor das OSC com o Estado, nomeadamente na representação e apoio às reivindicações do setor da caça.

Sendo função apoio técnico percecionada como importante no quadro da atividade das OSC e tendo em atenção o enquadramento da Portaria 11/2009, quanto ao financiamento

pelo Estado das atividades de OSC(s) de 1º e 2º nível existe uma oportunidade associada ao financiamento de atividades de valorização cinegética na área em estudo.

Da evolução do número de praticantes (Ver 3.1.2.1) decorre que as OSC tenderão a encontrar dificuldades acrescidas na sua atividade, podendo esse facto transformar-se numa ameaça à valorização do setor.

3.1.2.6 EVOLUÇÃO DOS APOIOS AO INVESTIMENTO NA ÁREA DO DESENVOLVIMENTO RURAL E SUAS PERSPETIVAS PARA O PERÍODO 2014-2020

A data da elaboração do presente relatório ainda não é conhecida uma versão final, oficial, do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020. É, no entanto, previsível que este programa inclua medidas de apoio a investimentos cinegéticos e piscícolas de apoio à produção, se bem que de âmbito territorial e dimensão de apoio eventualmente limitados. Prevê-se a inclusão no PDR 2014-2020 de uma medida que possa apoiar projetos destinados à melhoria do ordenamento dos recursos cinegéticos e dulçaquícolas em espaços florestais, que correspondam a intervenções com escala territorial relevante, através da preservação e melhoria de habitats e de infraestruturas que promovam a utilização pública sustentável desses espaços e a prossecução dos objetivos de conservação inerentes aos sítios Rede Natura 2000 e Áreas Protegidas conexas com a atividade cinegética e da pesca.

Estarão previstas as seguintes tipologias de ações:

Melhoria e recuperação de habitats – abertura de clareiras, desmatações, instalação de campos de alimentação, instalação de espécies arbóreas arbustivas, criação de zonas de refúgio (bosquetes, sebes, galerias ripícolas e ilhas artificiais) – incluindo custos com aquisição de plantas, materiais, adubos, sementes.

Compatibilização da atividade cinegética com outras atividades - nomeadamente no que respeita a aquisição ou instalação de proteções individuais de plantas e cercas para a proteção de culturas, incluindo custos com equipamento, materiais.

Infraestruturas de apoio ao desenvolvimento da fauna – incluindo custos com aquisição de comedouros, bebedouros, proteções, limpeza de pontos de água, reabilitação de charcas e açudes, colocação de marouços e de tocas artificiais, proteções, incluindo custos com equipamento, materiais.

Infraestruturas para monitorização - Instalação de parques de reprodução e adaptação das espécies, equipamentos de deteção e captura de espécies cinegéticas, incluindo custos com equipamento, materiais.

Diversificação da oferta de serviços - Instalação de observatórios e percursos, equipamento associado e equipamento de sinalização, incluindo custos com equipamento.

Salvaguarda de aspetos sanitários – Instalação de infraestruturas para assemblagem e examinação prévia de caça abatida e equipamento associado, cercados de contenção de caça maior, incluindo custos com equipamento.

O apoio previsto para estas operações é de um incentivo não reembolsável com uma taxa de apoio de 80%, destinado às entidades gestoras de zonas de caça municipais, associativas e turísticas.

No âmbito do mesmo programa é muito provável que existiam apoios às explorações agrícolas e florestais associados a ações específicas de conservação do valor natural e diretamente relacionados com as atividades cinegética, através da melhoria dos habitats das espécies cinegéticas (e.g Mosaico agro-florestal; Pastoreio extensivo; Culturas permanentes tradicionais; Silvicultura sustentável; Silvo-ambientais; Investimentos não produtivos; Pagamentos Rede Natura). A articulação coerente destes apoios para o aumento do valor económico e natural das atividades cinegéticas e piscícolas apresenta-se como um desafio importante.

Os apoios previstos nos Programas Operacionais Regionais e Temáticos no âmbito do Turismo e do aumento do Valor Natural virão a revelar-se essenciais para a realização dos investimentos necessários à capacitação das organizações. O presente projeto deverá propor o enquadramento e articulação dos apoios necessários às atividades a desenvolver, sendo essa articulação ela própria uma das atividades.

3.1.2.7 APOIOS AO INVESTIMENTO NA ÁREA DO TURISMO CINEGÉTICO E SUAS PERSPETIVAS PARA O PERÍODO 2014-2020

Ao contrário do “turismo de natureza” o “turismo cinegético” não é mencionado no diagnóstico que fundamentou a proposta do Programa Operacional Regional Norte – Norte 2020 -, na sua dimensão turística. A mesma omissão ocorre nos programas operacionais temáticos relevantes para o tema ou no Programa de Cooperação Transfronteiriça Interreg Espanha-Portugal (POCTEP 2014-2020).

O conceito de caça como ferramenta da conservação e como forma de atividade turística de natureza não parece ser conhecido / reconhecido pelas entidades responsáveis pela programação.

Contudo, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 24/2013, de 16 de abril, que aprova o Plano estratégico Nacional de Turismo – PENT – (2013-2015), integra o turismo cinegético no âmbito do turismo de natureza e destaca neste âmbito a *“Riqueza e diversidade de produtos e oportunidades de lazer, relacionados com valores enológicos, gastronómicos, históricos e patrimoniais, atividades de lazer, incluindo a cinegética, diversificados de alta qualidade e a curtas distâncias”*.

O mesmo PENT considera que, na região do Alentejo e no turismo de natureza, se verifica a necessidade de *“diversificar experiências de turismo rural e cinegético”*. Para a região Norte onde a área da CIM – AT se insere o PENT não considera o turismo cinegético relevante.

Pode especular-se que será difícil considerar o turismo cinegético relevante numa região com uma diminuta fração de ZCT (ver 3.1.1.3) e que esta objetiva não consideração pode ser considerada uma ameaça, nos termos da análise SWOT em apreço.

3.1.2.8 EVOLUÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO.

A Lei n.º 173/99, de 21 de setembro - Lei de Bases Gerais da Caça- cuja regulamentação foi publicada em setembro de 2000, enquadra a atividade há década e meia. A introdução das zonas de caça municipais e uma evidente simplificação de processos de acesso à gestão de territórios cinegéticos foram elementos importantes na alteração de enquadramento, da qual decorre a situação atual.

A lei de 1999 e o seu regulamento (Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, com a redação do Decreto-Lei n.º 2/2011, de 6 de janeiro) consagram também a organização venatória vigente, separando o associativismo de caçadores das organizações de produtores de caça, mas reconhecendo (na Portaria 11/2009) a afirmação do “interprofissionalismo”.

O enquadramento legislativo existente não bloqueia ou ameaça nenhuma iniciativa de valorização do setor cinegético, não parecendo também que constitua ou gere oportunidades até agora inaproveitadas para esse mesmo desenvolvimento.

Apesar da simplificação que a regulamentação da Lei de 1999 promoveu, trata-se de uma legislação algo complexa, com a preocupação/necessidade de atender e contemplar interesses muito diversificados, mas remetendo de forma muito vincada para a iniciativa dos caçadores e suas associações o essencial da gestão cinegética. O alargamento da superfície cinegética através das zonas de caça municipal gerou, ao tempo, uma oportunidade, cuja concretização e valorização plena continuam, ainda hoje, a ser um dos principais desafios do setor.

3.1.3 PESCA – AMBIENTE INTERNO (FORÇAS E FRAQUEZAS)

3.1.3.1 CARACTERÍSTICAS DOS CURSOS E MASSAS DE ÁGUA DE ÁGUAS PÚBLICAS E PRIVADAS E SEU ORDENAMENTO AQUÍCOLA E PISCÍCOLA

3.1.3.2 CARACTERÍSTICAS DOS CURSOS E MASSAS DE ÁGUA DE ÁGUAS PÚBLICAS E PRIVADAS E SEU ORDENAMENTO AQUÍCOLA E PISCÍCOLA

O Alto Tâmega região correspondente à zona norte do distrito de Vila Real, caracteriza-se por ser um território montanhoso que inclui as Serras da Pardela, Barroso, Cabreira, Larouco e Gerês. A área da CIM-AT abrange parte das bacias hidrográficas do Douro e do Cávado e uma pequeníssima área da bacia hidrográfica do Lima. A primeira, que representa mais de dois terços da área em estudo, inclui a sub-bacia do Douro (a sul), do Rabaçal-Tuela e Tua (a nascente), e a do Tâmega que ocupa a zona central deste território e a maior parte da sua área. A bacia do Cávado é representada exclusivamente na região pela sub-bacia do Cávado (a norte e noroeste).

A caracterização das massas de água da área em estudo, segue de perto a informação e classificações adotadas no Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro (Lacasta & Lacerda, 2012).

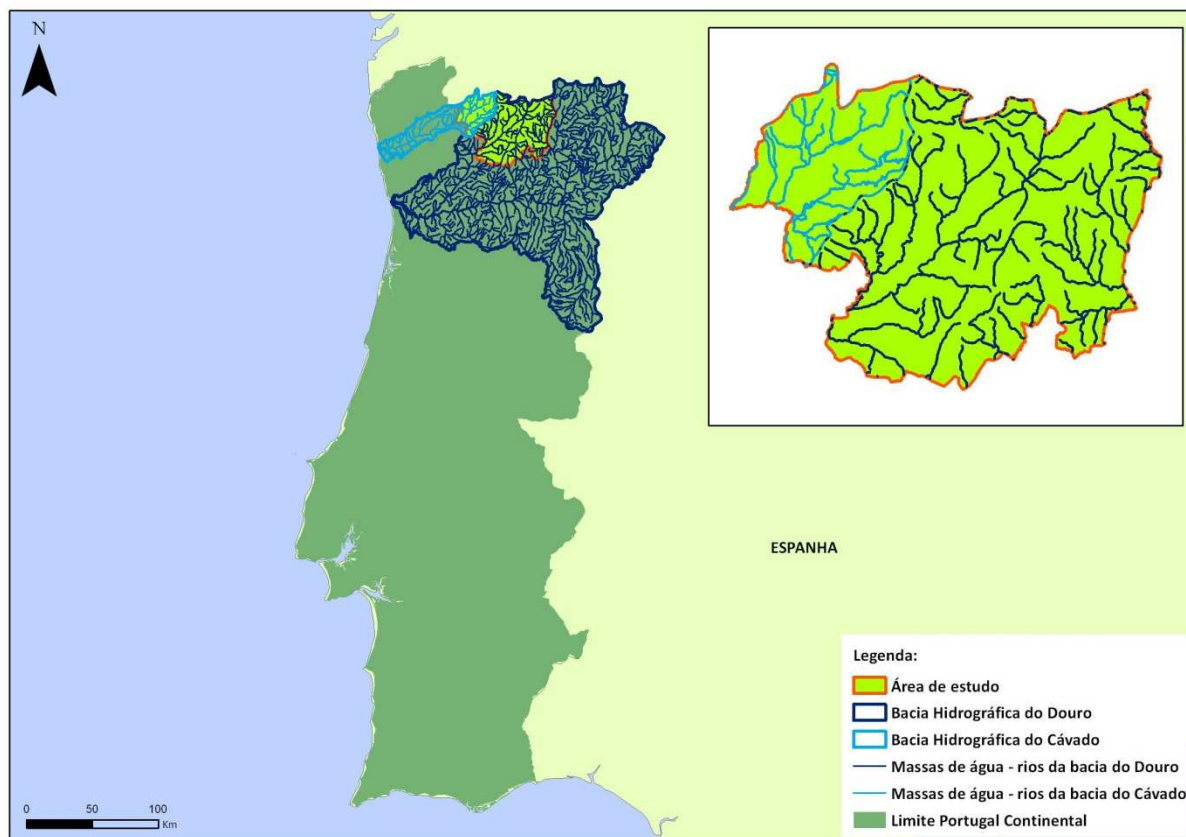


Figura 37 – Localização da área em estudo nas bacias hidrográficas do Douro e do Cávado.

3.1.3.2.1 REGIÃO HIDROGRÁFICA DO DOURO

A região hidrográfica do Douro é internacional e tem uma área de aproximadamente 79 mil km². Em território português, a bacia hidrográfica do Douro abrange uma superfície de aproximadamente 18.643 km² (cerca de 19% da sua área total).

O Rio Douro nasce em Espanha na província de Sória, nos picos da Serra de Urbião, a 1700 metros de altitude. Com 927 km de comprimento (597 em Espanha, 122 km de fronteira e 208 em Portugal), o rio Douro é o terceiro rio mais extenso da Península Ibérica.

A partir de Paradela passa a fazer fronteira entre Portugal e Espanha e, a partir das imediações de Barca de Alva, é um rio exclusivamente um rio português, desaguando no Atlântico junto às cidades do Porto e Vila Nova de Gaia.

3.1.3.2.1.1 SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DOURO, NA REGIÃO EM ESTUDO E CURSOS DE ÁGUA

As áreas e o seu valor relativo dos concelhos da CIM-AT abrangidos pelas sub-bacias hidrográficas são indicadas na

Tabela 14.

CONCELHO	SUB-BACIA	ÁREA ABRANGIDA %	ÁREA EFETIVA (km ²)
Ribeira de Pena	Douro	0,06	0,1
	Tâmega	100	217
V.P.Aguiar	Douro	23	100
	Tâmega	51	224
	Tua	26	113
Boticas	Tâmega	94	304
Chaves	Tâmega	81	488
	Rabaçal-Tuela	19	110
	Tua	0,04	0,1
Montalegre	Tâmega	27	221
Valpaços	Tâmega	2	12
	Rabaçal-Tuela	82	450
	Tua	16	87

Tabela 14 – Área efetiva e percentual relativa aos concelhos da CIM - AT abrangidos pelas diferentes sub-bacias. do Douro.

3.1.3.2.1.1.1 SUB-BACIA DO DOURO

A sub-bacia do Douro é a maior da região hidrográfica do Douro, com 6 027 km² e 55 concelhos abrangidos. Na área em estudo, esta sub-bacia abrange apenas parte do concelho de Vila Pouca de Aguiar e toca no concelho de Ribeira de Pena. Os principais afluentes do rio Douro nesta região (Rabaçal/Tuela e Tua) constituem sub-bacias que serão referidas no presente estudo.

3.1.3.2.1.1.2 SUB-BACIA DO TUA

A sub-bacia do Tua tem 1 255 km² de área e abrange dez concelhos, dos quais apenas uma fração das superfícies de Vila Pouca de Aguiar (26%), de Valpaços (16%) e de Chaves (0,04%), estão incluídos na área em estudo.

Além do Tua, são de referir na área da CIM-AT, os seus afluentes, a Ribeira de Carvalhais e a Ribeira de S. Mamede.

3.1.3.2.1.1.3 SUB-BACIA RABAÇAL-TUELA

Esta sub-bacia tem 1867 km² de área, abrange sete concelhos, dos quais apenas dois, a maior parte da área de Valpaços e cerca de 19% da área de Chaves são na área em estudo e é constituída por 2 linhas de água principais: O Rio Tuela e o Rio Rabaçal. Ambos nascem em

Espanha, o Tuela na província de Castela-Leão e o Rabaçal na Galiza, e ambos entram em Portugal pelo concelho de Vinhais. Têm uma extensão semelhante (cerca de 65km), seguem os seus cursos paralelos um ao outro, O Rio Rabaçal tem curso no concelho de Valpaços.

Cada um tem um afluente que também corre paralelo a eles: O rio Mente no rio Rabaçal, e o rio Baceiro no rio Tuela. Estes afluentes do Tuela e do Rabaçal, percorrem igualmente distâncias semelhantes.

3.1.3.2.1.1.4 SUB-BACIA DO TÂMEGA

A sub-bacia do Tâmega tem 2646 km² e abrange 18 concelhos no total e os seis da área da CIM-AT (100% de Rbeira de Pena, 94% de Boticas, 81% de Chaves, 51% de Vila Puca de Aguiar, 27% de Montalegre e 2 % de Valpaços), configurando-se como a sub-bacia hidrográfica mais representativa da área em estudo. O rio Tâmega é a principal linha de Água desta sub-bacia. O Tâmega é um rio internacional, que nasce na Serra de São Mamede, província de Ourense, na Galiza, Espanha, entra em Portugal pelo concelho de Chaves e desagua 150 km depois,.O Tâmega e seus afluentes apresentam na área em estudo, grandes irregularidades de regime e conseqüentemente degradação da qualidade da água nos períodos de baixo caudal.

3.1.3.2.2 REGIÃO HIDROGRÁFICA DO CÁVADO, AVE E LEÇA

A região hidrográfica do Cávado, Ave e Leça está integralmente incluída em território nacional, limitada a nascente pelo território espanhol, a norte pela região hidrográfica do

Minho e Lima, a oeste pelo oceano Atlântico e a Sul pela Região hidrográfica do Douro. Esta região hidrográfica tem uma área de aproximadamente 3.400 km², dos quais apenas 583 são no Distrito de Vila Real, único distrito desta região hidrográfica incluído na área da CIM-AT, e que correspondem a parte da sub-bacia do Cávado.

3.1.3.2.2.1 SUB-BACIA CÁVADO

A sub-bacia do Cávado tem 1 593 km² de área, abrangendo 14 concelhos, dos quais apenas Boticas e Montalegre estão incluídos na área em estudo.

O Rio Cávado percorre aproximadamente 129 km desde a sua nascente, a cerca de 1 520 metros de altitude na serra do Larouco, até à foz, em Esposende. Os seus principais afluentes são, na margem direita, o rio Homem, que nasce na serra do Gerês, e o rio Rabagão, na margem esquerda, que nasce entre as serras do Barroso e Larouco. Ambos os afluentes drenam áreas próximas de 250 km². Destes, apenas o Rabagão estão incluídas na área da CIM-AT.

CONCELHO	SUB-BACIA	ÁREA ABRANGIDA %	ÁREA EFETIVA (km ²)
Boticas	Cávado	6	18
Montalegre	Cávado	70	564

Tabela 15 – Área efetiva e percentual relativa aos concelhos da CIM - AT abrangidos pelas diferentes sub-bacias. do Cávado.

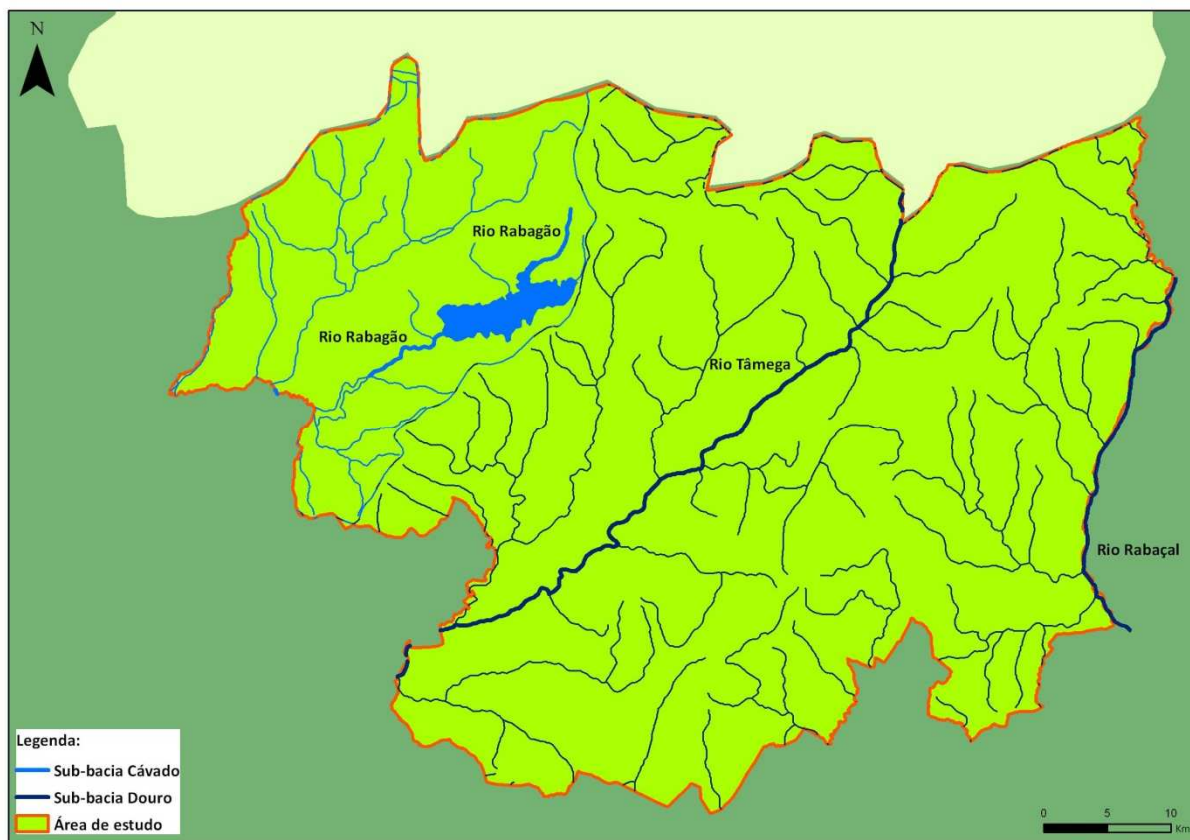


Figura 38 – Localização das sub-bacias na área em estudo.

3.1.3.2.3 REGIÃO HIDROGRÁFICA DO LIMA, SUB-BACIA DO LIMA

Parte da albufeira de Salas, localizada no município de Montalegre, numa pequena parcela de território português que forma um enclave em Espanha e é quase exclusivamente representado pelas águas da albufeira, está incluída na bacia hidrográfica do rio Lima. A barragem de Salas encontra-se localizada em território espanhol.

3.1.3.3 TIPOS DE MASSAS DE ÁGUA

Encontram-se representadas na CIM-AT, massas de água "Rios" (massa de água interior que corre, na maior parte da sua extensão, à superfície), e "Águas fortemente modificadas" (massa de água que, em resultado de alterações físicas derivadas da atividade humana, adquiriu um carácter substancialmente diferente", como as albufeiras com uma área inundada superior a 0,5 km² e troços de rio a jusante de barragens).

Com base em fatores abióticos, concertados e validados com informação biológica, as massas de água "rio" presentes na região da CIM-AT, são do tipo:

- Rios Montanhosos do Norte (M)
- Rios do Norte de Pequena Dimensão (N1; ≤ 100)
- Rios do Norte de Média-Grande Dimensão (N1; > 100)
- Rios do Alto Douro de Média Grande Dimensão

Rios do Alto Douro de Pequena Dimensão

Na área de CIM-AT os Rios de Montanha distribuem-se nas serras do Barroso, Gerês e Cabreira. Os Rios do Norte de Pequena Dimensão distribuem-se no baixo Cávado (fora da região em estudo) e no vale do Tâmega, correspondendo os cursos principais destes rios na área da CIM-AT aos Rios do Norte de Média-Grande Dimensão.

As massas de água "Albufeira" (Lagos Fortemente Modificados) que se encontram referenciadas para a região são exclusivamente do tipo Albufeiras do Norte.

As Albufeiras do Norte apresentam uma elevada variação do nível médio da água, uma relativamente pequena área de drenagem, encontram-se a altitude elevada, em locais frios e chuvosos, têm baixa dureza da água e baixa mineralização, relativamente a outro tipo de albufeiras, designadamente às albufeiras dos cursos principais.

3.1.3.4 RIOS E BARRAGENS

No total, são cerca de 110 os cursos de água permanentes relevantes para este estudo presentes na área da CM-AT.

Na área da CIM-AT, regista-se a existência de quatro albufeiras associadas a aproveitamentos hidro-eléctricos (Alto Cávado, Alto Rabagão, Paradela e Venda Nova), todas na sub-bacia do Cávado, que, juntamente com outras mais pequenas presentes na bacia do Cávado e na bacia do Douro destinadas ao abastecimento ou à rega, proporcionam condições particulares para a pesca na região.

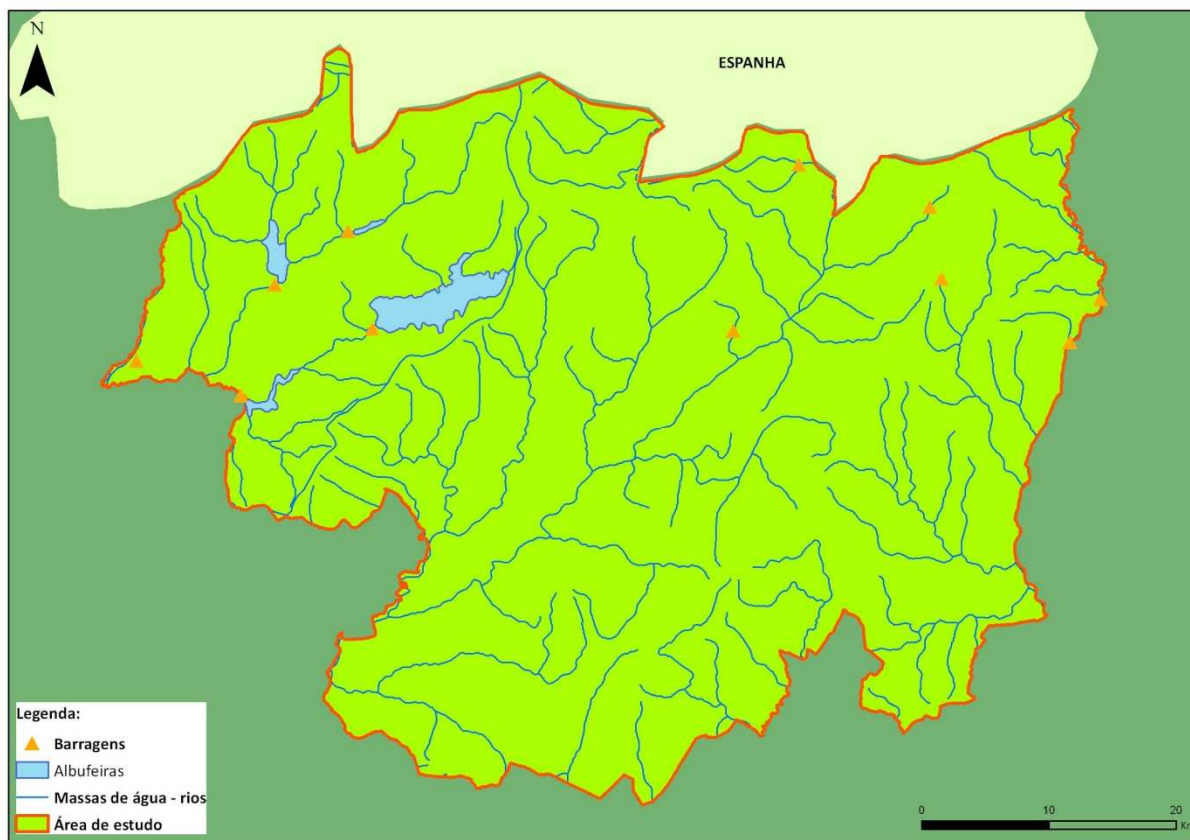


Figura 39 – Principais barragens localizadas na área da CIM-AT.

No município de Montalegre inclui ainda parte de albufeira de Salas cuja barragem se localiza em território espanhol.

3.1.3.5 Classificação ecológica das massas de água

O sistema de classificação das águas de superfície baseia-se no conceito de Estado Ecológico (no caso da região em estudo, para as massas de água "rio") e de Potencial Ecológico (para as massas de água "fortemente modificadas" - albufeiras). Este sistema

baseia-se na avaliação de diferentes elementos biológicos presentes ou ausentes nas massas de água.

Relativamente à ictiofauna da área em estudo, destaca-se, no caso dos rios, o predomínio de espécies reófilas e litófilas, como é o caso do escalado-do-norte *Squalius carolitertii* e da truta *Salmo trutta*, nos Rios Montanhosos do Norte, e também nos Rios do Norte de Pequena Dimensão. As comunidades dos Rios do Alto Douro de Pequena Dimensão também apresentam uma maior frequência de escalado-do-norte *Squalius carolitertii*. Para os Rios do Alto Douro e Norte de Média-Grande Dimensão as comunidades são dominadas pelo barbo *Barbus bocagei* e a boga do douro *Pseudochodrostoma duriensis*, sendo a primeira espécie mais abundante para o tipo Rios do Norte de Média-Grande Dimensão e a boga do douro no tipo Rios do Alto Douro de Média-Grande Dimensão. Destaca-se ainda a ausência de domínio de espécies exóticas nas comunidades de referência, verificando-se, contudo, a presença de algumas destas espécies, sendo as mais comuns o góbio *Gobio lozanoi* e a perca-sol *Leppomis gibbosus* (Lacasta & Lacerda, 2012.).

No caso das albufeiras, as "Albufeiras do Norte", únicas presentes na área, caracterizam-se pela presença, nas comunidades de referência, de truta-de-rio (*Salmo trutta*), bem como ausência de perca-sol. Embora estas sejam as únicas albufeiras com espécies salmonícolas nativas, são compostas maioritariamente por espécies ciprinícolas, apresentando um predomínio de espécies piscívoras e insectívoras, sendo as espécies omnívoras (*Barbus bocagei* e *Cyprinus carpio*) pouco abundantes" (Lacasta & Lacerda, 2012).

Para efeitos de proteção de espécies aquáticas de interesse económico, as águas continentais, podem ser classificadas como de salmonídeos ou de ciprinídeos. Consideram-se águas de salmonídeos, as águas onde vivem ou poderão viver espécies piscícolas da

família *Salmonidae* como sejam o salmão e a truta. As águas de ciprinídeos são águas onde vivem ou poderão viver espécies piscícolas da família *Cyprinidae*, como sejam o escalo, a boga, o barbo, bem como espécies pertencentes às restantes famílias que não a salmonídea. As águas onde ocorrem simultaneamente salmonídeos e ciprinídeos são classificadas como águas de transição, sendo que, para efeitos da fixação de normas de qualidade, as mesmas são consideradas como águas de salmonídeos.

Na área da CIM-AT estão presentes bacias hidrográficas de águas totalmente salmonídeas e outras que o são em parte. Estes rios correspondem grosso modo aos Rios Montanhosos do Norte e aos Rios do Norte de pequena dimensão.

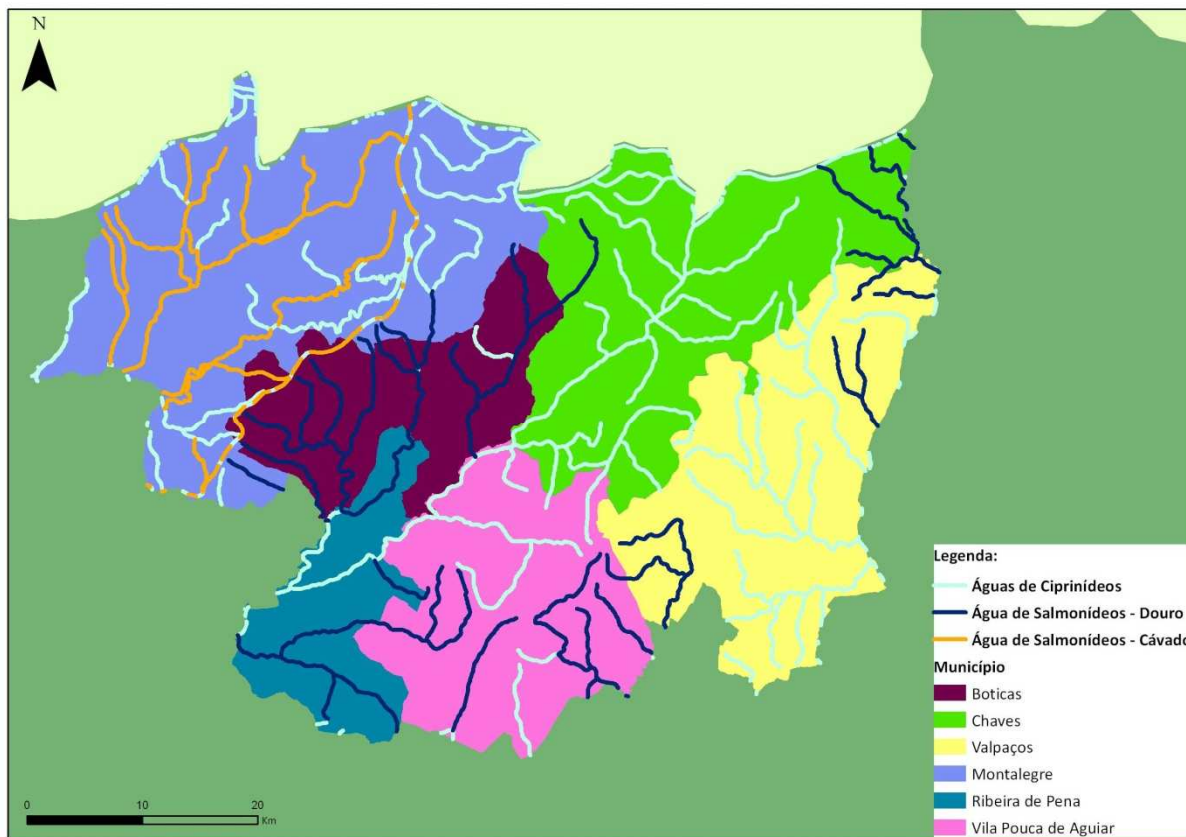


Figura 40 – Águas de salmonídeos e de ciprinídeos na região em estudo (DGRF, 2004).

A classificação completa das águas salmonídeas encontra-se no anexo da Portaria 251/2000 de 11 de Maio.

A legislação nacional e comunitária designa ainda zonas de proteção de massas de água, com outros objetivos que não sejam a proteção de espécies aquáticas de interesse económico, nomeadamente, massas de água designadas como “águas de recreio”, zonas sensíveis em termos de nutrientes e zonas designadas para a proteção de habitats ou de espécies. Estas últimas localizam-se nas áreas da rede Natura 2000, cujos valores são apresentados no [Anexo I](#).

3.1.3.6 Classificação do Estado das Massas de Água

O estado de uma massa de água superficial engloba a determinação do estado ou potencial ecológico e estado químico, sendo determinado pelo pior dos dois. De acordo com a DQA, as massas de água superficiais devem atingir o “Bom” estado, no sentido do cumprimento dos objetivos ambientais estabelecidos por esta diretiva (Lacasta & Lacerda, 2012).

A escala de classificação do estado das massas de água tem cinco graus: “Excelente”, “Bom”, “Razoável”, “Medíocre” e “Mau”.

As massas de água “rio” da área em estudo apresentam estado de “Bom” ou superior, nas massas de água “rio” da sub-bacia do Cávado e de “Medíocre” a “Bom” nas massas de água “rio” da sub-bacia do Douro. Nesta região as massas de água em incumprimento localizam-se na bacia do Tâmega, em todo o seu curso e nalguns afluentes, mas com especial ênfase no sector de montante (concelho de Chaves), e nos sectores médios e inferiores da bacia hidrográfica do do Rabaçal e do Tua (Lacasta & Lacerda, 2012). As classificações inferiores a “Bom” na área da sub-bacia do Douro incluída na área da CIM-AT, devem-se a efeitos cumulativos de várias pressões, na qual as pressões hidromorfológicas e agrícolas assumem maior importância

Na região Hidrográfica do Douro, as massas de água “albufeira” (lagos fortemente modificados), apresentam dum modo geral classificação de “Inferior” a “Bom”, sendo o estado inferior característico sobretudo nas albufeiras tipo “Curso Principal” ao longo do curso do rio Douro e portanto fora da área em estudo. O elemento biológico fitoplâncton é, geralmente, o responsável por esta classificação (Lacasta & Lacerda, 2012). Na região hidrográfica do Cávado todas as massas de água “albufeira” apresentam classificação de “Bom” ou superior.

A albufeira de Salas, incluída na bacia hidrográfica do Lima, apresenta classificação de “Bom”.

O artigo 4º da DQA estabelece que, todos os Estados-Membros protegerão, melhorarão e recuperarão todas as massas de água, com o objetivo de alcançar o “Bom Estado” Ecológico e Químico até ao ano de 2015. No que respeita às massas de água artificiais e fortemente modificadas, os Estados-Membros comprometem-se a atingir o “Bom Potencial” ecológico e o “Bom” Estado Químico para o mesmo período (Lacasta & Lacerda, 2012).

3.1.3.7 Ordenamento aquícola e piscícola

O ordenamento e gestão aquícola e piscícola pressupõe o conjunto de atividades relacionadas com a planificação e administração dos recursos hídricos, em geral, e piscícolas, em particular, e define-se como o conjunto de regras de utilização dos referidos recursos, que garantam a proteção, conservação e utilização racional e sustentável do património aquícola. Estas regras devem englobar ações de inventário (avaliação quantitativa, qualitativa, da distribuição geográfica e dos habitats) e de ordenamento (planificação e regulação da sua utilização sustentável) (Martinho, 2008). No âmbito da gestão piscícola essas regras envolvem a definição de quotas diárias de peixe por pescador, de tamanhos mínimos por espécie, de épocas de pesca, de processos e meios de pesca, de interdição de pescar em determinadas zonas (de proteção, de refúgio ou de desova (Almodovar, 2001).

O estabelecimento daquelas regras encontra-se exposto na lei. O regime para o exercício da pesca nas águas públicas interiores, é estabelecido pela Lei n.º 2097, de 6 de junho de 1959, regulamentada pelo DL n.º 44623, de 10 de junho de 62, que determina as várias formas de ordenamento e classifica as águas em:

- Águas livres, nas quais se pode praticar as duas modalidades de pesca (desportiva ou profissional);
- Zona de pesca reservada (ZPR), sujeitas a regulamento próprio, e onde apenas é permitida a pesca desportiva. São geridas pelo ICNF, as condições para o exercício da pesca são definidas por edital, e carecem de licenças especiais;
- Concessão de pesca desportiva, que correspondem a zonas geridas por uma entidade concessionária (clube ou associação de pescadores, legalmente constituídos, ou Câmaras Municipais), sujeitas a regulamento próprio, onde apenas é permitida a pesca desportiva;
- Zonas de pesca profissional (ZPP), onde é permitida a pesca profissional. São criadas por portaria do secretário de estado da Agriculturas e sujeitas a regulamento próprio.
- Zonas de Proteção, onde é proibido o exercício da pesca.

A lei prevê ainda a figura de águas particulares, isto é, águas cuja bacia hidrográfica se encontra na totalidade no interior de uma propriedade privada e onde só podem pescar indivíduos autorizados pelo proprietário

Na região da CIM-AT a grande maioria dos rios e albufeiras são classificados como de águas livres, isto é, a pesca nas suas águas obedece apenas às regras gerais estabelecidas na lei, não estando sujeitas a nenhum plano de ordenamento ou gestão específico.

Não existem atualmente na área das CIM-AT troços de rios ou albufeiras classificados como ZPP. A pesca profissional é autorizada nos troços dos rios Tua e Tuela incluídos na área em estudo.

Zonas de Pesca Reservada são atualmente inexistentes da área da CIM-AT.

As concessões de pesca desportiva, em número de 19 das quais uma à Câmara Municipal de Montalegre e as restantes a clubes ou associações de caça ou de caça e pesca.

Na área em estudo, apenas têm estatuto de zonas de proteção, três afluentes do Tâmega.

Os regulamentos e localização geográfica, por concelho, de cada uma das concessões de pesca e zona de proteção, encontram-se no [Anexo VI](#).

A situação do ordenamento piscícola na região da CIM-AT encontra-se atualmente muito aquém do desejável. As águas submetidas a planos de ordenamento e exploração piscícola específicos e adequados a cada local são ainda pouco expressivos. A promoção do ordenamento da pesca na região passará pela criação de maior número de ZPD e criação de ZPR.

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Estado da maioria dos cursos e massas de água de "Razoável" a "Bom" nos rios e de "Bom ou superior", nas albufeiras; • Qualidade da água e das populações piscícolas, elevadas, nos rios de montanha; • Enquadramento paisagístico dos cursos e massas de água; <p>Existência de concessões de pesca</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Do ponto de vista da classificação das massas de água "rio", classificação de " Medíocre" de alguns troços do Tâmega e de " inferior a bom", nalgumas albufeiras • Existência de um número reduzido de concessões de pesca e ausência de zonas de pesca reservada e deficiente implementação de planos de ordenamento e gestão piscícola específicos, adaptados a cada troço e massa de água; • Reduzido número de locais de pesca de qualidade; • Alteração e artificialização de cursos de água por construção de mini-hídricas. • Presença de barragens que dificultam a passagem de espécies migradoras; • Alteração de margens e degradação de galerias ripícolas nalguns locais;

FORÇAS	FRAQUEZAS
	<ul style="list-style-type: none"> • Presença de espécies exóticas, por vezes com impactes negativos no equilíbrio ecológico de determinados cursos ou massas de água;

3.1.3.8 ESTADO ATUAL DAS POPULAÇÕES PISCÍCOLAS.

Não existe em Portugal um sistema de recolha sistemática de informação que expresse o estado atual das populações piscícolas. Grande parte dos pescadores desportivos não estão organizados, a pesca é dispersa e muito informal, não sendo possível conhecer quanto se pesca, o que se pesca, onde se pesca e quando se pesca. Mesmo as capturas da pesca profissional nas águas interiores não são de declaração obrigatória. Apenas os resultados das capturas em competições oficiais são declarados sistematicamente ao ICNF.

Referências dispersas em estudos realizados em determinados cursos e massas de água ajudam a fazer esta avaliação, que também pode ser abordada recorrendo a métodos indiretos. Um dos métodos utilizados habitualmente para estudos de caracterização de pesca, é a realização de inquéritos aos pescadores.

A componente composição, abundância e estrutura etária da fauna piscícola é um dos elementos de qualidade biológica relevantes e por isso utilizado para a avaliação do Estado Ecológico das massas de água, de acordo com a DQA. Duma maneira geral a classificação das massas de água na região, com exceção de alguns troços e afluentes “mediócras” do rio Tâmega, é de “Razoável” a “Excelente”, no caso dos rios, e de “Inferior a Bom” até “Bom” ou superior, no caso das albufeiras, sendo que o estado “Inferior” diz respeito apenas a albufeiras de cursos principais e o elemento biológico responsável por esta classificação é o fitoplâncton. Assim, é de esperar que a composição, abundância e estrutura etária da fauna

piscícola das massas de água da região sejam atualmente, na sua maioria e no mínimo, razoáveis.

Como seria de esperar, o estado das populações das espécies presentes na CIM-AT varia muito com os locais, mesmo ao longo de cada curso de água. Contudo, nas águas salmonídeas dos rios de montanha da região existem populações de truta de rio são significativas. Em situações de transição ocorrem além das trutas, o escalo e a boga. Também nos rios ciprinídeos ocorrem, por vezes em números significativos, o escalo, a boga, o barbo e outros menos interessantes do ponto de vista da pesca. Pequenas albufeiras podem ter populações significativas de truta arco-íris. Grandes albufeiras e cursos de rio maiores podem albergar populações significativas de carpa, e espécies piscívoras, como o achigã, o lúcio e a lucioperca.

As espécies nativas estritamente dulçaquícolas alvo da pesca desportiva e profissional, presentes nas regiões hidrográficas do Douro e do Cávado (na área da CIM-AT), são listadas na Tabela 16.

Família	Espécie	Nome Comum	Estatuto	Desportiva	Profissional	Comercial	Bacia do Douro	Bacia do Cávado
Cyprinidae	Achondrostoma arcasii	Panjorca	EN		X	R	X	x
	Achondrostoma oligopelis	Ruivaco	LC		X	R	X	X
	Barbus bocagei	Barbo-comum	LC	X	X	M	X	X
	Iberochondrostoma lemmingi	Boga-de-boca-arqueada	EN			R	X	
	Pseudochondrostoma duriensis	Boga do Norte	LC	X	X	M	X	X
	Pseudochondrostoma polylepis	Boga-comum	LC	X	X	M	X	x
	Squalius caroliterti	Escalo do Norte	LC			R	X	x
	Squalius alburnoides	Bordalo	VU		X	R	X	
Cobitidae	Cobitis calderoni	Verdemã do Norte	EN			R	X	x
	Cobitis paludica	Verdemã-comum	LC			R	X	x
Salmonidae	Salmo trutta	Truta-de-rio	LC	X	X	E	X	x

Gasterosteidae	Gasterosteus gymnurus	Esgana-gata	EN			R	X	x
----------------	-----------------------	-------------	----	--	--	---	---	---

Tabela 16 – Espécies nativas estritamente dulçaquícolas alvo da pesca desportiva e profissional, presentes na RH3 e respetivo estatuto de conservação. (CR-Criticamente em perigo; ER-Em perigo; VU-Vulnerável; NT-Quase ameaçado; LC-Pouco preocupante; DD-Informação insuficiente; NE-Não avaliado; R-reduzido ou nulo; M-Médio; E-Elevado). (PGRH3).

Das espécies nativas, estritamente dulçaquícolas, três apresentam um estatuto especial de conservação, a panjorca e a boga-de-boca-arqueada (em perigo), espécies apenas presentes na bacia do Douro e o bordalo (vulnerável). As principais espécies nativas estritamente dulçaquícolas, alvo de pesca desportiva são o barbo, as bogas e a truta. Esta destaca-se pelo seu elevado valor económico.

As espécies diádromas alvo da pesca desportiva e profissional, presentes nas regiões hidrográficas do Douro e do Cávado (na área da CIM-TTM), são listadas no quadro abaixo.

Família	Espécie	Nome Comum	Estatuto	Desportiva	Profissional	V. Comercial	Bacia do Douro	Bacia do Cávado
Petromyzontidae	Petromyzon marinus	Lampreia-marinha	VU	X		E	X	X
Anguillidae	Anguilla anguilla	Enguia	EN	X	X	E	X	X
Cupleidae	Alosa alosa	Sável	EN	X		E	X	X
	Alosa fallax	Savelha	VU	X		E	X	X
Salmonidae	Salmo salar	Salmão	CR	X	X	E	X	X
	Salmo trutta	Truta-marisca	CR	X	X	E	X	X
Atherinidae	Atherina boyeri	Peixe-rei	DD			R	X	
Mugilidae	Liza ramada	Tainha	LC	X		M	X	X
	Mugil cephalus	Muge	NE	X		M		X

Tabela 17 – Espécies migradoras diádromas alvo da pesca desportiva e profissional, presentes na RH3 e respetivo estatuto de conservação. (CR-Criticamente em perigo; ER-Em perigo; VU-Vulnerável; NT-Quase ameaçado; LC-Pouco preocupante; DD-Informação insuficiente; NE-Não avaliado; R-reduzido ou nulo; M-Médio; E-Elevado). (PGRH3).

Com exceção do peixe-rei e da tainha e do muge, todas as espécies diádromas ocorrentes na bacia hidrográfica do Douro têm elevado interesse económico. Por outro lado, com exceção da tainha (e do muge que não foi avaliado), todas elas apresentam um estatuto de conservação preocupante (2 “vulnerável”, 2 “em perigo” e 2 “criticamente em perigo”). Estes fatos originam um óbvio conflito de interesse.

As espécies exóticas alvo da pesca desportiva e profissional, presentes nas regiões hidrográficas do Douro e do Cávado (na área da CIM-AT), são listadas na Tabela 18.

Família	Espécie	Nome Comum	Desportiva	Profissional	V. Comercial	Bacia do Douro	Bacia do Cávado
Cyprinidae	Carassius auratus	Pimpão		x	R	x	x
	Cyprinus carpio	Carpa	X	x	M	x	x
	Gobio lozanoi	Góbio			R	x	x
	Tinca tinca	Tenca		x	R	x	
Esocidae	Esox lucius	Lúcio	X	x	M	x	x
Salmonidae	Onchorynchus mykiss	Truta-arco-iris	X	x	E	x	x
Percidae	Sander lucioperca	Lucioperca	X		R	x	x
Poecillidae	gambusia holbrooki	Gambúsia			R	x	
Centrarchidae	Lepomis gibbosus	Perca-sol		x	R	x	x
	Micropterus salmoides	Achigã	x	x	E	x	x

Tabela 18 – Espécies exóticas alvo da pesca desportiva e profissional, presentes na RH3. (R-reduzido ou nulo; M-Médio; E-Elevado). (PGRH3).

Das espécies exóticas com interesse para a pesca, o achigã apresenta variações de procura no tempo, tendo sido já mais relevante nalgumas albufeiras da região, existem, contudo, outras, como por exemplo na Barragem do Alto Rabagão, onde as suas populações estão

em expansão e atualmente são numerosos os bons exemplares². Com o aparecimento de super-predadores, como o lúcio e a lucioperca, as populações de achigã sofreram pontualmente alguma regressão. A carpa tem atualmente elevada procura entre os pescadores especializados em “*carp fishing*” que procuram locais de pesca onde possam capturar grandes exemplares.

Na área em estudo são relevantes do ponto de vista da pesca, a truta de rio, o barbo e outros ciprinídeos, como o escalo e a boga duriense. Dentro das espécies exóticas destacam-se com interesse para a pesca, a truta arco-íris, a carpa, o achigã, o lúcio e a lucioperca. Repovoamentos ou soltas pontuais destas espécies em águas controladas, nomeadamente pequenas albufeiras agrícolas, podem aumentar artificial e pontualmente a quantidade de peixe nesses locais. Por exemplo, a utilização de trutas-arco-íris provenientes dos postos aquícolas da região, em repovoamento e largadas, pode reforçar as populações de trutas bravias e/ou diminuir a pressão de pesca sobre estas.

3.1.3.8.1 FORÇAS E FRAQUEZAS ASSOCIADAS AO ESTADO ATUAL DAS POPULAÇÕES PISCÍCOLAS

3.1.3.8.1.1 FORÇAS

² São organizados frequentemente concursos de pesca a esta espécie nesta albufeira.

A grande qualidade de troféus e, em muitos casos, a quantidade de truta de rio, espécie emblemática dos rios salmonídeos da região.

Nos rios ciprinídeos, populações equilibradas de várias espécies de ciprinídeos com muito interesse para a pesca, tanto lúdica como de competição. O escalo e a boga nos rios de montanha e, a juntar a estas espécies nos outros rios da região, o barbo.

Nos meios lânticos presença, de espécies exóticas de grande interesse lúdico ou desportivo, como o lúcio, a carpa, a truta arco-íris e o achigã.

Possibilidade de usar as produções dos postos aquícolas para reforçar as populações de trutas bravias e/ou diminuir a pressão de pesca sobre estas. Esta ação pode ter um impacto positivo na procura turística. Há que ter o cuidado de utilizar em cada massa ou curso de água, peixes geneticamente adaptados e de várias origens próximas, de modo a diminuir problemas de consanguinidade.

Os regulamentos das concessões de pesca determinam como obrigatória a solta de exemplares de tamanhos superiores à dimensão mínima definida na lei e preveem a morte de todos os exemplares de espécies exóticas capturados.

A presença de super-predadores, de espécies exóticas, com interesse para a pesca, como é o caso do lúcio, pode ser interessante em massas de água bem geridas e confinadas. Por exemplo, a presença de uma boa população desta espécie, com exemplares que constituam bons troféus pode revelar-se um forte fator de atração de pescadores desta espécie, à região.

Os pescadores turísticos são normalmente adeptos de práticas de pesca mais amigas do ambiente. Cada vez maior número de pescadores desportivos pratica a pesca sem morte,

isto é, a pesca em que o peixe é capturado e devolvido ao seu ambiente. Nas provas das diversas competições esta prática é regra.

3.1.3.8.1.2 FRAQUEZAS

A pressão de pesca, na ausência de planos específicos de ordenamento e exploração da pesca, pode contribuir para piorar o estado das populações piscícolas.

A pesca mais tradicional é focada na captura de peixe para consumo, e a persistência, por parte de elementos das populações ribeirinhas, no uso de métodos de pesca ilegais (por exemplo o uso de iscos proibidos), alguns com grande impacte nas populações piscícolas como o uso de dinamite ou lixívia.

A presença de espécies exóticas pode criar graves desequilíbrios nos ecossistemas. A falta de monitorização e programas de gestão potenciam este problema.

A falta de regularização de caudais pode causar danos severos nas populações piscícolas, nomeadamente de truta de rio. Por exemplo, uma enxurrada pode arrastar ninhos e um período de seca pode fazer subir a temperatura da água e promover o aparecimento de doenças causadoras de mortalidade.

A presença de superpredadores como o lúcio, o alburno, o siluro e até o peixe-gato, no rio Esla, e noutros rios e albufeiras espanholas, configura forte concorrência por parte daquele país na atração de pescadores destas espécies.

3.1.3.9 TIPOLOGIA E FUNCIONAMENTO ATUAL DAS ZONAS DE PESCA

3.1.3.9.1 CONCESSÕES DE PESCA

VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL CINEGÉTICO E PISCÍCOLA DO TERRITÓRIO DA CIM-ALTO TÂMEGA- RELATÓRIO FINAL

“Concessões de Pesca Desportiva” são zonas de pesca geridas por uma “Entidade Concessionária”. A esta entidade, que pode ser exclusivamente um clube/associação de pescadores, legalmente constituídos, ou uma câmara municipal, é atribuído o exclusivo da pesca, por um período não superior a 10 anos e sujeita a regulamento próprio, onde apenas é permitida a pesca desportiva.

Para pescar nas Concessões de pesca desportiva, além da Licença Geral de pesca desportiva, é ainda necessária uma Licença Especial diária, cujos tipos e custos são definidos no respetivo Regulamento da Concessão. Os pescadores desportivos estrangeiros, não residentes no País, podem apenas com a Licença Especial.

A Figura 41 mostra o modelo de placa sinalizadora das concessões de pesca desportiva.



Figura 41 – Modelo de placa para sinalização das concessões de pesca desportiva.

Concessão	Concelhos	Despacho	Alvará
Albufeira de Salas	Montalegre	15040/2010, de 1 de outubro	283/2011, de 4 de Janeiro

Concessão	Concelhos	Despacho	Alvará
Albufeira do Alto Cávado	Montalegre	VCD_SCBS/349/2014, de 4 de Junho	443/2014, de 3 de Julho
Ribeira de Cerdedo ou do Couto	Boficas	17/2011/CP, de 9 de Junho	320/2012, de 1 de fevereiro
Ribeiro de Campesinho e Rio Cerdeira	Montalegre	15039/2010, de 1 de outubro	282/2011, de 24 de Janeiro
Rio Beça	Ribeira de Pena	33/2011/CP, de 3 de Novembro	319/2012, de 25 de Janeiro
Rio Cabril e Rio Pincães	Montalegre	22992/2004 (2ª série), de 10 de Novembro	141/2005, de 28 de Fevereiro
Rio Cávado	Montalegre	24981/2008 (2ª série), de 7 de Outubro	217/2009, de 9 de Janeiro
Rio Cávado e Albufeira de Paradela	Montalegre	71/2012/CP, de 22 de Novembro	383/2013, de 2 de Janeiro
Rio Fafião	Montalegre e Terras de Bouro	20485/2004 (2ª série), de 4 de Outubro, retificado 2015/2004, de 30 de Outubro	140/2005, de 28 de fevereiro
Rio Louredo	Ribeira de Pena e Mondim de Basto	6212/2010, de 8 de Abril	254/2012
Rio Pinhão	Vila Pouca de Aguiar	15471/2010, de 14 de Outubro	285/2011, de 31 de Janeiro
Rio Rabaçal	Valpaços e Mirandela	18036/2010, de 3 de Dezembro	286/2011, de 9 de Fevereiro
Rio Rabagão	Montalegre	VCD_SCBS/662/2013, de 2 de dezembro	419/2014, de 17 de Fevereiro
Rio Tâmega	Chaves	VCD_SCBS/247/2014, de 28 de Abril	429/2014, de 5 de Maio
Rio Tâmega	Chaves	23047/2009, de 20 de Outubro	252/2010, de 8 de Março
Rio Tinhela	Vila Pouca de Aguiar	15473/2010, de 14 de Outubro	284/2011, de 31 de Janeiro
Rio Tinhela	Vila Pouca de Aguiar e Murça	6213/2010, de 8 de Abril	260/2010, de 1 de Junho
Rio Torno	Vila Pouca de Aguiar	VCD_SCBS/352/2014, de 4 de Junho	440/2014, de 4 de Junho
Rio Torno	Vila Pouca de Aguiar	VCD_SCBS/369/2014, de 4 de Junho	455/2014, de 22 de Setembro

Tabela 19 – Concessões de pesca na área da CIM-AT (ICNF - 2014).

As concessões de pesca desportiva da CIM – AT encontram-se identificadas na Tabela 19 sendo que os seus regulamentos e localização podem ser consultados no [Anexo VI](#).

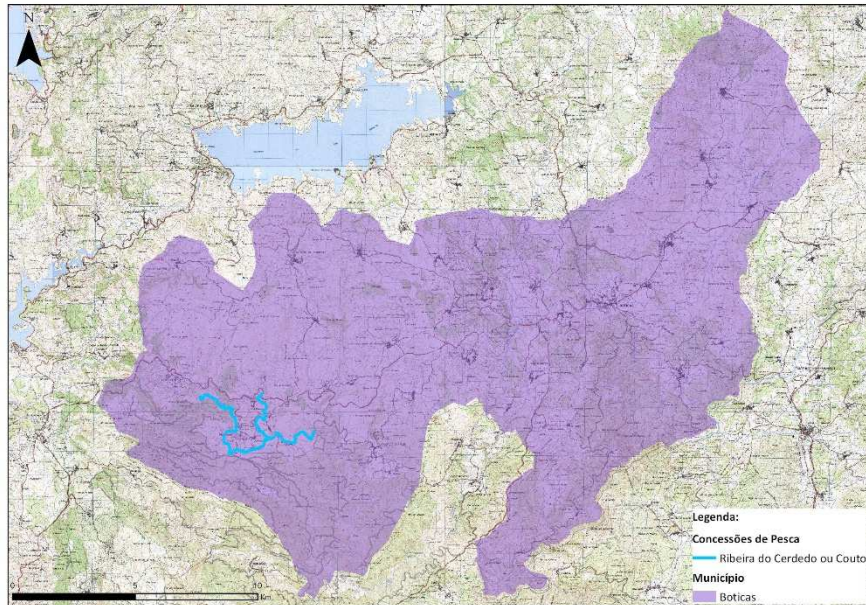


Figura 42 – Concessões de pesca (Boticas).

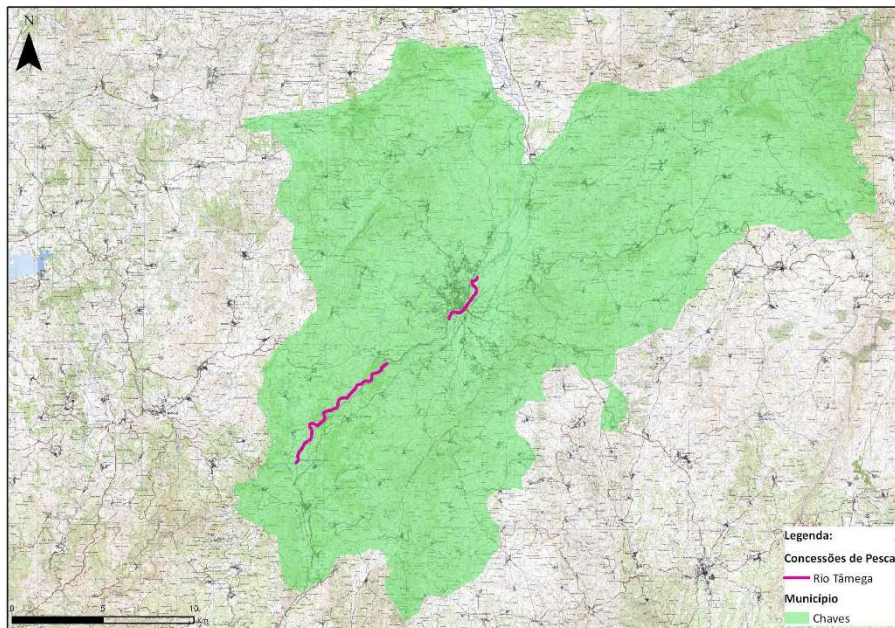


Figura 43 – Concessões de pesca (Chaves).

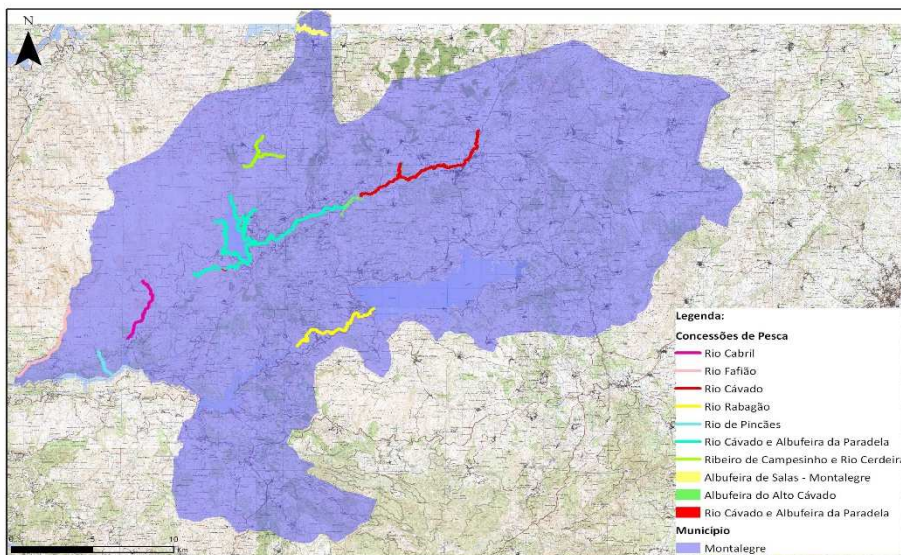


Figura 44 – Concessões de pesca (Montalegre).

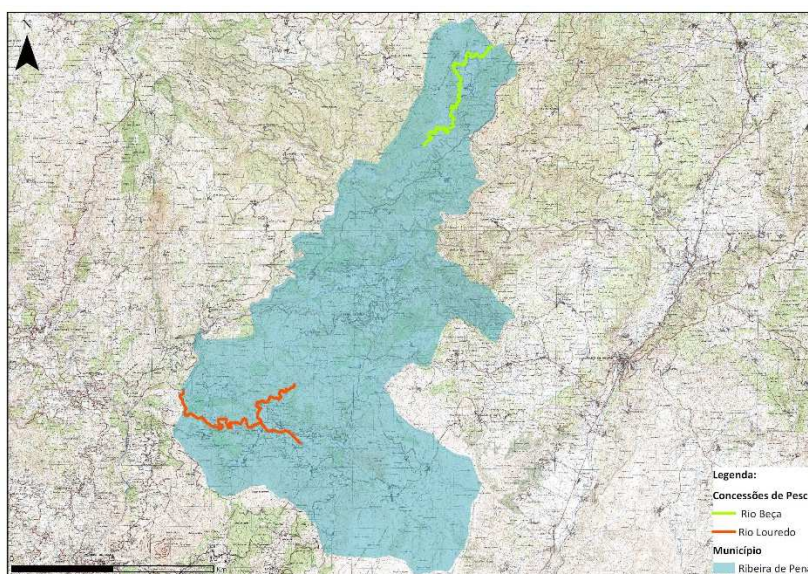


Figura 45 – Concessões de pesca (Ribeira de Pena).

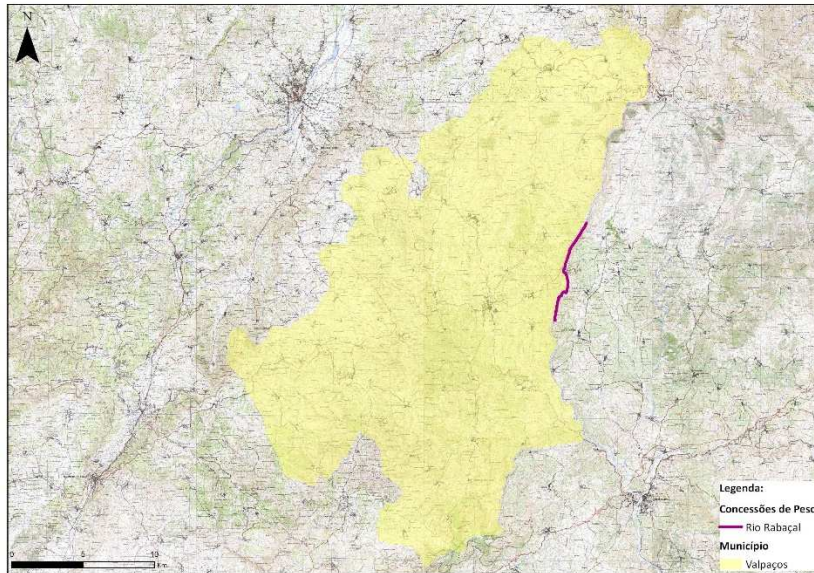


Figura 46 – Concessões de pesca (Valpaços).

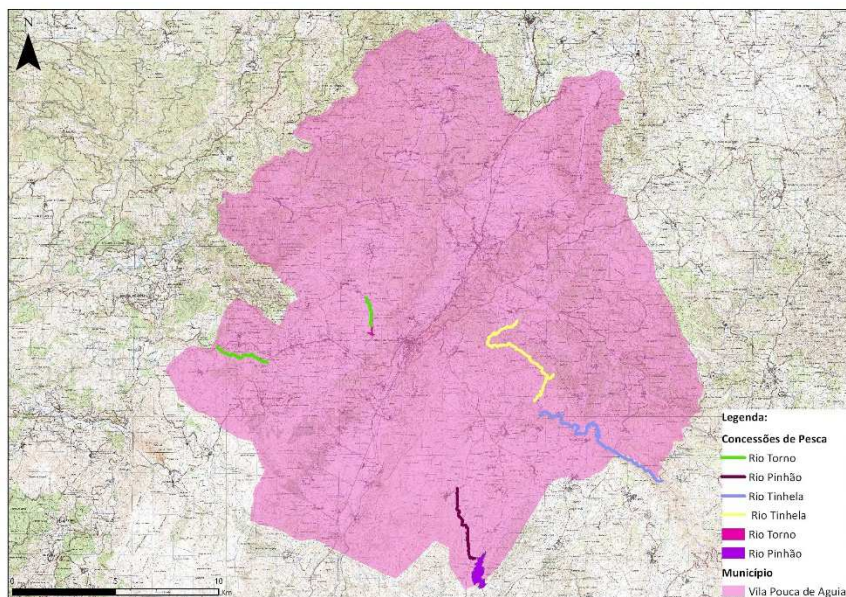


Figura 47 – Concessões de pesca (Vila Pouca de Aguiar).

À escala nacional o número de concessões de pesca aumentou 786% entre 2001 e 2012, mostrando uma tendência inequívoca para o reconhecimento da necessidade da gestão.

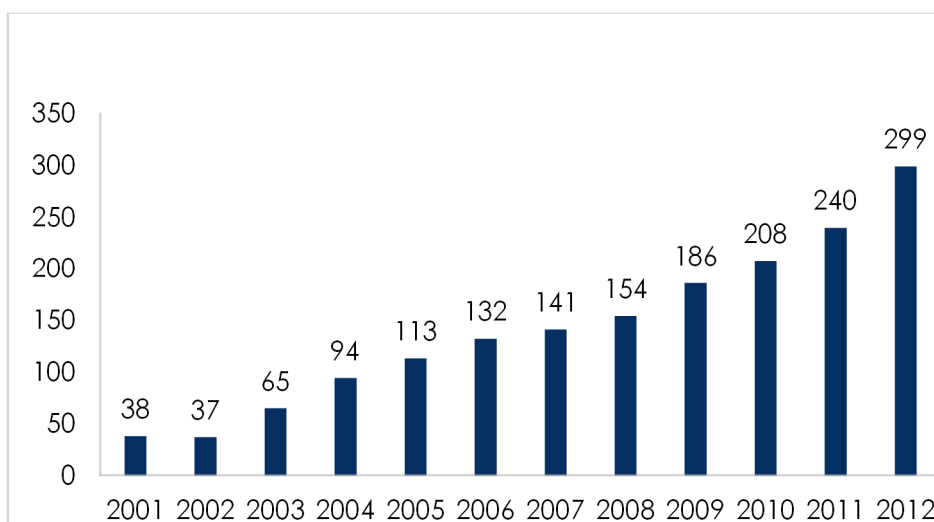


Figura 48 – Evolução do nº de concessões de pesca no período de 2001 a 2012.

3.1.3.9.2 ZONAS DE PESCA RESERVADA

As Zonas de Pesca Reservada (ZPR) são zonas de pesca geridas pelo ICNF. Estas zonas onde apenas é permitida a pesca desportiva, são sujeitas a regulamento próprio definido por Edital, onde se descrevem as condições para o exercício da pesca, nomeadamente o número máximo diário de pescadores, os períodos, processos e meios de pesca, as dimensões mínimas dos peixes capturados e o número máximo de exemplares a capturar e ainda o tipo de Licenças especiais obrigatórias.

Para além da Licença geral de pesca desportiva, para pescar nas zonas de pesca reservada, é também necessária uma Licença especial, cujos tipos e custos são definidos no respetivo Edital da Zona.

Os pescadores desportivos estrangeiros, não residentes no País, podem pescar nas ZPR apenas com a Licença especial.

Não existem ZPR na área em estudo

3.1.3.9.3 PESCA EM ÁGUAS PARTICULARES

Nas águas particulares (cujo atestado de natureza compete APA) o exercício da pesca é direito exclusivo do proprietário do terreno onde a respetiva massa de água se localiza, ficando, todavia, a exploração dos respetivos recursos piscícolas, submetida à legislação da pesca nas águas interiores.

Nestas águas, e desde que devidamente sinalizadas, só podem pescar os indivíduos autorizados pelo proprietário.

3.1.3.9.4 PESCA PROFISSIONAL

As Zonas de Pesca Profissional (ZPP) são sujeitas a regulamento próprio, definido em Edital, o qual estabelece as regras de gestão e exploração adequadas a cada uma, tendo em conta, além das características biofísicas do local, a especificidade dos métodos de pesca tradicionalmente usados na região.

Nestas águas, para além da licença geral de pesca profissional é ainda necessária uma licença especial, cujos tipos, custos e forma de atribuição são definidos no respetivo edital. Neste edital, constam igualmente as espécies que podem ser capturadas, os respetivos períodos de pesca, as respetivas dimensões mínimas, o número máximo de exemplares a capturar por pescador e por dia, número de aparelhos de pesca e características dos mesmos e dimensões mínimas das malhagens.

Nas Zonas de Pesca Profissional é permitida a pesca desportiva. As ZPP são geridas pelo ICNF.

A pesca profissional apenas pode ser praticada nos locais definidos na Portaria n.º 252/2000, de 11 de Maio, atualizada pela Portaria n.º 544/2001, de 31 de Maio e pela Portaria n.º 794/2004, de 12 de Julho.

De acordo com a Portaria n.º 544/2001, de 31 de maio), não há locais autorizados para pesca profissional na área da CIM-AT

3.1.3.9.5 FORÇAS E FRAQUEZAS ASSOCIADAS À TIPOLOGIA E FUNCIONAMENTO ATUAL DAS ZONAS DE PESCA

3.1.3.9.5.1 FORÇAS

As Zonas de Pesca Reservada e as concessões de pesca, figuras legais constantes da legislação portuguesa há 55 anos, possibilitam, com restrições do tipo de concessionário, a criação de áreas de pesca subordinadas a planos de ordenamento e de exploração, adaptadas a cada local concessionado.

Entre 2001 e 2012, o número de concessões de pesca, em Portugal continental, passou de 38 para 299.

Nas concessões de pesca, os pescadores estrangeiros estão dispensados da licença geral, podendo pescar apenas com a licença especial da concessão.

Existência da chamada Nova Lei da Pesca, a Lei 7/2008, de 15 de Fevereiro, que aguarda apenas a publicação da respetiva regulamentação. A nova lei permitirá a atribuição de concessões de pesca a entidades privadas.

3.1.3.9.5.2 FRAQUEZAS

As concessões de pesca podem ser atribuídas exclusivamente a associações/clubes ou autarquias. Entidades de natureza privadas, como sejam empresas turísticas, estão atualmente excluídas deste processo, apesar de ter sido aprovada há seis anos, a chamada Nova Lei da Pesca, a Lei 7/2008, de 15 de Fevereiro, que prevê a atribuição de concessões de pesca aquele tipo de entidades. A Nova Lei da Pesca não foi ainda regulamentada.

Grandes extensões de troços de rios e de massas de água lântica onde não existe qualquer plano de ordenamento e gestão da pesca.

Grandes extensões de troços de rios e de massas de água lântica onde é praticamente inexistente qualquer tipo de vigilância e fiscalização das atividades de pesca ou outros usos das massas hídricas.

Inexistência ou quase de programas de monitorização de espécies piscícolas que permitam o estabelecimento de planos de exploração sustentável.

3.1.3.10 ACRESCENTO DE VALOR ECONÓMICO TURÍSTICO À PRODUÇÃO PISCÍCOLA

O benefício económico gerado pela pesca desportiva numa determinada região resulta principalmente da atividade turística a ela associada.

As receitas diretas provenientes da atividade da pesca desportiva resumem-se ao custo das licenças de pesca especiais, cujos montantes revertem para os concessionários, e às inscrições nas competições, sendo este último ingresso mais significativo.

A expectativa da quantidade de peixes e do seu tamanho é o critério principal de escolha utilizado pelos pescadores para selecionar os seus destinos. A beleza da paisagem, a proximidade a casa e o acesso de carro ao local de pesca também são fatores tidos em conta. Critérios negativos são a poluição e lixo nas margens, o tráfego intenso de barcos e motos de água pela falta de tranquilidade que criam. Estas são as conclusões de um inquérito realizado a pescadores no Alentejo, no âmbito do Estudo Estratégico para a Gestão das Pesca Continentais (Ferreira & Bochechas, 2006). Conclui-se no referido estudo que metade dos pescadores considera-se especializado num tipo de pesca. São também metade do número dos pescadores inquiridos, os que participam em concursos de pesca e 35%
VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL CINEGÉTICO E PISCÍCOLA DO TERRITÓRIO DA CIM-ALTO TÂMEGA- RELATÓRIO FINAL

pertencem a clubes de pesca. A importância da pesca desportiva organizada reflete a potencialidade da atividade, assim como as suas exigências.

Na região da CIM-AT, como noutras regiões do Norte do país, a pesca à truta nos rios de montanha tem elevado potencial para atrair pescadores de outras regiões, nomeadamente de Espanha. A época de pesca à truta em Portugal tem início antes da espanhola. A divulgação deste tipo de vantagens do exercício de pesca desportiva na região, por exemplo relativamente a Espanha, é um fator determinante na atração de pescadores para a região. Outras vantagens competitivas deste tipo podem ser criadas.

De acordo com a legislação em vigor, os concursos de pesca são realizados em pesqueiros (ou pistas) devidamente autorizados pelo ICNF. Existem pistas de pesca em ambientes urbanos ou rurais com um maior ou menor grau de artificialização enquadrados por arranjos paisagísticos.

A pesca de competição tem em todo o país, e também na região em estudo, muita relevância no acrescento de valor económico ao setor da pesca desportiva em águas interiores. Apesar de nos últimos anos o número de pescadores federados ter decrescido, de cerca de 3700 no ano de 2009 para cerca de 2800 nos dias de hoje, é ainda na pesca de competição que os praticantes investem mais em equipamento, iscos, engodos, deslocações, estadias, etc. É também significativo o contributo que este tipo de pesca pode ter na procura externa, contribuindo positivamente para o setor do turismo. A organização de concursos e competições, incluindo provas de campeonatos mundiais de várias modalidades de pesca têm acontecido em Portugal, confirmando-se como ocasiões de grande afluxo de gente às regiões onde ocorrem. A pista de pesca de Cavez, nas margens do Tâmega, fora

da área da CIM-AT, no concelho de Cabeceiras de Basto, é uma das melhores pistas de pesca de Portugal, atraindo inúmeros pescadores e seus acompanhantes à região, tanto durante os dias de provas como em dias de treino.

É grande o potencial para organização de provas de competição de pesca a região da AT, nomeadamente de pesca à pluma nos rios de montanha. No calendário da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, está referida a ocorrência de algumas provas em 2014, no Rio Tâmega, em Chaves. As entidades promotoras de concursos de pesca são autarquias, clubes de pesca, associações de pesca e grupos desportivos, locais ou especializadas, e outras entidades (empresas, clubes de futebol, sindicatos, clubes de futebol, etc.). Dificuldades de financiamento e falta de apoio técnico a estas organizações limitam o desenvolvimento deste tipo de eventos.

A criação de mais e melhores pesqueiros (por exemplo instalação de plataformas), melhoria de margens e de acessos, nos rios e massas de água da CIM-AT, são também determinantes no acréscimo de valor económico à produção piscícola da região.

A divulgação e promoção do território da CIM-AT como destino de pesca desportiva é um fator fundamental na atração de mais pescadores à região.

A fraca expressão de projetos de exploração turística de pesca, fruto da inadequação da lei em vigor, não contribui para o desenvolvimento do setor.

3.1.3.10.1 FORÇAS

Interesse pelos rios da região por parte de pescadores de outras partes do país e sobretudo de Espanha, nomeadamente na procura de locais para a pesca à truta.

A época de pesca à truta em Portugal inicia-se antes da época a esta espécie em Espanha. Como qualquer início de época, esta é uma altura em que os pescadores estão ávidos de praticar a modalidade e o afluxo de pescadores espanhóis aos rios da região da CIM-AT é grande.

Com a aprovação da Nova Lei da Pesca, a possibilidade de concessionar troços de rios e massas de água a entidades privadas, passa a haver possibilidade de vender jornadas de pesca e, assim, criar receita direta no setor.

Não se enquadrando na tipologia de concessão de pesca, a existência de locais de competição, nomeadamente de pesca à pluma dos rios montanhosos do norte, pode ser uma mais-valia importante.

3.1.3.10.2 FRAQUEZAS

Falta de entidades profissionais (concessionárias) dedicadas ao setor.

Fraca integração da pesca noutros produtos de turismo no espaço rural.

Falta de pistas de pesca

Demora na aprovação do decreto regulamentar da Nova Lei da Pesca

Deficiente financiamento da atividade e inadequação da tipologia das entidades concessionárias aos programas de financiamento comunitários.

3.1.4 PESCA – AMBIENTE EXTERNO (OPORTUNIDADES E AMEAÇAS)

VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL CINEGÉTICO E PISCÍCOLA DO TERRITÓRIO DA CIM-ALTO TÂMEGA- RELATÓRIO FINAL

3.1.4.1 EVOLUÇÃO DA PROCURA INTERNA E EXTERNA DE PRODUTOS PISCÍCOLAS

É generalizada a perceção do aumento da procura por parte de pescadores espanhóis, de pesca à truta de rio, sobretudo nos rios montanhosos do norte.

Em Portugal, são atualmente cerca de 200 000 os pescadores que requerem licença de pesca desportiva em águas interiores.

Com base no número de licenças requeridas de 1980 a 2013, constata-se que o número total de pescadores no país aumentou francamente entre 1980 (74 326) e 2001, onde houve o maior número de licenças requeridas (289 486), manteve-se aproximadamente entre 1997 (268 896) e 2003 (243 801) e decresceu a partir de 2006 até ao presente (188 911).

ANO	LICENÇAS DE PESCA DESPORTIVA					LICENÇAS DE PESCA PROFISSIONAIS	TOTAL
	Licenças Nacionais	Licenças Regionais	Licenças Concelhias	Dominicais	Total		
1980	1 628	15 263	54 629	414	71 934	2 391	74 325
1981	3 036	23 348	61 477	233	88 094	2 927	91 021
1982	3 299	23 683	60 625	449	88 056	2 940	90 996
1983	1 892	15 459	61 630	609	79 590	2 851	82 441
1984	1 777	14 530	61 518	498	78 323	2 802	81 125
1985	2 390	17 571	77 943	610	98 514	3 104	101 618
1986	3 152	20 872	77 385	476	101 885	3 143	105 028
1987	3 418	17 895	56 379	475	78 167	1 296	79 463
1988	4 753	31 796	96 288	292	133 129	1 922	135 051
1989	9 586	46 015	104 607	379	160 587	1 652	162 239
1990	12 414	42 483	73 634	287	128 818	1 340	130 158
1991	16 560	64 015	102 146	242	182 963	1 709	184 672
1992	21 220	76 520	94 438	176	192 354	1 741	194 095
1993	22 099	59 004	118 125	374	199 602	Não disponíveis	199 602
1994	23 410	64 814	116 885	384	205 493	Não disponíveis	205 493
1995	42 872	101 933	86 732	106	231 643	1 974	233 617

ANO	LICENÇAS DE PESCA DESPORTIVA					LICENÇAS DE PESCA PROFISSIONAIS	TOTAL
	Licenças Nacionais	Licenças Regionais	Licenças Concelhias	Dominicais	Total		
1997	58 787	115 491	77 462	53	251 793	1 902	253 695
1998	67 406	123 946	80 709	12	272 073	1 590	273 663
1999	72 201	123 122	68 943	3	264 269	1 567	265 836
2000	77 842	106 412	55 482	0	239 736	1 634	241 370
2001	85 930	119 402	62 775	0	268 107	1 388	269 495
2002	92 656	112 240	59 808		264 704	951	265 655
2003	88 811	100 905	53 084		242 800	1 001	243 801
2004	69 577	88 574	50 075		208 226	973	209 199
2005	78 609	100 160	45 544		224 313	1 086	225 399
2006	74 738	96 087	45 531		216 356	1 094	217 450
2007	68 454	89 012	35 781		193 247	994	194 241
2008	46 205	64 063	20 741		131 009	776	131 785
2009	77 798	128 583	12 454		218 835	1 062	219 897
2010	74 136	128 595	7 858		210 589	1 058	211 647
2011	70 804	129 758	6 415		206 977	1 009	207 986
2012	64 060	123 821	5 895		193 776	923	194 699
2013	60 499	121 508	5 947		187 954	957	188 911

Tabela 20 – Concessões de pesca na Número de licenças de pesca desportiva, por tipo de licença, para o período de 1980 a 2013. (ICNF).

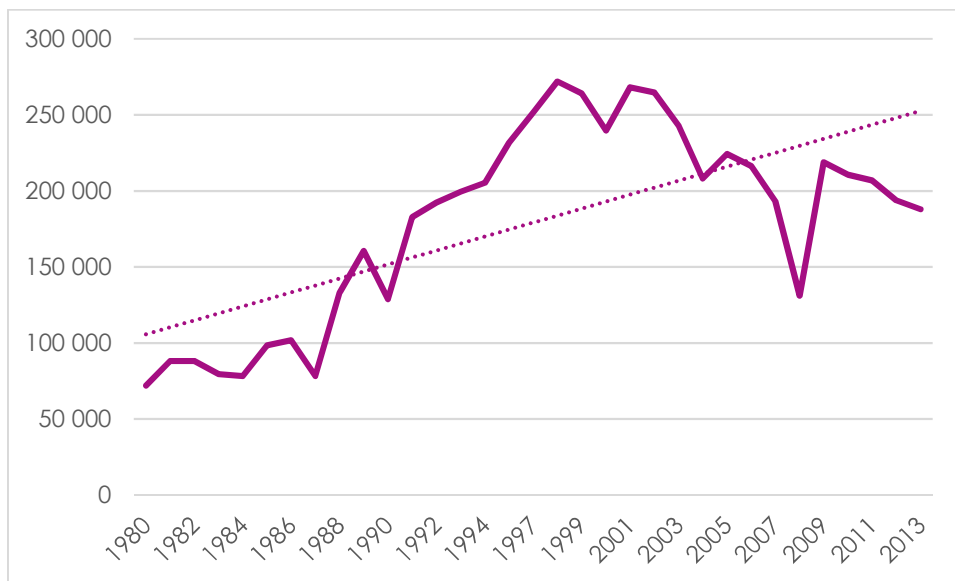


Figura 49 – Evolução do total de licenças de pesca desportiva (nacional, regional, concelhia e dominical) nos anos de 1980 a 2013.

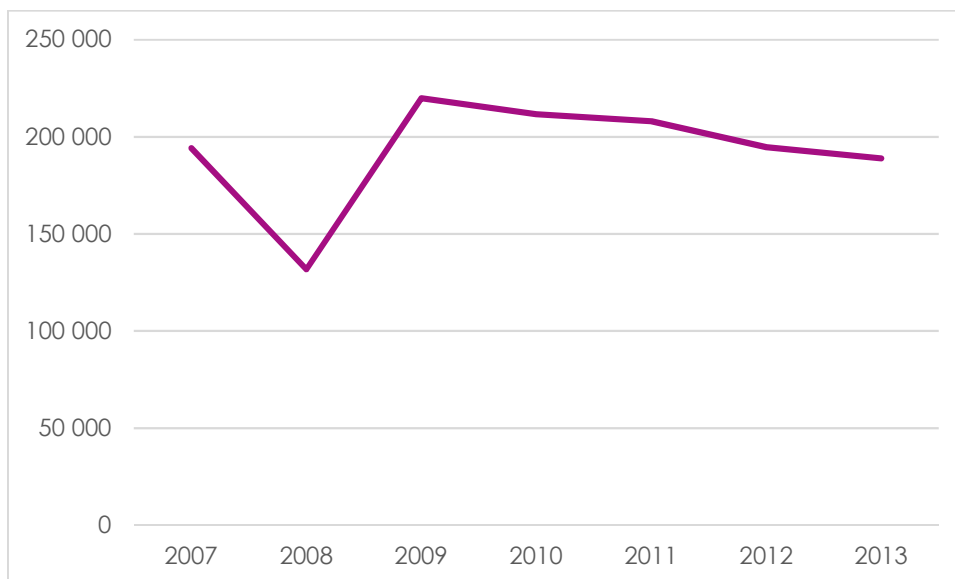


Figura 50 – Evolução do total de licenças de pesca desportiva (nacional, regional, concelhia e dominical) nos anos de 2007 a 2013.

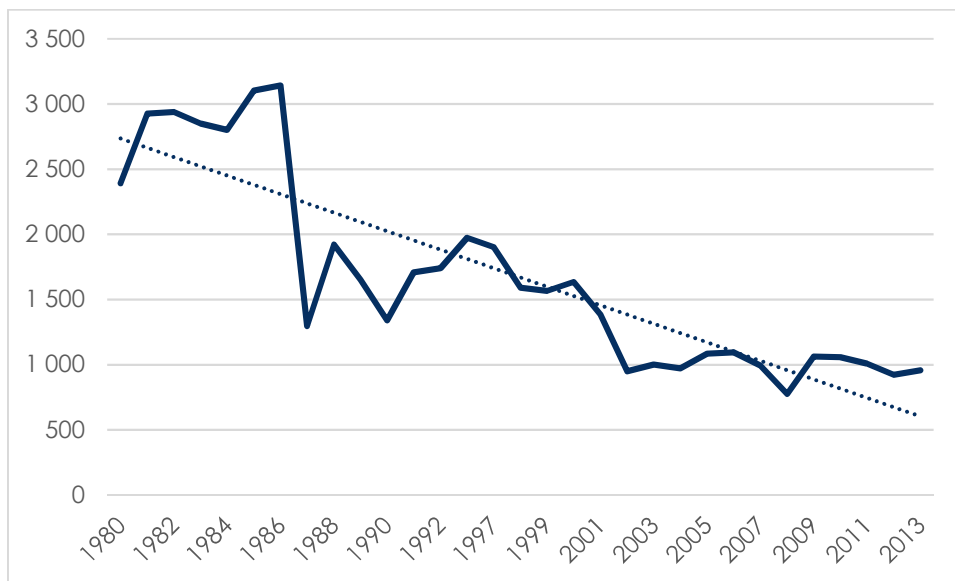


Figura 51 – Evolução do total de licenças de pesca profissional entre 1980 e 2013.

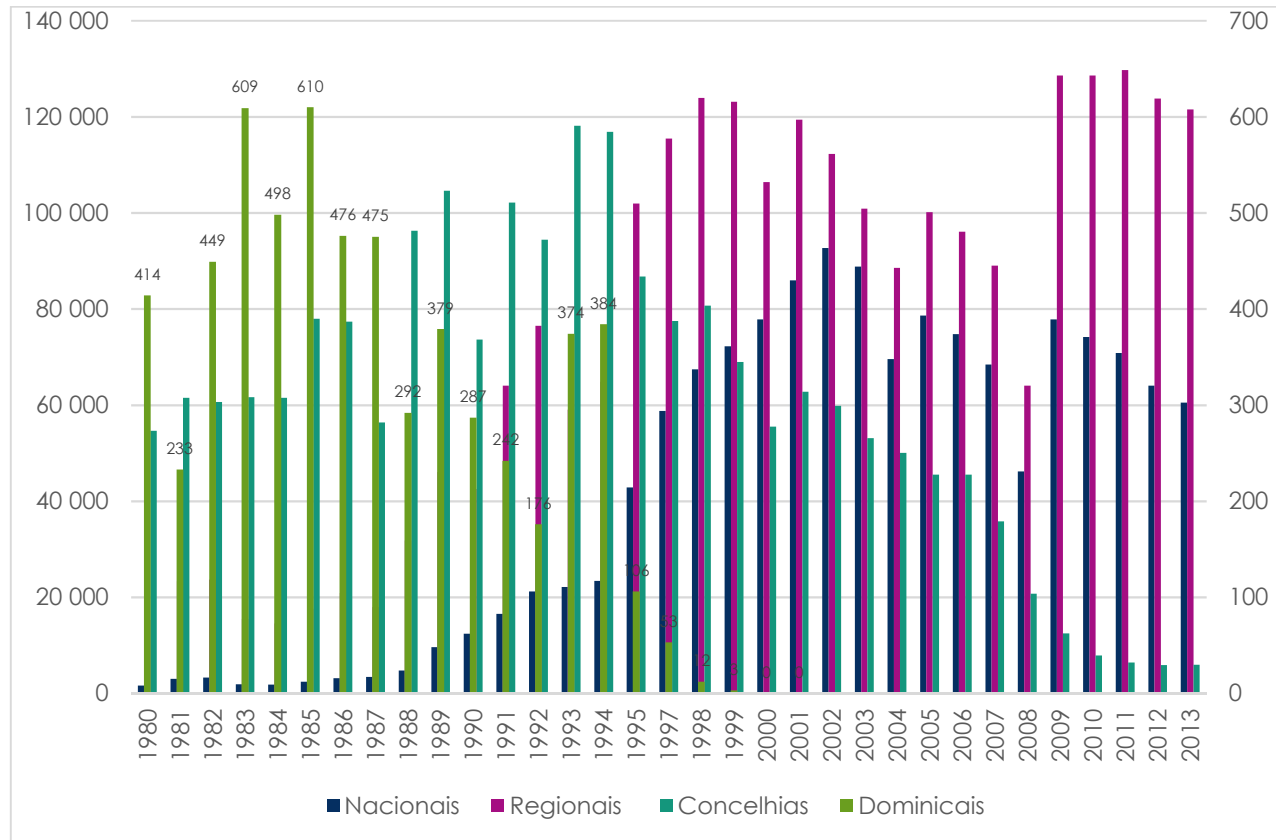


Figura 52 – Evolução das licenças nacionais, regionais, concelhias e dominicais (eixo auxiliar) (1980-2013).

Analisando o número de licenças desportivas requeridas por tipo (nacionais, regionais e concelhias, com exceção das dominicais que deixaram de existir no ano 2000), verifica-se a similitude da sua evolução no tempo, sendo que até 1994 são requeridas maior número de licenças concelhias do que regionais e, a partir de 1995 até 2013, o número de licenças regionais requeridas passa a ser maior do que o de concelhias.

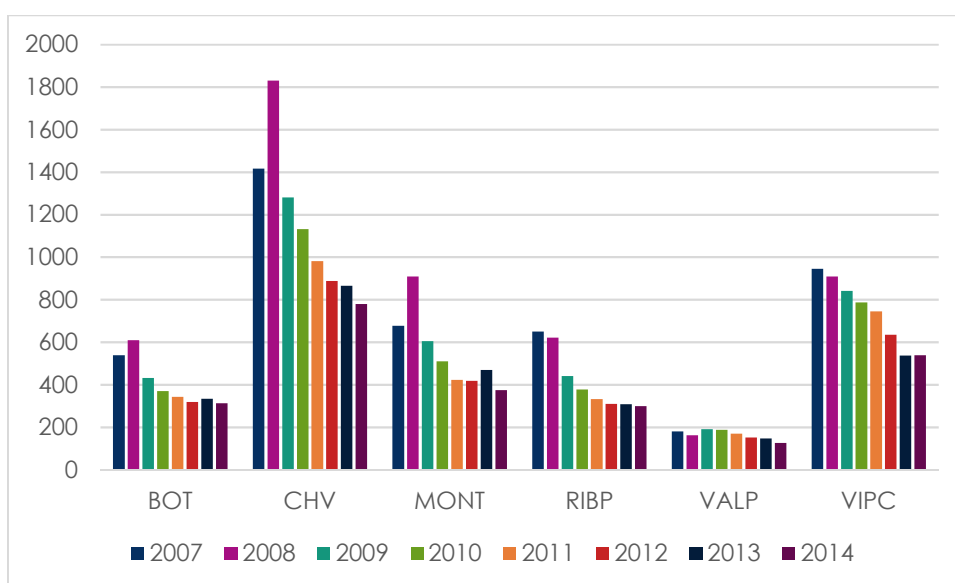


Figura 53 – Total de licenças desportivas requeridas por concelho da área da CIM-AT (2007-2014).

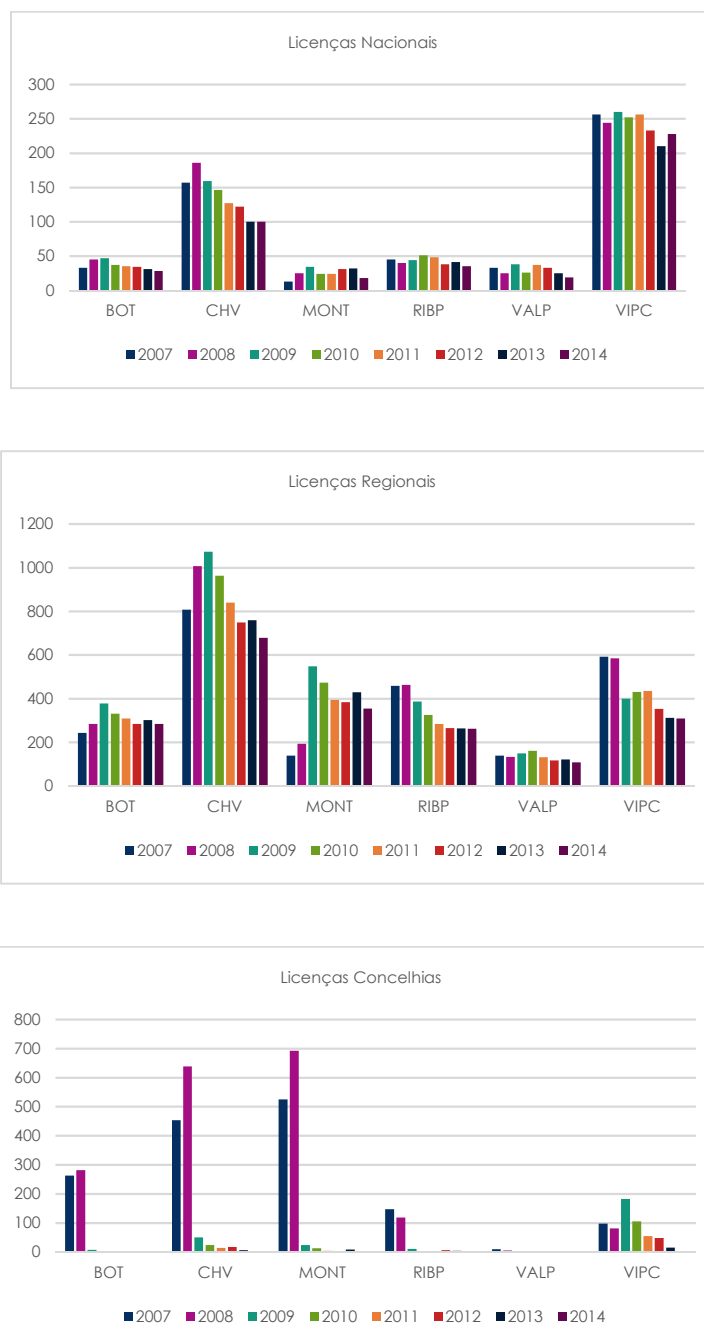


Figura 54 – Variação do tipo de licenças por concelho da área da CIM-AT (2007-2014).

Da análise da variação do número de licenças concelhias, regionais e nacionais verifica-se que as duas primeiras determinaram a variação global negativa do número de licenças. O VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL CINEGÉTICO E PISCÍCOLA DO TERRITÓRIO DA CIM-ALTO TÂMEGA- RELATÓRIO FINAL

número de licenças nacionais emitidas na região segue o padrão nacional de estabilidade neste período (ver Figura 50).

A explicação desta variação parece encontrar-se principalmente na conjuntura da variação do rendimento a partir de 2007 e no possível crescimento do número de pescadores sem licença. Não parece, portanto, verificar-se uma diminuição do número de pescadores, mas apenas uma variação do número de licenças emitidas. Esta perceção está bastante disseminada no meio dos pescadores da região em estudo.

Contrariando a tendência nacional, as licenças concelhias são as mais importantes na área em estudo, confirmando indiretamente a importância da região como destino de pesca e o profundo enraizamento da pesca nos hábitos de lazer dos Transmontanos.

3.1.4.1.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PESCADORES

Em 1999 foi publicado o resultado do “Inquérito aos Pescadores Desportivos de Águas Interiores”, realizado pela Direção Geral das Florestas, integrado no relatório final do Estudo promovido pelo ISA e pela ADISA, em colaboração com a AFN – “Pesca desportiva em Albufeiras do Centro e Sul de Portugal”. Trata-se do mais atualizado estudo de caracterização dos pescadores portugueses disponível.

As afirmações e conclusões expressas no referido inquérito permitem, com os ajustes decorrentes da sua relativa desatualização, avaliar o perfil do pescador desportivo em Portugal.

Em 1997, apenas 22,9% dos pescadores portugueses se encontravam integrados num clube ou associação. Em 1998 eram 24,2 % os associados.

VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL CINEGÉTICO E PISCÍCOLA DO TERRITÓRIO DA CIM-ALTO TÂMEGA- RELATÓRIO FINAL

Os pescadores de Trás-os-Montes frequentavam mais as águas correntes do que as albufeiras/açudes, quando comparados com a média do país.

Quanto à mobilidade, é de referir que dos pescadores portugueses os que têm maior mobilidade, isto é, que percorrem maiores distâncias para ir à pesca, são os do Ribatejo e Oeste (43,4% em 1997 e 43,8% em 1998 dos pescadores deslocam-se mais de 100 km). Entre os que se deslocam menos estão os pescadores de Trás-os-Montes e das Beiras (11,4% em 1997 e 15% em 1998, o que é coerente com a proporção de licenças concelhias que se verifica atualmente. A média da deslocação de caçadores para o país é de 23,5% em 1997 e de 21,5% em 1998.

Entre 70 e 75% dos pescadores nunca necessitaram de se alojar fora de casa e os que o fazem ficam preferencialmente em casa própria, de familiares e de amigos e só depois utilizam a hotelaria e o parque de campismo.

Os pescadores transmontanos utilizam principalmente os parques de campismo, seguidos de unidades hoteleiras e os pescadores com maior mobilidade, isto é, cuja maior percentagem pesca mais longe da residência, os pescadores do Ribatejo e Oeste, utilizam preferencialmente casa própria, de familiares ou de amigos e só depois parques de campismo e hotelaria, em percentagens muito semelhantes.

O tipo de pesca que o pescador desportivo em Portugal pratica e as espécies que pescam, encontram-se especificados na Tabela 21.

Espécie pescada	% de pescadores portugueses	
	1997	1998
Lúcio	7.3	6.5
Lagostim	7.4	6.9
Tainha/Fataça	16.3	17.0
Bordalo	19.9	18.6
Perca-sol	29.9	28.5
Escalo	37.2	29.1
Truta	41.3	40.8
Achiaã	56.7	57.9
Boaa	61.8	56.3
Carpa	64.1	57.7
Barbo	69.0	65.7

Tabela 21 – Espécies pescadas em 1997 e 1998 (% de pescadores desportivos para Portugal Continental) - adaptado de “Inquérito aos Pescadores Desportivos de Águas Interiores”, realizado pela Direção Geral das Florestas em 1998 e 1999.

É de notar que um pouco mais de 40% de pescadores portugueses, nos anos de 1997 e 1998, incluem nas suas capturas, as trutas, a espécie com maior potencial para o desenvolvimento da pesca na região da CIM-AT

As preferências dos pescadores portugueses, relativamente às espécies a pescar, são indicadas na Tabela 22.

Espécie	Portugal Continental (1997/1998)
Achiaã	28,3/28,1
Barbo	17,3/1,3
Boga	6,5/5,9
Bordalo	0,3/0,1
Caboz-de-água-doce	0,0/0,1
Carpa	19,5/18,9
Chanchito	0,0/0,3
Enaúia	0,2/0,7
Escalo	0,9/0,1
Laaostim	0,0/0,4
Lúcio	0,6/0,1
Perca-sol	0,2/0,1
Pimpão	0,2/0,4
Ruivaco	0,4/0,2
Salmão	0,0/0,4
Savelha	0,0/0,1
Tainha	0,3/0,1
Tenca	0,1/1,0
Truta	24,4/28,7
Outras espécies	0,6/0,3

Tabela 22 – Espécies preferidas em 1997 (% pescadores desportivos). Adaptado/transcrito de “Inquérito aos Pescadores Desportivos de Águas Interiores”, realizado pela Direção Geral das Florestas em 1998 e 1999.

Note-se que a truta é, a par com o achigã, a espécie preferida dos pescadores desportivos em Portugal.

No trabalho referido foi avaliada também a fiscalização da pesca, que foi considerada razoável por cerca de metade dos pescadores inquiridos. No entanto, apesar de não ser conclusivo, é referido o facto da maior parte dos pescadores não ter sido fiscalizado uma única vez durante os anos de 1997 e 1998.

O perfil do pescador desportivo caracterizava-se, em 1997, do seguinte modo:

Dos pescadores desportivos em Portugal, 96,2%, em 1997 e 97,5%, em 1998, eram do sexo masculino.

As faixas etárias mais representadas eram as dos 31-40, dos 41-50 e dos 21.

O nível de escolaridade secundário tinha a maior representatividade para o país, enquanto em Trás-os-Montes é o Primário ou Básico o mais representado. Também os pescadores sem escolaridade eram percentualmente mais em Trás-os-Montes.

As profissões mais representadas em todas as regiões do país, incluindo Trás-os-Montes, pertencem à classe “operários, artífices e profissões similares”. Em Trás-os-Montes estão igualmente bem representados os estudantes e pescadores na classe de “agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas”.

	1997	1998
Entre Douro e Minho	36,0	29,7
Trás-os-Montes	10,3	7,6
Beira Litoral	13,7	17,6
Beira Interior	8,3	9,2
Ribatejo e Oeste	16,3	19,8
Alentejo	13,9	14,9
Algarve	1,5	1,2

Tabela 23 – Região de residência dos pescadores”, adaptado de: “Inquérito aos Pescadores Desportivos de Águas Interiores”, realizado pela Direção Geral das Florestas em 1998 e 1999”.

3.1.4.1.2 OPORTUNIDADES

A truta é uma das espécies preferida dos pescadores desportivos em Portugal;

A procura de pesca à truta de rio por parte de pescadores espanhóis tem vindo a aumentar;

Tendência para o aumento do associativismo dos pescadores portugueses.

Tendência para o aumento de especialização em processos de pesca e espécie alvo de pesca.

3.1.4.1.3 AMEAÇAS

A diminuição do número de licenças requeridas nos últimos anos.

A diminuição do número de participantes em competições.

A baixa mobilidade de grande parte dos pescadores.

3.1.4.2 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO DOS CURSOS E MASSAS DE ÁGUA, NOMEADAMENTE QUANTO À QUALIDADE DA ÁGUA, REGULAÇÃO DE CAUDAL E CONSERVAÇÃO DAS MARGENS.

A pressão de atividades como a construção de barragens, sobretudo mini-hídricas, em vales de elevado valor natural, implicou a diminuição do número de cursos e massas de água de qualidade excelente na região da CIM-TTM. Esta tendência está a inverter-se, não se prevendo, num futuro próximo, a implementação de mais obras significativas na região. Apesar de tudo, a implementação destas obras tiveram impacte positivo na possibilidade de regulação de caudais.

Por outro lado, igualmente no sentido de uma evolução positiva, a DQA estabelece que cada um dos Estados-Membros protegerá, melhorará e recuperará todas as massas de água, com o objetivo de alcançar, até o ano de 2015, o “Bom estado” Ecológico e Químico e, no que respeita às massas de água artificiais e fortemente modificadas, a atingir o “Bom Potencial” ecológico e o “Bom” Estado Químico (PGRH3, PGRH2).

Para a área da CIM-AT o referido objetivo está praticamente cumprido, com exceção de troços do rio Tâmega, sobretudo no sector de montante (concelho de Chaves), nalguns dos seus afluentes e nos sectores médios e inferiores da bacia hidrográfica do do Rabaçal e do Tua que têm classificações de estado inferior a “Bom” devido a efeitos cumulativos de várias pressões, na qual as pressões hidromorfológicas e agrícolas assumem maior importância (PGRH3 e PGRH2).

No entanto, é lenta a criação de novas Zonas de Pesca Reservada ou Concessões de Pesca, e, portanto, deficiente a implementação dos planos de ordenamento e gestão adaptados a

cada local, isto é, os planos de ordenamento, que preveem normalmente intervenções nas massas de água, nas suas margens e acessos, não se encontram generalizados.

O ordenamento dos cursos e massas de água depende assim, fortemente, da capacidade de iniciativa das associações de pescadores e, no âmbito da nova lei da pesca, dos proprietários privados, com o apoio das estruturas regionais do ICNF, que deverão incentivar à classificação de águas particulares, à criação das concessões de pesca e apoiar tecnicamente os concessionários. A tendência para a evolução dos cursos e massas de água, nomeadamente no que diz respeito à conservação das margens decorrente da implementação de planos de ordenamento, tenderá assim a ser positiva.

3.1.4.2.1 OPORTUNIDADES

Compromisso de Portugal, expresso da DQA, de proteger, melhorar e recuperar todas as massas de água, com o objetivo de alcançar, até o ano de 2015, o “Bom estado” Ecológico e Químico e, no que respeita às massas de água artificiais e fortemente modificadas, a atingir o “Bom Potencial” ecológico e o “Bom” Estado Químico (PGRH3 e PGRH2).

Forte probabilidade de, em breve, ser aprovado o regulamento da Nova Lei da Pesca.

3.1.4.2.2 AMEAÇAS

Continuação do adiamento da aprovação do regulamento da Lei 7/2008, de 15 de Fevereiro com a conseqüente impossibilidade de concessionar áreas de pesca a entidades privadas.

3.1.4.1 ORGANIZAÇÃO DO SECTOR DA PESCA E SUA INCIDÊNCIA NO TERRITÓRIO.

Atualmente existem cerca de 200.000 pescadores portugueses e cerca de 1/3 encontram-se associados num clube ou associação. A importância da pesca desportiva organizada reflete a potencialidade da atividade, assim como as suas possibilidades e exigências.

Com o enquadramento legal da pesca nas águas interiores atualmente em vigor em Portugal, a criação e manutenção de associações e clubes de pesca reveste-se da maior importância, já que, a par dos municípios as associações desportivas são as únicas entidades que podem atualmente, antes da regulamentação da nova lei, requerer concessões de pesca e implementar planos de ordenamento e gestão dos recursos piscícolas.

Em Portugal, os pescadores encontram-se organizados por associações ou clubes, dos quais os mais comuns são as associações ou clubes de pesca ou de caça e pesca.

As associações/clubes podem ser locais, regionais ou nacionais, por tipo de pesca que os associados praticam, ou pela espécie alvo da atividade.

As associações de base são normalmente clubes associados a determinado local, ou interesse, onde a maioria dos associados reside. Este tipo de associação/clube de pesca (muitas vezes associado também à caça), encontra-se distribuído por todo o território nacional.

As associações regionais, que têm como filiais as anteriores, agregam números significativos de pescadores, como por exemplo a Associação Regional Norte de Pesca Desportiva, ou a Associação de Pesca de Trás-os-Montes e Alto Douro.

As associações temáticas têm normalmente um cariz nacional, ou regional. São exemplos de associações deste tipo a Associação Portuguesa de Pesca à Pluma e a Associação Portuguesa de Pesca ao Achigã.

Por sua vez, as associações regionais agregam-se na Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, entidade nacional que enquadra a pesca lúdica e rege a pesca de competição, desde 1981. Atualmente são cerca de 2800 os pescadores federados. Este número tem vindo a decrescer, em 2009 eram cerca de 3800.

O trabalho da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva e suas associadas é de grande importância para o setor da pesca, dado o papel dos seus dirigentes e representantes na formação/educação de outros pescadores e também na divulgação da pesca em Portugal, dos locais, das espécies, etc., através da sua atividade normal (competições nacionais e internacionais) e da divulgação do tema nos respetivos "sítios" da Internet.

Até ao ano de 2010 o número de clubes de pesca e de pescadores filiados na Federação Portuguesa de Pesca Desportiva foi tendencialmente crescente, tendo nesse ano subido respetivamente de 309 para 329 e de 3362 para 3945. A partir do ano seguinte essa tendência inverteu-se, possivelmente na sequência da degradação da situação económica do país que, aliada aos elevados custos de participação em provas de pesca, levou muitos praticantes a reduzir a participação em concursos. No ano de 2011, o número de clubes de pesca e de pescadores filiados naquela federação passou respetivamente de 329 para 301 e de 3945 para 3567 e, em 2012 de 301 para 270 e de 3567 para 2881. Em 2013, o número de clubes filiados voltou a crescer, passando de 270 para 273, e o número de pescadores filiados desceu de 2881 para 2728.

	2009	2010	2011	2012	2013
Pescadores de competição	-	3314	3131	2881	2728
Pescadores desportivos e recreativos	-	631	436	390	165
Total de pescadores	3362	3945	3567	3271	2893
Clubes	309	329	301	270	273

Tabela 24 – Número de pescadores e clubes filiados na Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, no período de 2009 a 2013. Fonte: Site da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva.

Apesar do número de pescadores filiados ter continuado a decrescer em 2013, esse decréscimo foi menos acentuado que nos dois anos anteriores, tendo mesmo subido ligeiramente o número de clubes filiados.

O número de pescadores e clubes federados é um indicador da evolução do setor da pesca no seu conjunto, identificando-se uma tendência coerente com a verificada em 3.1.4.1.

3.1.4.1.1 OPORTUNIDADES

Grande número de pescadores desportivos em Portugal.

Aumento do grau de especialização dos pescadores,

Fortalecimento do associativismo dos pescadores

Apesar da diminuição do número de pescadores federados entre 2009 e 2014, continua a haver grande interesse pela pesca de competição.

Divulgação e marketing dos diferentes locais de pesca, mais eficaz, fruto do trabalho das associações regionais e da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, através de informação colocada nos "sítios" da Internet.

Crescimento do interesse de Portugal como local de organização de competições de algumas modalidades de pesca.

3.1.4.1.2 AMEAÇAS

A diminuição do número de licenças requeridas nos últimos anos.

Diminuição do número de pescadores federados e participantes em competições, provavelmente consequência da conjuntura económica que o país atravessa.

Decréscimo do número de pescadores e clubes de pesca filiados, função do enquadramento económico do país.

3.1.4.2 EVOLUÇÃO DOS APOIOS AO INVESTIMENTO NA ÁREA DO DESENVOLVIMENTO RURAL E SUAS PERSPECTIVAS PARA O PERÍODO 2014- 2020

(Ver 3.1.2.6)

3.1.4.3 APOIOS AO INVESTIMENTO NA ÁREA DO TURISMO PISCÍCOLA E SUAS PERSPETIVAS PARA O PERÍODO 2014-2020

Ao contrário do “turismo de natureza” o “turismo piscícola” não é mencionado no diagnóstico que fundamentou a proposta do Programa Operacional Regional Norte – Norte 2020 -, na sua dimensão turística. A mesma omissão ocorre nos programas operacionais temáticos relevantes para o tema ou no Programa de Cooperação Transfronteiriça Interreg Espanha-Portugal (POCTEP 2014-2020)

O conceito de pesca como ferramenta da conservação e como forma de atividade turística de natureza não parece ser conhecido / reconhecido pelas entidades responsáveis pela programação.

Ao contrário da caça (ver 3.1.2.7), a Resolução de Conselho de Ministros n.º 24/2013, de 16 de abril, que aprova o Plano estratégico Nacional de Turismo – PENT – (2013-2015), não integra o turismo piscícola no âmbito do turismo de natureza.

Tal como na caça pode igualmente especular-se que será difícil considerar o turismo piscícola relevante numa região onde a pesca não tem sequer a possibilidade legal de se organizar numa base empresarial.

3.1.4.4 ENQUADRAMENTO LEGAL DA PESCA

Em 2008 foi aprovada a chamada nova Lei da Pesca nas Águas Interiores, Lei 7/2008, de 15 de fevereiro.

Apesar da respetiva regulamentação estar prevista na lei para um prazo de três meses, tal não aconteceu até hoje, continuando a pesca em águas interiores enquadrada pela Lei n.º 2097, de 6 de Junho de 1959 (regulamentada pelo Decreto-lei n.º 44623, de 10 de Outubro de 1962, com alteração pelo Decreto n.º 312/70, de 6 de Julho, e pela Lei n.º 30/2006, de 11 de Julho).

Assim, a atividade de pesca em águas interiores, tanto lúdica como profissional é atualmente enquadrada por uma lei de 1959. Apesar de pouco adaptada à realidade atual, esta lei e respetivos regulamentos determinam as várias formas de ordenamento e exploração piscícolas, promovendo-os através da criação de regras gerais e específicas, baseadas nas necessidades biológicas das espécies e seus habitats.

As regras gerais expressas na lei têm evoluído ao longo dos anos de modo a adaptarem-se a novas realidades e prendem-se nomeadamente com a presença de novas espécies nos meios aquáticos, com a redefinição de novos períodos de defeso, de dimensões mínimas de capturas, com a determinação de zonas interditas ou com restrições à pesca.

As regras específicas dependem dos planos de ordenamento e exploração de cada concessão de pesca ou zona de pesca reservada. As regras de atribuição destas figuras de ordenamento é que não se alteraram. A atribuição de concessões de pesca em todo o país e também na área da CIM-AT, tem sido um processo relativamente lento. A adesão de associações/clubes de pescadores e autarquias a este processo, salvo algumas exceções, nunca foi francamente adotado.

Aparentemente, o maior entrave ao desenvolvimento do setor prende-se com a impossibilidade imposta pela Lei em vigor, em concessionar áreas de pesca a entidades privadas de natureza empresas. A criação de uma dinâmica que leve à criação de um

número significativo de concessões de pesca, passa pela possibilidade legal das empresas requererem essas concessões.

A Lei 7/2008 prevê a atribuição de concessões de pesca a associações de pescadores, Federações desportivas titulares do estatuto de utilidade pública desportiva, a autarquias locais e suas associações, tal como a Lei atualmente em vigor permite, mas também a entidades coletivas ou singulares com atividades no domínio do turismo, em que a pesca seja reconhecida como complementar ou integrante daquela atividade. A regulamentação desta lei permitirá eventualmente criar uma maior dinâmica económica no setor.

DIPLOMA LEGAL	OBJETIVO
Lei n. 2097, de 6 de Junho de 1959	Lei da Pesca
Decreto-lei n.º 44623, de 10 de Outubro de 1962	Regulamento da Lei da Pesca
Decreto n.º 312/70, de 6 de Julho	Dá nova redação a várias disposições do Decreto n.º
Decreto regulamentar 18/86, de 20 de Maio	Altera o Regulamento da Lei da Pesca (DL n.º 44623/62
Decreto n.º 8/2008, de 9 de Abril	Aprova o Regulamento da Pesca no Troço Internacional
Decreto n.º 30/88 de 8 de Setembro	Regula a pesca profissional nos troços fluviais fronteiriços
Portaria n.º 180/2012 de 6 de Junho	Proíbe a captura, detenção, transporte e
Portaria 252/2000 de 11 de Maio	Define os locais onde se pode exercer a pesca
Portaria n.º 544/2001 de 31 de Maio	Altera a Portaria n.º 252/2000, de 11 de maio, que define

Tabela 25 – Enquadramento jurídico da pesca.

No âmbito da legislação atualmente em vigor, a pesca pode ser desportiva ou lúdica, quando praticada como distração ou exercício (eventualmente competição) e profissional quando praticada com fins lucrativos.

Nas águas interiores, predomina a prática desportiva, sendo a pesca profissional mais expressiva para as massas de água costeiras e de transição.

O enquadramento legal da pesca nas águas interiores é dado pela Lei n. 2097, de 6 de Junho de 1959, regulamentada pelo Decreto-lei n.º 44623, de 10 de Outubro de 1962, com alteração pelo Decreto n.º 312/70, de 6 de Julho, e pela Lei n.º 30/2006, de 11 de Julho.

Nos troços fluviais de fronteira entre Portugal e Espanha, a atividade da pesca é regulamentada pelo Decreto n.º 30/88, de 8 de Setembro (exceção feita ao troço internacional do rio Minho e à zona sob jurisdição marítima do rio Guadiana).

A gestão da atividade da pesca nas águas interiores, não submetidas à jurisdição marítima, é da responsabilidade do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas.

3.1.4.4.1 OPORTUNIDADES

Forte probabilidade de, em breve, ser aprovado o regulamento da Nova Lei da Pesca.

Apesar de tudo, a possibilidade de algumas entidades poderem requerer concessões de pesca onde se aplicam planos de ordenamento e gestão adequados ao local.

Forte probabilidade de, em breve, ser aprovado o regulamento da Nova Lei da Pesca.

Facilidade de acesso de pescadores estrangeiros, nomeadamente espanhóis, à pesca em concessões de pesca, onde lhes é exigida apenas a licença especial de pesca.

3.1.4.4.2 AMEAÇAS

Continuação do adiamento da aprovação do regulamento da Lei 7/2008, de 15 de Fevereiro.

Até à data, demora de seis anos na aprovação do regulamento da Lei 7/2008, de 15 de Fevereiro.

Impossibilidade atual de concessionar áreas de pesca a entidades privadas, o que permitiria dinamizar o setor e enquadrar a pesca desportiva noutras atividades de turismo no espaço rural.

3.2 DEFINIÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE GESTÃO E VALORIZAÇÃO CINEGÉTICA E PISCÍCOLA DO TERRITÓRIO NUMA PERSPETIVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

3.2.1 SÍNTESE DA ANÁLISE SWOT

Em 3.1 foi realizada a análise das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças nas diversas dimensões associadas à atividade cinegética e piscícola. As forças e fraquezas são atributos internos à *região*, uma vez que esta é a escala de análise do presente trabalho. Por sua vez as oportunidades e ameaças incidem do exterior sobre a *região*.

Apesar das suas limitações o exercício realizado permitiu com clareza identificar pontos fortes da *região*, isto é, atributos pré-existentes ou construídos, que devem ser mantidas e utilizadas na exploração das oportunidades que se apresentam, ou na diminuição do impacto das

ameaças. Permiteu também identificar as fraquezas que tendencialmente deverão ser colmatadas, também na mesma lógica da exploração das oportunidades e diminuição do impacto das ameaças.

A Tabela 26 apresenta a síntese da análise SWOT. As Forças identificadas na região decorrem principalmente de características ambientais intrínsecas que verdadeiramente diferenciam e permitem potenciar as oportunidades – a caça maior e as águas de salmonídeos e a excecional qualidade ambiental-. As Fraquezas identificadas estão associadas à (quase) inexistência de organização empresarial na produção de caça e da pesca; à baixa produtividade cinegética, a sua muita alta variabilidade inter-anual (manifestamente pouco favorável à valorização turística); a uma tendência estrutural para a diminuição dos habitats da caça menor sedentária; às características dos pescadores e atividade piscícola na região, particularmente a sua orientação para o consumo.

Apesar da muito marcada melhoria das acessibilidades, não é possível ignorar que a distância aos grandes centros é uma fraqueza da região.

As Oportunidades principais que foram identificadas estão associadas ao papel da gestão cinegética na gestão do território para a conservação da biodiversidade e para a diminuição da perigosidade dos incêndios florestais. O aumento estrutural do habitat favorável à caça maior é uma oportunidade ligada também a conservação de uma espécie prioritária emblemática – o lobo-ibérico - com potencial elevado de diferenciação do território. Existe uma oportunidade muito importante associada à regulamentação da lei 7/2008 que permitirá uma maior participação das empresas no desenvolvimento do setor da pesca, aproveitando o potencial elevado que representam os pescadores desportivos e as suas atividades incluindo a competição.

As Ameaças principais estão associadas à diminuição estrutural da procura da caça e, como tal da gestão cinegética, com particular ênfase em Portugal e à muito diminuta procura por caçadores estrangeiros, com todas as consequências negativas que decorrem desse facto. Importante ameaça é, também, o facto de a região não ser considerada importante para o turismo cinegético pelo PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo e na programação dos apoios 2014-2020.

As Ameaças associadas à pesca residem na diminuição evidente dos pescadores que formalizam essa condição através da licença, em particular os pescadores com licenças concelhias e regionais e a baixa mobilidade que caracteriza os pescadores em geral.

FORÇAS

- Potencial para o aumento da produtividade da caça maior em especial corço e javali.
- Potencial para o aumento da produtividade do coelho-bravo
- Capacitação potencial dos recursos humanos para a gestão cinegética e piscícola
- Gastronomia e a sua ligação à caça (em melhoria contínua).
- Estado dos cursos e massas de água de "Razoável" a "Bom" nos rios e de "inferior a "bom", nas albufeiras.
- Qualidade elevada dos rios de montanha
- Qualidade dos troféus e interesse desportivo da truta
- Interesse desportivo de ciprinídeos nativos e espécies exóticas
- A época de e pesca à truta em Portugal inicia-se antes da época a esta espécie em Espanha.

FRAQUEZAS

- Alta variabilidade da produtividade nas zonas com potencial para caça menor (gestão)
- Alta variabilidade da produtividade nas zonas com potencial para caça maior (gestão)
- Baixa produtividade cinegética global quando comparada com a produção em Espanha.
- Acessibilidade / distância aos centros
- Apenas 0,1% % dos gestores cinegéticos são empresas.
- Atividades, atrações e compras pouco atrativos para acompanhantes
- Existência de um número reduzido de concessões de pesca e zonas de pesca reservada
- Deficiente implementação de planos de ordenamento e gestão piscícola específicos.
- Reduzido número de locais de pesca de qualidade.
- Alteração e artificialização de cursos de água por construção de mini-hídricas.
- Alteração de margens e degradação de galerias ripícolas.
- Pesca tradicional orientada para o consumo.
- Intensidade e meios da pesca ilegal
- Presença de espécies exóticas (desequilíbrio)
- Falta de entidades profissionais (concessionárias) dedicadas ao setor.
- Fraca integração da pesca noutros produtos de turismo no espaço rural.
- Falta de pistas de pesca
- Diminuição do número de licenças requeridas nos últimos anos.
- Diminuição do número de pescadores federados e participantes em competições

OPORTUNIDADES

- Orientação para os caçadores mais jovens com identificação dos fatores que a reforçam (e.g dimensão natureza/conservação; dimensão preparação física; dimensão socialização).
- Aumento generalizado do habitat favorável espécies de caça maior em particular javali.
- Aumento da atratividade do habitat para os tordos.
- Aumento das populações de cervídeos e concomitante tendência para aumento das populações de lobo-ibérico.
- Gestão cinegética como ferramenta de gestão da Rede Natura 2000 e Áreas Protegidas
- Importância da gestão cinegética na diminuição da perigosidade dos incêndios florestais.
- Programas pluri- anuais caça & conservação
- Importância da cinegética para a gestão dos baldios
- Potencial financiamento da ação de OSC de 1º e 2º nível
- Compromissos decorrentes da Diretiva Qualidade da Água
- Lei 7/2008, de 15 de fevereiro (após regulamentação).
- Grande número de pescadores desportivos em Portugal.
- Aumento do grau de especialização dos pescadores,
- Fortalecimento do associativismo dos pescadores

AMEAÇAS

- Diminuição estrutural do número de caçadores ativos em Portugal e concomitante diminuição na procura de caça.
- Muito baixa procura externa.
- Região não considerada como relevante para o turismo cinegético
- Diminuição da capacidade das OSC decorrentes da baixa do número de caçadores e da procura
- Perda de habitat de caça menor sedentária em particular nas zonas mais especializadas)
- Perda de áreas de alimentação de caça maior.
- DHV – Doença Hemorrágica Viral do coelho-bravo
- Baixa mobilidade dos pescadores
- Diminuição do emissão de licenças e circunstâncias que a determinam

Tabela 26 – Síntese da análise SWOT.

3.2.1.1 COMO MINORAR AS FRAQUEZAS E AS AMEAÇAS?

O tratamento das Fraquezas e Ameaças identificadas remetem para aspetos técnicos e de organização.

3.2.1.1.1 PRODUTIVIDADE CINEGÉTICA

No caso da caça a perceção dos gestores sobre o caminho para a solução do problema da produtividade é apresentado na Tabela 27.

Disponer de operacionais de terreno com conhecimento e experiência cinegética do local onde trabalham.	8,00
Ter uma relação fácil e eficiente com o proprietário da terra.	7,67
Disponer de apoio técnico especializado para as questões cinegéticas (censos, manejo do habitat, gestão das	7,40
Poder contar com o trabalho voluntário (no caso de ZC Municipais e Associativas)	6,94
Ser associado de uma Federação de Associação de Cacadores	6,79
Disponer de apoios públicos para investimento.	6,73
Disponer de apoio para as questões jurídicas	6,53
Ser associado de uma organização de Produtores de Caça	5,80
Disponer de operacionais de terreno com o 12º ano ou superior.	4,93

Tabela 27 – Média da avaliação da importância para a produção de caça de algumas condições (1 - pouco importante; 9 - muito importante) . (n=15).

A perceção dos inquiridos coloca a existência de operacionais de terreno experientes, a interação com o proprietário da terra e o apoio técnico especializado como as três principais condições para a eficiência na produção de caça. Estas condições são consideradas mais importantes que a disponibilidade de apoios públicos ao investimento.

O apoio técnico e a qualidade dos operadores no terreno são duas condições cuja melhoria está ao alcance dos gestores de caça, desde que adequadamente apoiados.

Disponer de associados que contribuem decisivamente para as receitas necessárias.	7,31
Ser associado de uma organização de Produtores de Caça	7,23
Menores custos com as licenças	6,92
Ser associado de uma Federação de Associação de Caçadores	6,85
Menor burocracia no licenciamento de caçadores estrangeiros	6,77
Disponer de apoio na área do marketing	6,69
Ser conhecido pela qualidade das caçadas anteriores	6,67

Tabela 28 – Média da avaliação da importância para a comercialização de caça de algumas condições (1 - pouco importante; 9 - muito importante). (n=15).

Relativamente ao tema da comercialização da caça os respondentes consideram que as condições mais importantes são: dispor de associados que contribuem para as receitas, ser associado de uma organização de produtores de caça e dispor de licenças a mais baixo custo. Estes resultados são divergentes em relação aos obtidos para a CIM – TTM onde qualidade das caçadas anteriores, menores custos com as licenças e menor burocracia no licenciamento de caçadores estrangeiros foram consideradas as mais importantes. A condição principal está associada ao número de associados e à participação dos mesmos nas associações de caçadores.

O tema do *marketing* não é considerado na primeira linha das prioridades, antes disso e como seria de esperar, os respondentes confiam no reforço dos associados para suprir as receitas. A vocação de 99.9% dos gestores cinegéticos da região não é a comercialização eficiente da caça ou o turismo, apesar do esforço importante de promoção. Será com base nos

gestores que atualmente existem que o processo de valorização será iniciado. Para que tal seja possível será necessário reconfigurar o papel da das ZCA e ZCM sem alterar a sua vocação, mas acrescentando-lhe uma nova dimensão.

Uma maior produtividade e capacidade para oferecer produtos cinegéticos com base nas ZCA e ZCM deverá ser evidenciada através de projetos demonstrativos

3.2.1.1.2 CONSTRANGIMENTOS REGULAMENTARES

A desatualização da lei da pesca é um entrave ao desenvolvimento do setor na região, pelo que será necessária pro-atividade na promoção dessa regulamentação.

Não parece existir obstáculo à regulamentação da lei, outro que a prioridade que lhe é atribuída, pelo que a existência de iniciativas de valorização são, em si próprias, potencialmente indutoras dessa mesma prioridade.

Regulamentada a lei ficarão criadas as condições essenciais para o aumento do seu valor turístico. No entanto, o projeto de valorização terá de ser iniciado no contexto regulamentar atualmente existente, com base nas associações e concessões de pesca já existentes, em particular as que se associam à pesca mais diferenciadora da região nos cursos e massas de águas de salmonídeos.

3.2.1.1.3 ENTIDADES GESTORAS DA CAÇA E DA PESCA, DIMENSÃO DOS PROJETOS E SUA DEMONSTRAÇÃO

Será desejável uma transformação que aumente a fração das empresas no conjunto das entidades gestoras da caça e da pesca na área em estudo. Em particular será importante que essas empresas possam promover o acréscimo de valor turístico e tenham a dimensão suficiente para desenvolver projetos eficientes. A evolução dos setores da caça e da pesca na região da CIM – AT, no conjunto das regiões Norte e Centro e até, pode dizer-se globalmente, no conjunto do país não conduziu a soluções de gestão empresarial destes projetos. Existe bastante evidência que os projetos de gestão da caça e da pesca tendem a ter baixa rentabilidade e risco elevado. A equipa responsável pelo presente relatório, baseada nos casos de sucesso que são observáveis em Espanha na área da caça, considera que essa baixa rentabilidade decorre essencialmente de baixa incorporação de tecnologia e marketing e da insuficiente dimensão dos projetos.

Após décadas de insucesso, a capacidade de desenvolver projetos eficientes tem de ser demonstrada. Uma demonstração eficaz estimulará os empreendedores e criará a dinâmica necessária à valorização das atividades cinegética e piscícola. Este é o conceito que estrutura a estratégia de valorização da caça e da pesca proposto para a região da CIM-TMM.

Não é possível nem desejável ignorar a estrutura das organizações gestoras da caça e da pesca no território em estudo, na sua quase totalidade de cariz associativo e autárquico. É então necessário encontrar um modo de a indução do processo de valorização ser realizada no quadro dessas organizações, mesmo tendo em atenção a história do processo.

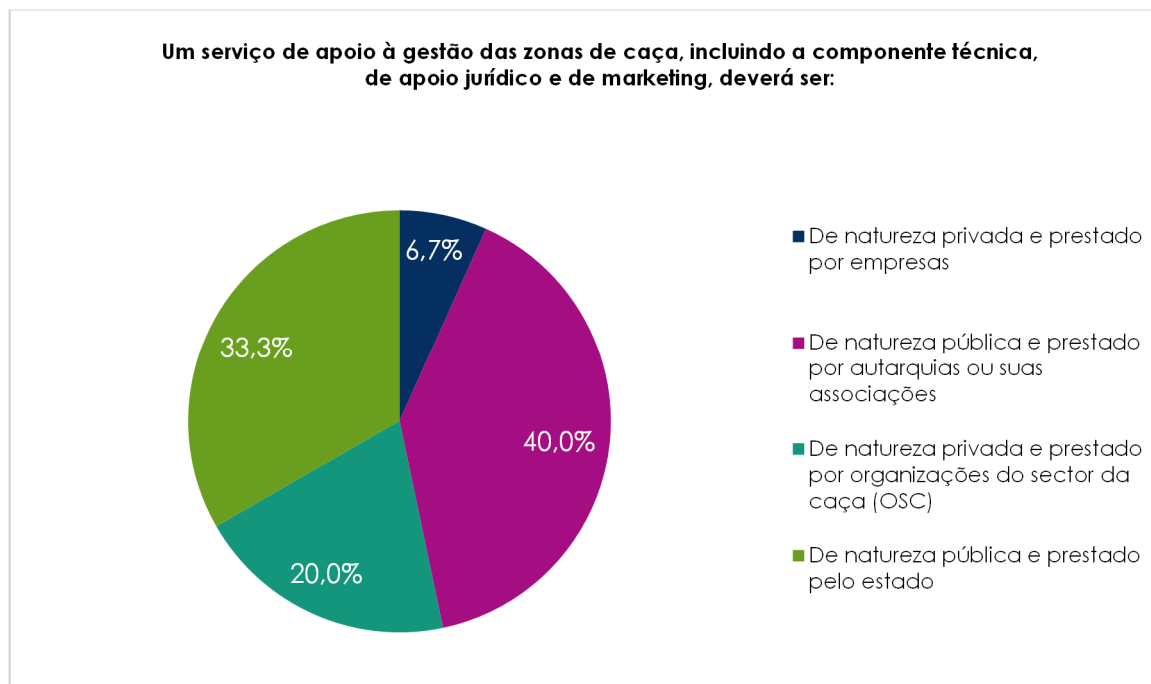


Figura 55 – Perceção dos inquiridos, relativa ao tipo de organização adequada ao desenvolvimento de um “serviço de apoio técnico”.

A perceção identificada junto dos inquiridos aponta para uma organização pública (73.3%) como prestadora de um serviço de apoio técnico às explorações cinegéticas, privilegiando as autarquias e suas associações (40%). Esta tendência é coerente com a atual organização do setor na área em estudo, bastante associada às autarquias, que assumem até um papel importante na gestão da caça e da pesca. Esta tendência é também coerente com os resultados obtidos no estudo realizado para a CIM – TTM.

Não sendo evidente a existência de iniciativas empresariais ativas ou em projeto que possam ser portadoras da mudança necessária, a capacidade existente nas autarquias e suas associações ou a própria CIM-AT permite que possam assumir esse papel, orientando a sua ação para o estímulo da atividade empresarial nos termos atrás indicados.

3.2.1.1 TRANSFORMAR AS OPORTUNIDADES EM VALOR

3.2.1.1.1 CAÇA E PESCA: ATIVIDADES PARA UMA ECONOMIA VERDE

Os objetivos da gestão cinegética e piscícola devem explicitamente incluir os objetivos de conservação da biodiversidade e da qualidade da água e na diminuição da perigosidade de incêndio florestal dos territórios por eles abrangidos.

O conceito de “caçador gestor” ou a importância das zonas de caça para a conservação da natureza são já hoje bastante difundidos e comuns. A evolução necessária passa pela existência de métricas que permitam evidenciar os serviços de gestão ambiental prestados pelos gestores cinegéticos e piscícolas e pelo próprio posicionamento desses mesmos gestores.

Organizações como a FACE estão hoje na vanguarda da comunicação dos serviços ambientais da gestão cinegética, procurando influenciar os decisores e modificar a perceção da opinião pública europeia sobre o papel da caça e dos caçadores. Mas também aqui parece ser necessário “pensar global e agir localmente”.

Imagina-se uma região como Trás-os-Montes (Alto Tâmega) percecionada, justamente, como uma região com valores naturais importantes e bem conservados e uma qualidade ambiental globalmente elevada, que consegue coletiva, intencional e comprovadamente conservar esses valores através da ação dos gestores da terra. Esta realização comunicada de forma eficaz à sociedade não serviria apenas para modificar a posição de decisores, promover alterações legislativas favoráveis ou facilitar o acesso a recursos financeiros: teria também

capacidade para promover a mudança de perceção da sociedade em geral e dos jovens em particular sobre o papel da caça e dos caçadores na conservação do ambiente.

A região em estudo, dadas as suas características ambientais, sociais e económicas e a perceção que dela tem o público em geral tem especial vocação para ser inovadora nesta matéria.

Importa realçar uma ideia base: propõe-se uma mudança estrutural do conceito de gestão cinegética e piscícola, com reflexos na produtividade, no valor económico e no valor natural. Será esta mudança substancial que será comunicada. Não se propõem aqui meras operações de comunicação ou gestão de imagem, que não sejam assentes nessa transformação.

3.2.1.1.1.1 GESTÃO CINEGÉTICA E PISCÍCOLA COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DA REDE NATURA 2000 E ÁREAS PROTEGIDAS

.....

Não existe nenhum conflito ou contradição entre a caça, a pesca e a conservação da biodiversidade. Quando analisados ao pormenor os conflitos mencionados no dia a dia da gestão encontram-se na quase totalidade dos casos problemas de fácil solução que a inadequação dos regulamentos, a sua deficiente interpretação ou (também por vezes) a menor atenção de quem deveria cumpri-los, transformam em supostas grandes questões.

Demonstrado o seu papel e perfeita coerência com os objetivos das áreas protegidas e classificadas a gestão cinegética e piscícola poderá posicionar-se não como uma atividade a restringir ou limitar, mas como uma ferramenta de gestão da biodiversidade. Este caminho passa pela monitorização e conservação pró-ativa dos valores naturais por parte dos gestores

cinégéticos e piscícolas e tem em Portugal já alguns excelentes exemplos, em particular no Parque Natural do Vale do Guadiana.

Algumas das mais importantes e visíveis ações de conservação da biodiversidade na área em estudo dependem quase integralmente da boa gestão cinegética. A conservação do lobo ibérico e das grandes aves de rapina estão entre elas. O aumento significativo das populações de cervídeos (veado e corço), tirando partido da oportunidade que representa o aumento generalizado do habitat favorável às espécies de caça maior são, só por si, uma medida da maior importância para a conservação do lobo ibérico, pelo que justificará só por si um programa multi-anual de caça e conservação. A existência de um maior número de presas decorrentes do ordenamento cinegético da caça maior e menor também um maior número de carcaças decorrente de densidades elevadas de cervídeos são fatores importantes para a conservação das grandes águias e aves rupícolas, que são valores naturais importantes na região.

3.2.1.1.1.2 GESTÃO CINEGÉTICA E DIMINUIÇÃO DA PERIGOSIDADE DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

Em zonas com diminuição global das zonas agrícolas abertas, a necessidade de promover habitats com mosaico com zonas abertas, típica do ordenamento cinegético tem um elevado potencial de integração na estratégia de gestão de combustível dos territórios onde se localiza. Se adequadamente monitorizado, o efeito da gestão cinegética será reconhecido, abrindo a possibilidade da sua remuneração direta ou indireta e para a transformação da perceção do público sobre a utilidade dessa gestão.

3.2.1.1.2 GESTÃO PISCÍCOLA E MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DOS CURSOS E MASSAS DE ÁGUA

3.2.1.1.2.1 ORDENAMENTO E GESTÃO PISCÍCOLA

O ordenamento e gestão piscícolas visam a conservação e utilização racional e sustentável do património piscícola. Com objetivos de conservação ou recuperação de uma ou várias espécies e seus habitats e sua exploração, o ordenamento e gestão piscícolas englobam o conhecimento das populações e do meio em que vivem, através de ações de inventário (avaliação quantitativa, qualitativa, da distribuição geográfica e dos habitats) e a implementação de medidas de ordenamento e gestão através da planificação e regulação da sua utilização sustentável (Martinho, 2008).

As medidas de ordenamento e gestão de massas de água com carácter de proteção (construção de passagens para peixes, a obrigatoriedade de regimes de caudais ecológicos, a criação de zonas de proteção a espécies piscícolas, ou a simples proibição de usufruto do meio aquático), não são antagónicas com outras, relacionados com o uso e explorabilidade dos recursos aquáticos, tais como o fomento e exploração de pesqueiros. De facto, desde que realizadas de acordo com princípios de sustentabilidade ecológica, estas duas vertentes, conservação e usufruto de massas de água, são complementares e não antagónicas. (Ferreira et al, 2006).

3.2.1.1.2.2 QUALIDADE DA ÁGUA

A qualidade da água do ponto de vista da sua composição química é determinante no tipo de comunidades piscícolas presentes na massa de água. Alterações às características

químicas da água (ou físicas, como a temperatura) determinam alterações na composição das suas comunidades biológicas, nomeadamente na comunidade piscícola.

O controlo dos parâmetros físico-químicos e orgânicos de determinada massa de água, designadamente através do controle das emissões de poluentes químicos e/ou orgânicos a montante das massas de água a gerir é assim, essencial, quando se pretende manter determinadas comunidades de peixes.

No caso dos rios de montanha da CIM-AT é essencial manter as suas águas livres de fontes poluentes. Nos restantes rios, o objetivo é, conforme referido, atingir o “Bom estado” Ecológico e Químico e, no que respeita às massas de água artificiais e fortemente modificadas, atingir o “Bom Potencial” ecológico e o “Bom” Estado Químico.

3.2.1.1.2.3 REGULARIZAÇÃO DE LEITOS

Variações extremas de caudais podem causar danos mais ou menos óbvios e com diferentes graus de gravidade em populações piscícolas. Cheias e secas alternadas e consequente gestão hidráulica determinam essas variações. Dada a importância da manutenção de um contínuo fluvial, o planeamento e implementação de obras e equipamentos nos cursos de água, que permitam a regularização de leitos de rios e a gestão dos caudais de modo a garantir um caudal mínimo em praticamente qualquer situação, é de importância vital na gestão e ordenamento piscícola.

3.2.1.1.2.4 ORDENAMENTO DE MASSAS DE ÁGUA

Com exceção de rios ou troços das cabeceiras de rios de montanha, como é o caso de vários rios de montanha da área da CIM-AT, a maior parte dos cursos e massas de água de Portugal, e da Europa, já foram sujeitos a alterações provocadas por atividades humanas, como por exemplo alterações químicas na composição da água (poluição, etc.), alterações de regimes de caudais (barragens), modificações dos leitos (extração de inertes), corte ou alteração de vegetação ribeirinha, etc.

Os níveis de artificialização ou alteração dos cursos e massas de água devem ser tidos em conta quando se estabelecem planos de ordenamento e gestão das massas de água. Sistemas com baixo grau de artificialização devem ter planos de gestão direcionados para a minimização do uso, enquanto sistemas muito artificializados devem ter planos de ordenamento e gestão dirigidos para a compatibilização dos usos (Ferreira, 2006).

Medidas conducentes ao ordenamento das margens dos cursos de água são aquelas que adaptam e conduzem os sistemas aquáticos de forma a promover atividades piscícolas de forma ecologicamente correta. Essas medidas traduzem-se em intervenções sobre o meio físico e químico e sobre as comunidades biológicas. São exemplos destas medidas (Ferreira, 2006):

A) Sobre o meio físico e químico

- Criação de habitats como margens compostas e terraços marginais
- Introdução de desovadouros ou de abrigos
- Compartimentação de dado volume de água
- Ensombramento,
- Alteração da granulometria média dos sedimentos para criar leitos de desova ou promover o crescimento de vegetação aquática
- Criação de rápidos
- Fundões ou empoçamentos laterais

- Fertilizações ou controle das entradas de nutrientes

B) Sobre as comunidades biológicas:

- Povoamento ou repovoamento de uma ou mais espécies
- Plantação ou sementeira de vegetação nas zonas marginais da massa de água
- Controle de espécies (predadores ou presas) por remoção ou biomanipulação

3.2.1.1.2.5 GESTÃO DAS PASSAGENS PARA PEIXES

Este tipo de equipamentos têm sido sistematicamente incluídos nos projetos e obras das barragens mais recentemente construídas. Porém, a sua existência nem sempre significa a sua utilização. A correta gestão das passagens para peixes, de modo a possibilitar os movimentos migratórios das diferentes espécies piscícolas assume grande importância em cursos de água da região.

3.2.1.1.2.6 REPOVOAMENTOS E LARGADAS DE PEIXES

Das medidas de gestão piscícolas mais frequentemente utilizadas, destacam-se os repovoamentos e largadas de peixes, que têm normalmente como objetivo a reposição de “stocks” selvagens de determinada população ou a disponibilização de maior número de exemplares para a pesca. A largada de peixes pode também servir para desviar a pressão de pesca do “stock” selvagem e, simultaneamente, aumentar o interesse de determinado local como destino de pesca.

No entanto, quando se pretende num curto espaço de tempo aumentar a quantidade de peixe pescado, a largada de truta de rio, com características particularmente sedentárias, pode ser uma medida extremamente eficaz. O contrário se passa com a truta arco-íris em troços de rios, que tende a migrar para sectores inferiores, desaparecendo rapidamente dos locais onde é lançada. Nestes casos as largadas continuadas podem ser a solução. Para outras espécies, como o achigã, a dificuldade de criar em cativeiro exemplares com tamanho adequado à captura imediata, dificulta a utilização deste método de "por e pescar".

Tendo em conta a heterogeneidade genética da truta, até em populações da mesma área geográfica, devem ser sempre utilizados peixes de populações locais em repovoamentos e largadas, de modo a garantir a sua conservação e preservar a respetiva biodiversidade intraespecífica.

O sucesso de repovoamentos de outras espécies é variável e depende muito da estrutura das comunidades piscícolas presentes na massa de água. Por exemplo, repovoamentos corretivos de um predador numa comunidade desequilibrada podem reestabelecer o equilíbrio ecológico desejável em determinada massa de água.

Os repovoamentos e largadas podem também ter efeitos negativos, nomeadamente ao nível genético, originando populações com elevado grau de consanguinidade, e ao nível da propagação de doenças, eventualmente veiculadas por animais provenientes de outros meios.

Ações antagónicas aos repovoamentos podem, por outro lado, ter efeitos positivos. A redução do número de exemplares de determinada espécie piscícola, por exemplo de carpa em albufeiras sobrepopoadas por esta espécie, leva à diminuição da competição intraespecífica, podendo proporcionar a presença de exemplares de maiores dimensões.

3.2.1.1.2.7 MONITORIZAÇÃO

Os programas de monitorização serão delineados em função do tipo de curso e massa de água, das comunidades a monitorizar e dos objetivos a atingir.

A monitorização incidirá na variação espacial e temporal de peixes capturados por unidade de esforço de captura.

3.2.1.1.2.8 PLANOS DE GESTÃO

Com base no conhecimento da dimensão e estrutura de determinada população piscícola (dados de censos) e no conhecimento da sua dinâmica populacional (dados de biologia e ecologia), é possível estabelecer planos de exploração adequados aos objetivos definidos garantindo a sustentabilidade. Estes dados permitem a definição de quotas diárias de peixe por pescador, de tamanhos mínimos por espécie, de épocas de pesca, de processos e meios de pesca.

3.2.1.1.3 CAÇA E PESCA: ATIVIDADES DE LIGAÇÃO À NATUREZA

3.2.1.1.3.1 A ATRAÇÃO DOS MAIS JOVENS

A consciência ambiental, o cuidado com a saúde e a preparação física são conceitos relacionados e que se conjugam nos jovens europeus.

Ao mesmo tempo a tendência para atividades recreativas associadas ao turismo de natureza constitui uma tendência importante no turismo, tendo sido reconhecida como tal no PENT, 2013.

A caça, genericamente considerada, é uma atividade com uma dimensão de preparação física relevante. Os processos e meios de caça variam quanto à sua exigência de prontidão física mas é sempre possível conceber jornadas de caça onde a capacidade física aliada às competências próprias do caçador, incluindo as competências como atirador, são a chave do sucesso.

A caça é uma atividade com uma forte componente gregária e social, onde a prática por mulheres tem ganho expressão. Para além dos atrativos estritamente cinegéticos que constituem o essencial da atração pela caça, a ligação à natureza, a socialização e a atividade física parecem ser a chave de uma abordagem aos jovens caçadores, através de produtos cinegéticos que lhes sejam especificamente dirigidos.

Com as devidas adaptações também a pesca à truta e outras espécies poderão ter uma abordagem semelhante.

3.2.1.1.3.2 CAÇA E PESCA: TURISMO DE NATUREZA

A motivação do turismo de natureza é "*Viver experiências de grande valor simbólico, interagir e usufruir da Natureza*" através de atividades desportivas, contemplação da natureza e atividades de interesse especial (THR, 2006).

A caça e a pesca poderão sem necessidade de adaptações ser consideradas no âmbito das atividades de turismo de natureza, desde que o enquadramento da gestão cinegética e

VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL CINEGÉTICO E PISCÍCOLA DO TERRITÓRIO DA CIM-ALTO TÂMEGA- RELATÓRIO FINAL

piscícola se conforme com os princípios indicados em 3.2.1.1.1 e que seja possível modificar a perceção existente sobre a caça e pesca junto do público posicionando-as corretamente no contexto das atividades desportivas que interagem e usufruem da natureza.

Para que esta transformação seja possível, também aqui o caminho parece ser aquele que é apontado pela FACE e muitas associações de caçadores europeias, colocando os caçadores europeus como atores da conservação da biodiversidade, mas também uma reflexão orientada pelos próprios caçadores e pescadores sobre a ética das suas atividades e o seu enquadramento social e cultural.

De há muito tempo que a *Fédération National des Chasseurs* em França é um bom exemplo de atuação nesta matéria. O conceito implícito na frase "*la nature est notre culture*", utilizada desde há mais de duas décadas pelos caçadores franceses, sintetiza de forma precisa o posicionamento dos caçadores e pescadores favorável à mudança da perceção da sociedade sobre esta matéria.

Em Portugal desde há muito que algumas OSC promovem este posicionamento, mas é razoável afirmar que a perceção generalizada em Portugal não parece ser a de que os caçadores são agentes com atividade diferenciada na conservação da biodiversidade.

Conforme referenciado em 3.1.2.7 e 3.1.4.3 a caça e a pesca não são considerados relevantes o suficiente para terem um tratamento autónomo no PENT, 2013. Contudo no caso da região Alentejo a caça foi considerada implicitamente uma atividade de turismo de natureza. Este resultado ficou a dever-se à atividade de uma OSC (ANPC) e poderá ser muito relevante na evolução do posicionamento da caça e da pesca no contexto do turismo.

A existência de um código ético dos caçadores, promovido pelas respetivas associações e federações, com disposições fortemente associadas à ação direta na conservação do

ambiente poderá contribuir de forma muito positiva para a mudança de perceção atrás referida.

No caso da CIM – AT propõe-se uma ação local que seja pioneira da concretização das linhas atrás indicadas.

3.2.2 ESTRATÉGIA DE VALORIZAÇÃO CINEGÉTICA E PISCÍCOLA

3.2.2.1 CONCEITO

O caminho proposto para a valorização do setor cinegético e piscícola na CIM-AT é o do aumento da eficiência da utilização desses recursos através de uma maior produtividade em volume, de um maior acrescento de valor turístico e do aumento, a prazo, da dimensão do apoio público a estas atividades decorrente do reconhecimento dos serviços ambientais que prestam.

Considera-se que a demonstração destes efeitos em projetos com dimensão suficiente e com apoio técnico e financeiro intensivo será um modo eficaz de lançar o processo. Os projetos demonstrativos são uma forma muito frequente de promover a inovação em atividades de desenvolvimento rural.

A demonstração terá de ser produzida no quadro dos atores já existentes na região, organizados de forma inovadora. Parece razoável promover esta inovação, dados os resultados atualmente obtidos. É necessário assumir que a energia essencial para a mudança resulta de uma vontade própria de mudar e não de alterações, por importantes que sejam, do enquadramento destes setores pelo Estado.

O Estado tem, contudo, um papel essencial dada a natureza territorial da atividade, a sua interação com áreas protegidas e classificadas e a utilização de apoio público. O Estado deverá ser estimulado para um parceiro facilitador da mudança, pelo reconhecimento da utilidade para o coletivo dessa mesma mudança.

Os projetos de demonstração necessitam de iniciativa, apoio técnico, capacitação e financiamento. O Plano de Ação procura estruturar a forma como essas necessidades serão supridas e articuladas para produzir os efeitos.

O promotor da mudança será a CIM-AT residindo neste organismo a iniciativa e a responsabilidade de ativar para essa transformação os atores essenciais do setor. Para que isso aconteça a CIM-AT dispõe de uma proposta de valorização e deverá dispor de meios para a colocar em prática.

O faseamento proposto prevê que a CIM-AT, após promover a transformação, se retire das tarefas que são natural e unicamente desempenhadas pelos gestores cinegéticos e piscícolas, continuando, porém, a fornecer um serviço partilhado de apoio técnico.

Os recursos necessários deverão ser obtidos no quadro da programação estratégica para a região, numa lógica multi - fundos proposta pela CIM – AT, com base no Plano de Ação.

3.2.2.2 FORMALIZAÇÃO DE OBJETIVOS, MONITORIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE RESULTADOS

Os projetos demonstrativos visarão a eficiência na produção de caça e pesca, o aumento da atividade turística a eles associada e a conservação ambiental associada à biodiversidade e à qualidade dos cursos e massas de água.

À formalização dos objetivos corresponderá uma situação inicial de referência com indicadores apropriados a cada um dos temas (eficiência na produção; atividade turística e conservação do ambiente) e um programa específico de monitorização desses indicadores. Esta componente é essencial à função demonstrativa do programa.

Sendo monitorizados os indicadores e a progressão para o objetivo é importante credibilizar os resultados de forma a aumentar o seu potencial demonstrativo. A certificação dos programas de monitorização por uma terceira parte independente, quanto à independência e rigor das informações obtidas poderá ser uma componente decisiva. Pode argumentar-se que o próprio Estado poderia desempenhar esse papel, mas será mais adequado prever no programa os meios para a sua certificação.

3.2.2.3 DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA

A estratégia desenvolve-se através do lançamento de um conjunto e iniciativas de gestão profissionalizada de zonas de caça e pesca, com resultados de excelência, atração de caçadores jovens e objetivos mistos de produção cinegética e conservação. Será o desenvolvimento destes projetos que gera o efeito demonstrativo.

A CIM-AT enuncia os resultados pretendidos em cada projeto individual e promove o financiamento do projeto conjunto. O financiamento é um elemento fundamental da estratégia e deverá ser garantido no início do projeto. O financiamento destina-se no

VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL CINEGÉTICO E PISCÍCOLA DO TERRITÓRIO DA CIM-ALTO TÂMEGA- RELATÓRIO FINAL

essencial a garantir capacidade de apoio técnico, investimentos nas áreas sob gestão, monitorização e certificação dos resultados e um programa de capacitação de operadores e atividades de divulgação. Trata-se de investimento predominantemente imaterial, cuja realização pela CIM – AT se justifica pela natureza da missão desta Comunidade Intermunicipal que permite garantir equidade e prioridade ao interesse público no desenvolvimento do projeto.

A CIM – AT assumirá um compromisso com a gestão de excelência e com a dimensão ambiental da gestão cinegética e piscícola. Não se pretende repetir o já feito com mais meios, pretende-se alterar o paradigma. No entanto, o projeto deverá ser realizado partindo do trabalho já existente com as organizações já existentes, aderentes de uma forma voluntária ao projeto. Para estimular esta adesão será necessário oferecer condições diferenciadas de financiamento e probabilidades acrescidas de sucesso no pós – projeto. Contudo a escolha dos parceiros terá de respeitar critérios de equidade, de onde decorre a necessidade de realizar um concurso público para a seleção das organizações parceiras e zonas de caça e pesca a eleger.

Existem tipologias de atividade cinegética e piscícola que deverão sempre ser consideradas na seleção dos parceiros e locais: i) um projeto de caça que assente na caça menor sedentária; ii) um projeto localizado numa área protegida; iii) um projeto de gestão de um curso de água de salmonídeos. Apesar da caça maior representar a maior oportunidade da região é importante que a capacidade técnica de gestão da caça menor, que apresenta algumas diferenças importantes, seja garantida. A gestão competente de um rio de trutas é essencial à estratégia de desenvolvimento da pesca. A boa articulação dos objetivos de uma área protegida com a gestão cinegética é também essencial à estratégia.

O papel da Administração Central

O Estado através do ICNF deverá ser o primeiro parceiro a procurar, propondo um programa de valorização que possa por este ser subscrito. O programa de valorização poderá no futuro ser bem complementado por alterações em instrumentos de planeamento como os PROF, nos regulamentos em vigor nas áreas protegidas, nos planos aplicáveis às áreas classificadas ou em alterações que sejam introduzidas à legislação da caça e da pesca.

O carácter temporário da intervenção

A estratégia pretende estimular a iniciativa e os empreendedores que possam valorizar o capital natural e cultural ligado à caça e à pesca, não pretendendo substituir essa iniciativa

Pretende-se minimizar o período de tempo em que os projetos demonstrativos são apoiados e desenvolvidos pelo projeto. Os contratos e protocolos a estabelecer deverão prever um tempo de execução mínimo e a possibilidade da sua prorrogação por um prazo de, no máximo, dois anos. O sucesso do programa de valorização não será o de conseguir realizar uma gestão cinegética e piscícola excelente, mas sim transferir essa capacidade. Este é o mecanismo de valorização.

3.2.2.4 FASEAMENTO DA INTERVENÇÃO

A intervenção deverá ser organizada em três fases correspondente a: i) Fase 1 – Preparação; ii) Fase 2 – Demonstração; iii) Fase 3 – Manutenção.



A Fase 1 – Preparação, coincidirá com o primeiro ano, terminando com a seleção dos locais e parceiros dos projetos demonstrativos, através de concurso público. Inclui também a montagem e formação da estrutura técnica necessária às fases seguintes.

A Fase 2 – Demonstração, inclui o desenvolvimento dos projetos de gestão, capacitação e comunicação, terminando no final do ano 5, com possibilidade de extensão. A Fase 2 termina em cada projeto quando for estabelecido e transmitido aos seus gestores o padrão de gestão e resultados que se pretende estabelecer.

Na Fase 3 – Manutenção, a CIM – AT não terá responsabilidades de gestão direta, tendo cessado todos os contratos de gestão estabelecidos no âmbito do concurso realizado na primeira fase. Nesta última fase do projeto que decorrerá depois do ano 6 e até ao ano 10, estão incluídas apenas ações de apoio técnico.

4 PLANO DE AÇÃO PARA VALORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CINEGÉTICAS E PISCÍCOLAS NO TERRITÓRIO DA CIM-AT

Decorrente da estratégia apresentada em 3 é proposto um Plano de Ação com o horizonte de 10 anos para a valorização das atividades cinegéticas e piscícolas no território da CIM – AT.

Sugere-se que o programa a propor assuma a designação **VENATUR Alto Tâmega – Valorização de recursos cinegéticos e piscícolas na região do Alto Tâmega.**

4.1 OBJETIVOS DO PLANO DE VALORIZAÇÃO

4.1.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- I. Aumentar o valor económico das atividades cinegética e piscícola e monitorizar esse valor através de um conjunto de indicadores específicos.
- II. Aumentar o emprego especializado aplicado às atividades cinegética e piscícola.
- III. Aumentar o valor natural associado ao território sob gestão cinegética e piscícola e monitorizar esse valor através de um conjunto de indicadores específicos.
- IV. Promover a existência de unidades de gestão cinegética e piscícola com capacidade para promover os objetivos I, II e III.

- V. Promover a dimensão ambiental da prática da caça e pesca e a sua perceção pelo público.

4.1.2 OBJETIVOS OPERACIONAIS

4.1.2.1 RESULTADOS

I.1 - Gerir ou 2 a 3 explorações cinegéticas demonstrativas durante um período mínimo de 4 anos, com resultados auditados por organismo independente, transformando-as no paradigma da gestão cinegética na região.

I.2 - Gerir 1 a 3 explorações piscícolas demonstrativas durante um período mínimo de 4 anos, com resultados auditados por organismo independente, transformando-as no paradigma da gestão piscícola na região.

I.3 – Desenvolver modalidades de turismo cinegético e piscícola afins do turismo de natureza, associando progressivamente os dois conceitos na perceção dos públicos do projeto.

I.4 – Aumentar a procura de dormidas nas unidades de alojamento da região.

I.5 – Dispor de uma situação inicial de referência e de um programa de recolha de dados que permitam monitorizar o impacto económico geral e no alojamento turístico em particular, da realização dos projetos.

II.1 - Conceber e realizar anualmente um curso de operadores de terreno de caça que possa habilitar para a profissão e reconhecer as competências de profissionais, independentemente da sua formação de base.

II.2 - Conceber e realizar pelo menos dois cursos de operadores de pesca que possa habilitar para a profissão e reconhecer as competências de profissionais, independentemente da sua formação de base.

III.1 – Incluir os objetivos específicos de conservação da biodiversidade nos objetivos de gestão das zonas de caça demonstrativas com nível de prioridade igual aos objetivos de produção.

III.2 – Incluir os objetivos específicos de conservação da biodiversidade nos objetivos de gestão das zonas de pesca demonstrativas com nível de prioridade igual aos objetivos de produção.

III.3 – Dispor de uma situação de referência e de um programa de monitorização da biodiversidade que permita avaliar o impacto do programa, especificamente na região em estudo.

IV.1 - Criar um serviço público de apoio técnico à exploração cinegética e piscícola, auto-suficiente a partir do final do projeto, utilizado anualmente por pelo menos 10 % das explorações cinegéticas e piscícolas da região.

V.1 – Desenvolver um programa de divulgação e comunicação centrado na ligação da caça e pesca à conservação do ambiente e na atração de públicos jovens para a atividade cinegética e piscícola.

4.1.3 IMPACTOS

- i. Aumentar globalmente produtividade cinegética das espécies cinegéticas sedentárias
- ii. Aumentar a produtividade piscícola no âmbito das concessões de pesca.

- iii. Aumentar o número de explorações com exploração de corço (troféu).
- iv. Aumentar o número de concessões de pesca com exploração de salmonídeos.
- v. Aumentar a procura de alojamentos turísticos na região decorrentes da caça e pesca.
- vi. Aumentar o valor natural das áreas sob ordenamento cinegético.
- vii. Aumentar a procura cinegética e piscícola por caçadores e pescadores com idade inferior a 40 anos na área em estudo.

4.1.4 EIXOS E AÇÕES

O programa será estruturado nos seguintes eixos:

EIXO 1 – Projetos Demonstrativos

EIXO 2 – Apoio Técnico

EIXO 3 - Capacitação

EIXO 4 – Monitorização e certificação

EIXO 5 – Promoção e divulgação

4.1.4.1 EIXO 1 – PROJETOS DEMONSTRATIVOS

As ações deste eixo articulam-se e convergem na realização de projetos demonstrativos de excelência no âmbito da cinegética e da pesca. Incluem-se as ações preparatórias de

seleção de áreas e desenvolvimento de parcerias, as ações de seleção e organização de equipa técnica, operações no terreno e financiamento.

4.1.4.1.1 AÇÃO 1.1 – ELABORAÇÃO DO PLANO GERAL DOS PROJETOS DEMONSTRATIVOS

Objetivo: Dispor de um documento onde são definidos os objetivos as metodologias e os métodos de controlo e certificação dos projetos demonstrativos a realizar

Conteúdo: O Plano Geral é um documento técnico guia que ficará completo depois de ser realizada a seleção mencionada em 4.1.4.1.2, contendo:

- a. Objetivos discriminados da Ação
- b. Revisão dos planos de ordenamento e gestão cinegética das zonas de caça demonstrativas, incluindo objetivos de conservação ambiental.
- c. Revisão dos planos de ordenamento e gestão das concessões de pesca demonstrativas, incluindo objetivos de conservação ambiental
- d. Sinergias entre a gestão cinegética e a diminuição da perigosidade dos incêndios
- e. Plano de financiamento da ação incluindo os processos de candidatura associados.

Custo estimado da ação: € 60 000: Ano 1 .

4.1.4.1.2 AÇÃO 1.2 - SELEÇÃO DE ÁREAS A INTERVIR

Objetivo: Selecionar as zonas de caça e as concessões de pesca que serão beneficiadas pelo projeto demonstrativo.

Conteúdo: A seleção será feita através de dois concursos (um para seleção das zonas de caça, outro para seleção das concessões de pesca).

A ação inclui:

- a) Preparação do programa do concurso e caderno de encargos do concurso³, que define as condições a que se obrigarão os concessionários para beneficiar da sua inclusão no projeto demonstrativo, bem como as contrapartidas a que terão acesso. O concurso poderá ser subdividido em classes (ou "lotes") para resultar na seleção da tipologia de zonas de caça e pesca pretendidas (e.g. zona de exploração de caça menor; troços de rios com capacidade para a exploração de salmonídeos).
- b) Definição dos critérios de classificação das propostas (aplicáveis a cada classe ou lote).
- c) Seleção do júri do concurso incluindo personalidades de reconhecido mérito e conhecimento territorial específico nas áreas da gestão cinegética, gestão piscícola, direito da caça, direito da pesca, marketing turístico e conservação da biodiversidade.
- d) Lançamento e publicitação do concurso, seguimento e conclusão dos seus trâmites.

Custo estimado da ação : € 40 000: Ano 1

4.1.4.1.3 AÇÃO 1.3 – FINANCIAMENTO

Objetivo: Identificar e elaborar a documentação, processos de candidatura e seguimento técnico-administrativo necessários ao financiamento do programa VENATUR (AT).

Conteúdo: As componentes do programa serão financiadas no âmbito de Programas Operacionais e do Programa de Desenvolvimento Rural.

Os beneficiários poderão ser: i) diretamente os titulares das zonas de caça ou concessões de pesca (e.g Programa de Desenvolvimento Rural); ii) a entidade que vier a gerir o programa; ii) entidades terceiras com quem seja contratualizada a participação. Em qualquer dos casos será necessário um dispositivo técnico – administrativo para apoio aos processos de financiamento.

Custo estimado da ação: € 120 000, durante todo o período.

4.1.4.1.4 AÇÃO 1.4– GESTÃO DE PROJETOS

Objetivo: Concretizar a gestão operacional dos projetos de caça e pesca.

Conteúdo: Gerir as zonas demonstrativas de caça e pesca: i) realizando investimentos necessários ao aumento da produtividade; ii) monitorizando os habitats e populações; iii) organizando a exploração, incluindo a organização das caçadas e pescarias; iv) garantindo a eficácia na ação dos operacionais de terreno.

Custo estimado da ação: € 200 000 por ano, durante os anos 2, 3, 4, 5 e 6 do projeto num total de € 1 000 000.

4.1.4.1 EIXO 2 – APOIO TÉCNICO

As ações deste visam a disponibilização eficiente de um serviço de apoio técnico incluindo as seguintes valências: i) monitorização e gestão de populações animais (cinegéticas e não cinegéticas); ii) gestão dos habitats em interação com as explorações agrícolas e florestais; iii) organização das técnicas da exploração cinegética e piscícola (caça, pesca e captura); iv) enquadramento jurídico; v) marketing e organização comercial

4.1.4.1.1 AÇÃO 2.1 – DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE REGISTO DE INFORMAÇÃO TÉCNICA ON-LINE

Objetivo: Dispor de informação sobre ocupação de solo, planos de ordenamento e sua execução e monitorização de populações de espécies cinegéticas e seus habitats, destinados ao apoio técnico de explorações cinegéticas específicas.

Conteúdo: Operacionalizar um WebSIG, criando uma plataforma ou contratualizando os serviços de plataformas pré-existent (e.g WebSIG RIBA). Especificação das informações a carregar, especificação das autorizações de acesso e dos resultados de apoio técnico a fornecer aos utilizadores do serviço.

Custo estimado da ação : € 20 000 durante o ano 1 e dez mil por ano nos anos 2 a 10 do projeto num total de € 110 000.

4.1.4.1.2 AÇÃO 2.2 – DEFINIÇÃO DAS MODALIDADES DE APOIO TÉCNICO

Objetivo: Especificar tipologias e custos de acesso aos serviços de apoio técnico a fornecer no âmbito do programa VENATUR (AT).

Conteúdo: Tipologias de apoio técnico on-line pontual e continuado; apoio técnico de consultoria pontual com visita ao terreno; apoio técnico continuado de apoio à gestão de zonas de caça.

Custo estimado da ação : € 15 000 nos dois primeiros anos

4.1.4.1.3 AÇÃO 2.3 – AÇÕES DE APOIO TÉCNICO

Objetivo: Desenvolver ações de apoio técnico a, pelo menos, 30% das explorações cinegéticas e piscícolas da região alvo do programa VENATUR

Conteúdo: Tipologia de ações definidas em 4.1.4.1.4, admitindo que anualmente serão apoiadas 10% das explorações cinegéticas e piscícolas da região. O serviço será dimensionado para o apoio a cerca de 50 unidades cinegéticas e piscícolas, sendo 8 a 10 com apoio técnico continuado de apoio à gestão; 10 a 20 apoio técnico de consultoria pontual com visita ao terreno; 30 a 50 apoio técnico on-line pontual e continuado.

Custo estimado da ação : € 30 000 por ano nos anos 2, 3, 4, 5 e 6, num total de € 150 000. € 30000 por ano nos anos 7 a 10 num total de € 120 000.

4.1.4.1 EIXO 3 – CAPACITAÇÃO

4.1.4.1.1 AÇÃO 3.1 – CAPACITAÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA DE GESTÃO DOS PROJETOS DEMONSTRATIVOS

Objetivo: Capacitação da equipa nas metodologias de interação com os utilizadores dos serviços de apoio técnico do programa VENATUR (AT).

Conteúdo: Metodologias de demonstração prática de ações no terreno; interação com operadores ; apoio à organização de caçadas e pescarias; transmissão eficaz de informação on-line; marketing cinegético; legislação da caça e pesca.

Custo estimado da ação : € 20 000 nos dois primeiros anos

4.1.4.1.2 AÇÃO 3.2 – UNIDADES DE FORMAÇÃO PARA OPERADORES CINEGÉTICOS E PISCÍCOLAS

Objetivo: Formar e reconhecer as capacidades de, pelo menos, 18 operadores cinegéticos e 4 operadores piscícolas, através de unidades de formação de curta duração especialmente concebidas para o efeito

Conteúdo: Identificação das necessidades específicas de formação e reconhecimento de capacidades, tendo em vista um grupo específico de formandos. Abertura de candidaturas com informação às entidades gestoras de zonas de caça, com informação dos critérios e quotas de admissão entre os critérios será considerado prioritário o critério da empregabilidade. Conceção e validação pelo IEFP das unidades de formação de curta duração a utilizar. Realização das ações de formação.

Na componente cinegética as ações de formação incidirão sobre os aspetos práticos e de interface da aplicação no campo com as orientações técnicas nos seguintes aspetos: i) gestão do habitat, incluindo a utilização de fogo controlado; ii) gestão das populações incluindo capturas e repovoamento; iii) monitorização das populações; iv) gestão de predação; v) organização de jornadas de caça.

Na componente piscícola as ações de formação incidirão sobre os aspetos práticos e de interface da aplicação no campo com as orientações técnicas nos seguintes aspetos: i) gestão do habitat; ii) gestão das populações incluindo capturas e repovoamento; iii) monitorização das populações; iv) organização de jornadas de pesca.

Custo estimado da ação : € 20 000 por ano nos anos 2, 3, 4, 5 e 6 num total de € 200 000.

4.1.4.2 EIXO 4 – MONITORIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

As ações incluídas neste eixo destinam-se a fornecer informação para o cálculo de indicadores de resultado e impacto do programa realizado e certificar esses mesmos impactos.

Pretende-se estabelecer uma situação inicial de referência e um processo expedito de monitorização de indicadores de i) produção cinegética e piscícola; ii) alojamento turístico e restauração; iii) variáveis de biodiversidade.

Serão também definidos referenciais de qualidade para a gestão cinegética e piscícola que sirvam de base à sua certificação.

4.1.4.2.1 AÇÃO 4.1 – MONITORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CINEGÉTICA E PISCÍCOLA

Objetivo: Conceber e colocar em funcionamento um sistema de recolha e validação de dados declarativos validados para a produção cinegética e piscícola

Conteúdo: Os dados sobre a produção de caça e pesca terão origem nas explorações, sendo fornecidos de forma voluntária. Serão definidos quatro canais de recolha de dados i) inquérito presencial ou telefónico; ii) formulário enviado por *e-mail* ou correio postal; iii) formulário on-line. As explorações aderentes aceitarão fornecer informação adicional de validação dos questionários, caso sejam incluídas na amostra.

Serão convidadas as aderir todas as explorações cinegéticas e piscícolas da zona, ficando as mesmas habilitadas desde o início a receber as informações agregadas (dados não identificados) e vantagens adicionais de assistência técnica.

As informações permitirão a fixação de uma situação de referência por espécie, tipologia de zona de caça e pesca, tipologia de habitat e divisão administrativa e a respetiva monitorização anual.

Custo estimado da ação : € 10 000 por ano nos anos 2, 3, 4, 5 e 6 num total de € 50 000.

4.1.4.2.2 AÇÃO 4.2 – MONITORIZAÇÃO DO IMPACTO NO ALOJAMENTO TURÍSTICO E NA RESTAURAÇÃO

Objetivo: Conceber e colocar em funcionamento um sistema de recolha e validação de dados declarativos validados para a produção para o alojamento turístico associado à caça e à pesca.

Conteúdo: Os dados sobre o alojamento turístico associado à caça e à pesca terão origem nas unidades de alojamento, sendo fornecidos de forma voluntária. Serão definidos quatro canais de recolha de dados i) inquérito presencial ou telefónico; ii) formulário enviado por e-mail ou correio postal; iii) formulário on-line. As unidades de alojamento aderentes aceitarão fornecer informação adicional de validação dos questionários, caso sejam incluídas na amostra.

Serão convidadas as aderir todas as unidades de alojamento da zona, ficando as mesmas habilitadas desde o início a receber as informações agregadas (dados não identificados) sobre a procura de alojamento piscícola e cinegético, bem como sobre dados de programação de caçadas e pescarias que sejam do conhecimento ou estejam registados pelos gestores do programa.

As informações permitirão a fixação de uma situação de referência por tipologia de alojamento, proximidade a zonas de caça e pesca e divisão administrativa, bem como a respetiva monitorização anual.

Custo estimado da ação : € 5 000 por ano nos anos 2, 3, 4, 5 e 6 num total de € 25 000.

4.1.4.2.3 AÇÃO 4.3 – MONITORIZAÇÃO DE VARIÁVEIS DE BIODIVERSIDADE

Objetivo: Conceber e colocar em funcionamento um sistema expedito de recolha e validação de dados de biodiversidade especificamente associadas à monitorização dos impactos da gestão da caça e da pesca.

Conteúdo: A monitorização incidirá sobre os seguintes grupos : i) aves; ii) odonatos; iii) peixes. Pretende-se comparar e relacionar os dados de produtividade cinegética e piscícola com os dados de riqueza e abundância de grupos que indicam a biodiversidade geral em ambiente terrestre e aquático.

Será estabelecida uma rede de pontos (cerca de 150 pontos de aves; 50 pontos de odonatos e peixes) supletiva às redes de monitorização já existentes (e.g Instituto da Água) com a finalidade de permitir conhecer à escala geográfica adequada o impacto da produção cinegética e piscícola na biodiversidade.

Serão selecionados observadores com competência específica nos grupos a monitorizar e realizada uma monitorização de periodicidade bienal.

Custo estimado da ação : € 25 000 por ano nos anos 1, 3, 5 e 7 num total de € 100 000.

4.1.4.2.4 AÇÃO 4.4 – ELABORAÇÃO DE REFERENCIAIS DE QUALIDADE PARA A GESTÃO CINEGÉTICA E PISCÍCOLA

Objetivo: Conceber os cadernos de especificação dos referenciais de qualidade para a gestão cinegética e piscícola

Conteúdo: Os cadernos de especificação incluirão as metodologias de gestão adotadas pelo programa bem como os seus indicadores de resultado e impacto

As especificações traduzirão assim as boas práticas de gestão introduzidas pelo programa permitindo que as mesmas sejam certificadas. A certificação será um instrumento privilegiado para diferenciar as explorações cinegéticas e piscícolas contribuindo para a dinâmica de qualidade que se pretende estabelecer na região.

Custo estimado da ação : € 15000 no ano 2.

4.1.4.1 EIXO 5 – PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO

4.1.4.1.1 AÇÃO 5.1 – PORTAL DA CAÇA E PESCA

Objetivo: Conceber e operacionalizar um portal na *internet* dedicado à partilha de informação técnica e à comercialização dos produtos cinegéticos, piscícolas e turísticos da região.

Conteúdo: O portal apresentará as características e atividades cinegéticas, piscícolas e turísticas da região, incluindo um diretório de zonas de caça e pesca, um diretório de alojamento e restauração. O portal deverá aceitar programas e anúncios de programas de caça e pesca disponibilizados pelas explorações, promovendo a sua divulgação nacional e internacional. Por esta razão o portal deverá ser trilingue (português, castelhano e inglês) em todas as componentes relevantes para a divulgação. O portal será ativamente gerido de forma a tornar máxima a sua penetração junto dos públicos relevantes

Na sua área técnica, o portal disporá das funcionalidades de partilha de informação utilizável nos processos de assistência técnica.

Custo estimado da ação : € 20 000 no ano 1 para estabelecimento do portal; € 12 000 nos anos 2, 3, 4, 5 e 6 para manutenção, num total de € 80 000.

4.1.4.1.2 AÇÃO 5.2 – EVENTOS DE PROMOÇÃO DA CAÇA DE EXCELÊNCIA EM MERCADOS ESTRANGEIROS

Objetivo: Promover a imagem da região como destino cinegético de excelência através da realização de eventos cinegéticos diferenciados

Conteúdo: Serão organizados anualmente, a partir do momento em que tal seja tecnicamente possível, dois eventos de grande diferenciação cinegética-cultural e turística. Os eventos serão destinados, mas não oferecidos, a personalidades e empresas com penetração nos públicos e mercados internacionais da caça. Os eventos decorrerão em zonas de caça com capacidade para oferecer produtos cinegéticos de muito alta qualidade em zonas paisagística e culturalmente diferenciadas. Estes eventos serão comunicados de forma profissional nos meios que tornem máximo o efeito de divulgação pretendido.

Custo estimado da ação : A ação tem receitas, prevendo-se aqui apenas o apoio aos quatro primeiros eventos, na área da comunicação e comercialização, num total de € 30 000.

4.1.4.1.3 AÇÃO 5.3 – PROMOÇÃO DE COMPETIÇÕES DE PESCA

.

Objetivo: Promover a imagem da região como destino piscícola de excelência através da realização de eventos piscícolas diferenciados.

Conteúdo: Serão organizados anualmente, a partir do momento em que tal seja tecnicamente possível, dois eventos de grande diferenciação piscícola-cultural e turística. Os eventos serão destinados, mas não oferecidos, a personalidades e empresas com penetração nos públicos e mercados internacionais da pesca. Os eventos decorrerão em concessões de pesca com capacidade para oferecer produtos piscícolas de muito alta qualidade em zonas paisagística e culturalmente diferenciadas. Estes eventos serão comunicados de forma profissional nos meios que tornem máximo o efeito de divulgação pretendido.

Custo estimado da ação : A ação tem receitas, prevendo-se aqui apenas o apoio aos quatro primeiros eventos, na área da comunicação e comercialização, num total de € 30 000.

4.1.4.1.4 AÇÃO 5.4 – PROMOÇÃO DIRECIONADA PARA JOVENS CAÇADORES E PESCADORES

Objetivo: Promover produtos de caça e pesca adaptados às preferências de caçadores mais jovens

Conteúdo: Serão testadas jornadas de caça e pesca com diferentes graus de exigência na preparação física, componente social e programa complementar de atividades não cinegéticas de turismo de natureza. Será realizada inicialmente um estudo da perceção dos públicos alvo para orientar a definição dos produtos que serão depois colocados exclusivamente junto desses públicos

Custo estimado da ação : A ação tem receitas, prevendo-se aqui apenas o apoio à sua conceção e estudos de mercado num total de € 15000 no ano 1 e 2 e apoio aos quatro primeiros eventos no valor de € 30000.

4.1.4.1 COERÊNCIA DAS AÇÕES COM OS OBJETIVOS DO PLANO DE AÇÃO

	I.1	I.2	I.3	I.4	I.5	II.1	II.2	III.1	III.2	III.3	IV.1	V.1
Ação 1.1	√	√			√			√	√			
Ação 1.2	√	√	√	√				√	√			
Ação 1.3	√	√	√	√	√	√	√	√	√	√	√	√
Ação 1.4	√	√	√	√	√	√	√	√	√	√	√	√
Ação 2.1	√	√						√		√		
Ação 2.2	√	√									√	
Ação 2.3	√	√										
Ação 3.1	√	√										
Ação 3.2											√	
Ação 4.1					√							
Ação 4.2			√		√							
Ação 4.3			√									
Ação 4.4	√	√	√									
Ação 5.1												√

Ação 5.2													√
Ação 5.3													√
Ação 5.4													√

Tabela 29 – Coerência das ações com os objetivos.

	Designação
EIXO 1	<i>Projetos demonstrativos</i>
Ação 1.1	Elaboração do plano geral dos projetos demonstrativos
Ação 1.2	Seleção de áreas a intervir
Ação 1.3	Financiamento
Ação 1.4	Gestão de projetos
EIXO 2	<i>Apoio Técnico</i>
Ação 2.1	Desenvolvimento de um sistema de registo de informação técnica on-line
Ação 2.2	Definição de modalidades de apoio técnico
Ação 2.3	Ações de apoio técnico
	<i>Capacitação</i>
Ação 3.1	Capacitação da equipa técnica de gestão dos projetos demonstrativos
Ação 3.2	Unidades de formação para operadores cinegéticos e piscícolas
EIXO 4	<i>Monitorização e certificação</i>
Ação 4.1	Monitorização da produção cinegética e piscícola
Ação 4.2	Monitorização do impacto no alojamento turístico e na restauração
Ação 4.3	Monitorização de variáveis de biodiversidade
Ação 4.4	Elaboração de referenciais de qualidade para a gestão cinegética e piscícola
EIXO 5	<i>Promoção e divulgação</i>
Ação 5.1	Portal da caça e pesca
Ação 5.2	Eventos de promoção da caça de excelência em mercados estrangeiros
Ação 5.3	Promoção de competições de pesca
Ação 5.4	Promoção direcionada para jovens caçadores e pescadores

Tabela 30 – Ações do Plano VENATUR (AT).

4.1.4.1 CRONOGRAMA ORÇAMENTAL

	Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4		Ano 5		Ano 6		Ano 7 a 10
	S1	S2	S1	S2	S1	S2	S1	S2	S1	S2	S1	S2	
Ação 1.1	30000	30000											
Ação 1.2	20000	20000											
Ação 1.3		30000	9000	9000	9000	9000	9000	9000	9000	9000	9000	9000	
Ação 1.4			100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000	
Ação 2.1	10000	10000	5000	5000	5000	5000	5000	5000	5000	5000	5000	5000	20000
Ação 2.2	5000	5000	2500	2500									
Ação 2.3			15000	15000	15000	15000	15000	15000	15000	15000	15000	15000	120000
Ação 3.1	10000	10000											
Ação 3.2			10000	10000	10000	10000	10000	10000	10000	10000	10000	10000	
Ação 4.1			5000	5000	5000	5000	5000	5000	5000	5000	5000	5000	
Ação 4.2			2500	2500	2500	2500	2500	2500	2500	2500	2500	2500	
Ação 4.3	25000				25000				25000				25000
Ação 4.4			15000										
Ação 5.1		20000	6000	6000	6000	6000	6000	6000	6000	6000	6000	6000	
Ação 5.2						7500		7500	7500		7500		
Ação 5.3			7500		7500		7500		7500				
Ação 5.4		7500		7500		7500		7500		7500			
Total	100000	132500	177500	162500	185000	167500	160000	167500	192500	160000	160000	152500	165000

Tabela 31 – Cronograma orçamental do Plano VENATUR (AT) (as cores indicam as fases 1,2 e 3).



O custo total estimado do plano VENATUR é de € 2 082 500, repartido por um período de dez anos.

Se os objetivos de valorização forem cumpridos e a região em estudo conseguir, no final do programa, um produto anual do setor cinegético semelhante à que se verifica em Espanha (aprox € 90 por ha de superfície cinegética) (Garrido Martín, 2012) o setor poderá valer, só na região em estudo, cerca de 22 milhões de euros por ano e gerar cerca de 300 empregos.

BIBLIOGRAFIA

Almaça, C. (1990). A lampreia e o esturjão na bacia do Douro. *Observatório*, 1: 377-382.

Almeida C., Mendonça, J.L., Jesus M.R. & Gomes A.J. (2000). *Sistemas aquíferos de Portugal Continental*. INAG. 640 pp.

Almeida, L. (2010). Relatório de Seguimento de Veado-europeu por telemetria no Parque de Natureza de Noudar, no âmbito do projecto "Avaliação e mitigação da tuberculose bovina em herbívoros selvagens na região de Moura-Barrancos" financiado pelo INALENTEJO. Relatório não publicado para a EDIA – Empresa de Desenvolvimento das Infra-Estruturas de Alqueva SA.

Almodôvar A. (2001). La trucha común hacia una nueva estrategia de conservación. In: Atlas y libro rojo de los peces continentales de España. pp 303-313. Doadrio I (ed.). Ministério de Médio Ambiente, Madrid, 364 pp.

Alves, M.J., Coelho, H., Collares-Pereira, M.J. & Coelho, M.M. (2001). Mitochondrial DNA variation in the highly endangered cyprinid fish *Anaecypris hispanica*: importance for conservation. *Heredity*, 87, 463-73.

Ascensão, T.; Teixeira, A.; Fonseca, T; Parada, M.J.; Ramos, P.; Nogueira, M. (2010) - Distribuição e regime trófico das comunidades de peixes da bacia hidrográfica do Rio Sabor (bacia do Douro). In XV Congresso Ibérico de Limnologia. Ponta Delgada.

Beja, P.; Borralho, R.; Reino, L.; Pereira, C.; Porto, M.; Santana, J. & Magalhães, M. F. (2004). Monitorização da biodiversidade na Herdade da Coitadinha. Relatório não publicado para a EDIA – Empresa de Desenvolvimento das Infra-Estruturas de Alqueva SA. ERENA S.A., Lisboa.

VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL CINEGÉTICO E PISCÍCOLA DO TERRITÓRIO DA CIM-ALTO TÂMEGA- RELATÓRIO FINAL

Ballon, P., Vollet, D. & Ginelli, L. (2011) Analyse des services rendus par la chasse en forêt. Ateliers Regefor 2011.

Bédarida, G. & François, A. (2008) Impact de la baisse du nombre de chasseurs sur la gestion du sanglier et perspectives, Colloque modalités de gestion du sanglier, Fédération Nationale des Chasseurs – Office Nationale de la Chasse et de la Faune Sauvage, CEDEROM, pp. 206-214

Blanco, J.C. & Villafuerte, R. (1993). Factores ecológicos que influyen sobre las poblaciones de conejos. Incidencia de la enfermedad hemorrágica. Empresa de Transformación Agrária, S.A. 122 pp.

Bochechas, J., Ferreira, M.T. & Pinheiro, A.N. (1998).Gestão ecohidráulica em Portugal: diagnóstico e principais linhas de actuação.

Cabral, M.J. (coord.), Almeida, J., Almeida, P.R., Dellinger, T., Ferrand de Almeida, N., Oliveira, M.E., Palmeirim, J.M., Queiroz, A.I., Rogado, L., Santos-Reis, M. (eds.), (2005). Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal. Instituto da Conservação da Natureza, Lisboa.

Chi, C. & Qu,H. (2008), "Examining the structural relationships of destination image, tourist satisfaction and destination loyalty: An integrated approach". *Tourism Management*,29: 624-636.

Collares-Pereira, M. J.; Cowx, I. G.; Rodrigues, J. A.; Rogado, L. & Moreira, L. C. (1999). The status of *Anaecypris hispanica* in Portugal: problems of conserving a highly endangered species. *Biological Conservation* 88: 207-212.

Collares-Pereira, M.J., Cowx, I.G., Ribeiro, F., Rodrigues, J.A. & Rogado, L. 2000. Threats imposed by water resource development schemes on the conservation of endangered fish species in the Guadiana River Basin in Portugal. *Fisheries Management & Ecology* 7: 167-178.

VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL CINEGÉTICO E PISCÍCOLA DO TERRITÓRIO DA CIM-ALTO TÂMEGA- RELATÓRIO FINAL

Cowx, I.G. & Collares-Pereira, M.J. (2000) Conservation of endangered fish species in the face of water resource development schemes in the Guadiana River, Portugal: harmony of the incompatible. In: I.G. COWX (ed.) Management and Ecology of River Fisheries Oxford: Fishing News Books, Blackwell Science, pp. 428-438.

CSA (2006) Les chasseurs qui sont – ils?.FNC.Paris

Delibes-Mateos, M.; Ferreras, P. & Villafuerte, R. (2008). Rabbit populations and game management: the situation after 15 years of rabbit haemorrhagic disease in central-southern Spain. Biodiversity and Conservation 17, 559-574.

DGRF, 2004 Plano Regional de Ordenamento Florestal do Nordeste Transmontano. DGRF. Lisboa

Equipa Atlas (2008). Atlas das Aves Nidificantes em Portugal (1999-2005). Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, Parque Natural da Madeira e Secretaria Regional do Ambiente e do Mar. Assírio & Alvim, Lisboa.

Fédération Nationale des Chasseurs <http://www.chasseurdefrance.com/Decouvrir-la-chasse/Le-reseau-cynegetique.html> . Consultado em 28 de Agosto de 2014

Ferreira, M.T. (2002). Passagens para peixes in Ecosistemas Aquáticos e Ribeirinhos – Ecologia gestão e conservação, editado por I. Moreira; M. T. Ferreira,; R. Cortes; P. Pinto & P. R. Almeida. Instituto da Água, 2002, pp. 12.1-12.9.

Ferreira, M.T. & Bochechas, J. (2006). Estudo Estratégico para a Gestão das Pescas Continentais. PAMAF Medida 4 - IED, Ação 4.4 - Estudos Estratégicos . ISA.UTAD.

Ferreira, M.T., Franco, A., Amaral, S., Albuquerque, A. (2010). Pesca desportiva em Albufeiras do Centro e Sul de Portugal: Contribuição para a Redução da Eutrofização por Biomanipulação. "Inquérito aos Pescadores Desportivos de Águas Interiores", realizado em 1998-1999". ISA, ADISA, AFN. Lisboa

Ferrer, M. & Negro J.J. (2004). The near extinction of two large European predators: super specialists pay a price. *Conservation Biology* 18: 344-349.

Garrido Martín, J. (2012) *La Caza. Sector Económico -Valoración por subsectores*. Fedenca. RFEC.

Ribeiro, F., Beldade, R., Dix, M. & Bochechas, J. (2007). Carta Piscícola Nacional. Direção-Geral dos Recursos Florestais – Fluviatilis, Lda. Publicação Eletrónica (versão 01/2007).

Gordinho, L., Beja, P., Reino, L. & Borralho, R. (2003) Effects of hunting regime on richness and abundance of breeding birds. XXVIth Congress of the International Union of Game Biologists "Integrating Wildlife with People", Braga, Portugal. 1 – 6 September 2003.

Hilty, J. & Merenlender, A. (2000). Faunal indicator taxa selection for monitoring ecosystem health. *Biological Conservation*, 92, 185-197.

INAG (1999). Plano de Bacia Hidrográfica do Douro. Instituto da Água, Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território. Lisboa.

Isaaks, E. & Srivastava, R. (1989) *An Introduction to Applied Geostatistics*. Oxford University Press.

Lacasta, N. & Lacerda, L. (coords nac.). (2012). Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro – Relatório de base - Parte 2 – Caracterização e Diagnóstico da Região Hidrográfica (PGRH3). APA. ARHNorte.

Landim, P. (2003) *Análise Estatística de Dados Geológicos*. 2ª ed. UNESP. S.Paulo.

VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL CINEGÉTICO E PISCÍCOLA DO TERRITÓRIO DA CIM-ALTO TÂMEGA- RELATÓRIO FINAL

Lima Santos, J.M., Ribeiro, P.F., Gonçalves, A.C., Oliveira, I., (2006). Estudo Estratégico para a Gestão das Pescas Continentais. PAMAF Medida 4 - IED, Ação 4.4 - Estudos Estratégicos – Capítulo 6 – A Pesca Desportiva em Águas Interiores. Análise- Sócio-económica. ISA. UTAD.

Magalhães, M. F.; Beja, P.; Schlosser, I.J. & Collares-Pereira, M.J. (2007). Effects of multi-year droughts on fish assemblages of seasonally drying Mediterranean streams. *Freshwater Biology* 52: 1494-1510.

Martinho, A. M. V. (2008). Gestão sustentável de populações de Truta (*Salmo trutta*): O Caso do Rio Olo. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção Florestal. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real.pp 153.

Matheron, G. (1965) Les variables régionalisées et leur estimation: une application de la théorie des fonctions aléatoires aux sciences de la nature. Ed. Masson. Paris.

Oliveira, J.M. (coord.), Santos, J.M., Teixeira, A., Ferreira, M.T., Pinheiro, P.J., Geraldês, A. & Bochechas, J. (2007). Projecto AQUARIPORT: Programa Nacional de Monitorização de Recursos Piscícolas e de Avaliação da Qualidade Ecológica de Rios. Direcção-Geral dos Recursos Florestais, Lisboa, 96 pp.

Palomares, F.; Revilla, E.; Calzada, J.; Fernández, N. & Delibes, M. (2005). Reproduction and pre-dispersal survival of Iberian lynx in a subpopulation of the Doñana National Park. *Biol. Conserv.* 122: 53-59. Pereira, H. (1979) Encontro sobre métodos quantitativos aplicados as variáveis regionalizadas. IST - Centro de Valorização de Recursos Minerais. Lisboa.

Pereira, H. (1981) Análise estrutural e seus reflexos na avaliação económica de recursos minerais. IST - Centro de Valorização de Recursos Minerais. Lisboa

Piñero, J. (2002). Mamíferos carnívoros ibéricos (2ª edição). Lynx Edicions.

Ramos, S.C.C.S. (2001). Caracterização e dinâmica da ictiofauna do estuário do Rio Douro, nas suas fases larvar e juvenil. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Ciências do Mar. Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar – Universidade do Porto.

Roldán, J. (2013) La caza como recurso renovable y la conservación de la naturaleza. CSIC. Madrid

Santos, J.L., Rio Carvalho, C., Beja, Ribeiro, P.F & Alves, R. (2006) Estudo sobre a integração da gestão da rede Natura 2000 na estratégia nacional de desenvolvimento rural – Relatório Final. ICN. Lisboa.

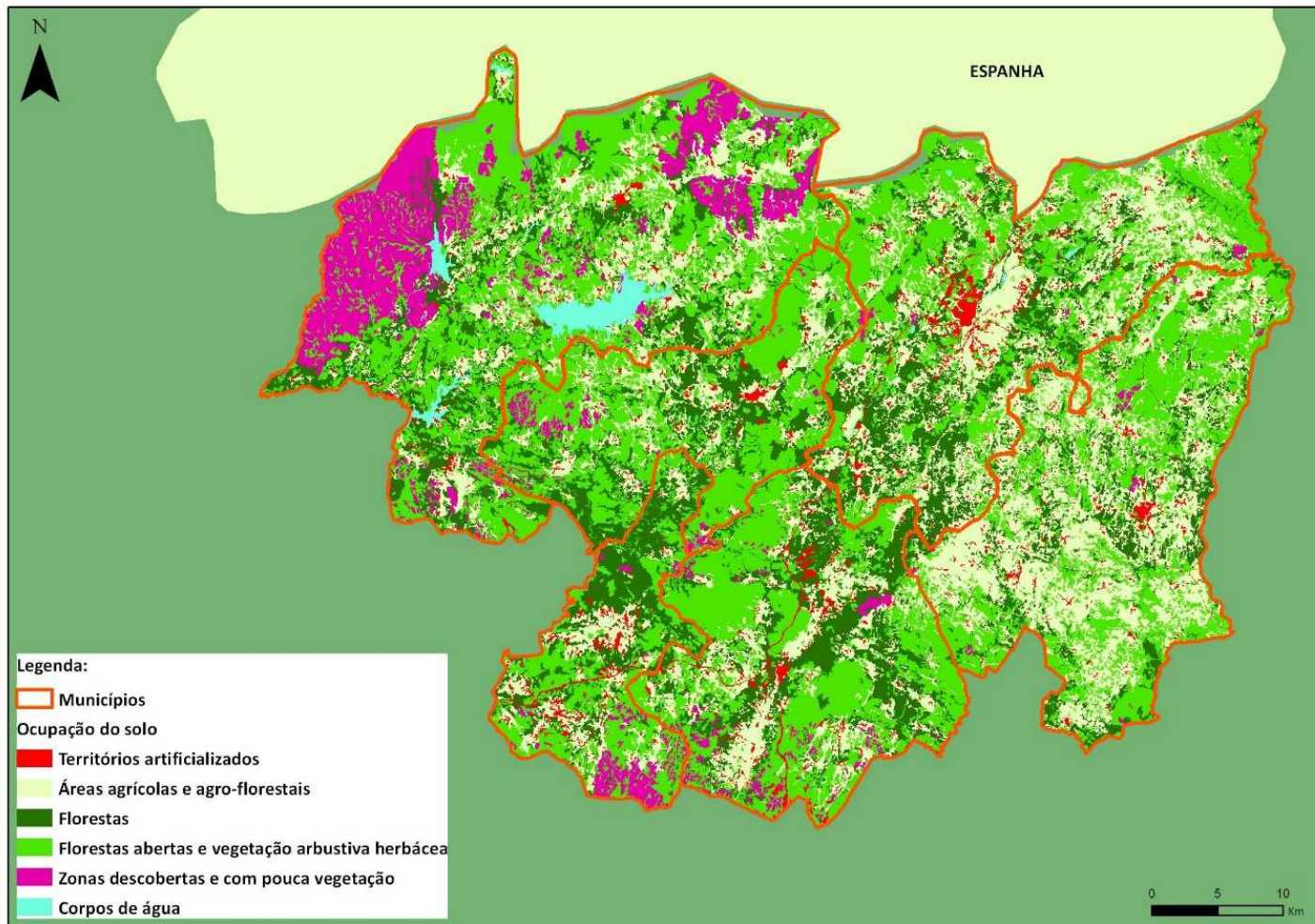
Santos, J.L., Rio Carvalho, C., Beja, P., Gordinho, L., Reino, L., Pereira, A.J, Porto, M. & Ribeiro, P.F. (2008) Medidas de gestão agrícola e florestal para as áreas classificadas da rede Natura 2000 incluídas na 2ª fase de ITI/PDR – Relatório Final. ICNB.Lisboa

SNIRH - Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos. Instituto da Água (snirh.pt).

THR (2006) *10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Turismo de Natureza*. Turismo de Portugal. Lisboa

Anexo I – Caracterização Biofísica

Anexo I.1 - Ocupação do solo



Foi utilizada como base de avaliação das classes de espaço relevantes a Carta de Uso do Solo (COS, 2007) na sua versão digital em *shape file*.

Para estimativa da dimensão atual das classes de ocupação foram comparadas, sempre que possível, as classes da COS, 2007 com os dados do RGA 2009 e com os dados do IFN 5 . Em concreto as classes de “culturas temporárias”, “culturas permanentes” e as classes relativas à ocupação florestal foram ajustadas para que, com base nos dados disponíveis, fosse possível uma avaliação mais próxima da realidade da ocupação do solo relevante para a análise realizada no presente trabalho.

O padrão de distribuição das classes no espaço mais relevantes pode ser avaliado no mapa de ocupação.

Anexo I.3 – Valores Naturais

Anexo I.3.1- Fauna

Tabela Anexo I. 1 – Catálogo faunístico da região em estudo.

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
Filo Arthropoda						
<i>Callimorpha quadripunctaria</i>* PT – ---- ES – ----	Anexo II		PT – Residente ES – Residente	PT – Desconhecida ES – Comum	Global – Amplamente distribuída na Europa, Próximo Oriente e Norte de África PT – Não existem dados de prospecção sistemática. Ocorrências na Peneda/ Gerês, Arrábida/ Espichel, Serra da Estrela e Monchique ES – Comum na Bacia Mediterrânica e amplamente distribuída na Espanha peninsular	Global – Desconhecida PT – Desconhecida ES – Desconhecida
<i>Euphydryas aurinia</i> PT – ---- ES – Doncella de la madreSelva ou	Anexo II		PT – Residente ES – Residente	PT – Comum, dispersa com populações numerosas ES – Comum	Global – Norte de África, Europa e Ásia até à Coreia PT – Distribuída por todo o território nacional	Global – Em declínio na maioria dos países da Europa, estável na região mediterrânica

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
Doncella de ondas rojas					ES – Distribuída pelo centro da Espanha peninsular e pelas províncias das Astúrias, León e Huesca, no norte.	PT – Não ameaçada, em declínio nas áreas urbanas e litoral ES – Não ameaçada
<i>Apteromantis aptera</i> ES – ---- PT – ----	Anexos II, IV		ES – Residente PT – Desconhecido	PT – Desconhecida ES – Desconhecida	Global – Espécie endémica da Península Ibérica ES – Distribuída pela zona central e Sul de Espanha (Ciudad Real, Madrid, Cuenca, Jaén, Granada e Cádiz) PT – Pouca informação. Primeiro registo em Castro Marim	Global – Desconhecida ES – Vulnerável PT – Desconhecida
<i>Coenagrion mercuriale</i> ES – ---- PT – ----	Anexo II		ES – Residente PT – Desconhecida	ES – As populações podem ser muito densas em habitats favoráveis PT – Desconhecida	Global – Distribuída pela Europa Ocidental e Magrebe ES – Distribuída por todo o país, com maior presença nas províncias mediterrânicas e cantábricas. Na área de estudo, presente na Serra Segundera e San Cristóbal de las Viñas, em Zamora, e no rio Águeda, em Salamanca PT – Distribuição mal conhecida, com lacunas importantes em várias regiões, concentrando-se	Global – Em declínio ES – Em declínio devido à deterioração e perda de habitat reprodutor PT – Desconhecida

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
					os registos conhecidos no nordeste do território nacional	
<i>Gomphus graslinii</i> ES – ---- PT – ----	Anexo II		ES – Residente PT – Residente	ES – Desconhecida PT – Desconhecida	Global – Espécie endémica de Espanha, Portugal e França ES – Amplamente distribuída na província de Cáceres e com presença confirmada no rio Tera na envolvente do Lago de Sanabria PT – A sua distribuição real é desconhecida. No entanto foi registada no Sítios de Interesse Comunitário (SIC) Rio Paiva e Costa Sudoeste	Global – Em declínio ES – Desconhecida, embora a destruição dos bosques ripícolas possa afectar directamente as suas populações PT – Perigo de extinção
<i>Macromia splendens</i> ES – ---- PT – ----	Anexos II, IV		ES – Residente PT – Residente	ES – Espécie muito rara e muito localizada PT – Espécie rara	Global – Espécie endémica de Espanha, Portugal e França ES – A sua distribuição real é desconhecida, mas está presente na Extremadura, Galicia e Andalúcia. Na área de estudo, foi registada no Rio Tera à saída do Lago de Sanabria PT – A sua distribuição real é desconhecida. No entanto foi registada no Sítios de Interesse	Global – Em declínio ES – Em perigo crítico PT – Desconhecida

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
					Comunitário (SIC) Costa Sudoeste e Montemuro	
<i>Saga pedo</i> ES – ---- PT – ----	Anexo IV		ES – Residente	ES – Desconhecida, populações muito escassas e dispersas, área de distribuição fragmentada	ES – Distribuída pelo centro da Espanha peninsular, com presença nos Arribes del Duero Salmantinos (Salto de Saucelle)	Global– Desconhecida ES – Desconhecida
<i>Geomalacus maculosus</i> ES – ---- PT – Lesma	Anexos II, IV		ES – Residente PT – Residente	ES – Espécie muito abundante, os seus hábitos nocturnos dificultam a sua observação PT – Desconhecida	Global – Irlanda, Espanha e Portugal ES – Distribuição atlântica e lusitânica, presente na Cordilheira Cantábrica, Montes Galaicos e área de Sanabria (Albufeira de Ponte Porto) PT – Existem poucos trabalhos de prospecção sistemática. Ocorrências na Peneda/ Gerês e Serra da Estrela.	Global– Desconhecida ES – Estável, embora afectada pela perda de habitat devida à exploração dos bosques de castanheiros e carvalhos PT – Não há dados que permitam avaliar a sua tendência populacional
<i>Lucanus cervus</i> PT – Cabra-loura, vaca-loura, carocha ES – Ciervo volante	Anexo II		PT – Residente ES – Residente	PT – Desconhecida. Relatos da população estimam-na frequente. ES – Desconhecida	Global – Quase toda a Europa e Médio Oriente PT – Pouca informação. Terço norte do país, até Coimbra ES – Distribuída pela metade setentrional da Espanha peninsular; na área de estudo	Global – Em declínio nalgumas zonas PT – A informação disponível não permite uma avaliação da situação. Estima-se que

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
					amplamente distribuída pela província de Salamanca	tenha sido mais abundante ES – Estável
<i>Margaritifera margaritifera</i> PT – Mexilhão-de-rio, mexilhão-de-rio do norte ES – Mejillón de río ou Madreperla de río	Anexos II, V		PT – Residente ES – Residente	PT – Estimativas populacionais (inds.): Rio Tuela – 50,000; Rio Rabaçal – 1,000,000 (Reis 2003). ES – Desconhecida	Global – região Holárctica: Norte da Europa, Eurásia e Nordeste da América PT – Norte do país, incluindo a Bacia do Douro – Rios Cávado, Mente, Neiva, Paiva, Tuela e Rabaçal ES – Presente em quase todas as bacias fluviais do norte do país, incluindo a do Tera e alguns afluentes do Douro	Global – Redução drástica na Europa estimada em 90% no último século PT – Considerada extinta foi recentemente redescoberta. Em perigo de extinção ES – Em declínio
<i>Austropotamobius italicus</i> PT – Lagostim-de-patas-brancas ES – Cangrejo de río	Anexos II, IV		PT – Residente ES – Residente	PT – Desconhecida ES – Desconhecida	Global – Montenegro, Bósnia, Croácia, Eslovénia, Itália, Áustria, Suíça, França, Espanha e Portugal PT – Aparente extinção, poderá ainda persistir nalguns locais da bacia do Douro ES – Associada a áreas calcárias, ocupa parte considerável da meseta Norte e sistema Ibérico, cordilheiras Béticas, Cordilheira Cantábrica, Pré-pireneus, serras	Global – Declínio PT – Regressão nas últimas décadas; inevitabilidade da extinção ES – Estável

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
					levantino-catalãs e Mancha oriental	
Filo Chordata						
Sub-Filo Vertebrata						
Classe Peixes						
<i>Pseudochondrostoma duriensis</i> PT – Boga do Norte ES – Boga del Duero	Anexo II		PT – Residente ES – Residente	PT – Relativamente abundante ES - Desconhecida	Global – Endémica da P. Ibérica PT – Rios Vouga, Douro e bacias a norte até à Galiza ES – NW Espanha e Galiza	Global – Declínio PT – Declínio ES – Declínio
<i>Pseudochondrostoma polylepis</i> ES – Boga de río PT – Boga comum	Anexo II		PT – Residente ES – Residente	ES – Relativamente abundante	Global – Endémica da Península Ibérica PT – Área de distribuição documentada não abrange a área de estudo portuguesa ES – Presente nas Bacias do Douro, Tejo, Júcar e Segura	Global – Estável ES – Estável
Complexo <i>Iberocypris alburnoides</i> PT – Bordalo ES – Calandino	Anexo II		PT – Residente ES – Residente	PT – Globalmente abundante, mas com algumas formas raras e de distribuição localizada	Global – Endémica da Península Ibérica PT – Bacias dos rios Douro, Vouga, Mondego, Tejo, Sado, Mira, Guadiana e Quarteira	Global – Declínio PT – Declínio ES – Declínio

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
				ES – Localmente abundante	ES – Presente nas bacias do Douro, Tejo, Sado, Guadiana, Odiel e Guadalquivir	
<i>Iberochondrostoma lemmingii</i> PT – Boga-de-boca-arqueada ES – Pardilla	Anexo II		PT – Residente ES – Residente	ES – Desconhecida	Global – Endémica da P. Ibérica ES – Presente nas bacias do Douro (afluentes: Uces, Turones, Yeltes e Huebra), Tejo, Guadiana, Guadalquivir e Odiel PT – Área de distribuição documentada não abrange a área de estudo portuguesa	Global – Declínio ES – Declínio
<i>Achondrostoma arcasii</i> PT – Panjorca ES – Bermejuela	Anexo II		PT – Residente ES – Residente	PT – Baixo nº de efectivos em cada local de ocorrência ES – Localmente abundante mas em regressão	Global – Endémica da P. Ibérica. PT – Diferenciação difícil doutras espécies e de híbridos. Distribuição provavelmente incompleta. Ocorrência confirmada nas bacias do Minho e Douro e provável nas bacias do Âncora, Lima, Neiva, Cávado e Leça ES – Presente nas bacias da metade setentrional da Espanha peninsular, concretamente nas dos rios Douro, Ebro, Tejo, Francolí, Júcar, Turia, Palancia, Mijares, Guadiana e rios Galegos	Global – Declínio PT – Declínio, distribuição localizada e fragmentada ES – Declínio

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
Classe Anfíbios						
<i>Triturus marmoratus</i> PT – Tritão-marmorado ES – Tritón jaspeado	Anexo IV		PT – Residente ES – Residente	Estimativa global – Localmente abundante ES – Distribuição extensa e abundante PT – Comum	Global – Grande parte de França, Espanha e Portugal PT – Todo o território, algumas manchas de ausência a sul do Tejo ES – Presente na metade setentrional da Espanha peninsular com exceção de Navarra e Aragão	Global – Declínio PT – Declínio ES – Ligeiro declínio
<i>Alytes cisternasii</i> PT – Sapo-parteiro-ibérico ES – Sapo partero ibérico	Anexo IV		PT – Residente ES – Residente	Estimativa global – Localmente comum, mais abundante na parte ocidental da sua distribuição ES – Desconhecida PT – Desconhecida	Global – Endémica da P. Ibérica (Centro e Sudoeste) PT – Interior norte, pontualmente na Extremadura e Ribatejo, distribuição contínua a sul do Tejo ES – Presente no centro e sudoeste da P. Ibérica	Global – Declínio PT – Provavelmente estável ES – Estável
<i>Alytes obstetricans</i> PT – Sapo-parteiro-comum ES – Sapo partero común	Anexo IV		PT – Residente ES – Residente	Estimativa global – localmente abundante em habitat adequado ES – Espécie frequente PT – Espécie frequente	Global – Distribuição europeia: Portugal, Espanha, França, Luxemburgo, Holanda, Bélgica, Alemanha e Suíça PT – Distribuição contínua a norte do rio Tejo, no litoral ocorre ainda	Global – Declínio PT – Provavelmente estável. ES – Estável

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
					do baixo Vouga até Sintra e no interior até à Serra de S. Mamede ES – Presente na metade setentrional e zona centro da Espanha peninsular	
<i>Discoglossus galganoi</i> PT – Rã-de-focinho-pontiagudo ES – Sapillo pintojo ibérico	Anexo IV		PT – Residente ES – Residente	PT – Não há estimativas de densidade, mas admite-se que o n.º. de indivíduos maduros seja superior a 10.000 no país ES – Populações abundantes na sua área de distribuição	Global – Endémica da P. Ibérica (metade W) PT – Por todo o território nacional, em núcleos mais ou menos fragmentados ES – Presente na metade oriental da Espanha peninsular	Global – declínio PT – Fragmentação elevada, embora com contiguidade populacional na maioria dos núcleos ES - Estável
<i>Pelobates cultripes</i> PT – Sapo-de-unha-negra ES – Sapo de espuelas	Anexo IV		PT – Residente ES – Residente	Estimativa global – geralmente comum em habitat adequado, mas declínios observados na maior parte da área de distribuição ES – Desconhecida PT – Desconhecida	Global – Portugal, Espanha e regiões litorais e mediterrânicas de França PT – Distribuição contínua a sul do Tejo, a norte presente na faixa litoral e na faixa fronteira ES – Presente em toda a Espanha peninsular; menos abundante na Cordilheira Cantábrica e Almería	Global – Declínio PT – Desconhecida, provável declínio ES – Declínio
<i>Bufo calamita</i>	Anexo IV		PT – Residente	Estimativa global – Localmente	Global – Europa Ocidental, de Portugal e Espanha até ao N	Global – Declínio

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
PT – Sapo-corredor ES – Sapo corredor			ES – Residente	abundante, sobretudo no sul da Europa. ES – Desconhecida PT – Desconhecida	Dinamarca, S Suécia, W Ucrânia, Bielorrússia, Letónia e Estónia PT – Distribui-se por todo o país, mais comum no Algarve, Beira interior e Trás-os-Montes ES – Presente em toda a Espanha peninsular	PT – Desconhecida, provavelmente estável ES – Estável, excepto em áreas muito humanizadas com risco de fragmentação de habitats, onde se encontra em regressão
<i>Hyla arborea</i> PT – Rela-comum ES – Ranita de San Antón	Anexo IV		PT – Residente ES – Residente	Estimativa global – Comum em habitat adequado na maior parte da área de distribuição ES – Desconhecida PT – Desconhecida	Global – Ocorre na maior parte do continente europeu. Ausente das áreas de montanha; introduzida na Grã-Bretanha PT – Todo o território, ausente da maior parte do Alentejo interior e Algarve ES – Presente em toda a área da Espanha peninsular, à excepção da faixa mediterrânica e Andalucía	Global – Declínio PT – Prováveis declínios locais ES – Declínio
<i>Rana iberica</i> PT – Rã-ibérica ES – Rana patilarga	Anexo IV		PT – Residente ES – Residente	PT – Razoavelmente comum no norte de Portugal ES - Desconhecida	Global – Endémica da P. Ibérica (quadrante nor-ocidental) PT – Distribuição praticamente contínua a N do rio Tejo, mas rara ao longo da faixa fronteiriça. A sul do Tejo ocorre apenas na serra de S. Mamede	Global – Declínio PT – Desconhecida, provavelmente estável ES – Declínio

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
					ES – Presente no quadrante nor-ocidental da Espanha peninsular	
<i>Rana perezi</i> PT – Rã-verde ES – Rana común	Anexo V		PT – Residente ES – Residente	Estimativa global – comum na P. Ibérica PT – O anfíbio mais comum em Portugal ES – Espécie comum	Global – Portugal, Espanha e França, provavelmente presente na Suíça; introduzida nas ilhas Baleares, Canárias, Madeira e Açores PT – Em todo o território nacional, ausente apenas acima dos 1,860 m (Serra da Estrela) ES – Presente em toda a Espanha peninsular	Global – Estável PT – Estável ES – Estável
Classe Répteis						
<i>Emys orbicularis</i> PT – Cágado-de-carapaça-estriada ES – Galápagos europeo	Anexos II, IV		PT – Residente ES – Residente	PT – Em Trás-os-Montes e faixa costeira do SW Alentejano situam-se as populações mais numerosas, que não deverão ultrapassar 1500 indivíduos ES – Desconhecida para toda Espanha; como exemplo, a população de Doñana	Global – Norte de África, Europa do Sul, Central e de Leste, ilhas mediterrânicas, Turquia, Cazaquistão, Turquemenistão e Irão PT – Distribuição fragmentada, mais comum a Sul do Tejo ES – Distribuição descontínua e fragmentada, ausente da Cordilheira e litoral cantábricos e no sector sueste da Andalucía	Global – Declínio PT – Declínio ES – Declínio

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
				conta com mais de 1,000 indivíduos		
<i>Mauremys leprosa</i> PT – Cágado-mediterrânico ES – Galápagos leproso	Anexos II, IV		PT – Residente ES – Residente	PT – Na maior parte da área de distribuição apresenta densidades elevadas ES – As maiores populações, à escala mundial, encontram-se em Espanha	Global – SW Europa (Portugal, Espanha e Sudoeste de França) e Norte de África PT – Distribuição contínua a sul do Tejo, mais comum no norte na Beira interior e Trás-os-Montes ES – Presente em toda a Espanha peninsular à exceção da zona Eurosiberiana (litoral e Cordilheira Cantábrica)	Global – Provável declínio PT – Provável declínio ES – Declínio
<i>Iberolacerta monticola</i> PT – Lagartixa-da-montanha ES – Lagartija serrana	Anexos II, IV		PT – Residente ES – Residente	ES – Desconhecida	Global – Endémica da P. Ibérica ES – Presente no sector nor-ocidental da Espanha peninsular; mais abundante na Cordilheira Cantábrica e Serra de la Cabrera e Segundera (envolvência de Sanabria) PT – Área de distribuição documentada não abrange a área de estudo portuguesa	Global – Declínio ES – Estável na Cordilheira Cantábrica, em declínio no Sistema Central
<i>Lacerta schreiberi</i> PT – Lagarto-de-água	Anexos II, IV		PT – Residente ES – Residente	PT – Para as manchas de ocorrência no país apresenta densidades	Global – Endémico da P. Ibérica PT – Distribuição contínua a norte do Tejo entre o Minho e Leiria,	PT – Regressão ES – Declínio; a Serra da Culebra é apontada

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
ES – Lagarto verdinegro				muito variáveis, entre 177 e 764 ind./ha. Abundância global e para a área de estudo desconhecidas ES – Desconhecida	mais fragmentada no sul. Presente na zona norte do PN Montesinho mais pontualmente noutras zonas do interior norte ES – Presente no sector nor-occidental da Espanha peninsular	como área crítica para a espécie
<i>Chalcides bedriagai</i> PT – Cobra-de-pernas-pentadáctila ES – Eslizón ibérico	Anexo IV		PT – Residente ES – Residente	PT – Desconhecida ES – Espécie em geral escassa, associada a habitats determinados, de tipo mediterrânico: matos e bosques abertos com refúgios de substrato rochoso, areia ou detritos	Global – Endémica da Península Ibérica PT – Distribui-se no país de forma ampla mas descontínua. Ocorre no PN Montesinho e noutras áreas de Trás-os-Montes e Beira interior ES – Presente em toda a Espanha peninsular, menos abundante no sector norte	Global – Declínio PT – Desconhecida ES – Declínio
<i>Coronella austriaca</i> PT – Cobra-lisa-europeia ES – Culebra lisa europea	Anexo IV		PT – Residente ES – Residente	ES – Populações escassas e isoladas em zonas rochosas elevadas PT – Rara, atinge no país o limite SW da sua distribuição global. Ocorre em isolados populacionais	Global – Presente na Europa Ocidental, desde a Suécia até ao norte de Espanha e Portugal PT – Na área de estudo, presença escassa no nordeste transmontano ES – Presente na metade setentrional da Espanha peninsular e zonas montanhosas	Global – Decréscimo PT – Desconhecida ES – Estável

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
					andaluzas (Serra de Cazorla e S. Nevada)	
Classe Aves						
<i>Ixobrychus minutus</i> PT – Garçote ES – Avetorillo común		Anexo I	PT – Nidificante estival ES – Nidificante estival	PT – Estimativa nacional entre 250 e 1,000 indivíduos maduros ES – Existem poucos dados; estimativa incompleta de 1,336 casais em Espanha	Global – Migrador reprodutor na Europa e oeste asiático; residente na África sub-sahariana e Oceânia oriental PT – Fragmentada; associada a zonas húmidas dulçaquícolas ou ligeiramente salobras. Muito rara e eventualmente ocasional na área de estudo portuguesa ES – Presente em toda a Espanha peninsular, associada às principais bacias fluviais e à faixa costeira levantina	Global – Decréscimo PT – Decréscimo ES – Desconhecida
<i>Ciconia nigra</i> PT – Cegonha-preta ES – Cigüeña negra		Anexo I	PT – Nidificante estival ES – Nidificante estival	PT – Total nacional entre 97 e 115 casais, dos quais cerca de 27% na bacia do Douro, zona de nidificação mais importante do país ES – População espanhola estimada em cerca de 400	Global – Distribuição paleártica, da Europa até à China e Coreia; no sul, presente na Ásia central, Médio Oriente, Ásia Menor e África do Sul PT – Interior de Portugal continental, sobretudo nas zonas inóspitas das bacias do Douro, Tejo e Guadiana	Global – Desconhecida PT – Estável ES – Estável

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
				casais. Nos Parques transfronteiriços PN Arribes del Duero e PN Douro Internacional foram contabilizados 22 casais	ES – Presente no sector ocidental da Espanha peninsular, sem ultrapassar a província de Zamora, a norte	
<i>Ciconia ciconia</i> PT – Cegonha-branca ES – Cigüeña blanca		Anexo I	PT – Nidificante estival/ Residente ES – Sobretudo residente	PT – Efetivo invernante em Portugal em 1999 – 4201 indivíduos. Em 2004 foram identificados 7,684 ninhos ocupados (Rosa <i>et al</i> 2005). Nas IBAS da área de estudo foram identificados 1 a 16 casais entre 1997 e 2002. ES – Estimam-se 18,000 casais em Espanha	Global – Distribui-se pelo Paleártico, da Europa ocidental até à Ásia central PT – Distribui-se de forma contínua a sul do Tejo e pelo interior norte, e de forma mais descontínua pelo norte litoral ES – Ampla distribuição na Espanha peninsular, com presença menos representada no sector sul-oriental	Global – Aumento PT – Aumento ES – Em expansão
<i>Platalea leucorodia</i> PT – Colhereiro ES – Espátula común		Anexo I	PT – Residente/ Invernante ES – Residente/ Invernante	PT – Acidental ES – Estimam-se 600 casais em Espanha, dos quais 7 nas Lagunas de Villafáfila	Global – Paleártico e sub-continente indiano e até à China, região do Mar Vermelho e Mauritània. Distribui-se de forma fragmentada PT – Distribui-se desde a ria de Aveiro até ao Algarve como invernante e apenas a sul da	Global – Desconhecida ES – Em expansão

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
					bacia do rio Tejo como nidificante, acidental na área de estudo. ES – Presente na Andalúcia ocidental e Extremadura, assim como nas Lagunas de Villafáfila	
<i>Anser albifrons</i> PT – Ganso-de-testa-branca ES – Anser careto		Anexo I	PT – Acidental ES – Invernante raro	- ES – Apenas 5 indivíduos em Vilafáfila no Inverno de 2012.	PT – Até ao final de 2010 foram homologadas 10 observações no país distribuídas pelos Estuários do Tejo, Sado, Mondego e Cávado. Não há ocorrências documentadas na área de estudo. ES – Invernante raro principalmente nas zonas húmidas da metade Norte de Espanha, incluindo nas Lagunas de Villafáfila	Global – Desconhecida ES - Desconhecida
<i>Anser anser</i> PT – Ganso-bravo ES – Ganso común		Anexo I	PT – Invernante ES – Invernante/Nidificante muito raro	PT – Não há ocorrências documentadas na área de estudo. ES – Invernante numeroso nas Lagunas de Villafáfila (mais que 10,000 indivíduos em 2012); há registos	Global – Amplamente distribuído pela Eurásia, criando no norte e invernando no sul e norte de África. Introduzido na Austrália e Argentina. ES – Inverna sobretudo nas marismas do Guadalquivir e nalgumas zonas húmidas de Castilla y León: Lagunas de	Global – Aumento ES - Desconhecida

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
				esporádicos de nidificação neste local.	Villafáfila em Zamora e lagunas de Boada e de la Nava em Palencia.	
<i>Anas strepera</i> PT – Frisada ES – Ánade friso		Anexo II	PT – Residente/ Invernante ES – Residente/ Invernante	PT – Para o país a população invernante é estimada em 2,000 a 3,000 indivíduos em anos recentes ES – A população reprodutora espanhola é estimada entre 2,511 e 3,872 casais; destes 157 foram localizados nas Lagunas de Villafáfila	Global – Distribuição holártica, ocorrendo de forma fragmentada da Europa ocidental até à Sibéria ocidental e Ásia central. Reprodutora na zona temperada da América do Norte e Eurásia, sedentária ou migradora a sul destas áreas PT – Na área de estudo é bastante rara e exclusivamente invernante ES – Presente como nidificante em complexos endorreicos do interior peninsular, como as Lagunas de Villafáfila e o Delta do Ebro	Global – Desconhecida PT – Estável/ligeiro aumento ES – Em expansão
<i>Anas crecca</i> PT – Marrequinha ES – Cerceta común		Anexo II	PT – Invernante ES – Invernante	PT – Os censos de inverno já têm contabilizado 20,000 indivíduos para o país ES – Estimativas gerais indisponíveis. Nas Lagunas de Villafáfila	Global – Presente na Eurásia e América do Norte, criando nas latitudes mais elevadas e invernando na Europa ocidental, norte de África, sul da Índia e sul da China	Global – Desconhecida PT – Provavelmente estável ES – Desconhecida

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
				foram contabilizados 342 exemplares invernantes	PT – Na área de estudo é invernante bastante rara ES – Presente durante a invernada em zonas húmidas do interior da Espanha peninsular	
<i>Anas platyrhynchos</i> PT – Pato-real ES – Ánade azúlon		D	PT – Residente/ Invernante ES – Residente/ Invernante	PT – Em 2005-07 a população média invernante no país cifrou-se em 17,639 indivíduos ES – Em 2003, estimou-se uma população reprodutora mínima de 31,892 casais	Global – Distribuição holártica, introduzido na Austrália e Nova Zelândia PT – Presente na globalidade do território, excepto nas zonas montanhosas do centro ES – Presente na globalidade do território peninsular e Baleares	Global – Decréscimo PT – Provavelmente estável ES – Ligeiro aumento
<i>Anas acuta</i> PT – Arrábio ES – Ánade rabudo		D	PT – Invernante/ Migrador ES – Invernante/ Migrador	PT – Para o país a população média invernante é estimada em cerca de 8,000 indivíduos em anos recentes. ES – Em 2003 foi estimada uma população reprodutora mínima de 29 casais podendo chegar a cerca de 50-	Global – Distribui-se pelo norte do continente euroasiático e América do Norte e nidifica de forma dispersa em regiões mais meridionais. PT – Área de distribuição documentada não abrange a área de estudo portuguesa ES – Presente como nidificante regular em Guadalquivir, tendo também nidificado em outros locais como Valladolid, Villafáfila,	Global – Decréscimo ES – Desconhecida PT – Aumento

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
				100 casais em anos muito favoráveis.	laguna de Zaida, Almería, Valencia e País Vasco.	
<i>Anas clypeata</i> PT – Pato-colhereiro ES – Cuchara común		D	PT – Invernante/ Nidificante raro ES – Invernante/ Nidificante raro	PT – A população média invernante no país é superior a 10,000 indivíduos ES – Em 2003, estimou-se uma população reprodutora mínima de 215 casais	Global – Distribuição holártica. Ocorre de forma fragmentada na Europa ocidental e mediterrânica PT – Distribuição ampla, ocorre de norte a sul do país ES – Presente como nidificante em pontos da Extremadura, Andaluzia e norte peninsular bem como em Guadalquivir, Las Tablas de Daimiel e Delta del Ebro	Global – Decréscimo ES – Ligeiro aumento PT – Provavelmente estável
<i>Aythya fuligula</i> PT – Negrinha ES – Porrón moñudo		D	PT – Invernante ES – Invernante/ Nidificante raro	PT – Para o país a população invernante foi estimada entre 250 e 1,000 indivíduos ES – A população média invernante no país foi estimada em cerca de 5,000 a 6,000 aves. Em 2003, estimou-se uma população reprodutora de 5 a 50 casais	Global – Distribui-se sobretudo no Paleártico norte PT – Ocorre tanto em zonas húmidas do interior como do litoral, ocorrendo com maior regularidade no estuário do Minho ES – Ocorre em quase todo o território nacional durante o Inverno. Na época de reprodução a sua nidificação foi observada nas zonas de	Global – Estável PT – Declínio ES – Ligeiro aumento

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
					Cáceres, León, Lugo, Ourense, Álava, Zamora, Coruña e Astúrias	
<i>Pernis apivorus</i> PT – Bútio-vespeiro ES – Abejero europeo		Anexo I	PT – Nidificante estival ES – Nidificante estival	ES – Estimativa de 900 a 1,300 casais em Espanha PT – População estimada em cerca de 50 a 200 casais	Global – Reproduz-se na Europa e oeste da Ásia e inverte na África Subsaariana. ES – Presente na metade setentrional da Espanha peninsular. PT – Distribuição alargada pelo território continental, acompanhando no sul a distribuição de <i>Quercus suber</i> e no Centro interior e no Norte, a distribuição de <i>Q. pyrenaica</i> e <i>Q. robur</i>	Global – Estável ES – Declínio PT – Provavelmente estável
<i>Milvus milvus</i> PT – Milhafre-real ES – Milano real		Anexo I	PT – Invernante/ Residente ES – Residente e migrador parcial, acolhe grande parte da população europeia no inverno	ES – Foram censados 30,000 exemplares invernantes e 2,000 casais reprodutores em Espanha PT – Para o território continental, estima-se uma população invernante de cerca de 1,000 indivíduos e uma população	Global – População restrita à Europa, a oeste dos Montes Urais ES – Ausente de Galícia e Astúrias, do noroeste de Espanha e das províncias mediterrânicas, presente no resto do território PT – A população invernante distribui-se por grande parte do território nacional, localizando-se principalmente na metade leste do país, de Trás-os-Montes ao	Global – Declínio ES – Declínio PT – Declínio acentuado

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
				reprodutora entre 36 e 67 casais	Alentejo. A população nidificante encontra-se bastante fragmentada, estando localizada na sua maioria no Planalto Mirandês, região de Ribacôa e área entre Castelo-Branco e Idanha-a-Nova	
<i>Milvus migrans</i> PT – Milhafre-preto ES – Milano negro		Anexo I	PT – Nidificante estival ES – Nidificante estival	ES – Estimativa de 10,300 casais reprodutores em toda a Espanha, dos quais 300 em Zamora e 250-280 na província de Salamanca PT – É pouco comum a comum, tendo-se estimado cerca de 800 a 1600 casais	Global – Uma das espécies com mais ampla distribuição mundial, presente na maior parte das áreas temperadas e tropicais ES – Presente na Espanha peninsular à excepção das províncias mediterrânicas de Andalucía, Comunidade Valenciana e Múrcia PT – Distribui-se por quase todo o território continental, mais abundante no Alentejo e baixo Mondego	Global – Desconhecida ES – Desconhecida PT – Desconhecida
<i>Elanus caeruleus</i> PT – Peneireiro-cinzento ES – Elanio común		Anexo I	PT – Residente ES – Residente	ES – Estimam-se entre 500 a 1,000 casais em Espanha PT – Estimam-se entre 300 a 1,000 casais em Portugal	Global – Amplamente distribuído por África, Ásia e sul da Europa ES – Presente na metade ocidental da Espanha peninsular PT – Presente principalmente no Alentejo e Beira Baixa, mas	Global – Estável ES – Estável PT – Provável aumento

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
					também na Estremadura, vale do Tejo, Beira Alta e Trás-os-Montes	
<i>Neophron percnopterus</i> ES –Alimoche PT – Britango		Anexo I	ES – Nidificante estival PT – Nidificante estival	ES – 1,500 casais (2008), dos quais 422 em Castilla-León, e 152 no Parque Natural do Douro Internacional (PT) e PN Arribes del Duero (ES) PT – Estimam-se cerca de 130 casais sobretudo no Tejo e Douro internacionais	Global – Presente em África, sul da Europa, Ásia Central até à Índia e Nepal ES – Bem distribuída na Espanha peninsular excepto em áreas interiores muito planas e em zonas mediterrânicas mais áridas PT – Encontra-se actualmente na franja fronteiriça do Centro e Nordeste, tendo-se extinguido recentemente na bacia do Guadiana	Global – Declínio ES – Aumento PT – Declínio acentuado
<i>Aegypius monachus</i> ES –Buitre negro PT – Abutre-preto		Anexo I	ES – Residente PT – Residente	ES – Estimam-se mais de 1,400 casais à escala nacional, sendo a maior população europeia PT – Como nidificante é muito raro (cerca de 1-3 casais). A população residente é estimada em cerca de 100 indivíduos	Global – Distribuição pelo sul do Paleártico, desde a P. Ibérica até à China e Mongólia ES – Presente no quadrante sul-ocidental da Espanha peninsular PT – Área de distribuição documentada não abrange a área de estudo portuguesa	Global – Declínio ES – Aumento PT – Aumento

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
<i>Gyps fulvus</i> ES –Buitre leonado PT – Grifo		Anexo I	ES – Residente PT – Residente	ES – Estimam-se mais de 22,500 casais à escala nacional PT – Estimam-se cerca de 267 a 272 casais nidificantes.	Global – Distribuída desde o noroeste de África e P. Ibérica até à Ásia Central, através dos Balcãs ES – Amplamente distribuída nas zonas montanhosas da Espanha peninsular PT – Distribui-se pela região de Castro Verde e em toda a faixa fronteiriça desde Barrancos até Montesinho	Global – Aumento ES – Aumento PT – Estável
<i>Circaetus gallicus</i> ES – Culebrera europea PT – Águia-cobreira		Anexo I	ES – Nidificante estival PT – Nidificante estival	ES – Entre 2,000 e 3,000 casais PT – É pouco comum, entre 250 e 600 casais	Global – Distribuição Indo-Europeia, cuja área de nidificação se estende pela região Paleártica desde a P. Ibérica até à Índia ES – Presente em todo o território da Espanha peninsular PT – Presente em grande parte do território nacional, ocorrendo de forma mais contínua nas serras algarvias, Alentejo, Ribatejo, Beiras interiores e mais irregularmente, em Trás-os-Montes, Minho, Beira Litoral e Estremadura	Global – Estável ES – Estável PT – Estável

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
<p><i>Circus aeruginosus</i></p> <p>ES – Aguilucho lagunero occidental</p> <p>PT – Águia-sapeira</p>		Anexo I	<p>ES – Residente/ Invernante</p> <p>PT – Residente/ Invernante</p>	<p>ES – Estimam-se mais de 800 casais à escala nacional</p> <p>PT – A população nidificante estará compreendida entre 70 a 75 casais e a população residente será superior a 300 indivíduos</p>	<p>Global – Presente em toda a Europa, excepto nas regiões mais frias da Rússia e países escandinavos</p> <p>ES – Núcleos principais nas bacias do Douro, Ebro, Tejo-Mancha Húmeda e marismas do Guadalquivir</p> <p>PT – Presente de norte a sul do país, principalmente junto à faixa litoral. A população nidificante concentra-se principalmente na ria de Aveiro, Baixo Mondego, estuário do Tejo e estuário do Sado</p>	<p>Global – Aumento</p> <p>ES – Estável</p> <p>PT – Aumento</p>
<p><i>Circus cyaneus</i></p> <p>ES – Aguilucho pálido</p> <p>PT – Tartaranhão-cinzento</p>		Anexo I	<p>ES – Residente</p> <p>PT – Invernante/ Residente</p>	<p>ES – Estimam-se mais de 800 casais à escala nacional</p> <p>PT – A população nidificante estará compreendida entre 10 a 30 casais e a população invernante estimada entre 250 e 1,000 indivíduos</p>	<p>Global – Espécie holártica, ocupa uma ampla faixa, desde climas árticos a climas temperados</p> <p>ES – Presença no sector setentrional da Espanha peninsular, sobretudo na área euro-siberiana</p> <p>PT – Ocorre como nidificante numa estreita faixa no Norte, nas serras do Alto Minho e de Trás-os-Montes e, no Inverno, em grande</p>	<p>Global – Declínio</p> <p>ES – Declínio</p> <p>PT – Declínio</p>

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
					parte do território nacional, principalmente no Alentejo	
<i>Circus pygargus</i> ES – Aguilucho cenizo PT – Águia-caçadeira		Anexo I	ES – Nidificante estival PT – Nidificante estival	ES – Estimam-se mais de 5,000 casais à escala nacional PT – Estimam-se cerca de 500 a 1000 casais em território nacional	Global – Distribuição paleártica; as maiores populações concentram-se na Rússia ES – Nidificante em quase todo o território da Espanha peninsular, escassa no sector sueste PT – Ocorre como nidificante em grande parte do território nacional, em particular na metade este do país. Está praticamente ausente de grande parte oeste do país e do Algarve	Global – Declínio ES – Declínio PT – Declínio
<i>Aquila chrysaetos</i> ES – Águia real PT – Águia-real		Anexo I	ES – Residente PT – Residente	ES – Estimam-se entre 1,553 e 1,769 casais em Espanha, dos quais 258 em Castilla-León, e 29 nos parques fronteiriços do PN do Douro Internacional e do PN Arribes del Duero PT – Estimam-se entre 61-66 casais, dos quais 43-46 casais no Alto Douro e Nordeste	Global – Espécie exclusiva do hemisfério norte, com distribuição tipicamente holártica ES - Distribuição muito ampla, ocupa grande parte de Espanha, com grandes manchas de ausência nas zonas costeiras do Mediterrâneo, vale do Guadalquivir, sudoeste da	Global – Estável ES – Em expansão PT – Aumento

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
				Transmontano, 9 no Alto Tejo e 5-6 casais na bacia do Guadiana	Extremadura, nas duas mesetas e quase toda a Galicia PT – Cinco núcleos: serras do Noroeste, serras do Alvão e do Marão, Alto Douro e Nordeste Transmontano, Alto Tejo e bacia do Guadiana	
<i>Aquila pennata</i> ES – Águila calzada PT – Águia-calçada		Anexo I	ES – Nidificante estival PT – Nidificante estival	ES – Estimam-se cerca de 3,000 casais em Espanha PT – Estimam-se cerca de 300 a 1,000 casais em Portugal	Global – Espécie migradora transahariana que durante o verão distribui-se desde Portugal e norte de África para Leste até à China ES – Presente em toda a Espanha peninsular, com maior abundância no sector ocidental PT – Ocorre regularmente em Trás-os-Montes, Beiras Interiores e Alentejo	Global – Declínio ES – Estável PT – Estável
<i>Aquila fasciata</i> ES – Águila-azor perdicera PT – Águia-perdigueira		Anexo I	ES – Residente PT – Residente	ES – Estimam-se pelo menos 650 casais em Espanha PT – Estimam-se cerca de 92 a 99 casais em Portugal	Global – Desde a P. Ibérica e Magrebe até à região da Indochina e Índia ES – Fundamentalmente nas serras costeiras mediterrânicas e metade meridional, incluindo a envolvência das Arribas do Douro	Global – Declínio ES – Declínio PT – Provavelmente estável/ ligeiro aumento

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
					PT – Ocorre nas serras do sudoeste, parte do Alentejo, da Estremadura, das Beiras Interiores e Trás-os-Montes	
<i>Falco naumanni</i>* ES – Cernícalo primilla PT – Francelho		Anexo I	ES – Nidificante estival PT – Nidificante estival	ES – Estimam-se entre 12,000 e 20,000 casais, em função da metodologia de censo utilizada	Global – Distribuída pelo Paleártico ocidental, maioritariamente na bacia do Mediterrâneo ES – Presente principalmente na metade sul-ocidental da Espanha peninsular PT – Área de distribuição documentada não abrange a área de estudo portuguesa	Global – Estável ES – Estável PT – Estável
<i>Falco columbarius</i> ES – Esmerejón PT – Esmerilhão		Anexo I	ES – Invernante PT – Invernante	ES – Desconhecida PT – A população invernante estará compreendida entre os 50 e 250 indivíduos	Global – Cria no norte da Europa, Rússia, Ásia e América do Norte, e migra durante o inverno para a Europa ocidental e central, Turquia e pelo Leste até à Índia ES – Mais abundante na meseta norte, meseta sul, Valle del Ebro e rara nas Baleares PT – Presente em quase todo o território continental, com distribuição mais alargada na metade sul, ocorrendo também	Global – Estável ES – Desconhecida PT – Vulnerável

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
					com alguma regularidade no norte, nas terras altas, como no Parque Nacional da Peneda-Gerês	
<i>Falco peregrinus</i> ES – Halcón peregrino PT – Falcão-peregrino		Anexo I	ES – Residente PT – Residente	ES – Estima-se entre 2,400 e 2,700 casais em Espanha PT – Estima-se entre 79 a 100 casais em Portugal	Global - Espécie praticamente presente em todos os continentes excepto na Antártida ES – Presente em toda a Espanha peninsular, a sua distribuição está cingida às costas alcançadas, áreas montanhosas e vales fluviais com locais apropriados para criar PT – Presente, de forma algo descontínua, de norte a sul do país, tanto no interior como no litoral, frequentando zonas com escarpas altas	Global - Estável ES – Em ligeiro declínio PT – Ligeiro aumento
<i>Perdix perdix hispaniensis</i> ES – Perdiz pardilla PT – Perdiz-cinzenta		Anexo I	ES – Residente PT – Extinta	ES – Os números estimados para Espanha variam desde os 2,000 até aos 6,000 casais nidificantes	Global – Espécie distribuída por toda a Eurásia, desde o norte da P. Ibérica até à Sibéria central e noroeste da China. ES – Presente na Cordilheira Cantábrica e Pireneus, com uma	Global – Declínio ES – Declínio

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
					população nas Serras de Sanabria-Segundera e Cabrera PT – Alguns registos esporádicos recentes em Trás-os-Montes dever-se-ão a aves oriundas de Espanha	
<i>Grus grus</i> ES – Grulla PT – Grou		Anexo I	ES – Invernante PT – Invernante	ES – Estimam-se cerca de 45,000 indivíduos invernantes em Espanha, dos quais 110 foram localizados em Villafáfila PT – Estimam-se cerca de 2,000 a 3,000 indivíduos invernantes em Portugal	Global – Distribuída pelo Paleártico norte durante a época de reprodução e na P. Ibérica, norte de Marrocos, China e África oriental, durante a invernada. ES – Distribuída por Castilla-León, Madrid, Castilla -La Mancha, Extremadura e Andalucía PT – Área de distribuição documentada não abrange a área de estudo portuguesa	Global – Desconhecida ES – Desconhecida PT – Declínio
<i>Tetrax tetrax</i> ES – Sisón PT – Sisão		Anexo I	ES – Residente PT – Residente	ES – Estimam-se entre 50,000 e 100,000 machos reprodutores. No PN das Lagunas de Villafáfila foram censados em 2011 491 machos	Global – Distribuído pelo noroeste de África, Europa meridional e regiões asiáticas entre o Mar Negro e o Cáspio ES – Presente em grande parte da Espanha peninsular, à excepção da cornija cantábrica e das províncias mediterrânicas	Global – Declínio ES – Declínio PT – Declínio

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
				PT – Estimam-se cerca de 17,500 machos reprodutores em Portugal	PT – Presente principalmente a sul do rio Tejo, embora também ocorra e nidifique em pequeno número na Estremadura, Beira Interior e Trás-os-Montes	
<i>Otis tarda</i> ES – Avutarda PT – Abetarda		Anexo I	ES – Residente PT – Residente	ES – Estimam-se 21,279 exemplares em Espanha. No PN das Lagunas de Villafáfila, onde se encontram as maiores densidades do país, foram censados em 2011 2,906 exemplares, no verão, e 1,133 no inverno PT – Estimam-se 1,150 indivíduos em Portugal	Global – Presente na P. Ibérica, Marrocos, algumas áreas da Europa central e oriental, Mongólia e China ES – Presente em Aragón, Castilla-León, Madrid, Extremadura, Andalucía e Castilla-La Mancha PT – Área de distribuição documentada não abrange a área de estudo portuguesa	Global – Declínio ES – Declínio PT – Ligeiro aumento
<i>Himantopus himantopus</i> ES – Cigüeñuela común PT – Pernilongo		Anexo I	ES – Residente / migrador PT – Residente/ Migrador	ES – Estimam-se cerca de 14,000 a 15,000 casais em Espanha PT – Estimam-se cerca de 1,000 indivíduos em Portugal	Global – Inverna no sul da P. Ibérica, norte de África e África subtropical. Cria na zona meridional do Paleártico ocidental. ES – Presente em quase todas as Comunidades Autónomas; na área de estudo a sua presença restringe-se às lagunas de Villafáfila	Global – Em expansão ES – Estável PT – Em expansão

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
					PT – Área de distribuição documentada não abrange a área de estudo portuguesa	
<i>Recurvirostra avosetta</i> ES – Avoceta común PT – Alfaiate		Anexo I	ES – Invernante/ Nidificante PT – Invernante/ Nidificante	ES – Estimam-se mais de 3,700 casais em Espanha PT – Estimam-se cerca de 350 a 456 casais e uma população invernante de aproximadamente 8,600 indivíduos	Global – Distribuição paleártica e etiópica ES – Distribuição associada às marismas sul atlânticas, Delta do Ebro e lagunas salobras do interior, como Villafáfila PT – Área de distribuição documentada não abrange a área de estudo portuguesa	Global – Desconhecida ES – Em expansão PT – Declínio
<i>Burhinus oedichnemus</i> ES – Alcaraván común PT – Alcaravão		Anexo I	ES – Residente PT – Residente	ES – Estimam-se entre 30,000 e 40,000 casais em Espanha PT – Estimam-se cerca de 1,000 a 5,000 casais em Portugal	Global – A sua área de criação estende-se pelo sul do Paleártico e região oriental ES – Ampla distribuição na Espanha peninsular excepto em áreas montanhosas e eurosiberianas PT – A população nidificante distribui-se pelas regiões do interior Norte e Centro e território a sul do rio Tejo, sendo mais abundante no sul do país. No Inverno é também mais abundante na região sul	Global – Declínio ES – Estável PT – Declínio

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
<i>Pluvialis apricaria</i> ES – Chorlito dorado europeo PT – Tarambola-dourada		Anexo I/D	ES – Invernante PT – Invernante	ES – Estimam-se 20,000 a 100,000 indivíduos invernantes em Espanha PT – Estimam-se cerca de 130,000 a 300,000 indivíduos no Alentejo e Ribatejo	Global – Durante a época de reprodução distribui-se pela Eurásia (Islândia, norte da Grã-Bretanha, Escandinávia e norte da Ásia ocidental e no Inverno, pela Europa sul-ocidental e NW África ES – Regular no quadrante sul-ocidental da Península (Extremadura e Oeste da Andaluzia). Comum nas Baleares mas escasso nas Canárias PT – Comum nalgumas regiões do centro e sul, particularmente no Ribatejo e Alentejo, rara em vastos sectores do norte e centro, incluindo as Beiras, Minho e Trás-os-Montes	Global – Declínio ES – Ligeira diminuição PT – Declínio
<i>Philomachus pugnax</i> ES – Combatiente PT – Combatente		Anexo I	ES – Migrador/Invernante PT – Migrador/Invernante	ES – população invernante espanhola estimada em 260-3000 indivíduos PT – população invernante portuguesa estimada em menos de 150 indivíduos	Global – Distribuição paleártica, desde a Europa atlântica setentrional até noroeste da Ásia ES – Ocorrência mais ou menos regular nas Lagunas de Villafáfila PT – Área de distribuição documentada não abrange a área de estudo portuguesa	Global – Declínio ES – Desconhecida PT – Declínio

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
				(podendo estar subestimada)		
<i>Scolopax rusticola</i> ES – Chocha perdiz PT – Galinhola		D	ES – Residente/ Invernante PT – Invernante	ES – População reprodutora estimada em 3,600 a 4,000 casais PT – Desconhecido	Global – Distribuição paleártica, pelas áreas temperadas da Europa e Ásia, desde as ilhas Britânicas até Mongólia e extremo oriental da Rússia, China e Japão ES – Área de cria restringe-se a uma faixa norte, desde a Catalunha até à Galícia e ocupa também os bosques serranos do Sistema Ibérico e Central, e possivelmente algum enclave no centro peninsular. No Inverno a distribuição é mais ampla, ocupando quase todo o território peninsular PT – Distribui-se por todo o território nacional, sendo mais abundante no norte do país	Global – Estável ES – Desconhecido PT – Declínio
<i>Bubo bubo</i> ES – Búho real		Anexo I	ES – Residente PT – Residente	ES – Estimativas pouco fiáveis; pelo menos	Global – Distribuído pela Eurásia e Norte de África	Global – Declínio ES – Desconhecida

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
PT – Bufo-real				cerca de 500 a 600 casais PT – Estimam-se cerca de 200 a 500 casais, sendo mais frequente no interior e no sul	ES – Amplamente distribuído excepto no litoral cantábrico e noroeste da Espanha peninsular PT – Distribui-se de norte a sul do país, mas é mais abundante nas regiões interiores de Trás-os-Montes, da Beira e, particularmente, do Alentejo e do nordeste Algarvio	PT – Desconhecida
<i>Asio flammeus</i> ES – Búho campestre PT – Coruja-do-nabal		Anexo I	ES – Residente PT – Invernante	ES – Desconhecida PT – Estimam-se cerca de 50 a 250 indivíduos invernantes em Portugal	Global – Reproduz-se em grande parte da Europa e Ásia, inverte em zonas meridionais do continente ES – Como nidificante concentra-se no sector nor-ocidental da Meseta, nas províncias de Valladolid, Zamora, Salamanca e Palencia. Como invernante é mais comum, presente em ambas as mesetas, litoral cantábrico, vale do Ebro, litoral levantino e andaluz. PT – Ocorre sobretudo nas zonas húmidas do litoral, mas também no interior do país, em Serra de Aire, Trás-os-Montes e Alentejo	Global – Em expansão ES – Desconhecida PT – Desconhecida

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
<i>Caprimulgus europaeus</i> ES – Chotacabras gris PT – Noitibó-cinzento		Anexo I	ES – Nidificante estival PT – Nidificante estival	ES – Desconhecida PT – Estima-se que a população se situe entre 1,000 a 10,000 casais	Global – Nidifica no norte de África, Europa e África ocidental e central até à China. Inverna em África e Paquistão ES – Como nidificante está presente em áreas montanhosas da península, com maior concentração na metade norte PT – Ocorre principalmente no Norte e Centro, sendo escasso no Sul.	Global – Declínio ES – Desconhecida PT – Desconhecido
<i>Alcedo atthis</i> ES – Martín pescador PT – Guarda-rios		Anexo I	ES – Residente PT – Residente	ES – Estimativas para Espanha entre 7,800 a 9,500 casais PT – Estimam-se cerca de 2,000 a 10,000 casais em Portugal	Global – Nidifica no norte de África, em quase toda a Europa e vastas áreas da Ásia central e meridional. Inverna no sul e centro da Europa e sul da Ásia ES – Distribuído por toda a Espanha peninsular PT – Distribuição ampla, sendo mais abundante no sul do que no norte	Global – Desconhecida ES – Declínio PT – Desconhecida

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
<p><i>Coracias garrulus</i></p> <p>ES – Carraca europeia</p> <p>PT – Rolieiro</p>		Anexo I	<p>ES – Nidificante estival</p> <p>PT – Nidificante estival</p>	<p>ES – Estimativas para Espanha entre 4,000 a 10,000 casais</p> <p>PT – A população nacional foi recentemente estimada em 100 a 300 casais</p>	<p>Global – Reproduz-se desde o norte de África e países mediterrânicos até ao centro da Ásia</p> <p>ES – Como nidificante concentra-se no sul e oeste da Espanha peninsular e bacia do Ebro. Fora da época de reprodução pode observar-se em toda a Espanha peninsular</p> <p>PT – Área de distribuição documentada não abrange a área de estudo portuguesa</p>	<p>Global – Declínio</p> <p>ES – Declínio</p> <p>PT – Declínio</p>
<p><i>Pterocles orientalis</i></p> <p>ES – Ganga ortega</p> <p>PT – Cortiçol-de-barriga-preta</p>		Anexo I	<p>ES – Residente</p> <p>PT – Residente</p>	<p>ES – População estimada em 9,000 a 17,000 indivíduos na Espanha peninsular</p> <p>PT – Estimam-se cerca de 100 a 300 casais sobretudo em Mourão e Castro Verde</p>	<p>Global – Distribui-se desde a Europa Ocidental por Israel, Anatólia e Arménia, até à China e Paquistão</p> <p>ES – Distribui-se pela Espanha peninsular à excepção de Galicia, Cordilheira Cantábrica, Levante e Cataluña, associada a culturas extensivas de sequeiro.</p> <p>PT – Área de distribuição documentada não abrange a área de estudo portuguesa</p>	<p>Global – Declínio</p> <p>ES – Declínio</p> <p>PT – Declínio</p>

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
<i>Columba oenas</i> PT – Seixa ES - Paloma zurita		D	PT – Invernante/ Residente ES – Invernante/ Residente	PT – 100 a 1000 casais ES – 20,000 a 25,000 casais	Global – Distribui-se por quase toda a Europa, desde o mediterrâneo até ao sul da Escandinávia e Norte de África, Irão, Mar Cáspio e Sibéria Ocidental PT – Nidifica sobretudo no extremo NE do país, onde se distribui de uma forma relativamente contínua. Principais áreas de ocorrência são no norte de Trás-os-Montes, nomeadamente no PN de Montesinho e áreas circundantes. No Centro e Sul é rara ES – Distribui-se de forma ampla na metade Norte do país, particularmente no sector oriental	Global – Estável PT – Desconhecida ES – Aparente decréscimo
<i>Chersophilus duponti</i> ES – Alondra de Dupont PT – Calhandra-de-dupont		Anexo I	ES – Nidificante estival PT – Extinta	ES – Estimativas pouco actuais (1988) referem uma população espanhola de 7,000 a 8,000 casais	Global – Espécie restringida à Europa ocidental (Península Ibérica) e norte de África, desde Marrocos até Egito. As maiores populações ocorrem em Marrocos e Argélia	Global – Declínio ES – Declínio

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
					ES – Distribui-se durante a época de reprodução pela metade oriental da Espanha peninsular, embora os seus principais núcleos se situem no quadrante nordeste. Também presente na província de Zamora	
<i>Melanocorypha calandra</i> ES – Triguero PT – Calhandra-real		Anexo I	ES – Residente PT – Residente	ES – Estimativas de 1,500,000 e 4,300,000 casais para Espanha PT – A população estimada será superior a 10,000 indivíduos	Global – Ampla distribuição no Paleártico ocidental, estendendo-se até ao Afeganistão ES – Distribui-se por toda a Espanha peninsular, menos frequente nas Astúrias e Galícia ocidental PT – Distribui-se de norte a sul do país, mas com distribuição descontínua. Abundância a norte é mais escassa.	Global – Declínio ES – Estável PT – Declínio
<i>Galerida theklae</i> ES – Cogujada montesina PT – Cotovia-escura		Anexo I	ES – Residente PT – Residente	ES – Estimativas de 1,400,000 a 1,600,000 casais para Espanha PT – 10,000 a 100,000 indivíduos	Global – Península Ibérica e Magrebe, Somália e Etiópia ES – Distribui-se por toda a Espanha peninsular à exceção da Galícia e das províncias do litoral cantábrico e Pirenéus	Global – Declínio ES – Declínio PT – Desconhecida

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
					PT – Distribui-se de norte a sul do país, principalmente na metade interior do território	
<i>Calandrella brachydactyla</i> ES – Terrera común PT – Calhandrinha-galucha		Anexo I	ES – Residente PT – Estival	ES – Estimativas de 2,200,000 a 2,600,000 casais para Espanha PT – 100,000 a 1,000,000 indivíduos, potencialmente mais próxima do limite inferior, sendo mais abundante no sul	Global – Pelo sul do Paleártico, desde a P. Ibérica até à Mongólia e norte da China ES – Distribui-se por toda a Espanha peninsular à exceção de Galícia e das províncias do litoral cantábrico e Pireneus PT – Apresenta uma distribuição ampla de norte a sul do país, mas está ausente da maior parte das regiões do norte e do centro	Global – Declínio ES – Declínio PT – Declínio
<i>Lullula arborea</i> ES – Totovía PT – Cotovia-dos-bosques		Anexo I	ES – Residente PT – Residente	ES – Estimam-se cerca de 145,000 casais para Espanha PT – Desconhecido PT – 100,000 a 1,000,000 indivíduos, potencialmente mais próxima do limite inferior	Global – Ave paleártica, que se distribui amplamente pelas zonas temperadas da Europa, desde a Península Ibérica até a Rússia. Está também presente no norte de África e Oriente ES – Distribui-se por toda a Espanha peninsular PT – Distribui-se de norte a sul do país sendo menos frequente próximo do litoral	Global – Desconhecida ES – Estável PT – Estável

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
<i>Anthus campestris</i> ES – Bisbita campestre PT – Petinha-dos-campos		Anexo I	ES – Residente PT – Estival/ Migradora	ES – A população reprodutora espanhola, está estimada em mais de 500,000 casais PT – 1,000 a 10,000 indivíduos	Global – Ave paleártica que se distribui, amplamente, desde o noroeste de África até à China ocidental ES – Distribui-se por toda a Espanha peninsular com menor abundância no quadrante sul-ocidental (Extremadura, Andalucía e Castilla-La Mancha) PT – Nidifica de norte a sul do país, embora em densidades baixas, sendo mais abundante nas zonas altas das serras do norte e centro	Global – Estável ES – Declínio PT – Estável
<i>Oenanthe leucura</i> ES – Collalba negra PT – Chasco-preto		Anexo I	ES – Residente PT – Residente	ES – Estimam-se 4,000 a 15,000 casais em Espanha PT – Estimam-se entre 50 a 500 casais em Portugal	Global – Ampla distribuição em todo o Paleártico ES – Litoral mediterrânico, fronteira com Portugal, toda a Extremadura e Comunidade de Madrid PT – Ocorre em pequenos núcleos na Beira Baixa e Trás-os-Montes	Global – Estável ES – Estável PT – Declínio

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
<i>Luscinia svecica</i> ES – Pechiazul PT – Pisco-de-peito-azul		Anexo I	ES – Residente/Invernante PT – Migrador/Invernante/ Nidificante muito raro	ES – Estimam-se entre 9,000-13,000 casais em Espanha. PT – Desconhecida	Global – Distribuído por todo o norte do Paleártico desde a P. Ibérica até ao extremo leste da Ásia ES – Concentra-se em dois únicos núcleos situados nas Serras de Guadarrama, Gredos e Bejar; e nas províncias de León, Palencia e Zamora PT – Como invernante, encontra-se de norte a sul do país, rara no interior e com distribuição localizada no litoral. Conhecem-se registos isolados de reprodução na serra de Montesinho e serra da Estrela	Global – Estável ES – Estável PT – Estável
<i>Sylvia undata</i> ES – Curruca rabilarga PT – Toutinegra-domato		Anexo I	ES – Residente PT – Residente	ES – Estimam-se entre 1,700,000 a 3,000,000 casais em Espanha PT – Dezenas de milhar de casais	Global – Espécie tipicamente mediterrânica, distribui-se desde a P. Ibérica, até à P. Itálica e costa do Magrebe ES – Bem distribuída pelas zonas de matos de toda a Espanha peninsular PT – Distribui-se de norte a sul do país, podendo ser numerosa tanto no interior como no litoral. As populações nidificantes são	Global – Declínio ES – Estável PT – Estável

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
					particularmente densas nas zonas serranas do norte e centro, entre elas, na serra de Montesinho	
<i>Lanius collurio</i> ES –Alcaudón dorsirrojo PT – Picanço-de-dorso-ruivo		Anexo I	ES – Nidificante estival PT – Nidificante estival	ES – Estimam-se entre 240,000 a 500,000 casais em Espanha PT – A população poderá ter um efectivo inferior a 1,000 indivíduos maduros	Global – Espécie paleártica presente desde a P. Ibérica até à Sibéria ocidental e Mar Cáspio ES – Ocupa a metade setentrional da Espanha peninsular, até ao norte de Zamora PT – Distribuição restrita ao norte do país, na Serra do Barroso e em bolsas localizadas em Castro Laboreiro, serra da Cabreira, Alvão, Corno do Bico, Vila Verde, Nogueira e Montesinho	Global – Declínio ES – Declínio PT – Estável
<i>Pyrhacorax pyrrhocorax</i> ES –Chova piquirroja PT – Gralha-de-bico-vermelho		Anexo I	ES – Residente PT – Residente	ES – Estima-se uma população mínima de 17,000 casais em Espanha PT – Estimam-se entre 95 a 198 casais repartidos por quatro ou cinco núcleos	Global – Distribuição ampla mas fragmentada, presente na Escócia, Irlanda, Bretanha, Maciço Central francês, Apeninos, Espanha, Sicília, Sardenha e Creta, muito rara em Portugal ES – Amplamente distribuída na Espanha peninsular, com menor presença na área ocidental,	Global – Declínio ES – Declínio PT – Declínio

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
					confirmada na província de Zamora PT – Distribuição muito fragmentada, do extremo norte até ao extremo sul do país. Principais áreas de ocorrência no Douro Internacional e costa vicentina	
<i>Emberiza hortulana</i> ES –Escribano hortelano PT – Sombria		Anexo I	ES – Nidificante estival PT – Nidificante estival	ES – Estima-se uma população de 200,000 a 225,000 casais nidificantes em Espanha PT – Estimam-se entre 500 a 2500 casais em Portugal	Global – Reprodutora desde a Argélia e Turquia até à Escandinávia, e desde Portugal até à Ásia Central ES – Presente na metade setentrional da Espanha peninsular PT – Distribui-se principalmente no Centro e Norte de Portugal. Como nidificante, ocorre unicamente na metade setentrional do território nacional	Global – Declínio ES – Declínio PT – Desconhecida
Classe Mamíferos						
<i>Galemys pyrenaicus</i> PT – Toupeira-de-água	Anexos II, IV	-	PT – Residente ES – Residente	PT – Estimam-se menos de 10,000 indivíduos maduros	Global – Restrito aos Pirenéus espanhóis e franceses, norte e centro de Espanha e norte de Portugal	Global – Regressão PT – Regressão ES – Decréscimo

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
ES – Desmán ibérico				ES – Desconhecida	PT – Ocorre nas bacias hidrográficas dos rios Minho, Âncora, Lima, Neiva, Cávado, Ave, Leça, Douro, Vouga, Mondego e Tejo (apenas na sub-bacia do rio Zêzere). ES – Presente nos rios pirenaicos e cabeceiras de rios das encostas dos Cantábricos, assim como afluentes do Douro da margem direita e sul de Salamanca.	
<i>Rhinolophus ferrumequinum</i> PT – Morcego-de-ferradura-grande ES – Murciélago grande de herradura	Anexos II, IV	-	PT – Residente ES – Residente	PT – Desconhecida (poucos milhares de indivíduos) ES – Entre 40 e 50,000 indivíduos, Andaluzia, Extremadura, Castilla La Mancha e Castilla-León concentram 75% da população espanhola	Global – Muito extensa na Região Paleártica, com limite setentrional na Grã-Bretanha, meridional no norte de África, alcançando por oeste a China e Japão PT – É mais comum nas regiões Norte e Centro, aparecendo apenas esporadicamente no Algarve. A distribuição de abrigos conhecidos é bastante ampla, desde Trás-os-Montes até Alentejo, não havendo registos no Algarve ES – Presente em grande parte de Espanha, à excepção de	Global – Decréscimo ES – Em ligeiro decréscimo PT – Desconhecida

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
					algumas zonas de Aragão, Galiza e ambas Castillas	
<p><i>Rhinolophus hipposideros</i></p> <p>ES – Murciélago pequeño de herradura</p> <p>PT – Morcego-de-ferradura-pequeno</p>	Anexos II, IV	-	<p>PT – Residente</p> <p>ES – Residente</p>	<p>ES – Cerca de 3,000 indivíduos em Espanha</p> <p>PT – Desconhecida (milhares de indivíduos)</p>	<p>Global – Espécie paleártica, distribui-se desde a Irlanda até Cachemira e desde a Alemanha e Portugal até ao Sudão e Etiópia</p> <p>ES – Espécie frequente mas com distribuição irregular. Ampla presença na Cordilheira Cantábrica, Catalunha e Andaluzia, assim como na zona ocidental da província de Zamora</p> <p>PT – Distribuição contínua em todo o território continental</p>	<p>Global – Decréscimo</p> <p>ES – Em ligeiro decréscimo</p> <p>PT – Desconhecida</p>
<p><i>Rhinolophus euryale</i></p> <p>ES – Murciélago mediterráneo de herradura</p> <p>PT – Morcego-de-ferradura-mediterrânico</p>	Anexos II, IV	-	<p>ES – Residente</p> <p>PT – Residente</p>	<p>ES – A população espanhola está estimada em menos de 35,000 exemplares</p> <p>PT – A população deverá situar-se abaixo de 1,000 indivíduos</p>	<p>Global – Estende-se desde a Península Ibérica até ao sul do Cáucaso, com presença até ao centro de França, norte de Itália, sul da Eslováquia e noroeste da Roménia</p> <p>ES – Amplamente distribuído em Espanha, excepto em zonas de média e alta montanha, em zonas áridas e no extremo sul-oriental</p>	<p>Global – Decréscimo</p> <p>ES – Em ligeiro decréscimo</p> <p>PT – Decréscimo</p>

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
					PT – Espécie mais rara no Sul do que no Centro e Norte, não tendo ainda sido registada no Algarve.	
<i>Myotis myotis</i> PT – Morcego-rato-grande ES – Murciélago ratonero grande	Anexos II, IV	-	ES – Residente PT – Residente	ES – Em Espanha há uma população aproximada de 108,000 exemplares; nos últimos anos desapareceram 6 colónias de Castilla-León, 2 com mais de 1,000 indivíduos PT – População constituída por menos de 10,000 indivíduos	Global – Europa, Israel, Síria, Anatólia e Ilhas dos Açores ES – Ampla distribuição em Espanha; em Castilla- León a maior parte da população concentra-se a sul do Douro, embora esteja presente em Zamora e Salamanca PT – Espécie frequente no Norte e Centro do país, surgindo esporadicamente no Algarve	Global – Estável ES – Em declínio, localizado em zonas acessíveis de grande densidade humana fazem prever que num futuro próximo a espécie seja considerada “Em Perigo” PT – Ligeiro declínio
<i>Myotis blythii</i> PT – Morcego-rato-pequeno ES – Murciélago ratonero mediano	Anexos II, IV	-	ES – Residente PT – Residente	ES – População mínima estimada em Espanha de 20,000 exemplares; destes 4,000 em Castilla- León PT – População estimada em menos de 2,000 indivíduos agrupados, num reduzido número de colónias	Global - Desde Portugal, através das penínsulas mediterrânicas europeias, sul e centro de França, Suíça, bacia do Danúbio, sul da Ucrânia, até ao norte da Índia e leste da Manchúria. ES – Presença em toda a Espanha embora de forma dispersa PT – Apenas são conhecidas colónias em Trás-os-Montes e Algarve, sendo encontrada	Global – Estável ES – Declínio PT – Declínio

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
					esporadicamente em outras regiões do país	
<i>Myotis nattereri</i> ES – Murciélago ratonero gris PT – Morcego-de-franja	Anexo IV	-	ES – Residente PT – Residente	ES – Desconhecida PT – População estimada em poucos milhares de indivíduos	Global – Espécie paleártica ocidental. Desde a Europa Ocidental e noroeste de África até ao Cáucaso, Irão e Iraque ES - Presença em toda a Espanha embora de forma dispersa PT – Presença em todo o território continental	Global – Estável ES – Declínio PT – Desconhecida
<i>Myotis emarginatus</i> PT – Morcego-lanudo ES – Murciélago ratonero pardo	Anexos II, IV	-	ES – Residente PT – Residente	ES – Desconhecida PT – População inferior a 1,000 indivíduos	Global – Centro e sul da Europa, sudoeste e centro da Ásia e norte de África. O limite norte na Europa são os Países Baixos, sul da Alemanha, República Checa e Eslováquia. ES – Presença em toda a Espanha embora de forma dispersa; na área de estudo presente em Sanabria PT – Distribuição ampla, mas é relativamente rara	Global – Estável ES – Em regressão PT – Desconhecida
<i>Myotis mystacinus</i>	Anexo IV	-	ES – Residente PT – Residente	ES – Desconhecida, por escassez de dados	Global – Principalmente Paleártica, desde a Irlanda,	Global – Desconhecida ES – Em regressão

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
PT – Morcego-de-bigodes ES – Murciélago ratonero bigotudo				PT – População inferior a 1,000 indivíduos	Portugal e norte de Marrocos até à China, Nepal, Coreia e Japão ES – Localizada em áreas montanhosas densamente florestadas da metade norte de Espanha, como a Serra de la Culebra e sua envolvência PT – Localizada em áreas montanhosas no Norte e Centro	PT – Desconhecida
<i>Myotis daubentonii</i> PT – Morcego-de-água ES – Murciélago ratonero ribereño	Anexo IV	-	ES – Residente PT – Residente	ES – Desconhecida, por escassez de dados PT – Desconhecida	Global – Ampla presença em latitudes médias ao longo da região Paleártica ES – Em toda a Espanha peninsular, mais frequente na metade setentrional PT – Em todo o território continental	Global – Aumento ES – Desconhecida PT – Desconhecida
<i>Nyctalus leisleri</i> ssp. <i>leisleri</i> PT – Morcego-arborícola-pequeno ES – Nóctulo pequeño	Anexo IV	-	ES – Residente PT – Residente	ES – Desconhecida PT – Desconhecida	Global – Desde o oeste da Europa até à Índia ES – Ampla distribuição com maior concentração na Cordilheira Cantábrica	Global – Desconhecida ES – Estável PT – Desconhecida

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
					PT – Distribuição mais rara de norte para sul, não se conhecendo registos no Algarve	
<i>Eptesicus serotinus</i> PT – Morcego-hotelão ES – Murciélago hortelano	Anexo IV	-	ES – Residente PT – Residente	ES – Desconhecida PT – Desconhecida	Global – Faixa latitudinal desde a Dinamarca até à Península Ibérica e longitudinal desde o oeste da Europa até à Coreia e Taiwan ES – Castilla-León, norte de Castilla-La Mancha, norte de Valencia, La Rioja, Aragão e País Basco PT – Presença em todo o território continental	Global – Desconhecida ES – Desconhecida PT – Desconhecida
<i>Barbastella barbastellus</i> ES – Barbastela PT – Morcego-negro	Anexos II, IV	-	ES – Residente PT – Residente	ES – Desconhecida PT – Desconhecida	Global - Amplamente distribuído pela Europa Central. Alcança o sul da Escandinávia e está presente no norte de África e ilhas do Mediterrâneo ES – Ocorre na metade setentrional da Espanha peninsular PT – Ocorre apenas no Norte e Centro do país	Global – Declínio ES – Estável PT – Desconhecida
<i>Plecotus auritus</i>	Anexo IV	-	ES – Residente	ES – Desconhecida	Global – Distribuição paleártica	Global – Estável

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
PT – Morcego-orelhudo-castanho ES – Orejudo dorado			PT – Residente	PT – Desconhecida	ES – Principalmente em sistemas montanhosos da metade setentrional da Espanha peninsular PT – Pouco abundante, diminuindo o número de registos de norte para sul	ES – Ligeira regressão PT – Desconhecida
<i>Plecotus austriacus</i> PT – Morcego-orelhudo-cinzento ES – Orejudo gris	Anexo IV	-	ES – Residente PT – Residente	ES – Em Castilla-León estima-se população superior a 15,000 indivíduos. Em Espanha, estima-se um mínimo de 70,000 PT – Desconhecida	Global - Eurásia ocidental, norte de África e Ásia Menor, até à Mongólia e oeste da China. ES – Frequente, embora não seja abundante em toda a Península, especialmente em Castilla-León PT – Presente em todo o território continental	Global – Desconhecida ES – Estável PT – Desconhecida
<i>Tadarida teniotis</i> PT – Morcego-rabudo ES – Murciélago rabudo	Anexo IV	-	ES – Residente PT – Residente	ES – Desconhecida, por falta de dados, considerada escassa mas não rara PT – Desconhecida	Global – Sul da Europa e norte de África, Afeganistão, China e Coreia, chegando até ao Japão ES – Presente em grande parte da Espanha peninsular PT – Presente em grande parte do território continental	Global – Desconhecida ES – Ligeira regressão PT – Desconhecida
<i>Microtus cabreræ</i> PT – Rato de Cabrera	Anexos II, IV	-	ES – Residente PT – Residente	ES – Desconhecida, por falta de dados	Global – Endemismo Ibérico	Global – Declínio ES – Declínio

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
ES – Topillo de Cabrera				PT – Desconhecida	ES – Núcleos principais encontram-se na faixa do centro peninsular e Pré-pirenaico Aragonês PT – Ocorre em Trás-os-Montes (Douro Internacional), Beira Interior, Ribatejo, Estremadura, Alto Alentejo e Sudoeste Alentejano e Algarvio	PT – Desconhecida
Canis lupus* PT – Lobo ES – Lobo	Anexos II, IV	-	ES – Residente PT – Residente	ES – 2,000 lobos, actualizado em 1988 PT – O efectivo populacional deverá variar entre os 200 e 400 indivíduos	Global – Abundante no Canadá, Alasca, maior parte da Ásia setentrional e central. Na Europa é abundante na Rússia, nos países de Leste e na Península Ibérica. Sub-espécie <i>C. l. signatus</i> endémica da P. Ibérica ES – Quadrante nor-ocidental da Península Ibérica e área da Serra Morena PT – Ocorre sobretudo a norte do rio Douro	Global – Estável ES – Aumento PT – Estável
<i>Mustela putorius</i> PT – Toirão ES – Turón	Anexo V	-	ES – Residente PT – Residente	ES – Desconhecida PT – Desconhecida	Global – Distribui-se por toda Europa, excepto pela Península Balcânica ES – Distribui-se por toda a Espanha peninsular	Global – Declínio ES – Declínio PT – Desconhecida

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
					PT – Distribuição ampla mas descontínua	
<i>Martes martes</i> PT – Marta ES – Marta	Anexo V	-	ES – Residente PT – Residente	ES – Desconhecida PT – Desconhecida	Global – Restrita à Europa, desde a Península Ibérica até aos Montes Urais, e desde a Itália ao Círculo Polar Ártico. ES – Norte de Espanha, Cordilheira Cantábrica, e suas derivações galegas, assim como nos Pirenéus, e Ilhas Baleares PT – Ocorre na zona Norte e Centro Este do território continental	Global – Estável ES – Estável PT – Desconhecida
<i>Lutra lutra</i> PT – Lontra ES – Nutria	Anexos II, IV	-	ES – Residente PT – Residente	ES – Desconhecida PT – Desconhecida	Global – Distribuída pela maior parte da Eurásia, extremo norte de África, Médio Oriente, Sri Lanka, parte da Índia e Indochina ES – Toda a Espanha peninsular excepto Comunidade Valenciana e Múrcia PT – Distribuição generalizada de norte a sul, estando ausente apenas pontualmente	Global – Declínio ES – Ligeiro aumento PT – Estável

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
<i>Felis silvestris</i> PT – Gato-bravo ES – Gato montés	Anexo IV	-	ES – Residente PT – Residente	ES – Desconhecida PT – Desconhecida	Global – Presente desde a Europa ocidental até ao Cáucaso ES – Presente em toda a Espanha peninsular PT – Presente em todo o país, com possíveis ausências na faixa litoral do Norte e Centro e Algarve litoral	Global – Declínio ES – Ligeiro declínio PT – Declínio
<i>Genetta genetta</i> PT – Gineto ES - Gineta	Anexo V	-	ES – Residente PT – Residente	ES – Desconhecida PT – Desconhecida	Global – Distribui-se por África, Península Arábica e sudoeste da Europa (Espanha, França e Portugal) ES – Presente em toda a Espanha peninsular PT – Presente em todo o território continental	Global – Estável ES – Estável PT – Desconhecida
<i>Lynx pardinus</i> *1 PT – Lince-ibérico ES - Lince ibérico	Anexos II, IV	-	ES – Residente PT – Residente	ES – Estimam-se mais de 1,100 exemplares PT – Sem evidência de animais residentes	Global – Endemismo Ibérico ES – Presente na Andaluzia, Extremadura e províncias de Toledo, Ciudad Real, Ávila e Salamanca PT – A sua distribuição aferida a partir de dados relativos a 1987-1996, apresentava-se	Global – Declínio ES – Declínio PT – Criticamente em Perigo

Taxon (PT: Nome comum Portugal) (ES: Nome comum Espanha)	Diretiva Habitats	Diretiva Aves	Fenologia	Estimativa populacional regional	Distribuição	Tendência populacional
					fragmentada, com 5 áreas de ocorrência: Malcata, S. Mamede, Vale do Guadiana, Vale do Sado e Algarve-Odemira, tendo ainda sido registada em Mira, Montesinho, Serra de Ossa e Gerês	

* Espécie prioritária nos termos das Directivas Aves e Habitats. PT – Portugal, PN – Parque Natural, inds. – indivíduos, oc. – ocorrência, conf. – confirmado, prov. – provável, dist. - distribuição. Fontes info – fichas ICNB, Maravalhas (2003), Cabral *et al.* (2005), Catry *et al.* 2010, Costa *et al.* (2003), Loureiro *et al.* (2010), Palomo *et al.* (2007), Rufino (1989) e IUCN Red List of Threatened Species. IBA= Important Bird Area, Zona Importante para as Aves (Costa *et al.* 2003). Espanha peninsular e oposição aos territórios insulares pertencentes ao mesmo Reino.

Tabela Anexo I. 2 – Catálogo faunístico Taxa da flora enquadrados em normas internacionais e europeias; Convenção de Berna e Directiva Habitats (92/43/CEE).

Taxon	Convenção de Berna	Directiva 92/43/CEE
<i>Alyssum pintodasilvae</i>		Anexo V
<i>Anthyllis vulneraria</i> spp. <i>lusitanica</i>		Anexo V
<i>Antirrhinum lopesianum</i>		Anexo IV
<i>Arnica montana</i>		Anexo V
<i>Centaurea micrantha</i> subsp. <i>herminii</i>		Anexos II, IV
<i>Dianthus marizii</i>		Anexos II, IV
<i>Dorycnium pentaphyllum</i> subsp. <i>transmontanum</i>		Anexo V
<i>Eryngium viviparum</i>	Anexo I	Anexos II, IV (PRIORITÁRIA)
<i>Euphrasia mendonçae</i>		Anexo V
<i>Festuca brigantina</i>		Anexos II, IV
<i>Festuca duriotagana</i>		Anexos II, IV
<i>Festuca elegans</i>		Anexos II, IV
<i>Festuca summilusitanica</i>		Anexos II, IV
<i>Holcus setiglumis</i> subsp. <i>duriensis</i>		Anexos II, IV
<i>Iris lusitanica</i>		Anexo V
<i>Jasione crispa</i> subsp. <i>serpentinica</i>		Anexos II, IV
<i>Leuzea rhaponticoides</i>		Anexo V
<i>Linaria coutinhoi</i>		Anexos II, IV
<i>Narcissus asturiensis</i>		Anexos II, IV
<i>Narcissus bulbocodium</i>		Anexo V
<i>Narcissus pseudonarcissus nobilis</i>		Anexo II
<i>Narcissus triandrus</i>		Anexo IV
<i>Narcissus triandrus</i> L. subsp. <i>triandrus</i>	Anexo I	
<i>Ruscus aculeatus</i>		Anexo V
<i>Santolina semidentata</i>		Anexos II, IV
<i>Scilla beirana</i>		Anexo IV
<i>Spiranthes aestivalis</i>	Anexo I	
<i>Veronica micrantha</i>		Anexos II, IV

VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL CINEGÉTICO E PISCÍCOLA DO TERRITÓRIO DA CIM-ALTO TÂMEGA- RELATÓRIO FINAL

Tabela Anexo I. 3 - Taxa da flora incluídos em Listas Vermelhas; UICN – European Red List of Vascular Plants, Lista Roja de la Flora Vascular Espanhola. LC – Pouco Preocupante, VU – Vulnerável, EN – Em Perigo, DD – Informação Insuficiente, NT – Quase Ameaçada.

Taxon	UICN Red List of Vascular Plants	Lista Roja Flora Vascular Espanha (2010)	Catálogo Flora Protegida de Castilla y León
<i>Aeluropus littoralis</i>			Vulnerável
<i>Allium schmitzii</i>		VU B2ab(iii,v)c(iv); D1+2	Vulnerável
<i>Antirrhinum lopesianum</i>		EN B2ab(v); C2a(i); D; E	Em Perigo
<i>Baldellia alpestris</i>			Vulnerável
<i>Barlia robertiana</i>			Vulnerável
<i>Callitriche palustris</i>		EN B2ab(iii,iv)c(ii)	Vulnerável
<i>Cardamine raphanifolia</i> subsp. <i>gallaecica</i>			Vulnerável
<i>Carex limosa</i>		VU D2	
<i>Centaurea micrantha</i> subsp. <i>herminii</i> (sin. <i>Centaurea herminii</i>)	LC		
<i>Cerastium cerastoides</i>			Vulnerável
<i>Dactylorhiza insularis</i>		LC	
<i>Delphinium fissum</i> subsp. <i>sordidum</i>		EN B2ab(v)c(iv); C2b	Em Perigo
<i>Dianthus marizii</i>	LC		
<i>Dryopteris carthusiana</i>			Vulnerável
<i>Eryngium viviparum</i>	EN	EN A1c; B2ab(ii,iv,v)	Vulnerável
<i>Festuca brigantina</i>	VU B2ab(iii)	EN A1c; B2ab(ii,iv,v)	
<i>Festuca duriotagana</i>	DD		
<i>Festuca elegans</i>	LC		
<i>Festuca graniticola</i>		NT	
<i>Festuca summilusitanica</i>	LC		
<i>Genista sanabrensis</i>			Vulnerável
<i>Gentiana lutea</i>			Com utilização regulada

Taxon	UICN Red List of Vascular Plants	Lista Roja Flora Vascular Espanha (2010)	Catálogo Flora Protegida de Castilla y León
<i>Geranium bohemicum</i>			Vulnerável
<i>Holcus setiglumis</i> ssp. <i>duriensis</i>	DD		
<i>Huperzia selago</i> (L.) Bernh. ex Schrank & C. F. P. Mart. Subs			Vulnerável
<i>Ilex aquifolium</i>			
<i>Isatis platyloba</i>		VU B2ac(iv); C2b	Vulnerável
<i>Isoetes durieui</i>			Vulnerável
<i>Jasione crispa</i> subsp. <i>serpentinica</i>	DD		
<i>Linaria coutinhoi</i> (sin. <i>Linaria intricata</i>)	DD		
<i>Lycopodiella inundata</i>		VU B2ab(ii,iii)	Vulnerável
<i>Menyanthes trifoliata</i>			Vulnerável
<i>Narcissus asturiensis</i>	LC		
<i>Narcissus jonquilla</i>			Vulnerável
<i>Paradisea lusitanica</i>			Vulnerável
<i>Pholiurus pannonicus</i>			Vulnerável
<i>Ranunculus parnassiifolius</i> subsp. <i>cabrerensis</i>			Vulnerável
<i>Rhynchospora alba</i>			Vulnerável
<i>Salicornia ramosissima</i>			Vulnerável
<i>Salsola soda</i>		DD	Vulnerável
<i>Santolina semidentata</i>	LC		Vulnerável
<i>Scrophularia valdesii</i>		VU B1ac(iv)+2ac(iv); D1; E	Vulnerável
<i>Senecio coinnyi</i>		VU B1ab(i,ii,iii,iv)+2ab(i,ii,iii,iv)	Em Perigo
<i>Serratula legionensis</i>			Vulnerável
<i>Sesamoides minor</i>		NT	
<i>Spergula viscosa</i>		VU B2ab(ii); D2	Vulnerável
<i>Spiranthes aestivalis</i>			Vulnerável
<i>Subularia aquatica</i>			Vulnerável
<i>Utricularia minor</i>		EN B2ab(iii,iv)c(ii,iii); E	Vulnerável

Taxon	UICN Red List of Vascular Plants	Lista Roja Flora Vascular Espanha (2010)	Catálogo Flora Protegida de Castilla y León
<i>Veronica micrantha</i>	VU B2ab(ii,iii,v)		

Tabela Anexo I. 4 - Taxa da flora com áreas de distribuição restritas ao território Ibérico e classificação de acordo com o limite geográfico; Endemismo Regional área de estudo, Endemismo Português, Endemismo Espanhol e Endemismo Ibérico.

Taxon	Endemismo regional	Endemismo PT	Endemismo ES	Endemismo Ibérico
<i>Agrostis hesperica</i>				X
<i>Agrostis trunctatula</i> subsp. <i>commista</i>				X
<i>Allium scorzonerifolium</i>				X
<i>Anarrhinum durimimum</i>				X
<i>Angelica major</i>				X
<i>Anthemis alpestris</i>				X
<i>Anthoxanthum amarum</i>				X
<i>Anthyllis vulneraria</i> subsp. <i>sampaioana</i>	X	X		
<i>Anthyllis vulneraria</i> subsp. <i>lusitanica</i>				X
<i>Antirrhinum braun-blanquetii</i>				X
<i>Antirrhinum graniticum</i>				X
<i>Antirrhinum lopesianum</i>				X
<i>Arabis stenocarpa</i>				X
<i>Arenaria querioides</i> subsp. <i>querioides</i>				X
<i>Armeria eriophylla</i>	X	X		
<i>Armeria langei</i> subsp. <i>daveaui</i>				X
<i>Armeria transmontana</i>				X

Taxon	Endemismo regional	Endemismo PT	Endemismo ES	Endemismo Ibérico
<i>Asphodelus lusitanicus</i> var. <i>ovoideus</i>				X
<i>Asphodelus serotinus</i>				X
<i>Asplenium adiantum-nigrum</i> subsp. <i>corunnense</i>				X
<i>Aster aragonensis</i>				X
<i>Avenula pratensis</i> subsp. <i>lusitanica</i>	X			
<i>Blechnum spicant</i> subsp. <i>spicant</i>				X
<i>Carduus carpetanus</i>				X
<i>Carduus platypus</i> subsp. <i>platypus</i>				X
<i>Carex elata</i> subsp. <i>reuteriana</i>				X
<i>Centaurea langeana</i> subsp. <i>langeana</i>				X
<i>Centaurea micrantha</i>				X
<i>Centaurea micrantha</i> subsp. <i>herminii</i>		X		
<i>Centaurea nigra rivularis</i>				X
<i>Centaurea ornata</i>				X
<i>Centaurea triumfetti</i> subsp. <i>lingulata</i>				X
<i>Clematis campaniflora</i>				X
<i>Colchicum multiflorum</i>				
<i>Conopodium majus</i> subsp. <i>marizianum</i>				X
<i>Crocus carpetanus</i>				X
<i>Crocus serotinus</i> subsp. <i>salzmannii</i>				X
<i>Ctenopsis delicatula</i>				X
<i>Cytisus multiflorus</i>				X
<i>Dianthus langeanus</i> Willk.				X
<i>Dianthus laricifolius</i> subsp. <i>laricifolius</i>				X
<i>Dianthus laricifolius</i> subsp. <i>marizii</i>	X	X		

VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL CINEGÉTICO E PISCÍCOLA DO TERRITÓRIO DA CIM-ALTO TÂMEGA- RELATÓRIO FINAL

Taxon	Endemismo regional	Endemismo PT	Endemismo ES	Endemismo Ibérico
<i>Digitalis thapsi</i>				X
<i>Digitalis purpurea</i> subsp. <i>amandiana</i>		X		
<i>Echinopartum ibericum</i>				X
<i>Echium rosulatum</i> subsp. <i>rosulatum</i>				X
<i>Eryngium viviparum</i>		X		
<i>Erysimum linifolium</i>				X
<i>Euphorbia matritensis</i>				
<i>Euphorbia oxyphylla</i>				X
<i>Ferula communis</i> subsp. <i>catalaunica</i>				
<i>Ferulago brachyloba</i>				X
<i>Festuca brigantina</i>	X	X		
<i>Festuca durandoi</i> subsp. <i>livida</i>				X
<i>Festuca graniticola</i>	X	X		
<i>Festuca paniculata</i> subsp. <i>multispiculata</i>				X
<i>Festuca rothmaleri</i>				X
<i>Festuca summilusitanica</i>		X		
<i>Fritillaria lusitanica</i>				X
<i>Galium broterianum</i>				X
<i>Galium glaucum</i> subsp. <i>australe</i>				X
<i>Galium papillosum</i> subsp. <i>papillosum</i>				X
<i>Galium saxatile</i>				X
<i>Genista falcata</i>				X
<i>Genista hystrix</i>				X
<i>Genista micrantha</i>				X
<i>Genista obtusiramea</i>			X	
<i>Genista sanabrensis</i>	X		X	
<i>Herniaria lusitanica</i> subsp. <i>lusitanica</i>				X
<i>Herniaria scabrida</i>				X

Taxon	Endemismo regional	Endemismo PT	Endemismo ES	Endemismo Ibérico
<i>Hispidella hispanica</i>				X
<i>Holcus gayanus</i>				X
<i>Holcus setiglumis</i> subsp. <i>duriensis</i>		X		
<i>Isatis platyloba</i>				X
<i>Jasione crisper</i> subsp. <i>serpentinica</i>		X		
<i>Jasione sessiliflora</i>				X
<i>Jonopsidium abulense</i>				X
<i>Koeleria crassipes</i>				X
<i>Laserpitium eliasii</i> subsp. <i>thalictrifolium</i>				X
<i>Lavandula stoechas</i> subsp. <i>sampaiana</i>				X
<i>Leontodon carpetanus</i>				X
<i>Leucanthemopsis pulverulenta</i> subsp. <i>pulverulenta</i>				X
<i>Leuzea rhaponticoides</i>				X
<i>Linaria aeruginea</i> subsp. <i>aeruginea</i>				X
<i>Linaria amethystea</i> subsp. <i>amethystea</i>				X
<i>Linaria intricata</i> (sin. <i>Linaria coutinhoi</i>)				X
<i>Linaria elegans</i>				X
<i>Linaria saxatilis</i>				X
<i>Linaria triornithophora</i>				X
<i>Lotus corniculatus</i> subsp. <i>carpetanus</i>				X
<i>Lupinus gredensis</i>				X
<i>Lupinus hispanicus</i>				X
<i>Luzula lactea</i>				X
<i>Luzula sylvatica</i> subsp. <i>henriquesii</i>				X
<i>Merendera montana</i>				X
<i>Micropyrum patens</i>				X

Taxon	Endemismo regional	Endemismo PT	Endemismo ES	Endemismo Ibérico
<i>Myosotis persoonii</i>				X
<i>Narcissus asturiensis</i>				X
<i>Narcissus rupicola</i>				X
<i>Narcissus triandrus</i> subsp. <i>pallidulus</i>				X
<i>Narcissus triandrus</i> subsp. <i>triandrus</i>				X
<i>Nepeta caerulea</i>				X
<i>Odontitella virgata</i>				X
<i>Omphalodes nitida</i>				X
<i>Ornithogalum concinnum</i>				X
<i>Ortegia hispanica</i>				X
<i>Paeonia broteri</i>				X
<i>Paradisea lusitanica</i>				X
<i>Periballia involucrata</i>				X
<i>Phalacrocarpum hoffmannseggii</i>				X
<i>Picris hieracioides</i> subsp. <i>longifolia</i>				X
<i>Pistorinia hispanica</i>				X
<i>Plantago holostium</i>				X
<i>Polygala microphylla</i>				X
<i>Pritzelago alpina</i> subsp. <i>auerswaldii</i>				X
<i>Pterocephalidium diandrus</i>				X
<i>Pterospartum tridentatum</i> subsp. <i>lasianthum</i>				X
<i>Quercus faginea</i> subsp. <i>faginea</i>				X
<i>Ranunculus abnormis</i>				X
<i>Ranunculus longipes</i>				X
<i>Ranunculus nigrescens</i>				X
<i>Ranunculus ollissiponensis</i> subsp. <i>ollissiponensis</i>				X
<i>Reseda virgata</i>				X
<i>Rubus brigantinus</i>				X

Taxon	Endemismo regional	Endemismo PT	Endemismo ES	Endemismo Ibérico
<i>Rubus galloecius</i>				X
<i>Rubus henriquesii</i>				X
<i>Rubus lainzii</i>				X
<i>Rubus sampaioanus</i>				X
<i>Rubus vagabundus</i>				X
<i>Rubus vigoii</i>				X
<i>Salix salviifolia</i> subsp. <i>salviifolia</i>				X
<i>Santolina semidentata</i>				X
<i>Saxifraga lepismigena</i>				X
<i>Scorzonera angustifolia</i> var. <i>angustifolia</i>				X
<i>Scrophularia herminii</i>				X
<i>Sedum arenarium</i>				X
<i>Sedum pedicellatum</i> subsp. <i>lusitanicum</i>				X
<i>Senecio coincyii</i>			X	
<i>Serapias perez-chiscanoi</i>				X
<i>Seseli montanum</i> subsp. <i>peixotoanum</i>				X
<i>Silene coutinhoi</i>				X
<i>Silene foetida</i> subsp. <i>gayana</i>			X	
<i>Silene legionensis</i>				X
<i>Silene psammitis</i> subsp. <i>psammitis</i>				X
<i>Spergularia capillacea</i>				X
<i>Tanacetum mucronulatum</i>		X		
<i>Thymus mastichina</i> subsp. <i>mastichina</i>				X
<i>Thymus zygis</i> subsp. <i>zygis</i>				X
<i>Trisetaria ovata</i>				X
<i>Trisetaria scabriuscula</i>				X
<i>Ulex europaeus</i> subsp. <i>latebracteatus</i>				X
<i>Veronica micrantha</i>				X

Tabela Anexo I. 5 - Habitats Naturais incluídos no Anexo I da Directiva Comunitária (92/43/CEE) presentes na área de estudo.

CÓDIGO	DISTRIBUIÇÃO	HABITAT
3.		HABITATS DE ÁGUA DOCE
31.		Águas estagnadas
3110.	Local	Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas das planícies
3130.	Local	Águas estagnadas, oligotróficas a mesotróficas com
3150.	Regional	Lagos eutróficos naturais com vegetação <i>Magnopotamion</i>
3170.	Regional	Charcos temporários mediterrânicos
32.		Águas correntes — secções de cursos de água com
3240.	Local	Rios alpinos com vegetação lenhosa na margem de <i>Salix</i>
3250.	Regional	Cursos de água mediterrânicos permanentes com <i>Glaucium</i>
3260.	Regional	Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação
3270.	Local	Cursos de água de margens vasosas com vegetação da
3280.	Local	Cursos de água mediterrânicos permanentes da <i>Paspalo-</i>
3290.	Regional	Cursos de água mediterrânicos intermitentes da <i>Paspalo-</i>
4.		URZAS, TOJAS, Giestas e OUTROS MATOS
4020.	Regional	Charnecas húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica ciliaris</i> e
4030.	Regional	Charnecas secas europeias
4090.	Regional	Charnecas oromediterrânicas endémicas com giestas
5.		MATOS ESCLERÓFILOS
51.		Matos submediterrânicos e de zona temperada
5110.	Local	Formações estáveis xerotermófilas de <i>Buxus sempervirens</i> das
5120.	Local	Formações montanas de <i>Cytisus purgans</i>
52.		Matagais arborescentes mediterrânicos

CÓDIGO	DISTRIBUIÇÃO	HABITAT
5210.	Local	Matagais arborescentes de <i>Juniperus</i> spp.
53.		Matos termomediterrânicos e pré-estepários
5330.	Regional	Matos termomediterrânicos pré-desérticos
6.		FORMAÇÕES HERBÁCEAS NATURAIS E SEMINATURAIS
61.		Prados naturais
6160.	Regional	Prados oro-ibéricos de <i>Festuca indigesta</i>
62.		Formações herbáceas secas seminaturais e fácies de matos
6220.	Regional	Sub-estepes de gramíneas e anuais de Thero-Brachypodietea
6230.	Local	Formações herbáceas de <i>Nardus</i> , ricas em espécies, em
63.		Bosques esclerófilos de pastoreio (montados)
6310.	Regional	Montados de <i>Quercus</i> spp. de folha perene
64.		Pradarias húmidas seminaturais de ervas altas
6410.	Regional	Pradarias com <i>Molinia</i> em solos calcários, turfosos e argilo-
6420.	Regional	Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da <i>Molinio-</i>
6430.	Regional	Comunidades de ervas altas higrófilas das orlas basais e dos pisos
65.		Pradarias mesófilas
6510.	Local	Prados de feno pobres de baixa altitude (<i>Alopecurus pratensis</i> ,
7.		TURFEIRAS ALTAS, TURFEIRAS BAIXAS E PÂNTANOS
71.		Turfeiras ácidas de esfagnos
7110.	Local	Turfeiras altas activas
7140.	Local	Turfeiras de transição e turfeiras ondulantes
7150.	Local	Depressões em substratos turfosos da <i>Rhynchosporion</i>
8.		HABITATS ROCHOSOS E GRUTAS
81.		Depósitos rochosos
8130.	Local	Depósitos mediterrânicos ocidentais e termófilos
82.		Vertentes rochosas com vegetação casmofítica
8220.	Regional	Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica

VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL CINEGÉTICO E PISCÍCOLA DO TERRITÓRIO DA CIM-ALTO TÂMEGA- RELATÓRIO FINAL

CÓDIGO	DISTRIBUIÇÃO	HABITAT
8230.	Regional	Rochas siliciosas com vegetação pioneira da <i>Sedo-Scleranthion</i> ou da <i>Sedo</i>
83.		Outros habitats rochosos
8310.	Local	Grutas não exploradas pelo turismo
9.		FLORESTAS
91.		Florestas da Europa temperada
9160.	Local	Carvalhais pedunculados ou florestas mistas de carvalhos e carpas
91B0.	Regional	Freixiais termófilos de <i>Fraxinus angustifolia</i>
91E0.	Regional	Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (<i>Alno-Padion</i> ,
92.		Florestas mediterrânicas caducifólias
9230.	Regional	Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>
9240.	Regional	Carvalhais ibéricos de <i>Quercus faginea</i> e <i>Quercus canariensis</i>
9260.	Regional	Florestas de <i>Castanea sativa</i>
92A0.	Regional	Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>
92D0.	Local	Galerias e matos ribeirinhos meridionais (<i>Nerio-Tamaricetea</i> e
93.		Florestas esclerófilas mediterrânicas
9330.	Regional	Florestas de <i>Quercus suber</i>
9340.	Regional	Florestas de <i>Quercus ilex</i> e <i>Quercus rotundifolia</i>
95.		Florestas de coníferas de montanhas mediterrânicas e macaronésicas
9560.	Regional	Florestas endémicas de <i>Juniperus</i> spp.
9580.	Local	Florestas mediterrânicas de <i>Taxus baccata</i>

Anexo I.3 – Análise climática

O estudo do clima na região foi realizado a partir de dados obtidos em quatro estações meteorológicas do Instituto de Meteorologia, I.P. localizadas no distrito de Vila Real.

VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL CINEGÉTICO E PISCÍCOLA DO TERRITÓRIO DA CIM-ALTO TÂMEGA- RELATÓRIO FINAL

O clima da área de estudo pode ser globalmente definido como mediterrâneo-subcontinental, caracterizando-se pela existência de grandes amplitudes térmicas anuais – Invernos frios e Verões quentes e secos. A distribuição da precipitação ao longo do ano segue o regime mediterrânico ocorrendo, em média, cerca de 70% do total anual da precipitação no semestre húmido (Outubro a Março). A precipitação anual média varia entre um valor máximo de cerca de 1385.8 mm e um valor mínimo de aproximadamente 583.5 mm. A estação seca é geralmente mais marcada e prolongada entre Maio e Setembro e, em casos mais extremos, de Abril a Setembro. A temperatura máxima média pode variar entre 27° e 31.6°C no Verão e 8,2 a 10,1°C no Inverno. Nas áreas de maior altitude, as temperaturas máximas médias não ultrapassam os 17°C e no Inverno a temperatura mínima média não ultrapassa normalmente 1°C, permanecendo sempre abaixo dos 2°C/3°C durante toda a estação.

Nome	Distrito	Coordenadas	Altitude (m)
Montalegre	Vila Real	Lat: 41° 49' N Long: 7° 47' W	1005
Chaves	Vila Real	Lat: 41° 45' N Long: 07° 28' W	348
Pedras Salgadas	Vila Real	Lat: 41° 33' N Long: 07° 36' W	613

Tabela Anexo I. 6 - Estações meteorológicas utilizadas.

Estação	Latitude	Longitude	Altitude (m)
Alturas do Barroso	41° 41' N	07° 50' W	1279
Barracão	41° 46' N	07° 44' W	820
Boticas	41° 41' N	07° 41' W	500
Cervos	41° 44' N	07° 41' W	850

Estação	Latitude	Longitude	Altitude (m)
Couto de Ornelos	41°38'N	07°52'W	720
Firvidas	41°47'N	07°44'W	935
Gouvães da Serra	41°28'N	07°44'W	975
Gralhós	41°46'N	07°45'W	925
Jou	41°29'N	07°25'W	675
Lamas de Alvadia	41°28'N	07°45'W	930
Minas de Jales	41°28'N	07°35'W	840
Outeiro do Gerês	41°47'N	07°58'W	800
Padornelos	41°51'N	07°46'W	1090
Padrela	41°34'N	07°30'W	950
Ribeira de Pena	41°31'N	07°47'W	400
S.Vicente da Chã	41°47'N	07°47'W	900
Sezelhe	41°48'N	07°53'W	1000
Soutelinho da Raia	41°50'N	07°34'W	850
Soutelo	41°45'N	07°33'W	510
Telhado	41°43'N	07°52'W	1050
Tinhela	41°44'N	07°19'W	575
Travancas	41°50'N	07°19'W	870
Viade	41°46'N	07°52'W	950
Vidago	41°38'N	07°35'W	320
Vila da Ponte	41°43'N	07°54'W	730
Vila Pouca de Aguiar	41°30'N	07°39'W	750
Vilar de Porro	41°40'N	07°44'W	800

Tabela Anexo I. 7 - Estações udométricas utilizadas.

Estação	Temperatura média do mês mais quente	Temperatura média do mês mais frio	Temperatura média anual
Montalegre	17.2	3.5	9.6
Chaves	20.6	5.3	12.5
Pedras Salgadas	20.3	6.0	12.5

Tabela Anexo I. 8 - Parâmetros climáticos de temperatura das estações meteorológicas.

Estações udométricas	Precipitação média anual (mm)
Alturas do Barroso	1767.9

Barracão	1289.1
Boticas	1276.5
Cervos	1266.8
Couto de Ornelos	1587.5
Firvidas	1103.2
Gouvães da Serra	2162.6
Gralhós	1347.7
Jou	1078.5
Lamas de Alvalá	2097.3
Minas de Jales	1292.4
Outeiro do Gerês	2363.1
Padornelos	2211
Padrela	1132.8
Ribeira de Pena	1337.5
S.Vicente da Chã	1531.9
Sezelhe	1828.4
Soutelinho da Raia	1820.1
Soutelo	984.7
Telhado	1900.1
Tinhela	936.5
Travancas	1079.8
Viade	2173.3
Vidago	765.9
Vila da Ponte	2068.5
Vila Pouca de Aguiar	1503.7
Vilar de Porro	1775.4

Tabela Anexo I. 9 - Parâmetros climáticos de temperatura das estações meteorológicas.

Estação	Precipitação média anual (mm)	Insolação (h)	Humidade relativa (9h) média mensal (%)	Velocidade média do vento (Km/h)
Montalegre	1531.1	2439.8	74	11.9
Chaves	715.2	2318.8	78	5.1
Pedras Salgadas	1041.8	2423.8	71	7.8

Tabela Anexo I. 10 - Parâmetros climáticos de temperatura das estações meteorológicas. Precipitação média anual, insolação, humidade relativa e velocidade média do vento das estações meteorológicas.

VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL CINEGÉTICO E PISCÍCOLA DO TERRITÓRIO DA CIM-ALTO TÂMEGA- RELATÓRIO FINAL

Apresentam-se os gráficos de temperatura média anual (média mensal, máxima média, mínima média, máxima absoluta e mínima absoluta) para cada uma das estações meteorológicas consideradas.

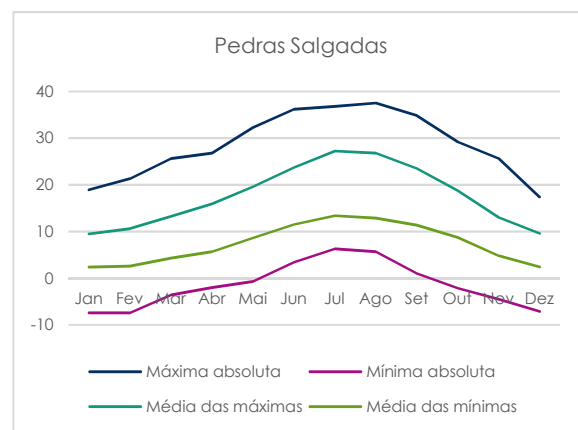
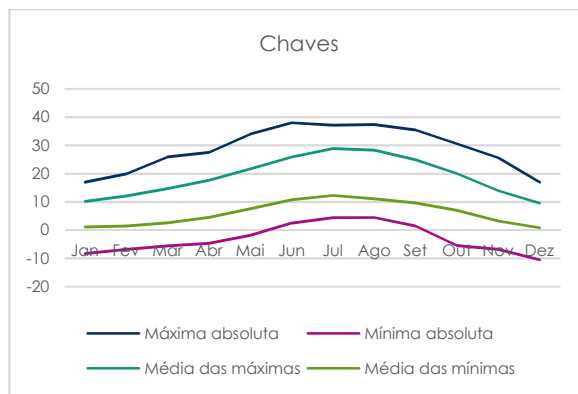
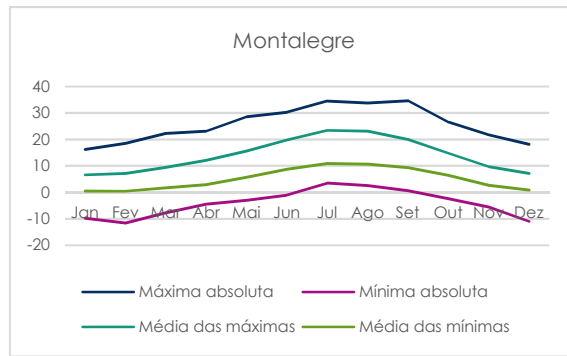
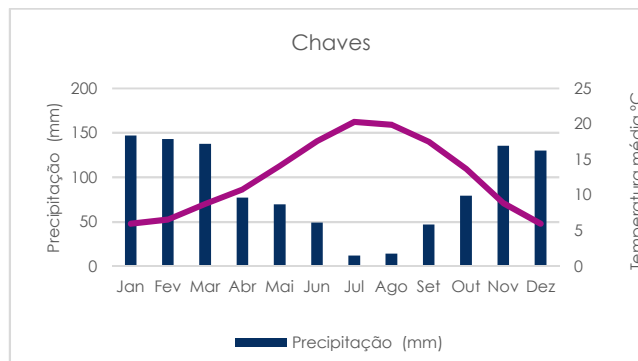
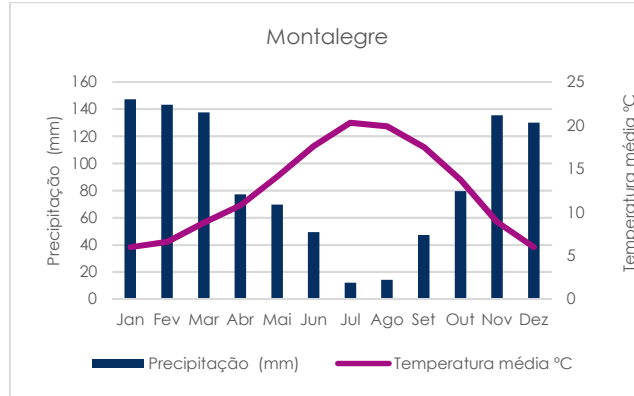


Figura Anexo 1. 1 - Temperaturas mensais (máxima absoluta, mínima absoluta, média das máximas, médias das mínimas e média) nas estações meteorológicas consideradas na região.



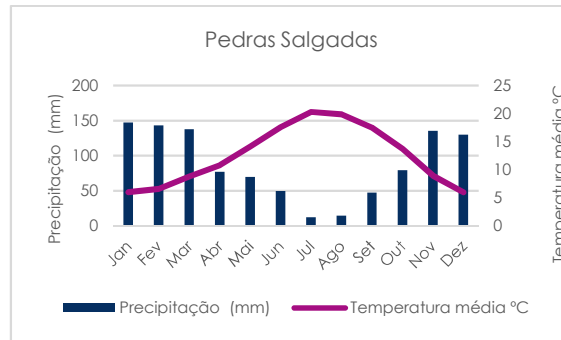


Figura Anexo 1. 2 - Temperaturas mensais (máxima absoluta, mínima absoluta, média das máximas, médias das mínimas e média) nas estações meteorológicas consideradas na região.

Anexo II – Identificação das espécies cinegéticas e sua biologia

Anexo III – Cartografia de produtividade cinegética

Na elaboração dos mapas de produtividade cinegética, para as três espécies em análise, coelho-bravo *Oryctolagus cuniculus*, perdiz – vermelha *Alectoris rufa* e Javali *Sus scrofa*, foi adotada uma metodologia geoestatística consistindo em 4 passos consecutivos:

- i) Estudo da estrutura espacial dos atributos, para o qual foram construídos os respectivos variogramas omnidirecionais, para toda a área em apreço (zonas de caça nas duas CIM);
- ii) Transformação normal dos dados, de forma a evitar o enviesamento decorrente de histogramas, por vezes, mostrando assimetrias fortes;
- iii) Estimação, para toda a área em contínuo, dos valores esperados por krigagem gaussiana;
- iv) Transformação inversa, dos valores interpolados, utilizando os valores reais observados, de forma a obter valores finais na mesma escala dimensional dos valores reais.

VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL CINEGÉTICO E PISCÍCOLA DO TERRITÓRIO DA CIM-ALTO TÂMEGA- RELATÓRIO FINAL

A estimação geoestatística (como a krigagem gaussiana utilizada no presente trabalho) baseia-se na quantificação da continuidade espacial de variáveis regionalizadas, para produzir uma imagem das respetivas características médias. Entende-se como Variáveis Regionalizadas (VR), aquelas que conciliam um duplo aspeto: por um lado, uma estrutura espacial que reflete o comportamento dos fenómenos naturais - ligações existentes entre cada ponto no espaço – por outro, uma variação aleatória, no espaço ou tempo. Os desenvolvimentos teóricos efetuados por Matheron (Matheron,1965), foram mais tarde utilizados pelas metodologias geoestatísticas, através da sua aplicação à resolução de problemas diversos, onde a localização dos valores observados é fundamental para a subsequente análise e processamento dos mesmos.

A análise, de uma variável regionalizada, segundo o formalismo geoestatístico visa, fundamentalmente, estimar o valor de uma VR em todos os pontos de um determinado domínio contínuo, a partir do valor assumido pela mesma variável em alguns pontos amostrados discretos (Pereira, 1979; 1981).

No caso em estudo, o processo de estimação selecionado como o mais adequado na estimação da produtividade cinegética foi a da krigagem gaussiana, recorrendo à transformação inversa no final, de forma a obter valores estimados na mesma escala dos valores observados

A interpolação consiste em um processo de utilização de pontos amostrados para aproximar superfícies de ajuste, as quais, a partir da representação contínua do fenómeno possibilitam uma manipulação conveniente e eficiente dos modelos matemáticos ajustados. Nesse contexto, são necessárias funções que realizem a conversão das observações pontuais em superfícies contínuas, de maneira que os

pontos da superfície são estimados a partir de um conjunto amostrado de entrada. A krigagem desempenha um papel fundamental, pois além de possibilitar a elaboração de cartas a partir de dados irregularmente espaçados, parte do princípio de que um ponto localizado no espaço é mais semelhante aos pontos que lhe estão mais próximos, em comparação com os pontos mais afastados. Isto, portanto, pressupõe a existência de correlação entre os elementos amostrados, sendo necessário identificar até onde espacialmente esta correlação é significativa (Isaaks; Srivastava, 1989). Uma exigência da krigagem ordinária é que os valores amostrados na região não apresentem tendência. Assim, uma etapa que antecede a interpolação é avaliar se o conjunto de dados é ou não tendencioso (Landim, 2003). A tendência foi, neste trabalho, identificada pela construção de semivariogramas omnidirecionais (direção angular 0° e tolerância de 90°). O semivariograma refere-se à representação quantitativa da variação do fenómeno regionalizado e evidencia a estrutura espacial desse fenómeno. (Isaaks e Srivastava, 1989) apontam o semivariograma como aferidor do grau de dependência espacial entre os elementos amostrais e define parâmetros para a estimativa de valores em locais não amostrados

No caso em estudo, o processo de estimação selecionado como o mais adequado na estimação da produtividade cinegética foi a da *krigagem* gaussiana, recorrendo à transformação inversa no final, de forma a obter valores estimados na mesma escala dos valores observados.

Para $N(h)$ pares de observações separados pela distância h , o cálculo do semivariograma é dado pela Equação (1) (Isaaks; Srisvastava, 1989):

$$\gamma(h) = \frac{1}{2N(h)} \sum_{i=1}^{N(h)} \left[Z(x_i) - Z(x_i + h) \right]^2 \quad (1)$$

A estratégia utilizada na krigagem é semelhante à dos métodos de interpolação tradicionais, tais como média móvel, inverso da distância, triangulação e poligonação. Contudo, principal diferença está na maneira como se determinam os pesos para o cálculo do valor a ser interpolado. Na krigagem os pesos são definidos com base na distância entre a observação e o ponto de interesse; na continuidade espacial e no arranjo geométrico do conjunto amostral. Assim, estimam-se os ponderadores com base em uma análise espacial, a partir do semivariograma experimental (2).

$$Z^*(x_0) = \sum_{i=1}^n \lambda_i \times Z(x_i) \quad (2)$$

No presente trabalho foram construídos, para as três espécies em estudo e durante o período de tempo em avaliação (1992-2013), mapas anuais dos valores estimados da respetiva produtividade cinegética, nas respetivas áreas de caça. Foi ainda calculado o mapa dos valores médios nos 20 anos referidos.

Uma questão importante, na construção de cartografias estimadas prende-se com a avaliação da incerteza associada à mesma. Desta forma, foi construído um mapa da variabilidade temporal (desvio padrão, para os 20 anos do estudo), que nos permite avaliar as áreas, que ao longo do tempo mostram maior variabilidade (incerteza) de produção cinegética.

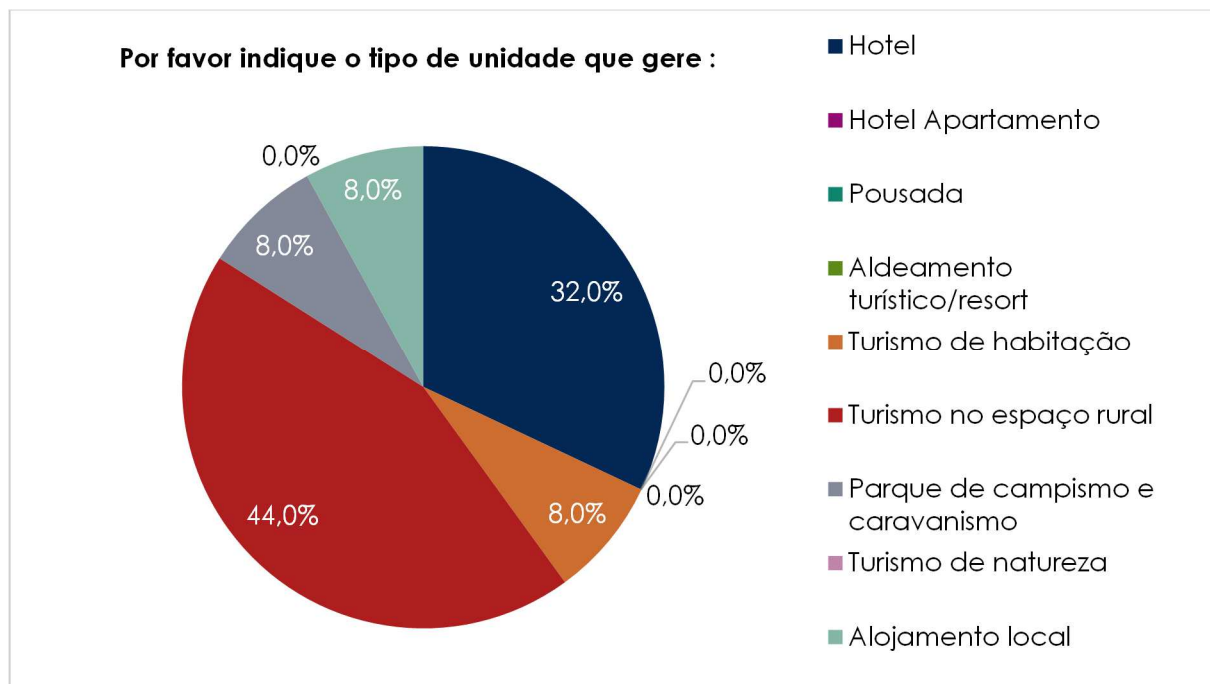
Anexo IV – Inquérito às unidades de alojamento

Foram enviadas questionários para 65 unidades hoteleiras da área em estudo: i) hotéis (29%); ii) unidades de turismo no espaço rural ,turismo de natureza e turismo de habitação (64%); iii) parques de campismo (7%). Os questionários foram enviados por correio eletrónico, tendo posteriormente os inquiridos sido contactados pelo telefone no sentido de obter resposta e esclarecer dúvidas.

Foram recebidas através da plataforma www.surveymonkey.com 25 respostas correspondendo (8;32%) a hotéis, (11; 44%) a unidades de turismo no espaço rural, (2 ; 8%) a alojamentos locais e (2 ; 8%) a unidades de turismo de habitação.

Questão 1

Por favor indique o tipo de unidade que gere :		
Opções de Resposta	%	Nº
Hotel	32,0%	8
Hotel Apartamento	0,0%	0
Pousada	0,0%	0
Aldeamento turístico/resort	0,0%	0
Turismo de habitação	8,0%	2
Turismo no espaço rural	44,0%	11
Parque de campismo e caravanismo	8,0%	2
Turismo de natureza	0,0%	0
Alojamento local	8,0%	2
Respondidas		25
Omitidas		0

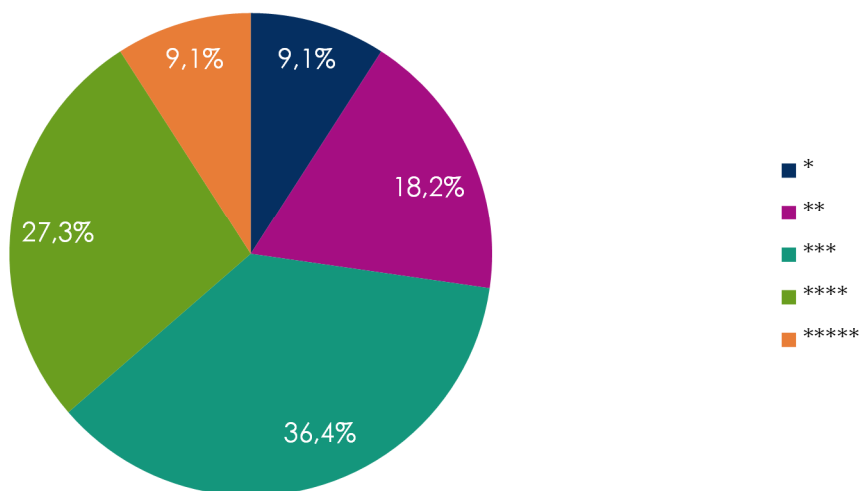


Questão 2

Por favor indique a categoria da unidade que gere:

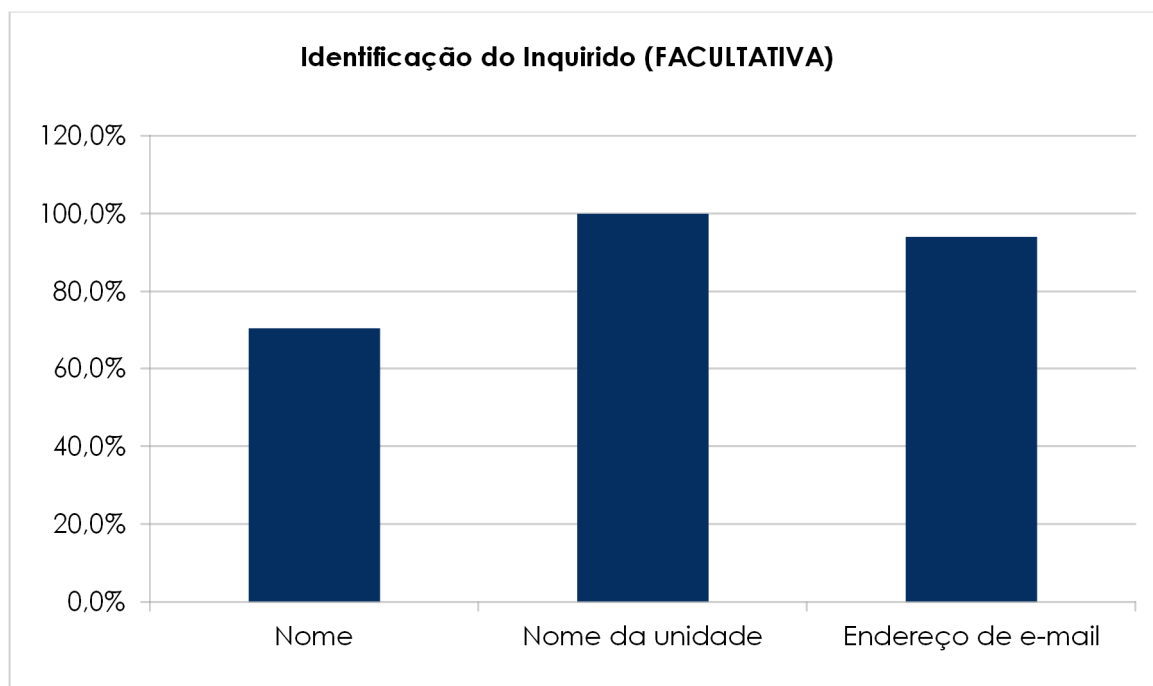
Opções de Resposta	%	Nº
*	9,1%	1
**	18,2%	2
***	36,4%	4
****	27,3%	3
*****	9,1%	1
Respondidas		11
Omitidas		14

Por favor indique a categoria da unidade que gere:



Questão 3

Identificação do Inquirido (FACULTATIVA)		
Opções de Resposta	%	Nº
Nome	70,6%	12
Nome da unidade	100,0%	17
Endereço de e-mail	94,1%	16
Respondidas		17
Omitidas		8



Questão 4

Considerando a ocupação anual como classificaria a percentagem decorrente dos turistas caçadores e seus acompanhantes:

Opções de Resposta	%	Nº
<5%	100,0%	21
5-15%	0,0%	0
16-25%	0,0%	0
>25%	0,0%	0
Respondidas		21
Omitidas		4

Considerando a ocupação anual como classificaria a percentagem decorrente dos turistas caçadores e seus acompanhantes:

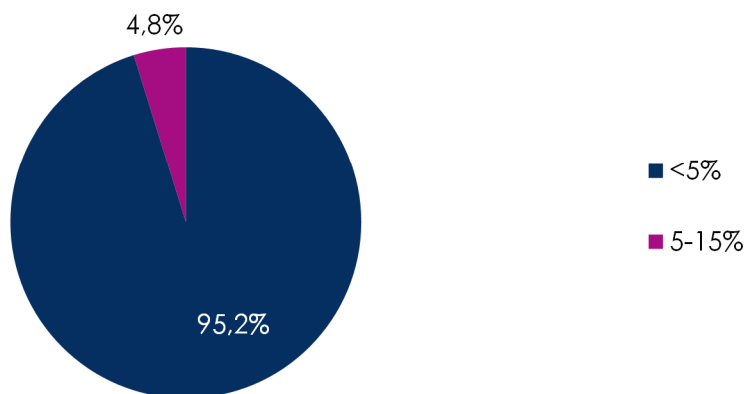


Questão 5

Considerando a ocupação anual como classificaria a percentagem decorrente dos turistas pescadores e seus acompanhantes:

Opções de Resposta	%	Nº
<5%	95,2%	20
5-15%	4,8%	1
16-25%	0,0%	0
>25%	0,0%	0
Respondidas		21
Omitidas		4

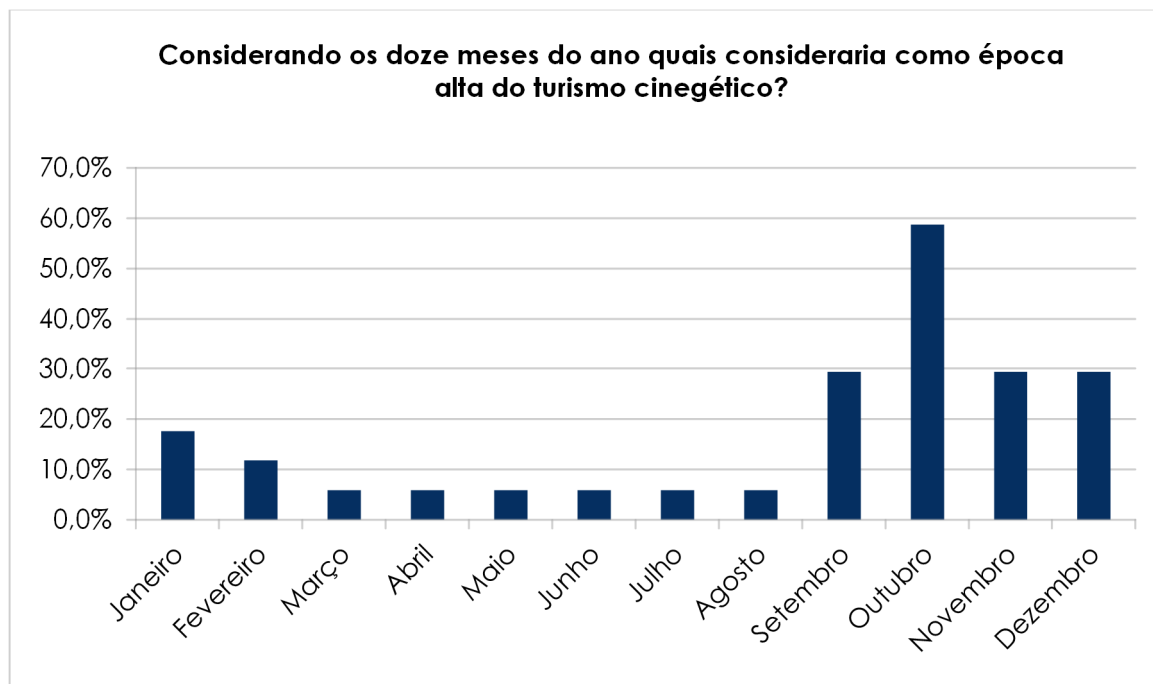
Considerando a ocupação anual como classificaria a percentagem decorrente dos turistas pescadores e seus acompanhantes:



Questão 6

Considerando os doze meses do ano quais consideraria como época alta do turismo cinegético?

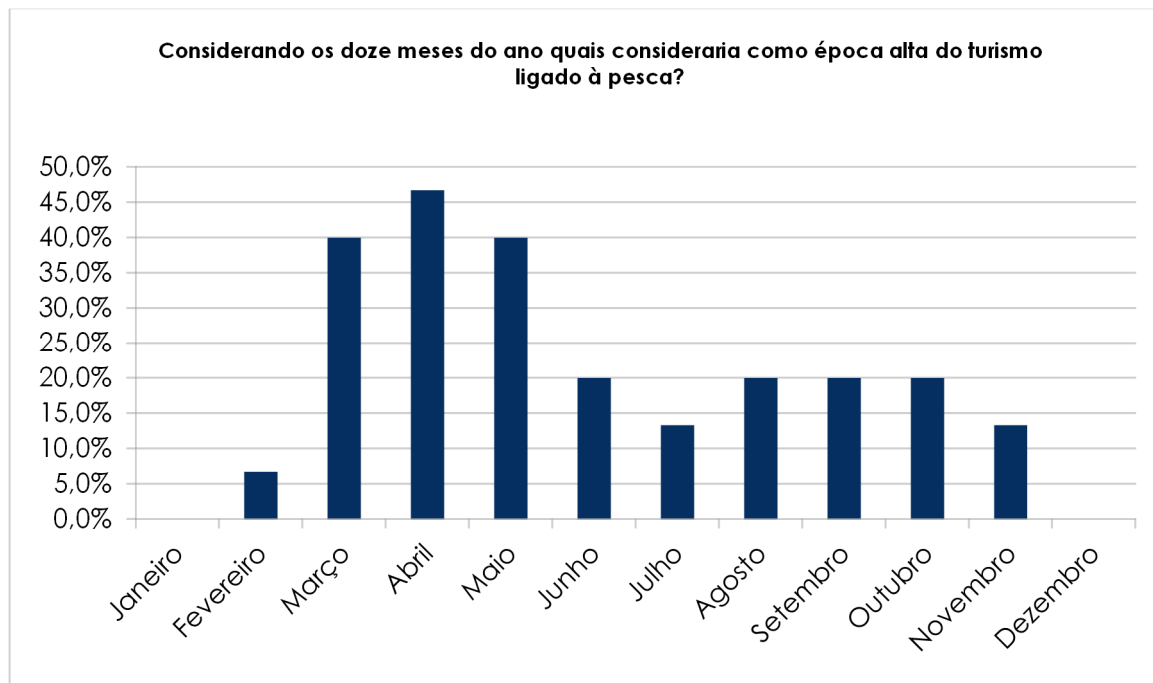
Opções de Resposta	%	Nº
Janeiro	17,6%	3
Fevereiro	11,8%	2
Março	5,9%	1
Abril	5,9%	1
Maio	5,9%	1
Junho	5,9%	1
Julho	5,9%	1
Agosto	5,9%	1
Setembro	29,4%	5
Outubro	58,8%	10
Novembro	29,4%	5
Dezembro	29,4%	5
Respondidas		17
Omitidas		8



Questão 7

Considerando os doze meses do ano quais consideraria como época alta do turismo ligado à pesca?

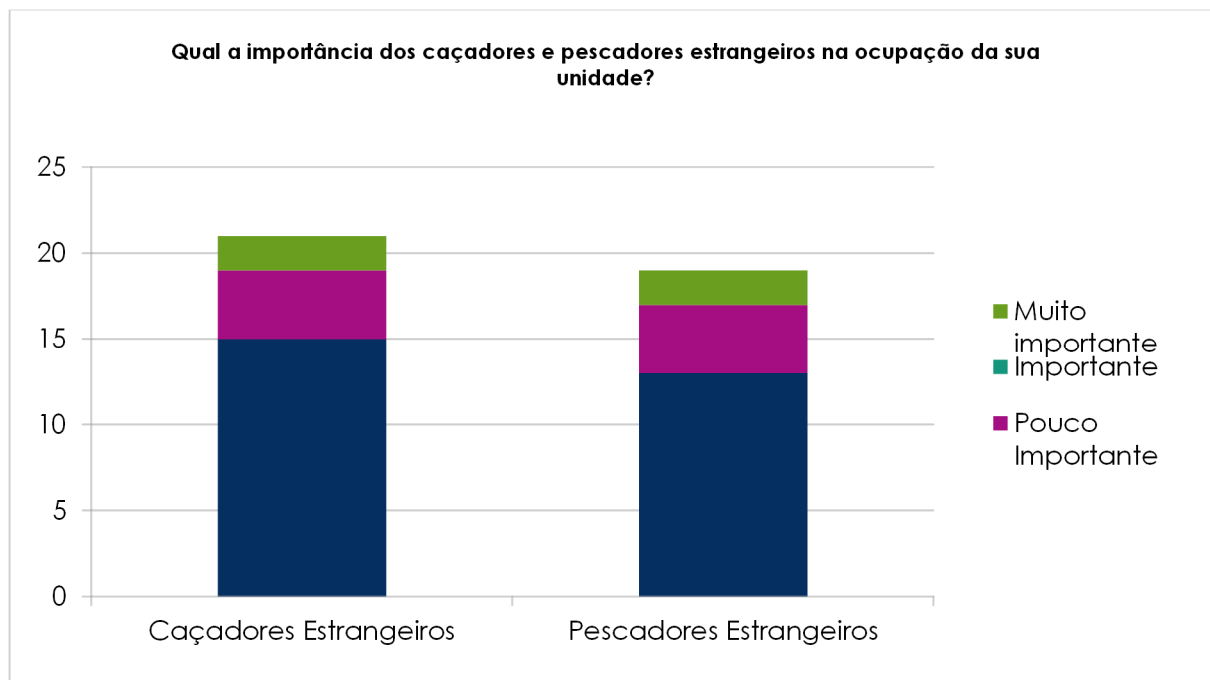
Opções de Resposta	%	Nº
Janeiro	0,0%	0
Fevereiro	6,7%	1
Março	40,0%	6
Abril	46,7%	7
Maio	40,0%	6
Junho	20,0%	3
Julho	13,3%	2
Agosto	20,0%	3
Setembro	20,0%	3
Outubro	20,0%	3
Novembro	13,3%	2
Dezembro	0,0%	0
Respondidas		15
Omitidas		10



Questão 8

Qual a importância dos caçadores e pescadores estrangeiros na ocupação da sua unidade?

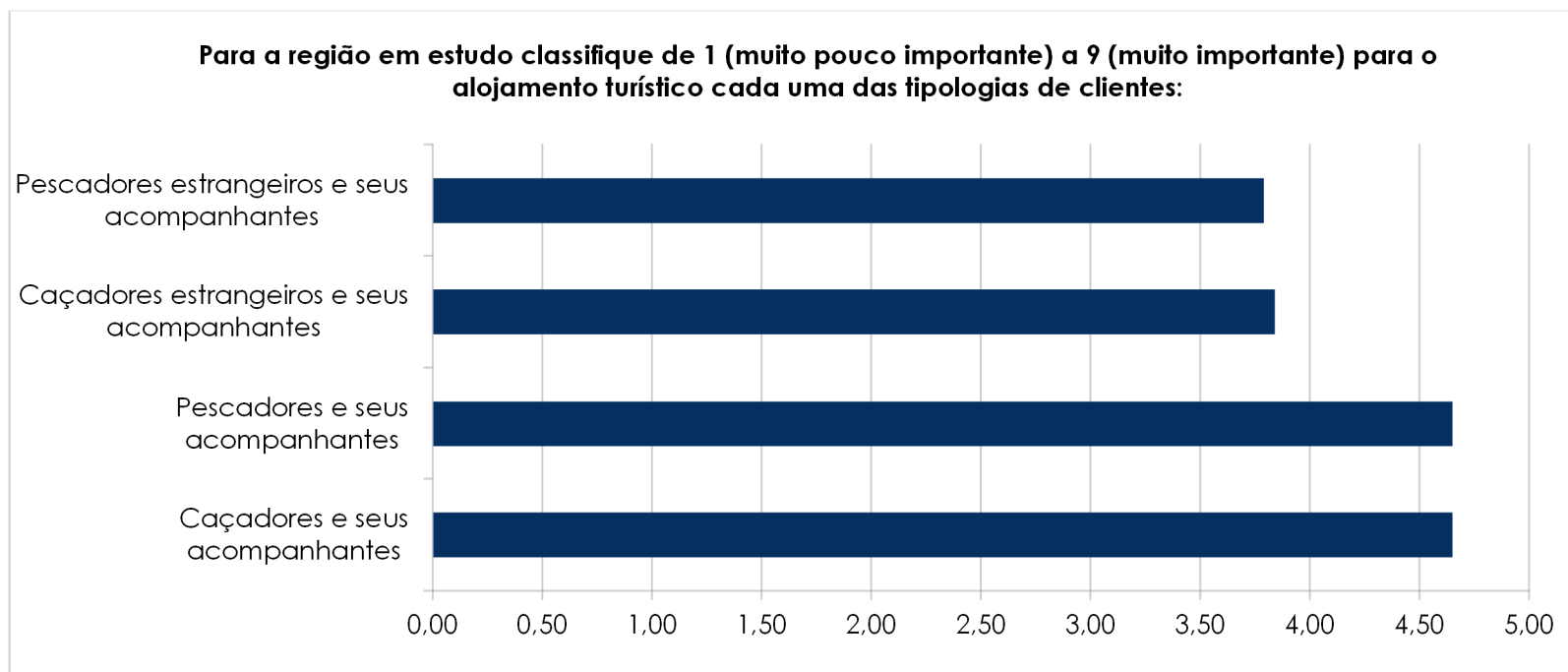
Opções de Resposta	Muito importante	Importante	Pouco importante	Sem importância	Nº
Caçadores Estrangeiros	2	0	4	15	21
Pescadores Estrangeiros	2	0	4	13	19
Respondidas					21
Omitidas					4



Questão 9

Para a região em estudo classifique de 1 (muito pouco importante) a 9 (muito importante) para o alojamento turístico cada uma das tipologias de clientes:

Opções de Resposta	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Média	Nº
Caçadores e seus acompanhantes	5	1	2	3	3	0	0	1	5	4,65	20
Pescadores e seus acompanhantes	4	2	2	3	2	1	1	1	4	4,65	20
Caçadores estrangeiros e seus acompanhantes	6	4	0	2	3	0	0	0	4	3,84	19
Pescadores estrangeiros e seus acompanhantes	6	4	0	2	2	1	1	0	3	3,79	19
Respondidas										20	
Omitidas										5	



Comentários produzidos pelos respondentes

Tema	Comentário
Divulgação	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação mais ativa: mais eventos e em maior número • Criar competições ,convidar outros mercados (ex.estrangeiros) • Divulgação junto dos potenciais interessados (através das publicações da especialidade); • Organização de eventos (feiras, concursos) relacionados com as atividades de caça e pesca; • Oferta de programas/pacotes envolvendo essas atividades e outras para os acompanhantes.
Informação Turística	<ul style="list-style-type: none"> • Informar quanto às zonas concessionadas na zona e na região, para cada uma delas. • Divulgação dos equipamentos hoteleiros existentes e características de cada um.
Organização do setor	<ul style="list-style-type: none"> • Acabar com as Associações de caça e pesca que nada trazem só destruição e conveniência para poucos. • Criar um organismo sem olhar a lucros e desvios para gerir com seriedade e estudar medidas a implementar • Informação, divulgação das unidades junto das associações de pescadores e caçadores • Haver trutas nas albufeiras (SIC). <p style="text-align: center;">-</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fomentar e Preservar a caça.

Tema	Comentário
	<ul style="list-style-type: none"> • Promover encontros de caçadores na região • Envolvimento dos caçadores locais e das unidades de alojamento. • 1ºFomentar a caça e pesca, criar estruturas para que ela se possa desenvolver com o apoio e ajuda daqueles que vivem no meio rural e conhecedores do meio ambiente, 2ºCriar interligações com as entidades diretivas e entidades hoteleiras. 3ºPublicitar estas medidas quando estas derem frutos para colher. • Saneamento dos rios e defesa efetiva das espécies que os habitam; • Defesa efetiva das zonas de caça dos caçadores furtivos e repovoamento sistemático das mesmas; • Proteção dos animais de caça grossa (javali, corso, etc.) e promoção de batidas organizadas e devidamente autorizadas.

Anexo V – Inquérito aos gestores cinegéticos e autarquias

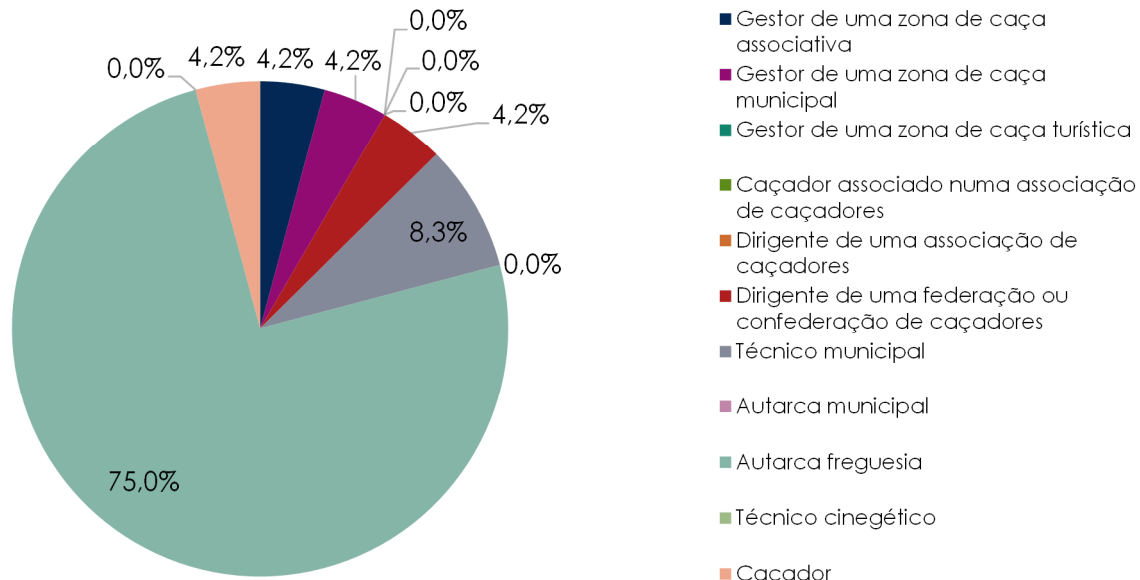
Foram enviadas questionários para 226 inquiridos unidades hoteleiras da área em estudo: i) 172 juntas de freguesia e municípios; ii) 40 associações e federações de associações de caçadores; iii) 14 personalidades associadas à gestão da caça na região. Os questionários foram enviados por correio eletrónico, tendo posteriormente os inquiridos sido contactados pelo telefone no sentido de obter resposta e esclarecer dúvidas.

Foram recebidas através da plataforma www.surveymonkey.com 66 respostas correspondendo 50% a autarcas; 29% gestores de zonas de caça associativas e municipais; 9% caçadores e 12% outros.

Questão 1

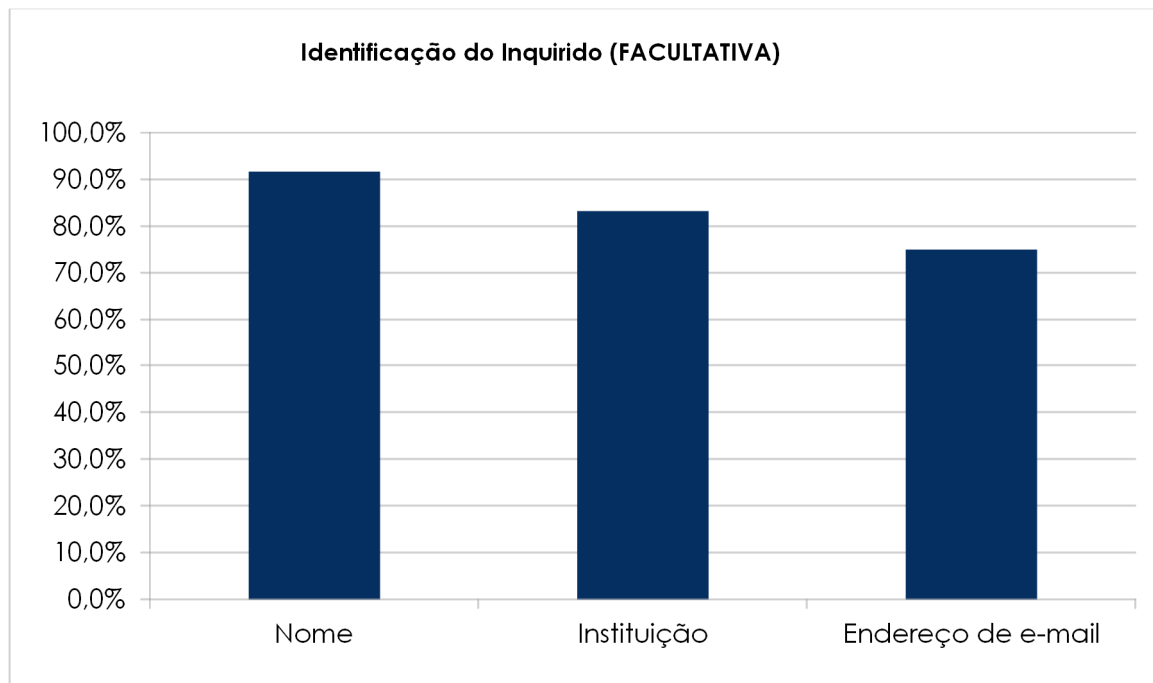
Por favor indique a condição em que está a responder a este inquérito (apenas uma resposta) :		
Opções de Resposta	%	Nº
Gestor de uma zona de caça associativa	4,2%	1
Gestor de uma zona de caça municipal	4,2%	1
Gestor de uma zona de caça turística	0,0%	0
Caçador associado numa associação de caçadores	0,0%	0
Dirigente de uma associação de caçadores	0,0%	0
Dirigente de uma federação ou confederação de caçadores	4,2%	1
Técnico municipal	8,3%	2
Autarca municipal	0,0%	0
Autarca freguesia	75,0%	18
Técnico cinegético	0,0%	0
Caçador	4,2%	1
Associação agricultores	4,2%	1
Associação de desenvolvimento local	4,2%	1
Outras associações	0,0%	0
Outro (especifique)		
	Respondidas	24
	Omitidas	0

Por favor indique a condição em que está a responder a este inquérito (apenas uma resposta) :



Questão 2

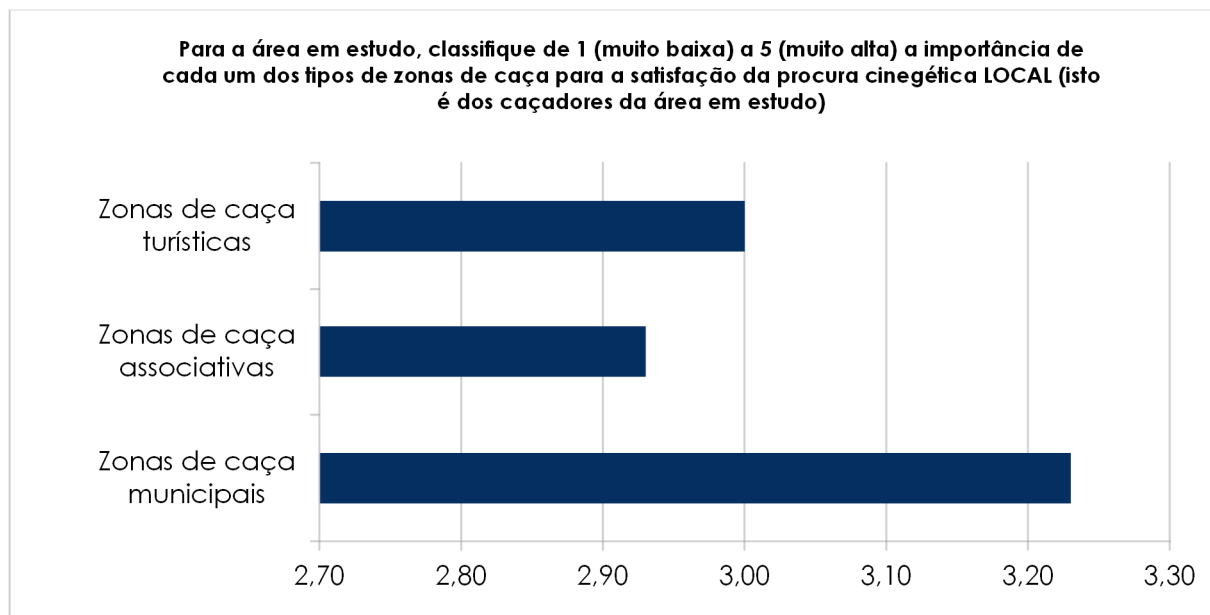
Identificação		
Opções de Resposta	%	Nº
Nome	91,7%	11
Instituição	83,3%	10
Endereço de e-mail	75,0%	9
Respondidas		12
Omitidas		12



Questão 3

Para a área em estudo, classifique de 1 (muito baixa) a 5 (muito alta) a importância de cada um dos tipos de zonas de caça para a satisfação da procura cinegética LOCAL (isto é dos caçadores da área em estudo)

Answer Options	1	2	3	4	5	Média	Nº
Zonas de caça municipais	1	3	4	2	3	3,23	13
Zonas de caça associativas	2	2	8	1	2	2,93	15
Zonas de caça turísticas	2	3	1	3	2	3,00	11
Zona de caça nacional	1	3	4	2	3	3,23	13
						Respondidas	16
						Omitidas	8

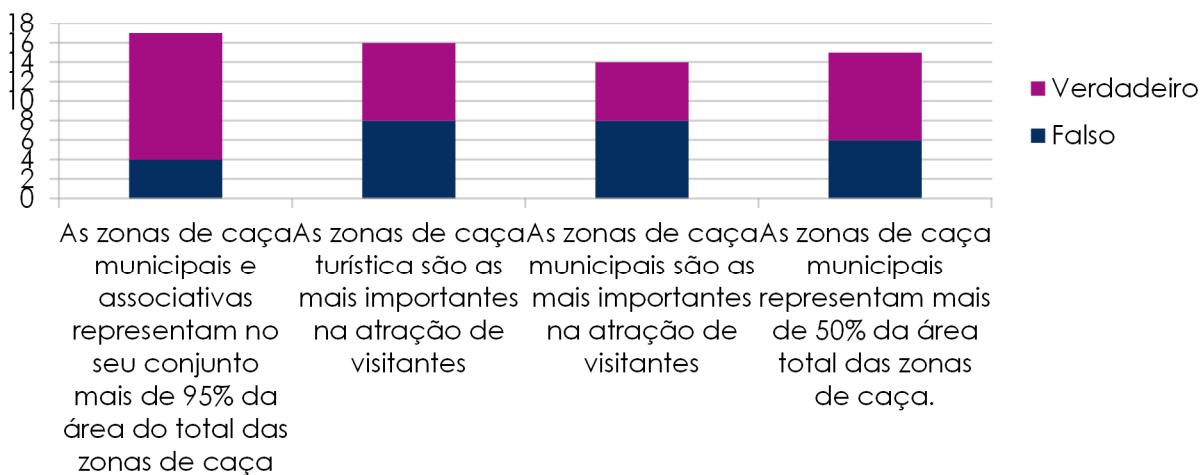


Questão 4

Para a região em estudo indique quais das afirmações seguintes considera verdadeiras e quais considera falsas. Pretende-se uma resposta sem consulta a informação adicional, apenas a perceção imediata do inquirido.

Opções de Resposta	Verdadeiro	Falso	Nº
As zonas de caça municipais e associativas representam no seu conjunto mais de 90% da área do total das zonas de caça	13	4	17
As zonas de caça turística são as mais importantes na atração de visitantes	8	8	16
As zonas de caça municipais são as mais importantes na atração de visitantes	6	8	14
As zonas de caça municipais representam mais de 40% da área total das zonas de caça.	9	6	15
Respondidas			17
Omitidas			7

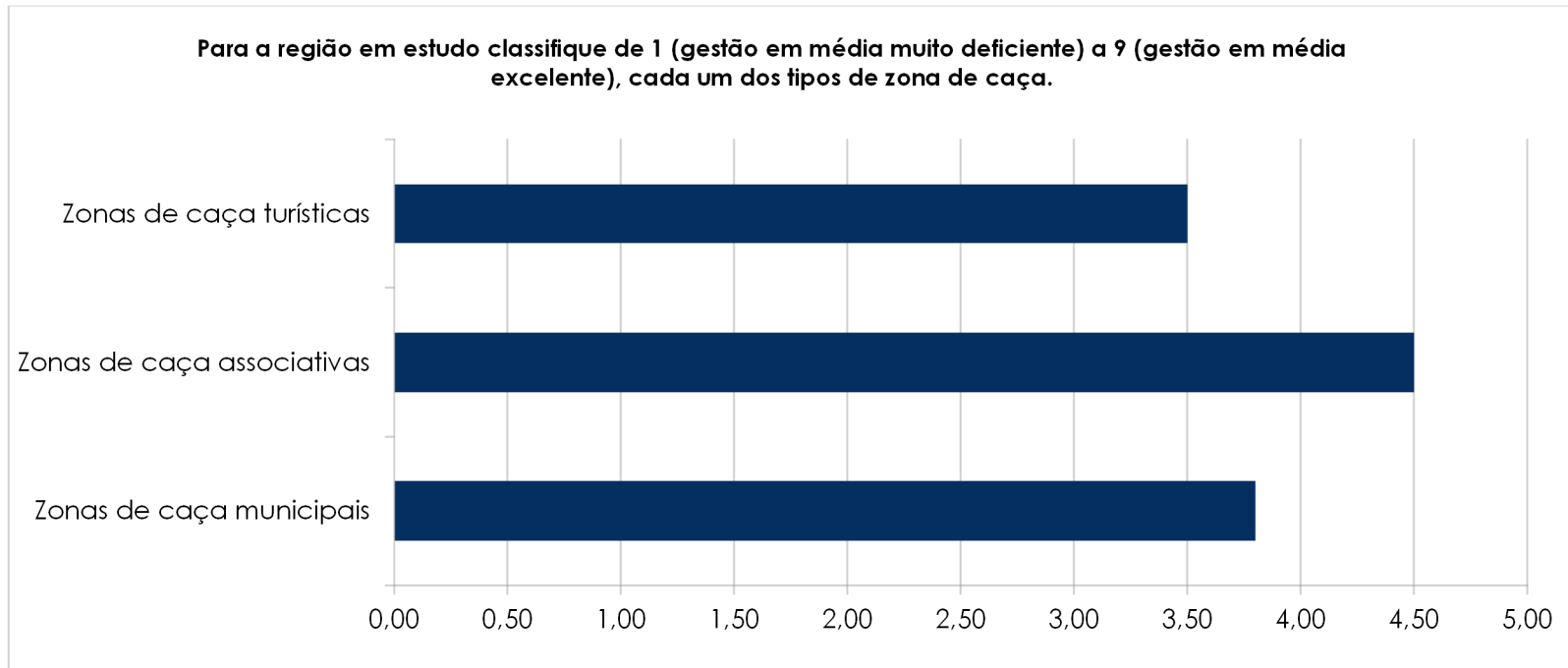
Para a região em estudo indique quais das afirmações seguintes considera verdadeiras e quais considera falsas. Prefende-se uma resposta sem consulta a informação adicional, apenas a perceção imediata do inquirido.



Questão 5

Para a região em estudo classifique de 1 (gestão em média muito deficiente) a 9 (gestão em média excelente), cada um dos tipos de zona de caça.

Opções de Resposta	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Média	Nº
Zonas de caça municipais	2	2	3	2	3	2	1	0	0	3,80	15
Zonas de caça associativas	1	1	4	2	3	3	1	0	1	4,50	16
Zonas de caça turísticas	4	2	1	3	1	1	1	1	0	3,50	14
Zona de caça nacional	2	2	3	2	3	2	1	0	0	3,80	15
										Respondidas	16
										Omitidas	8

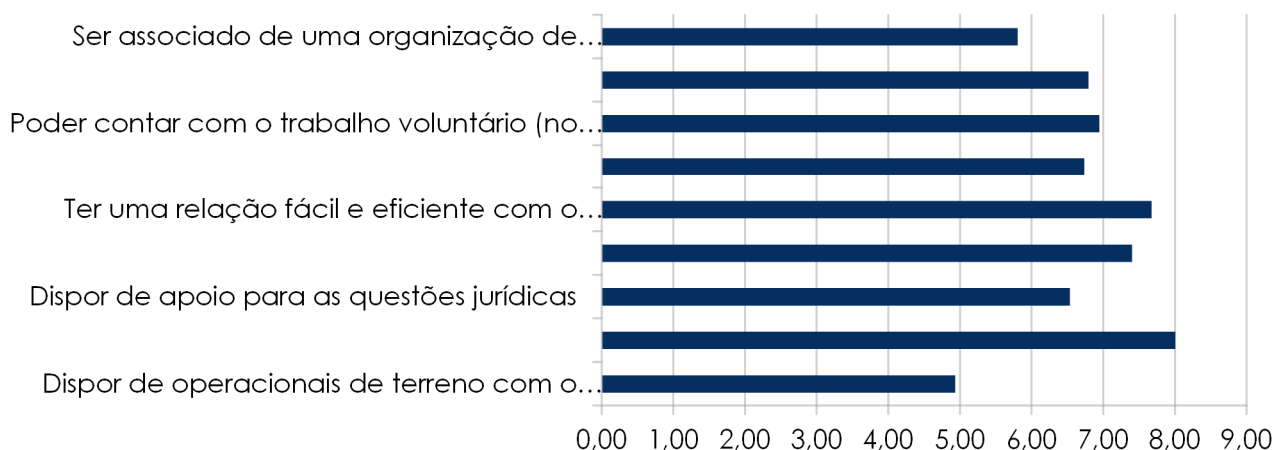


Questão 6

De uma forma geral, aplicável a qualquer tipo de zona de caça, classifique as frases seguintes de 1 (pouco importante) a 9 (muito importante), para a qualidade da gestão cinegética na componente PRODUÇÃO DE CAÇA.

Opções de Resposta	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Média	Nº
Disponer de operacionais de terreno com o 12º ano ou superior.	3	0	2	3	1	1	1	1	3	4,93	15
Disponer de operacionais de terreno com conhecimento e experiência cinegética do local onde trabalham.	0	0	1	0	0	1	0	6	7	8,00	15
Disponer de apoio para as questões jurídicas	0	1	0	0	3	3	2	5	1	6,53	15
Disponer de apoio técnico especializado para as questões cinegéticas (censos, manejo do habitat, gestão das populações).	0	0	0	1	1	2	2	5	4	7,40	15
Ter uma relação fácil e eficiente com o proprietário da terra.	0	0	0	0	3	0	1	6	5	7,67	15
Disponer de apoios públicos para investimento.	2	0	0	1	1	1	1	4	5	6,73	15
Poder contar com o trabalho voluntário (no caso de ZC Municipais e Associativas)	0	1	0	1	1	3	1	6	3	6,94	16
Ser associado de uma Federação de Associação de Caçadores	0	0	0	2	1	2	4	3	2	6,79	14
Ser associado de uma organização de Produtores de Caça	2	0	0	3	0	1	6	2	1	5,80	15
Outro (especifique)											0
Respondidas											16
Omitidas											8

De uma forma geral, aplicável a qualquer tipo de zona de caça, classifique as frases seguintes de 1 (pouco importante) a 9 (muito importante), para a qualidade da gestão cinegética na componente PRODUÇÃO DE CAÇA.

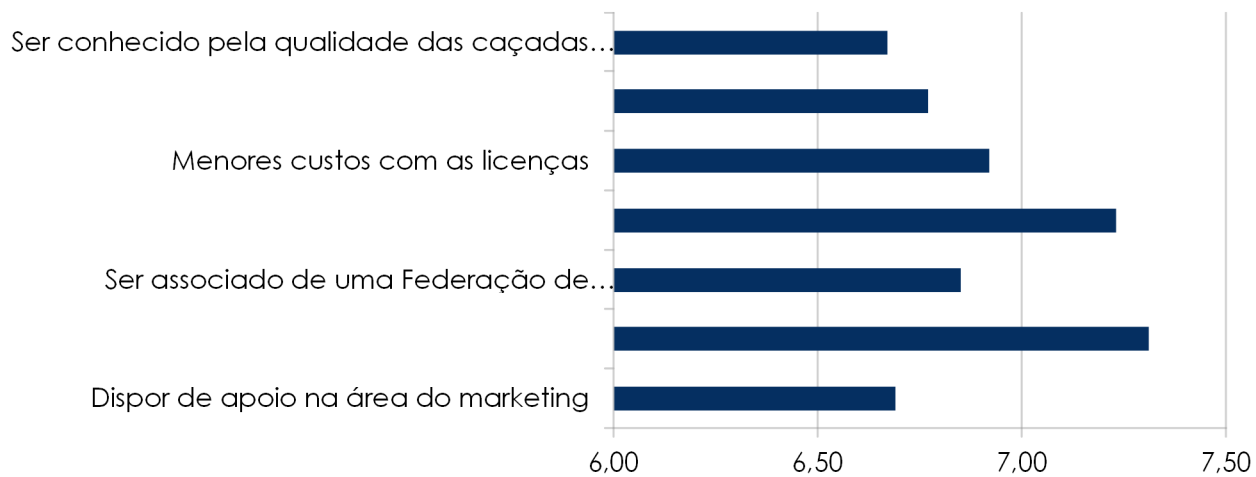


Questão 7

De uma forma geral, aplicável a qualquer tipo de zona de caça, classifique de 1 (pouco importante) a 9 (muito importante), para a qualidade da gestão cinegética na componente COMERCIALIZAÇÃO DA CAÇA

Opções de Resposta	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Média	Nº
Disponer de apoio na área do marketing	0	0	1	1	1	3	1	4	2	6,69	13
Disponer de associados que contribuem decisivamente para as receitas necessárias.	0	0	0	1	2	0	1	7	2	7,31	13
Ser associado de uma Federação de Associação de Caçadores	1	0	0	1	1	0	2	7	1	6,85	13
Ser associado de uma organização de Produtores de Caça	0	0	0	1	1	2	2	4	3	7,23	13
Menores custos com as licenças	0	0	1	1	3	0	0	4	4	6,92	13
Menor burocracia no licenciamento de caçadores estrangeiros	0	0	0	1	3	2	1	4	2	6,77	13
Ser conhecido pela qualidade das caçadas anteriores	1	0	0	1	2	0	1	5	2	6,67	12
Outro (especifique)											0
										Respondidas	14
										Omitidas	10

De uma forma geral, aplicável a qualquer tipo de zona de caça, classifique de 1 (pouco importante) a 9 (muito importante), para a qualidade da gestão cinegética na componente COMERCIALIZAÇÃO DA CAÇA

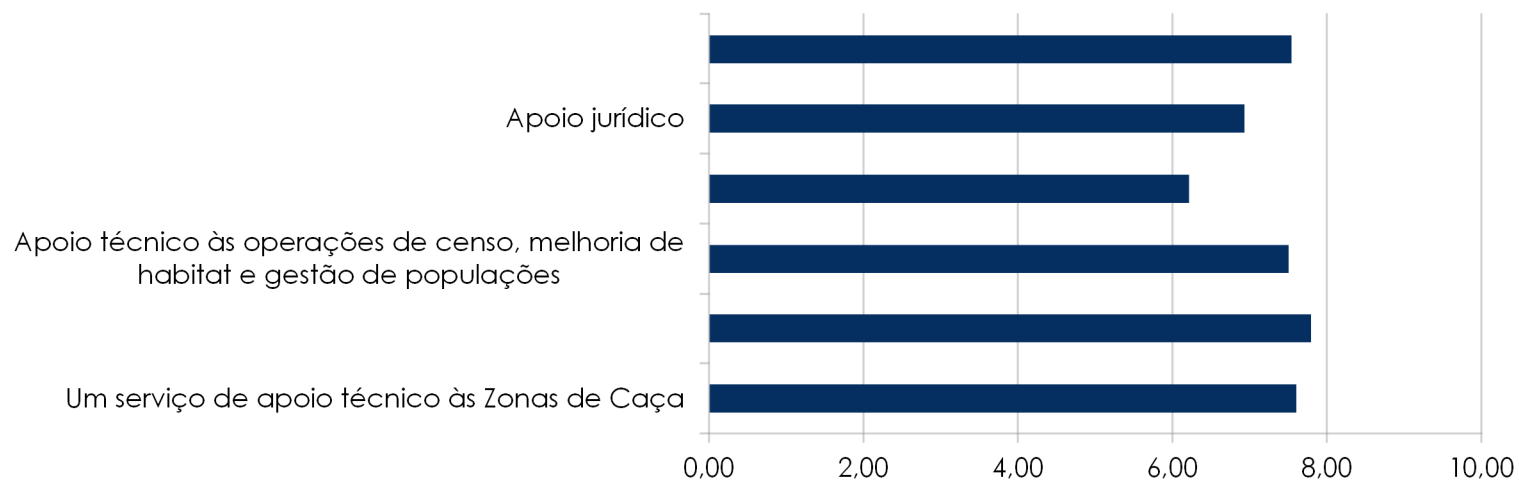


Questão 8

Considerando a possibilidade da disponibilização de um serviço (público ou privado) de apoio técnico na área da produção, exploração e comercialização de caça, classifique de 1 (desnecessário) a 9 (muito importante), o seguinte:

Opções de Resposta	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Média	Nº
Um serviço de apoio técnico às Zonas de Caça	0	0	0	1	0	2	2	6	4	7,60	15
Apoio técnico à formação de operacionais de terreno	0	0	0	0	1	1	2	6	4	7,79	14
Apoio técnico às operações de censo, melhoria de habitat e gestão de populações	0	0	1	0	0	1	3	6	3	7,50	14
Apoio na área do marketing	0	1	1	1	3	0	3	3	2	6,21	14
Apoio jurídico	0	0	0	0	4	2	0	7	1	6,93	14
Apoio nas relações com os organismos públicos	0	0	0	0	1	2	2	5	3	7,54	13
Outro (especifique)											0
Respondidas											15
Omitidas											9

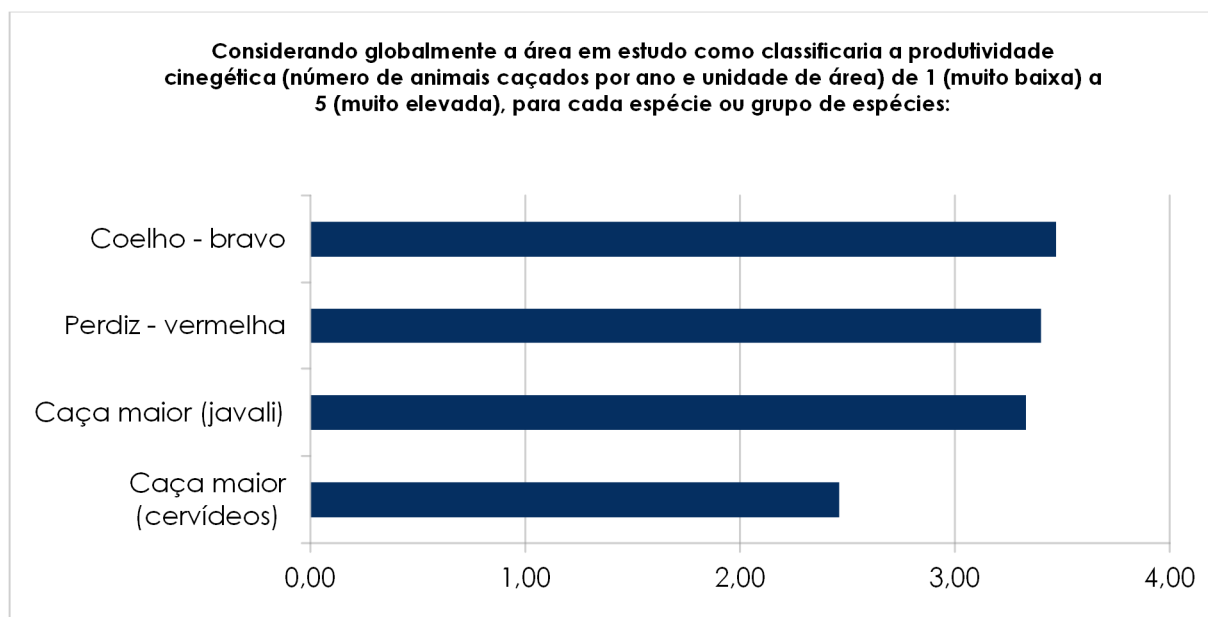
Considerando a possibilidade da disponibilização de um serviço (público ou privado) de apoio técnico na área da produção, exploração e comercialização de caça, classifique de 1 (desnecessário) a 9 (muito importante), o seguinte:



Questão 9

Considerando globalmente a área em estudo como classificaria a produtividade cinegética (número de animais caçados por ano e unidade de área) de 1 (muito baixa) a 5 (muito elevada), para cada espécie ou grupo de espécies:

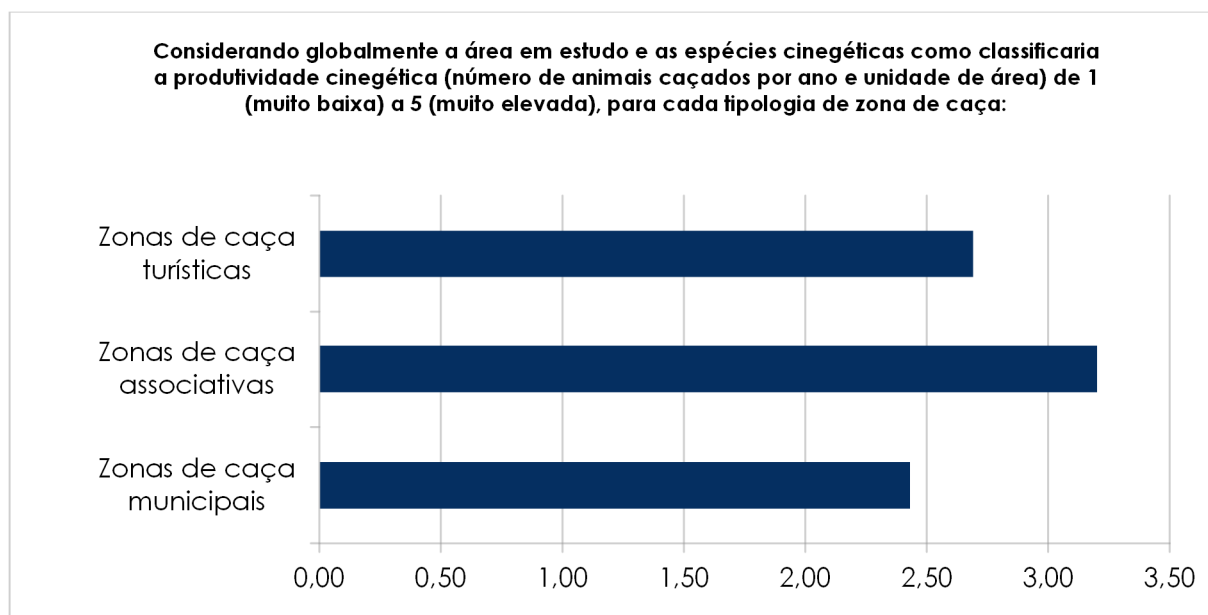
Opções de Resposta	1	2	3	4	5	Média	Nº
Caça maior (cervídeos)	4	3	3	2	1	2,46	13
Caça maior (javali)	3	1	2	6	3	3,33	15
Perdiz - vermelha	0	4	3	6	2	3,40	15
Coelho - bravo	0	2	6	5	2	3,47	15
Respondidas							15
Omitidas							9



Questão 10

Considerando globalmente a área em estudo e as espécies cinegéticas como classificaria a produtividade cinegética (número de animais caçados por ano e unidade de área) de 1 (muito baixa) a 5 (muito elevada), para cada tipologia de zona de caça:

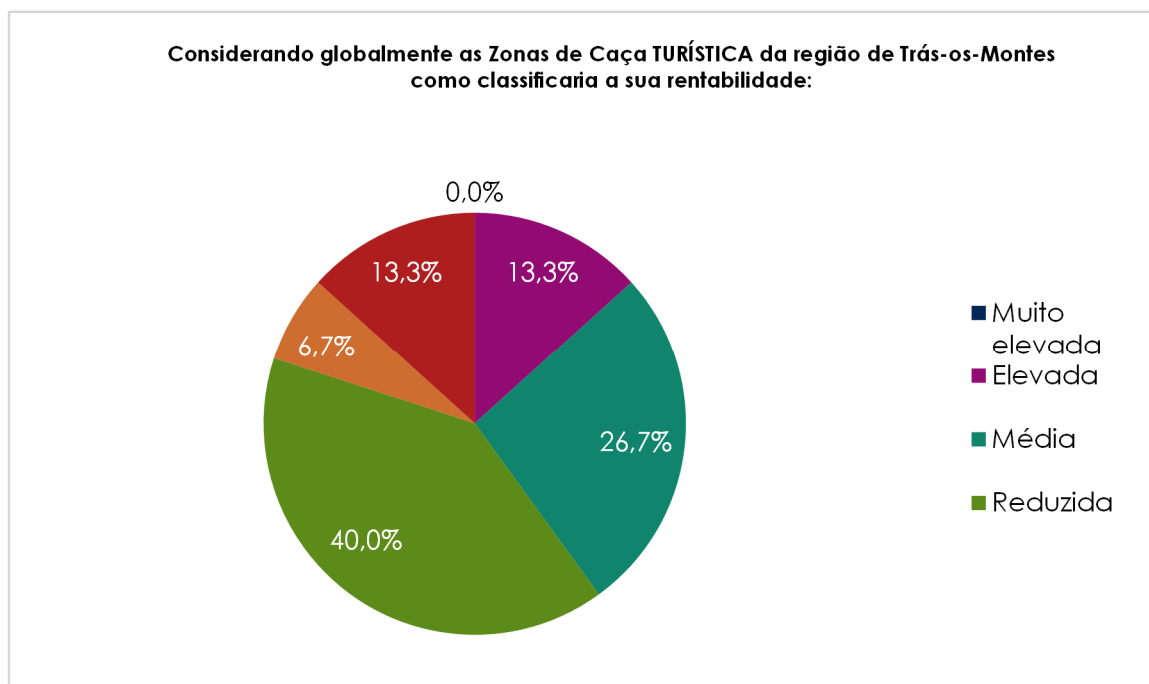
Opções de Resposta	1	2	3	4	5	Média	Nº
Zonas de caça municipais	2	6	5	0	1	2,43	14
Zonas de caça associativas	0	3	7	4	1	3,20	15
Zonas de caça turísticas	4	2	3	2	2	2,69	13
Zona de caça nacional	2	6	5	0	1	2,43	14
Respondidas							15
Omitidas							9



Questão 11

Considerando globalmente as Zonas de Caça TURÍSTICA da região de Trás-os-Montes como classificaria a sua rentabilidade:

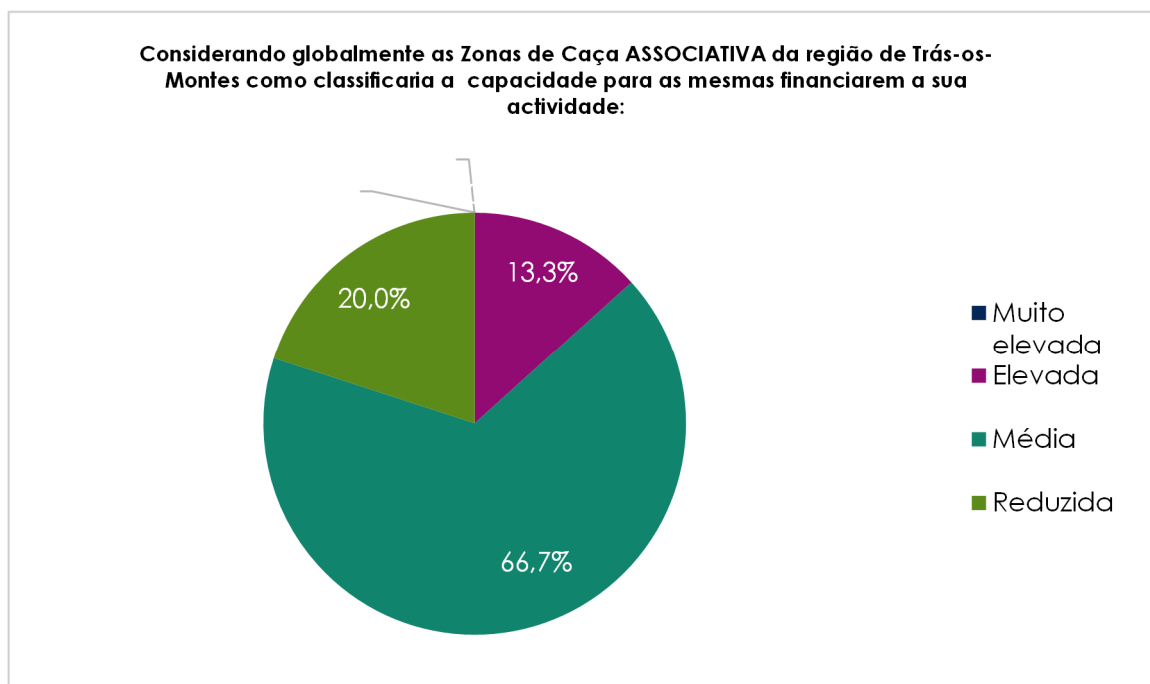
Opções de Resposta	%	Nº
Muito elevada	0,0%	0
Elevada	13,3%	2
Média	26,7%	4
Reduzida	40,0%	6
Muito reduzida	6,7%	1
NS/NR	13,3%	2
Respondidas		15
Omitidas		9



Questão 12

Considerando globalmente as Zonas de Caça ASSOCIATIVA da região de Trás-os-Montes como classificaria a capacidade para as mesmas financiarem a sua actividade:

Opções de Resposta	%	Nº
Muito elevada	0,0%	0
Elevada	13,3%	2
Média	66,7%	10
Reduzida	20,0%	3
Muito reduzida	0,0%	0
NS/NR	0,0%	0
Respondidas		15
Omitidas		9

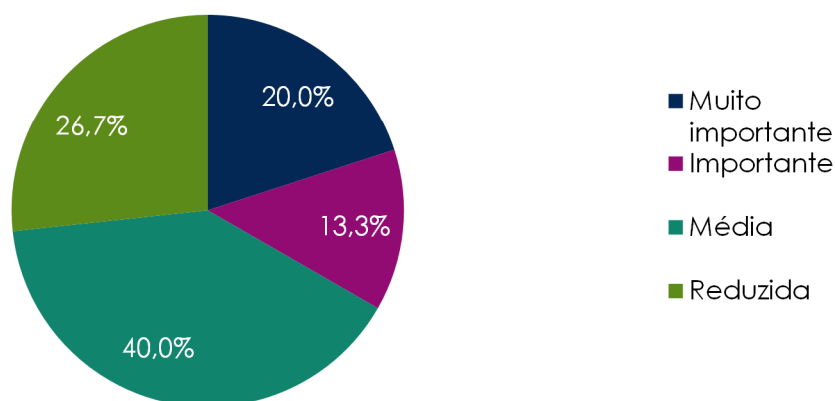


Questão 13

Considerando globalmente a actividade das Zonas de Caça da região em estudo, como classificaria a importância do seu contributo para a procura de alojamento turístico na região EM COMPARAÇÃO COM OUTRAS ATIVIDADES

Opções de Resposta	%	Nº
Muito importante	20,0%	3
Importante	13,3%	2
Média	40,0%	6
Reduzida	26,7%	4
Muito reduzida	0,0%	0
NS/NR	0,0%	0
Respondidas		15
Omitidas		9

Considerando globalmente a actividade das Zonas de Caça da região em estudo, como classificaria a importância do seu contributo para a procura de alojamento turístico na região EM COMPARAÇÃO COM OUTRAS ATIVIDADES

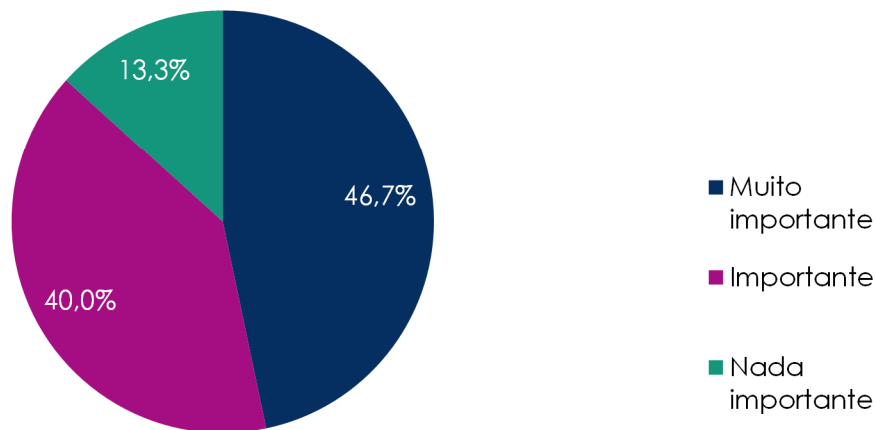


Questão 14

Considerando os Baldios da área em estudo como classificaria a importância do rendimento cinegético para a economia desses territórios:

Opções de Resposta	%	Nº
Muito importante	46,7%	7
Importante	40,0%	6
Nada Importante	13,3%	2
Respondidas		15
Omitidas		9

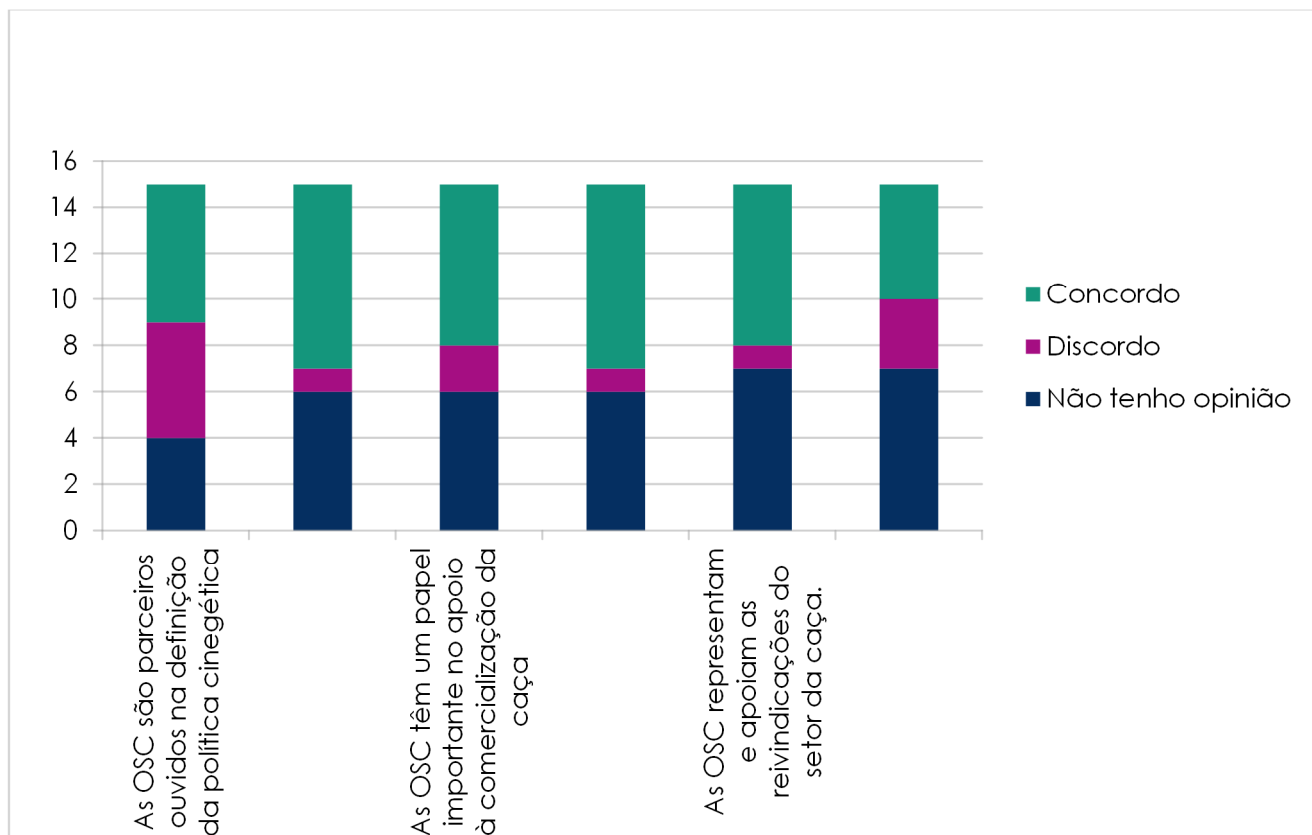
Considerando os Baldios da área em estudo como classificaria a importância do rendimento cinegético para a economia desses territórios:



Questão 15

Considerando em conjunto as organizações do sector da caça (OSC), federações e confederações de caçadores de âmbito nacional e regional, associações de produtores de caça de âmbito nacional, seleccione as afirmações com as quais concorda, discorda ou não tem opinião:

Opções de Resposta	Concordo	Discordo	Não tenho opinião	Nº
As OSC são parceiros ouvidos na definição da política cinegética	6	5	4	15
As OSC têm um papel importante de apoio técnico à gestão das zonas de caça	8	1	6	15
As OSC têm um papel importante no apoio à comercialização da caça	7	2	6	15
As OSC têm um papel importante no relacionamento dos gestores cinegéticos com o Estado	8	1	6	15
As OSC representam e apoiam as reivindicações do setor da caça.	7	1	7	15
As OSC contribuem para a eficiência e rentabilidade das explorações cinegéticas.	5	3	7	15
			Respondidas	15
			Omitidas	9

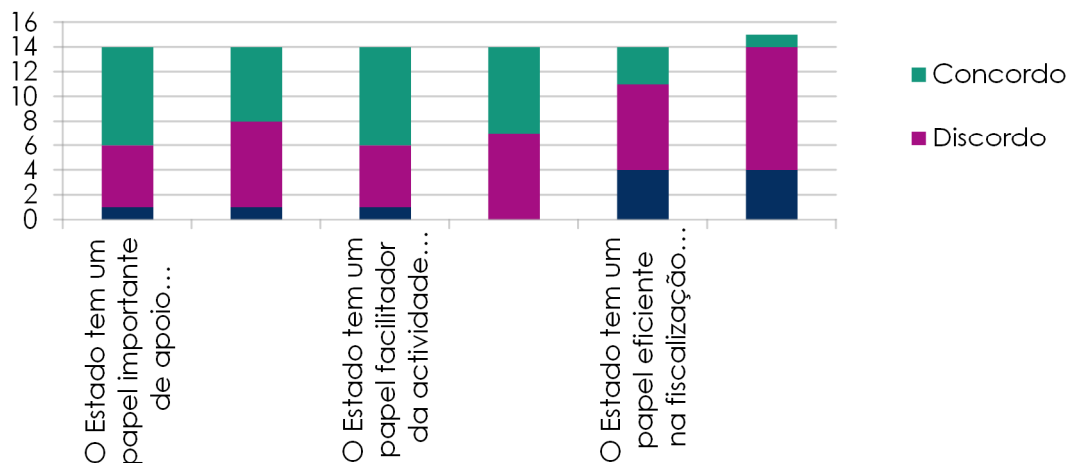


Questão 16

Considerando os organismos centrais e regionais da administração pública que interagem com a gestão cinegética, selecione as afirmações com as quais concorda, discorda ou não tem opinião:

Opções de Resposta	Concordo	Discordo	Não tenho opinião	Nº
O Estado tem um papel importante de apoio técnico à gestão das zonas de caça	8	5	1	14
O Estado tem um papel importante no apoio à comercialização da caça	6	7	1	14
O Estado tem um papel facilitador da atividade das explorações cinegéticas	8	5	1	14
O Estado dificulta a atividade das explorações cinegéticas	7	7	0	14
O Estado tem um papel eficiente na fiscalização da caça	3	7	4	14
O relacionamento administrativo com o Estado nas questões da caça é eficiente	1	10	4	15
			Respondidas	15
			Omitidas	9

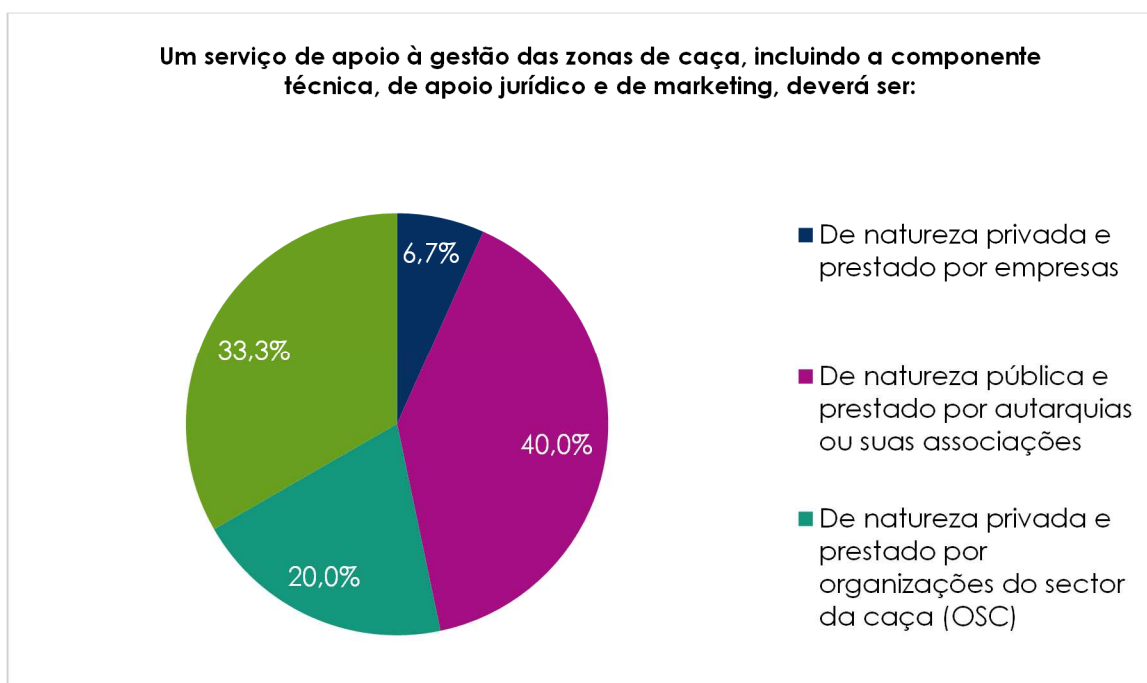
Considerando os organismos centrais e regionais da administração pública que interagem com a gestão cinegética, seleccione as afirmações com as quais concorda, discorda ou não tem opinião:



Questão 17

Um serviço de apoio à gestão das zonas de caça, incluindo a componente técnica, de apoio jurídico e de marketing, deverá ser:

Opções de Resposta	%	Nº
De natureza privada e prestado por empresas	6,7%	1
De natureza pública e prestado por autarquias ou suas associações	40,0%	6
De natureza privada e prestado por organizações do sector da caça (OSC)	20,0%	3
De natureza pública e prestado pelo estado	33,3%	5
Respondidas		15
Omitidas		9

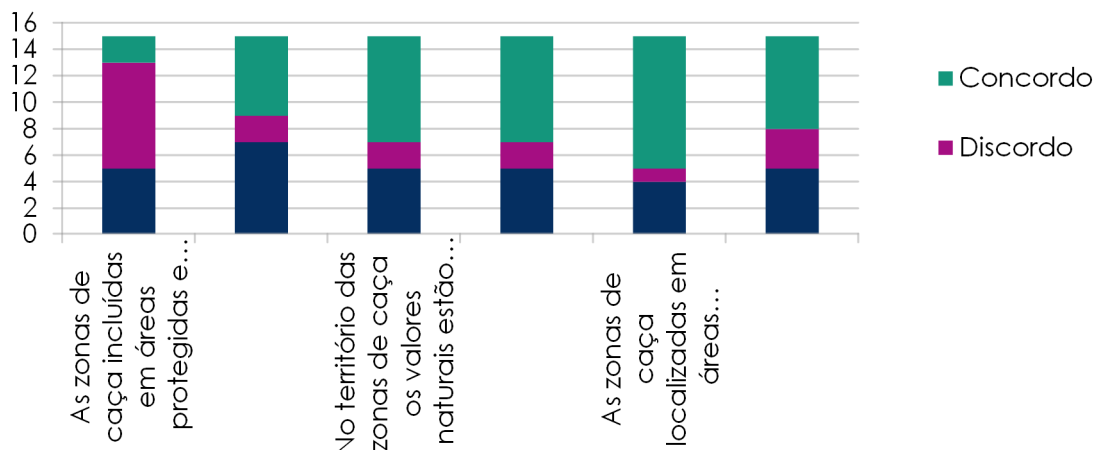


Questão 18

Tendo em conta a área em estudo e as zonas de caça incluídas em Áreas Protegidas (Parques e Reservas Naturais) e classificadas (áreas incluídas na Rede Natura 2000), indique as afirmações com as quais concorda, discorda ou não tem opinião:

Opções de Resposta	Concordo	Discordo	Não tenho opinião	Nº
As zonas de caça incluídas em áreas protegidas e classificadas têm uma produtividade cinegética inferior.	2	8	5	15
As zonas de caça incluídas em áreas protegidas e classificadas têm mais dificuldade em organizar caçadas	6	2	7	15
No território das zonas de caça os valores naturais estão melhor conservados	8	2	5	15
As zonas de caça localizadas em áreas protegidas e classificadas são melhor fiscalizadas pelo estado	8	2	5	15
As zonas de caça localizadas em áreas protegidas e classificadas podem tirar partido dessa localização, uma vez que se encontram num território qualificado	10	1	4	15
As melhores zonas de caça localizam-se em áreas protegidas e classificadas	7	3	5	15
			Respondidas	15
			Omitidas	9

Tendo em conta a área em estudo e as zonas de caça incluídas em Áreas Protegidas (Parques e Reservas Naturais) e classificadas (áreas incluídas na Rede Natura 2000), indique as afirmações com as quais concorda, discorda ou não tem opinião:



Questão 19

Considerando que , NA ÁREA EM ESTUDO, a gestão das zonas de caça pode contribuir para a conservação e aumento do valor natural, classifique por ordem de importância de 1 - MAIS IMPORTANTE a 6 - MENOS IMPORTANTE o papel imediato e actual da zonas de caça na conservação dos seguintes valores:

Opções de Resposta	1	2	3	4	5	6	Média	Nº
Lobo - ibérico	4	1	1	5	3	1	3,67	15
Grandes aves de rapina	2	3	0	5	2	3	3,27	15
Diversidade global de aves	3	3	0	4	3	2	3,53	15
Mamíferos carnívoros	1	2	3	5	2	2	3,27	15
Núcleos de vegetação protegida	3	2	1	3	5	1	3,47	15
Áreas agrícolas com interesse para a conservação (exp: lameiros)	3	1	2	4	4	1	3,47	15
							Respondidas	15
							Omitidas	9



Anexo VI - Regulamentos e localização geográfica, por concelho, de cada uma das concessões de pesca

